

WOLNEY ROBERTO CARVALHO

UMA CRÍTICA DAS TEORIAS DO CAPITAL FINANCEIRO: O
CAPITAL PRODUTOR DE JUROS NO MAIS ALTO GRAU

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, da Universidade Federal de Santa Catarina como um dos requisitos para a obtenção do grau de Doutor em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Idaleto Malvezzi Aued,
PhD.

Florianópolis
2011



Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Campus Universitário - Trindade
Caixa Postal 476
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil
E-mail: ppqsp@cfh.ufsc.br

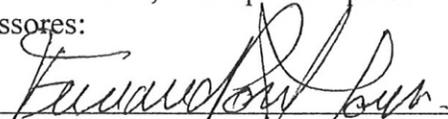
“Uma Crítica das Teorias do Capital Financeiro: o capital produtor de juros no mais alto grau.

Wolney Roberto Carvalho

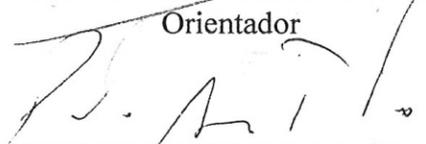
Esta Tese foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pelos demais membros da Banca Examinadora, composta pelos seguintes professores:



Prof.º Dr.º Idaleto Malvezzi Aued
Orientador



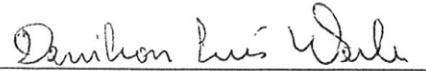
Prof.º Dr.º Fernando Ponte de Sousa
Membro



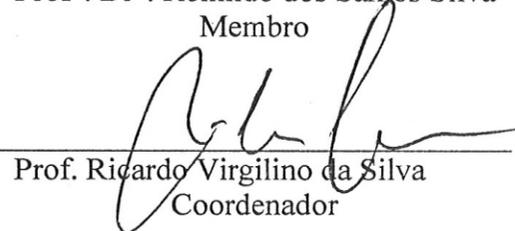
Prof.º Dr.º Paulo Sérgio Tumolo
Membro



Prof.º Dr.º Romildo dos Santos Silva
Membro



Prof.º Dr.º Denilson Luis Werle
Membro



Prof. Ricardo Virgilino da Silva
Coordenador

FLORIANÓPOLIS (SANTA CATARINA), ABRIL DE 2011.

Fone (48) 3721-9253 Fax: (48) 3721-9098

<http://www.sociologia.ufsc.br/>

WALLERSTEIN, Immanuel. **“O que significa hoje ser um movimento anti-sistêmico”**. In: LEHER, Roberto e SETÚBAL, Mariana (Org.). *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2005.

WEBER, Max: **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

WEBER, Max: **A gênese do capitalismo moderno**. São Paulo: Ática, 2006.

WOOD, M. Ellen. **“Trabalho, classe e Estado no capitalismo global”**, In: LEHER, Roberto e SETÚBAL, Mariana (Org.). *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2005.

ZINN, Howard. **La outra historia de los Estados Unidos**. Habana: Editorial de Ciências Sociales, 2006.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 3, vol 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 3, vol 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 3, vol 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 2, vol 3. 12ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1, vol 1. 25ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1, vol 2. 22ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl. **Salário, preço e lucro**. 5ª ed. São Paulo: Centauro Editora, 2005

PINTO, Nelson P. A. **O capital financeiro na economia contemporânea**. Tese de doutorado. Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1994.

PINTO, Nelson P. A. **O capitalismo financeiro**. Revista Crítica Marxista. nº 7. São Paulo: Xamã, 1997.

SHAKESPEARE, William. **O mercador de Veneza**. São Paulo: Martin Claret Ltda, 2006

SOUZA, Enéas. **Hipótese de futuro: a nova dinâmica do capital financeiro (ou futuro que ainda não tem nome)**. Texto Para Discussão. FEE. Porto Alegre, Outubro de 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. **“A reestruturação capitalista e o sistema-mundo”**. In: GENTILLI, Pablo (Org.). Globalização excludente. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

DUMÉNIL, Gerard e LÉVY, Dominique. **O neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana**. In: CHESNAIS, François (Org). *A Finança Mundializada*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial. 2005. p. 255.

ENGELS, Federico. **Clases sociales necesarias y superfluas**. In: MARX, Carlos; ENGELS, Federico. **Escritos económicos menores**. Obras fundamentales 11. México. Fondo de Cultura Económica, 1987

FIGUEIREDO, Ferdinando O. **Hilferding e “O capital Financeiro”**. Texto para discussão. IE/Unicamp, Campinas, n. 60, set 1997.

FERNANDES, Florestan. **Sociologia e socialismo** In: *A sociologia no Brasil*. Petrópolis 2ª Ed. Vozes, 1980.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro. Ed. Zahar, 1968

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1979.

HARVEY, David. *Los limites del capitalismo y la teoria marxista*. México, Fondo de Cultura Económica, 1990.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo. Ed Loyola, 2004.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LÊNIN, Vladimir I. **O estado e a revolução**. São Paulo. Hucitec, 1986.

LÊNIN, Vladimir I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo. Global, 1985.

MARQUES, Rosa M. e NAKATANI, Paulo. **O que é capital fictício e sua crise**. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

MARX, Carlos. “El capital dedicado al tráfico de dinero”. Tomo III, Vol. 6 do Libro Tercero, capítulo XIX. **EL CAPITAL**. 10ª ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1989.

CARVALHO, Wolney R. **Uma redefinição teórica do conceito de “Capital financeiro” e sua relação com a dívida pública e com a classe trabalhadora.** Dissertação de Mestrado.UFSC. Agosto, 2003

CHESNAIS, François. **La nueva economía.** Porto Alegre: 2002. Disponível em <http://www.portoalegre2003.org/publicue/cgi/public/cgilua.exec/web/templates/html/1P...30/12/2002>

CHESNAIS, François. **O capital portador de juros:** acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS François (Org) *A Finança Mundializada*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial. 2005. p. 255.

CHESNAIS, François. **A “Nova Economia”:** uma conjuntura própria à potência estadunidense. In: *Uma nova fase do capitalismo?* 1ª ed. São Paulo: Xamã, 2003.p 43-70-

GONTIJO, Cláudio. e Oliveira, Fabrício A. **SUBPRIME:** os 100 dias que abalaram o capital financeiro mundial e os efeitos da crise sobre o Brasil. Belo Horizonte: Corecon-MG, 2009.

CORAZZA, Gentil. **Dinheiro, Crédito e Finanças:** uma introdução à teoria monetária e financeira de Marx. *Revista Estudos Econômicos*. V. 32 N. 4. P 665-688. SP. Out-Dez 2002.

DUMENIL, Gerard. e LÉVY, Dominique. **O imperialismo estadunidense está em crise?** Disponível em: www.ressistir.info Ago. 2005 (b).

DUMENIL, Gerard. e LÉVY, Dominique. **Algumas verdades sobre a crise financeira.** Disponível em: www.resistir.info Set. 2007.

DUMENIL, Gerard. **A América Latina na mundialização neoliberal.** Disponível em: www.jourdan.ens.fr Fev. 2005.(c)

DUMÉNIL, Gerard e LÉVY, Dominique. **Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo.** In: *Uma nova fase do capitalismo?* 1ª ed. São Paulo: Xamã, 2003. p 15-41

Aos Meus avós, João Batista Carvalho e Maria Andrade de Carvalho, José Raimundo Rambo e Maria Lídia Rambo, pela amabilidade, pelas bençãos e ensinamentos de vida (*in memorian*) ;

Aos meus Padrinhos, Ilmo José Rambo, Roque Bohn e Terezinha Carvalho, pelo carinho (*in memorian*).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Smith. **A riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. 1ªed. São Paulo: Boitempo, 1996.

AUED, Idaleto M. **Alienação, divisão do trabalho e manufatura em Karl Marx: ou de como libertar o trabalhador do trabalho**. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Unesp.dez-2004. (Tese de Pós-doutorado).

AUED, Idaleto M. **Alienação, maquinaria e grande indústria moderna em Karl Marx: ou de como o homem se liberta do trabalhador**. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Unesp. Mar-2005a. (Tese de Pós-doutorado).

AUED, Idaleto M. **Transcendência (*aufhebung*), alienação, manufatura e maquinaria em Karl Marx: ou de como o homem supera sua desumanização e faz-se homem plenamente desenvolvido**. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Unesp. Jun-2005b. (Tese de Pós-doutorado).

BORÓN, Atílio A. **A coruja de minerva: mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2001

BRAGA, José C. **“Financeirização Global: o padrão sistêmico de riqueza no capitalismo contemporâneo”** In: TAVARES, Maria C e FIORI, José. L. (orgs). **Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização**. 3ª Ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997.

BUKHARIN, Nicolai I. **A economia mundial e o imperialismo**. São Paulo. Abril Cultural, 1984.

CARCANHOLO, Reinaldo A, NAKATANI, Paulo. (1999) **O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização**. Ensaio FEE, v.20, nº 1, pp. 284-304. Porto Alegre, junho de 1999.

plicita a essência quando se percebe que a produção da riqueza material é produto de um trabalhador coletivo, o qual, além de ser simples apêndice da materialidade passada, – e expressa no sistema de máquinas –, é representado por um número cada vez menor de trabalhadores parciais, e tanto menor quanto maior é o aparecimento do capital produtor de juros no mais alto grau, o qual acaba se espraiando pelos mais diversos setores econômicos.

AGRADECIMENTOS

A realização desse trabalho foi possível, graças à sociedade brasileira que financia a Universidade Pública, bem como a bolsa/CAPES de doutoramento que recebi durante dois anos.

Aos professores Idaleto Aued e Fernando Ponte que se mostraram solidários nos momentos da minha caminhada ao longo do doutoramento, e, além disso, contribuíram do ponto de vista teórico para que eu conseguisse realizar esse trabalho. Com esses dois Mestres, divido os méritos da minha trajetória.

À Servidora-técnica do PPGSP, Maria de Fátima Xavier da Silva, que sempre foi respeitosa e competente.

Aos meus pais, Neri Andrade de Carvalho e Clarice M. Rambo de Carvalho que sempre estimularam seus filhos a acreditarem em seus sonhos.

Aos meus irmãos Everton Luiz Carvalho e Gian Carlo Carvalho, exemplos de integridade, honestidade, e competência acadêmica, apesar das adversidades que a vida apresentou em seus caminhos.

Ao meu tio e padrinho, Miro Batista Carvalho, índio pura cêpa, que me incentivou por demais quando partia da terra vermelha, missioneira.

Ao pequeno Gabriel Grigoli Neves, ser iluminado, com quem aprendi e aprendo muito na faculdade da vida. Valeu Gabi, obrigado por tudo!!

À Samya Campana, que sempre esteve presente em todos os momentos.

Aos amigos Delmo Tavares Sobrinho e Ângela Dalri, exemplos de compreensão, paciência, respeito, dedicação e amor pelo ser humano, para além de qualquer ideologia, credo ou *status* social.

Ao amigo Nelson Mingorance, que muito me incentivou na caminhada em terra Catarina e foi decisivo nos princípios da minha trajetória acadêmica.

Aos amigos Carlos Antônio de Lima, Laércio Duarte “Mestre Lalá”, João Avelar Jacinto, Antônio Simões Neto, Tadeu Schivinski, Décio Lima e Arnaldo Góes, que sempre ouviram e estimularam esta jornada do doutoramento, cada qual a partir de suas experiências de vida.

Ao Moacir Bandeira, índio velho, por demais competente na arte das Ciências Jurídicas.

trabalhador coletivo, apêndice desse sistema. Observa-se a classe proprietária tornar-se desnecessária no gerenciamento do capital em seu ciclo de reprodução, simultaneamente ocorre o mesmo com a classe produtora da riqueza material, a classe trabalhadora.

A produção e reprodução da riqueza material aumenta, enquanto o tempo de trabalho social para efetuar-la diminui. Ocorre que, o próprio processo de reprodução, acaba por se autonomizar dos proprietários e produtores, como resultado do desenvolvimento das forças produtivas – em especial a do trabalhador coletivo. Mas, essa riqueza material vai centralizando-se nas mãos dos capitalistas associados. Portanto, a forma do capital produtor de juros no mais alto grau, aparece como resultado do desenvolvimento das forças produtivas – em especial da força produtiva do trabalhador coletivo – e da negação da propriedade privada individual capitalista pela propriedade dos capitalistas associados. É consoante Marx (2008), a negação da negação, mas não como positividade, pois se a propriedade privada deixa de ser individual e passa a ser social, é de um pequeno grupo de capitalistas. Manifesta-se, a partir daí, cada vez mais, os limites da distribuição da riqueza material por causa das relações sociais de produção estabelecidas. E isso é tanto mais evidente, quanto mais se desenvolve essa nova forma de organização social da produção, quanto mais ela se assenta no sistema de máquinas e se espalha e incorpora a ciência como práxis. Essa nova forma expressa a desnecessidade, cada vez mais, dos homens na produção da riqueza material, mas expressa também os limites da emancipação humana de suas próprias necessidades materiais, porque a propriedade já é social, no entanto de pequeno grupo de homens.

Assim, o capital, ao tornar-se universal e se autonomizar, enquanto produto das relações sociais de produção e do desenvolvimento das forças produtivas que as acompanham, universaliza a degeneração humana do ser social, porque a grande massa de produtores torna-se, passo a passo, desnecessária e sem propriedade alguma sobre os meios de produção e de subsistência.

Os limites para os homens reproduzirem-se como trabalhadores, manifestam-se por todos os lados, mas como degeneração, porque o movimento histórico dos homens, se por um lado manifesta serem as necessidades materiais facilmente resolvidas, por outro, ainda não foi capaz de incorporar como práxis, a produção racional do homem enquanto ser universal. A práxis social ainda é a racionalidade da acumulação da riqueza material, através da propriedade privada, agora associada, e da venda da força de trabalho individual, mas a aparência já ex-

do processo de valorização do capital, e juntamente com ele a categoria “lucro”, enquanto forma de apropriação da mais-valia.

Portanto, toda a mais-valia é a partir de então, apropriada como juro, pelos capitalistas associados.

Note-se: o surgimento das sociedades por ações, ultrapassa a esfera do capital industrial e adentra o âmbito do capital comercial e do comércio de capital-dinheiro, estas últimas, funções exercidas por agentes especiais, necessárias, no entanto, sem vinculação direta com a produção de mais-valia.

Isso porque, na gênese do modo capitalista de produção eram executadas pelos próprios capitalistas industriais, e representavam custos de circulação, mas com o desenvolvimento do modo de produção – como uma exigência inerente que lhe é própria –, tornaram-se independentes, com vistas à redução dos custos de circulação para o capital industrial.

Mas, do mesmo modo que os capitalistas ativos, os capitalistas comerciais e os capitalistas comerciantes de dinheiro afastam-se das atividades executadas. Ainda que a mais-valia auferida, não é originada nesse âmbito, e sim no âmbito do capital industrial, tanto o capital comercial como o capital que realiza as funções técnicas e o comércio de dinheiro, apropriam-se de parte dela por executarem agora essas funções. Mas quem de fato executa essas atividades é o trabalhador coletivo, pois os capitalistas associados afastaram-se, tornaram-se desnecessários.

Assim, com o aparecimento do denominado capital produtor de juros no mais alto grau, pode-se constatar a classe capitalista tornar-se desnecessária, tanto no ciclo de reprodução do capital – espaço em que de fato este se valoriza –, quanto nas atividades voltadas para a circulação do mesmo..

Desaparece o lucro de empresário como forma da mais-valia, porque o capitalista ativo perdeu sua função. A mais-valia aparecerá na forma de juro.

A própria taxa geral de lucro deixa de ser referência para os capitalistas associados, pois, nesse novo formato de organização social da produção, a composição orgânica do capital é altíssima, e o objetivo dos capitalistas associados volta-se apenas para o aumento da magnitude da massa de mais-valia, sem contrapô-la ao capital adiantado.

Por outro lado, o desenvolvimento da produtividade social do trabalho, materializado como trabalho passado, sistema de máquinas, diminui absolutamente o número de trabalhadores parciais que conformam o

(...) o sociólogo brasileiro não possui qualquer motivo para eximir-se das consequências ideológicas e políticas da crise da civilização burguesa. Ele pode opor-se a qualquer movimento e combatê-lo, ou aceitar congruentemente que a crise dessa civilização afeta a todos e que é melhor, portanto, estar preparado para dela participar como e enquanto sociólogo. Esta última posição permite várias opções (para as quais venho chamando a atenção desde o início da minha carreira), que redefinem o significado da objetividade e da neutralidade no campo das ciências sociais. Qualquer que seja o caminho escolhido – o de Gilberto Freyre ou o meu – haverá uma irrupção dos grandes conflitos sociais no horizonte intelectual do sociólogo e na performance da explicação sociológica. No fundo, temos de arcar com a responsabilidade de saber em relação a que somos funcionais (ou instrumentais): ao pensamento conservador que se converteu inexoravelmente, num pensamento contra-revolucionário nos últimos 45 anos, ou ao pensamento socialista, o único que encarna as possibilidades da transformação revolucionária (...) (Florestan Fernandes, Opinião, 1980).

proprietário do capital. Se o capital adiantado é propriedade do capitalista ativo, então o juro e lucro de empresário lhe pertencem. O lucro de empresário, por ser ele que realiza as atividades de gerenciamento do capital. O juro, por ser ele o proprietário do capital.

Pode-se evidenciar a existência de uma separação entre a própria natureza jurídica e de valorização do capital, ou seja, a de ser ele propriedade privada capitalista e a de ser valor que se valoriza sob o comando do capitalista ativo.

Mas essa separação da natureza jurídica e da valorização do capital, manifesta-se decisivamente, com a gênese da grande indústria moderna, em especial das sociedades anônimas. Manifesta-se também, a desnecessidade da classe capitalista como gerenciadora do processo produtivo, bem como, a desnecessidade crescente da classe trabalhadora como produtora da riqueza material.

É nesse sentido, que se entende a limitação do conceito de capital financeiro.

Para os autores que trabalham com o conceito de capital financeiro - ou mesmo, que estudam o mundo das finanças de forma geral -, a ênfase recai sobre o desenvolvimento do sistema de crédito, ou seja, a esfera da circulação do capital. Já os autores contemporâneos abordados no trabalho, que adotam variações do conceito de capital financeiro, ou mesmo, estudam as finanças em geral, houvera nas últimas quatro décadas um padrão de acumulação - que alguns chamaram de idade de ouro do capital financeiro - que privilegiara a esfera ou órbita financeira - em especial pela queda tendencial da taxa de lucro -, aumentando significativamente o capital fictício em circulação e criando as denominadas "bolhas especulativas". Ademais, tudo indica para estes, o surgimento de um novo padrão de acumulação, a partir de uma ampla ação estatal, a qual terá como uma de suas metas, a minimização dos avanços e impactos do capital fictício, na dinâmica da reprodução capitalista.

Mas, entende-se que isso, não eliminará, em absoluto, a existência do capital fictício, tampouco conseguirá deter o desenvolvimento das forças produtivas.

A produção de mais-valia seguirá sendo a base maior de sustentação do modo capitalista de produção, independente dos avanços e (ou) recuos das finanças, ou do que se convencionou chamar de capital financeiro; capital produtor de juros ou mesmo capital fictício.

Por isso, eis a importância do novo formato de organização social da produção, o qual dá origem ao que denominamos de capital produtor de juros no mais alto grau. Este evidencia que o capitalista ativo desaparece

de se reproduzirem no ciclo do capital industrial, direcionam-se cada vez mais, aos bancos, e direcionam-se também parte das receitas do Estado, bem como as rendas das mais diversas categorias de ambas as classes, a classe capitalista e a classe trabalhadora.

No entanto, destacou-se que o aspecto fundamental, e ratificador, da conversão desse capital-dinheiro latente, agora concentrado nos bancos, em capital produtor de juros, é a efetivação do empréstimo desse capital-dinheiro.

Para os bancos, transformarem o capital-dinheiro ocioso em capital, significa convertê-lo em capital produtor de juros, emprestá-lo, e após determinado período, reaver seu capital, acrescido de mais-valia. Esses agentes especiais concedem ao prestatário a possibilidade de utilizar-se do capital-dinheiro emprestado; no entanto, a propriedade do capital produtor de juros continua sendo dos bancos.

Ademais, não se pode esquecer que o capital produtor de juros é sempre expressão da relação entre dois capitalistas, o prestamista, detentor do capital-dinheiro de empréstimo – em geral os bancos – e um prestatário – em geral o capitalista ativo, o qual efetivamente opera no ciclo de reprodução do capital, no processo de sua valorização. É esse último o responsável pelo gerenciamento do capital ao longo de sua reprodução, ou seja, acompanha o capital em movimento, em suas formas funcionais, em seu processo de valorização.

No início do ciclo, o capital, independente de ser próprio ou emprestado, aparece na forma funcional de capital-dinheiro convertido na forma funcional de capital produtivo, ocorrência que se manifesta ao serem comprados os meios de produção e a força de trabalho; uma vez produzida a mercadoria, esta aparece para o capitalista na forma funcional de capital-mercadoria. Mas, o capital agora encontrado na forma funcional de capital-mercadoria já contém o trabalho excedente, não pago, a mais-valia; no entanto, para realizá-la em capital-dinheiro acrescido, tem de ser vendida na esfera da circulação.

Constatou-se, uma vez vendidas essas mercadorias, o capitalista obterá um lucro ou lucro total. Este lucro total – forma da mais-valia – passa então a ser subdividido em lucro de empresário e juro. O lucro de empresário pertence ao capitalista ativo, por ser ele o responsável pelo gerenciamento do capital ao longo do seu ciclo de reprodução, e o juro pertence ao proprietário do capital.

Mas, quando o banco transforma seu capital-dinheiro ocioso em capital produtor de juros, emprestando-o ao capitalista ativo, este último nada mais faz do que ceder parte da mais-valia ao banco, por ser ele o

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa parte de uma análise do conceito de capital financeiro. Este tem sido utilizado com frequência para designar as transformações no capitalismo contemporâneo, sobretudo, a verificada no âmbito das grandes empresas e o seu forte entrelaçamento com os grandes bancos. Constatou-se, que os grandes monopólios e oligopólios, assumiram os principais setores econômicos, e isto, tanto em nível nacional quanto internacional. A reprodução do capital vai se concentrando e centralizando, cada vez mais, na forma das sociedades anônimas. Mas, se isto se confirma na práxis, entendeu-se como necessidade teórica, voltar ao seio do materialismo histórico para uma melhor compreensão do conceito de capital industrial, em especial pelo fato de Marx não trabalhar em sua obra com o conceito de capital financeiro. Neste sentido, foi através de uma revisão teórica do conceito de capital industrial, que se tornou possível apreender o movimento de valorização do capital, em seu ciclo de reprodução, qual seja, o ciclo do capital industrial. Verificou-se que o capital ao se reproduzir, encontra-se em movimento em uma das formas funcionais assumida por ele, no processo de reprodução, sendo a forma funcional de capital produtivo, o espaço por excelência de produção da mais-valia. Posteriormente, através da investigação da relação do sistema de crédito, a partir de Marx, com o processo de reprodução do capital, evidenciou-se a importância do capital produtor de juros no sistema de crédito, bem como as formas assumidas por este no processo de valorização do capital. Destaca-se neste ponto, a importância da relação estabelecida entre a cessão do capital dinheiro de empréstimo ao capitalista ativo, o qual transfere parte da mais-valia auferida ao prestamista do capital. A partir disso, elaborou-se a construção do conceito denominado de capital produtor de juros no mais alto grau, através do qual, demonstrou-se a desnecessidade da classe capitalista no processo de reprodução do capital.

Palavras-chave: capitalismo, capital financeiro, capital produtor de juros no mais alto grau.

Esse conceito de finança, expressa, conforme os autores, a separação entre a propriedade do capital e a gestão das funções capitalistas. Os proprietários do capital, em especial nos países do centro do capitalismo que em seu conjunto exercem o imperialismo, para os autores, estabelecem as diretrizes a serem seguidas pelos gestores do capital, os altos executivos. Assim, o gerenciamento do processo de reprodução do capital separa-se da propriedade, e encontra-se à cargo desse grupo de gestores, bem como dos trabalhadores em geral, e isso se evidencia, em especial, nas sociedades por ações.

Todavia, há que se destacar, primeiramente, o fato de Marx (2008) não trabalhar com o conceito de capital financeiro; segundo, o capital industrial para Marx (2008), refere-se a todo o capital a valorizar-se em seu ciclo de reprodução, qual seja, o ciclo de reprodução do capital industrial. Nesse ciclo de reprodução, o capital enquanto valor que se acrescenta, produz trabalho excedente, expressa a transmutação do processo de trabalho em processo de produção de mais-valia.

Portanto, é apenas no ciclo de reprodução do capital que se produz valor, mais-valia, e o capital em seu movimento ao longo do ciclo, assume para o capitalista ativo a forma de capital-dinheiro, capital produtivo e capital mercadoria.

Como se demonstrou, cada uma dessas formas, é apenas uma forma funcional na qual se encontra o capital no momento de sua reprodução.

Portanto, o advento do modo de produção capitalista é o próprio surgimento do capital industrial, o qual, por sua vez subsume o capital comercial e o capital usurário - formas antigas de capital - ao seu movimento.

Vale lembrar, o aparecimento do sistema de crédito como o conhecemos, é resultado do próprio desenvolvimento do modo capitalista de produção, inicialmente tendo de concentrar as funções técnicas do dinheiro, dando origem assim à uma categoria especial de capitalistas, as casas de câmbio e os bancos, as quais passam a concentrar essas funções. Mas, quando o sistema de crédito está plenamente desenvolvido, tem este como sua base, o capital produtor de juros.

O capital produtor de juros, por seu turno, aparecerá quando essa categoria especial de capitalistas, os bancos, concentram e centralizam parte do capital-dinheiro latente que não encontra espaço para reprodução, e esse processo como se viu, deve-se muito ao fato de a dinâmica da acumulação capitalista ser superior às possibilidades de reprodução do capital. Assim, as massas de capital-dinheiro latente impossibilitadas

Já Pinto (1997), entende que o conceito de capital financeiro deve ser ampliado, ou seja, o capital financeiro combina os atributos do capital na forma líquida e na forma produtiva, capital bancário, bem como máquinas.

O capital financeiro é assim, capital-dinheiro e capital industrial simultaneamente, líquido e produtivo, e seu centro de decisões encontra-se no mercado da Bolsa de valores e não na hegemonia dos bancos.

Chesnais (2005) destaca ser o capital portador de juros, o próprio capital financeiro, estando assim, o conceito apresentado por Hilferding em sua idade de ouro, a partir dos anos 80, momento no qual o capital da finança (fundos de investimentos, fundos de pensão e grandes bancos) se interpenetra com o capital industrial. É fase do advento do corporate governance a irradiar-se desde o centro do capitalismo.

Harvey (1990), coloca que a definição de Hilferding, apresenta limitações, porque foi definida como um bloco de poder estável, sob hegemonia dos bancos, e isso impede a observação das crises inerentes ao modo capitalista de produção. Para tanto, sugere que o capital financeiro seja entendido como uma unificação dos interesses do Estado, dos capitalistas detentores do capital-dinheiro, dos bancos e da grande indústria, ou seja, como um conceito complexo a expressar as múltiplas contradições do sistema capitalista, onde o Banco Central sempre tem a função de promover um equilíbrio relativo entre o sistema financeiro, a base monetária e a esfera da produção, através do manejo das taxas de juros.

Carcanholo e Nakatani (1999), destacam ser o conceito de capital financeiro, em geral, utilizado como um conceito institucional e referir-se àquele capital que aufere ganhos com juros e ganhos especulativos. Sugerem, na atualidade, ser o capital especulativo parasitário que subordina o capital industrial. Essa ação do capital especulativo parasitário assume uma lógica internacional, e a especulação toma conta tanto da reprodução do capital, bem como da circulação deste em escala mundial.

Esse capital especulativo parasitário, é, para os autores, fictício e real ao mesmo tempo, pois se ele expressa por um lado a reprodução do capital industrial, passará a expressar também a riqueza fictícia originária dos limites da reprodução capitalista, acelerando com isso a miséria. Será Duménil e Lévy (2005), utilizando o conceito de finança para designar a fração superior da classe capitalista e as instituições financeiras (Bancos, Bancos Centrais e Fundos de Pensão) que apresentarão uma contribuição distinta.

ABSTRACT

The present piece of research departs from an analysis of the concept of financial capital, which has been frequently used to describe the changes in contemporary capitalism, especially in the context of big business and its strong intertwining with large banking companies. It was verified that the big monopolies and oligopolies have taken on the main economic sectors, at both national and international levels, and that the reproduction of capital is increasingly becoming more centralized in the form of corporations. But if this was confirmed in practice, it was considered, as a theoretical necessity, to return to the bosom of historical materialism to a better understanding of the concept of industrial capital, in particular because of the fact that Marx did not deal with the concept of financial capital. In this direction, it was through a theoretical review of the concept of industrial capital that it was possible to apprehend the movement of capital appreciation in their reproductive cycle, that is, the cycle of industrial capital. It was found that the capital, by reproducing itself, is moving into one of its functional forms in the process of reproduction, and this functional form constitutes the privileged space for the production of surplus-value. Later on, through the investigation of the relationship between Marx's credit system and the process of capital reproduction, it was verified the importance of interest-producing capital for the credit system, as well as the forms taken on by that system in capital appreciation. It is worthy to note, at this point, the importance of the relationship between the loan capital and the active capitalist businessmen, who transfer part of the surplus-value of capital gains to the lender. From this, the concept of **interest-producing capital to the highest degree** was elaborated and, as a consequence, it was shown that the capitalist class is unnecessary for the process of capital reproduction.

Keywords: capitalism, financial capital, interest-producing capital to the highest degree.

exportadores de capitais, o Estado – ente político - dos principais países capitalistas coloca-se lado a lado com o capital financeiro nacional. E esta aliança do capital financeiro com o Estado, é tanto mais necessária quanto maior for a concorrência no mercado mundial, pois a exportação de mercadorias e de capitais tornam-se cada vez mais necessárias, à medida do esgotamento das possibilidades de reprodução do capital em solo nacional.

O Estado apresenta-se, assim para Bukharin (1984), sempre pronto a agir diplomaticamente, como agente de crédito e, quando necessário militarmente, para defender os interesses dos capitalistas financeiros nacionais no mercado mundial. O imperialismo é portanto a própria política do capital financeiro.

Por último, Bukharin (1984) ao destacar a relação do capital financeiro com a classe trabalhadora, percebe, apesar das mazelas do capitalismo para os verdadeiros produtores, o engajamento desta, nos países de capitalismo avançado, quando da luta concorrencial do mercado mundial, sendo esse movimento tanto mais forte quanto maiores as possibilidades para a venda da força de trabalho com melhores salários, e, inclusive, certa participação nos lucros. Até mesmo as guerras, fomentadas até o final do século XIX eram, de acordo com o autor, apoiadas e sustentadas com a ação da classe trabalhadora.

Mas, a própria guerra acabaria por politizar os operários e tornar visível o antagonismo de classe existente no centro do capitalismo, ou seja, o proletariado, esgotado de ser o front para a expansão da política do capital financeiro, do imperialismo, voltar-se-ia contra o poder do Estado imperialista e iniciar-se-ia assim, a ditadura do proletariado. Como se destacou, o conceito de capital financeiro abordado pelos três autores, em geral refere-se à união do capital bancário com o capital industrial.

Em especial para Hilferding (1985), o próprio conceito de capital industrial é entendido como capital produtivo. Quando se observa a definição de capital financeiro utilizada pelos autores contemporâneos, existem poucas variações com relação à abordagem dos clássicos, sobre o tema.

Para Corazza (2002), se o capital bancário dominava o capital industrial no início do século XX, dando origem ao capital financeiro, contemporaneamente o capital financeiro engloba e unifica o capital industrial, o capital comercial e o capital bancário, resultando na alta finança e contribuindo para a potencialização da acumulação real, assim como da acumulação fictícia.

Isso se ratifica, para o autor, com o aparecimento dos monopólios, oligopólios, trustes e cartéis, manifestados junto ao sistema bancário, bem como, junto à esfera do capital produtivo.

Vale lembrar que, para Hilferding o capital financeiro aparece pela primeira vez no início do século XX, no continente europeu, em especial na Alemanha.

Lênin (1977) por sua vez, ao analisar a questão do Imperialismo no início do século XX, também atenta para o fato da concentração e centralização do capital, tanto no setor bancário, quanto na esfera industrial, e observa o crescimento desse fenômeno se acentuar durante as crises, no modo de produção capitalista

Compreende estar a concentração e centralização do capital, expressadas na monopolização, na cartelização, tanto no setor bancário como no industrial, sob forte influência e domínio dos bancos. É para ele, um novo tipo de dominação, ou seja, a subordinação do capital em geral, pelo capital financeiro.

Desse modo, o capital financeiro aparece também como a fusão do capital bancário com o capital industrial, e se expressa em especial nas empresas por ações, grandes holdings. Esse movimento, é posto em prática, a partir do momento em que os bancos ao acumularem grandes somas de capital-dinheiro de todas as classes, passam a destiná-las para a esfera industrial, não apenas como empréstimo, mas principalmente na aquisição de ações. Ademais, o capital financeiro é a base do denominado imperialismo, ou seja, a expansão dos grandes monopólios e oligopólios, sob o comando dos grandes bancos para além das fronteiras nacionais.

Finalmente, através de Lênin (1977), observa-se, ser a classe trabalhadora responsável pela produção da mais-valia, do lucro, mas, o capital financeiro quando necessário, está disposto a cooptar as camadas superiores da classe trabalhadora, buscando enfraquecê-la à medida que aumenta a exploração e sua miserabilidade.

Bukharin, em sua análise da economia mundial, observa ser o imperialismo a grande problemática apresentada, e, este, por sua vez, tem como conceito chave a definição de capital financeiro. Mas o conceito de capital financeiro utilizado por esse autor, é o próprio conceito de capital financeiro de Hilferding.

Assim, para Bukharin (1984), ao ampliar-se o território econômico, é fático o capital financeiro aliar-se ao próprio Estado. Nesse sentido, na concorrência estabelecida no mercado mundial entre as grandes empresas produtoras de mercadorias, ou mesmo entre os grandes bancos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
 CAPÍTULO 2 - OS CLÁSSICOS NA TEMÁTICA DO CAPITAL FINANCEIRO	29
2.1 O capital financeiro em Hilferding	29
2.1.1 O crédito de circulação e o crédito de capital no modo de produção capitalista.....	29
2.1.2 A importância dos bancos e a cessão do crédito de capital monetário.....	35
2.1.3 A importância das sociedades anônimas	37
2.1.4 Os bancos e bolsa de valores: espaço de comercialização do capital fictício	42
2.1.4.1 A bolsa de mercadorias	45
2.1.5 Capital bancário e o lucro em geral	47
2.1.6 As associações monopolistas e a busca pelo lucro extra	49
2.1.6.1 A cartelização e monopolização do comércio.....	51
2.1.7 A transformação do capital monetário ocioso em capital financeiro	53
2.1.7.1 A demanda por capital monetário ocioso e a taxa de juros nos períodos de prosperidade e de crise.....	57
2.1.8 O capital financeiro e sua política econômica	63
2.1.9 O capital financeiro e as classes sociais	67
2.2 O capital financeiro em Lênin.....	70
2.3 O capital financeiro em Bukharin	81
2.3.1 A política do capital financeiro no mercado internacional	86
2.3.2 O capital financeiro como categoria histórica para Bukharin.....	89
2.3.3 O capital financeiro e as perspectivas da classe trabalhadora.....	94

CAPÍTULO 3 - O CAPITAL FINANCEIRO NA CONTEMPORANEIDADE.....97

- 3.1 O capital financeiro entendido como alta finança97**
 3.1.1 O capital financeiro e o capital fictício 99
- 3.2 O capital financeiro no capitalismo contemporâneo101**
- 3.3 O capital financeiro em sua idade de ouro: o ideário neoliberal sob a hegemonia da alta finança estadunidense105**
 3.3.1 O caso dos Estados Unidos como expressão da hegemonia das finanças..... 111
- 3.4 O capital financeiro como expressão das complexidades e múltiplas contradições da acumulação capitalista.116**
 3.4.1 As contradições entre o sistema financeiro e a sua base monetária: um dos pecados de Hilferding 117
 3.4.2 A taxa de juros e a acumulação 119
 3.4.3 A acumulação e suas etapas..... 120
 3.4.3 O capital financeiro como “classe” dos financeiros e dos capitalistas dinheirários 123
 3.4.3.1 O capital financeiro como unidade do capital bancário e industrial 123
- 3.5 O capital financeiro: um conceito teoricamente vazio128**
- 3.6 A hegemonia da finança como expressão da separação entre a propriedade e a gestão do capital: o neoliberalismo como a expressão máxima dessa separação e as contradições daí decorrentes132**
 3.6.1 O imperialismo estadunidense 135

CAPÍTULO 4 - DA GÊNESE DO MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO AO CAPITAL INDUSTRIAL.....143

- 4.1 O papel do capital comercial, do capital usurário e da acumulação primitiva como parceiros do novo modo de produção143**
- 4.2 O Surgimento da manufatura como a primeira fase do modo capitalista de produção160**
 4.2.1 O processo de trabalho 160
 4.2.2 A cooperação 167

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordou-se no primeiro e segundo capítulos, a definição de capital financeiro, nos clássicos e em autores contemporâneos relevantes. Posteriormente, construiu-se o arcabouço teórico para a fundamentação do capital produtor de juros no mais alto grau, definição, apresentada para mostrar como se dá a apropriação do produto excedente no que se considera a forma mais avançada de organização social da produção, qual seja, as sociedades anônimas, sociedades por quotas.

Entende-se relevante destacar algumas questões fundamentais acerca das duas definições.

Com relação aos clássicos sobre a temática do capital financeiro, Hilferding (1985) ao analisar as transformações no modo de produção capitalista, tem como objeto principal o desenvolvimento do sistema de crédito, oriundo do desenvolvimento do modo de produção capitalista; mas, a importância deste desenvolvimento do sistema de crédito, ao apresentar a definição de capital financeiro, recai sobre o papel dos bancos.

Assim, resultado da concentração e centralização do capital junto aos bancos, constata o autor que esses agentes passam a ter uma influência decisiva na condução da reprodução capitalista, em especial, porque para além de concederem crédito das mais diversas formas ao capital industrial, o estreito entrelaçamento emergido do empréstimo do capital-dinheiro ao capital produtivo, acaba por aumentar o poder dos bancos sobre a indústria.

Se os bancos, num primeiro momento, observam a solvência das empresas no curto prazo, em função do desconto de letras e pequenos empréstimos, a partir do momento no qual passam a emprestar grandes quantias do capital monetário ocioso acumulado, o foco volta-se para as estratégias de longo prazo do capital produtivo, principalmente quando se tornam acionistas dessas grandes empresas resultando na gênese do capital financeiro.

Portanto, o capital financeiro, para Hilferding (1985), é resultado da fusão do capital bancário e do capital industrial, expressão da concentração e centralização do capital no sistema bancário e simultaneamente do capital industrial, com primazia dos bancos, nessa nova etapa do modo de produção capitalista.

4.2.4 A divisão do trabalho	171
4.3 A manufatura, a cooperação e a divisão do trabalho que a acompanham: a primeira fase do modo de produção capitalista	172
4.4 Da máquina-ferramenta à grande indústria mecanizada: a segunda fase do modo de produção capitalista.....	182
4.4.1 Da máquina-ferramenta	187
4.4.2 Da maquinaria e a sua relação com a mais-valia relativa e a mais-valia absoluta.....	189
4.4.3 Do espaço fabril como <i>locus</i> de aglomeração das máquinas.....	191
4.5 Do surgimento do capital industrial	197
CAPÍTULO 5 - DA BASE DO SISTEMA DE CRÉDITO AO CAPITAL PRODUTOR DE JUROS NO MAIS ALTO GRAU	205
5.1 Do capital usurário ao sistema de crédito	205
5.2 O capital produtor de juros: base do sistema de crédito	208
5.2.1 A Gênese do capital produtor de juros	211
5.3 A taxa de juros.....	216
5.4 Juro e lucro de empresário.....	218
5.5 O capital dos bancos	221
5.6 O empréstimo do capital-dinheiro nos períodos cíclicos e as flutuações da taxa de juros.....	228
5.7 Do capital produtor de juros ao capital produtor de juros no mais alto grau	232
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	247
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	257

tor de juros no mais alto grau -, tornam-se supérfluas. Mas, reside aí uma diferença qualitativa, enquanto à primeira pertence a mais-valia, o trabalho excedente, por ser ela a proprietária do capital, à segunda resta a miséria, na medida, em que parte crescente dos trabalhadores não conseguem mais se reproduzir vendendo sua força de trabalho.

Esse é o explicitar da racionalidade burguesa. A produção da riqueza material vai se autonomizando da ação humana pelo trabalho e no trabalho ao longo do modo de produção capitalista, mas limita-se a satisfazer as necessidades dos homens porque o homem ainda não é o pressuposto e resultado de si mesmo. A racionalidade burguesa tem o homem como pressuposto, e a acumulação de capital como resultado. Por ora, apenas os proprietários do capital podem desfrutar da materialidade social como classe desnecessária na produção desta, isto é constatado, através do capital produtor de juros no mais alto grau.

Mas, se uma nova forma de organização social da produção, enquanto superação da racionalidade burguesa, que incorpore o desenvolvimento das forças produtivas e traga em seu seio o homem como pressuposto e resultado de si mesmo, ainda não se faz visível, pois é produto histórico da ação dos homens, já se pode constatar que essa apenas será bem sucedida se assentar-se na libertação do homem de si mesmo enquanto trabalhador, em concordância com Aued (2005b).

dos os custos, juros grandes ou pequenos, os chamados dividendos. É o que se dá por exemplo, com as estradas de ferro. Elas não entram no nivelamento da taxa geral de lucro, uma vez que fornecem taxa menor que a taxa média de lucro. Se entrassem, fariam esta cair muito mais. Do ponto de vista teórico, podemos incluí-las no cálculo e obter uma taxa de lucro menor que aquela que parece existir e realmente determina os capitalistas, pois é justamente naqueles empreendimentos que o capital constante é maior em relação ao variável. (2008, p. 316, L.3, V.4)

E tem de ser assim, pois quando a queda tendencial da taxa de lucro apresenta-se, cada vez mais, como um entrave à reprodução do capital individual, e as contratendências já não conseguem evitar os impactos econômicos do aumento da composição orgânica, o princípio que orienta a classe capitalista volta-se para a massa de mais-valia, apropriada na forma de juro (rendimento), até mesmo porque ela não faz mais parte do processo de gerenciamento do capital em seu ciclo de reprodução, desaparecendo portanto, a categoria “lucro de empresário” como forma da mais-valia.

Por último, é relevante perceber como o capital produtor de juros no mais alto grau expressa a desnecessidade crescente do trabalhador coletivo. Este, transformado em apêndice da máquina, é cotidianamente liberado do processo produtivo, na medida em que, a própria ação do trabalhador coletivo se objetiva, cristaliza-se numa base material mais desenvolvida cientificamente. Visto de outro modo, o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho, com a gênese da grande indústria moderna, acaba por autonomizar o processo de reprodução do capital e simultaneamente tornar o homem enquanto trabalhador em elemento supérfluo para a expansão da riqueza material.

Em assim sendo, evidencia-se o aumento absoluto do exército industrial de reserva, como decorrência do aumento da composição orgânica do capital, que mais cedo ou mais tarde acaba por se instalar em todos os ramos de reprodução do capital industrial, bem como naqueles que apenas exercem as funções de circulação do capital, como o capital comercial e o comércio de capital dinheiro.

Demonstrou-se anteriormente, como tanto a classe capitalista quanto a classe trabalhadora - com a gênese do chamado capital produ-

INTRODUÇÃO

O final do século XX e o novo século iniciado foram de intensas transformações no que diz respeito ao modo de produção capitalista. Foi o momento em que se manifestaram de forma mais acentuada as características da reprodução do capital e seu desenvolvimento histórico. Observou-se, nas últimas décadas, mudanças significativas na organização social da produção, na dinâmica da reprodução do capital e no próprio sistema de crédito que a acompanha.

Os grandes monopólios e oligopólios assumiram, sem sobra de dúvidas, os principais setores econômicos e isso tanto em nível nacional quanto internacional. Neste sentido, a reprodução do capital vai se concentrando e centralizando como propriedade de capitalistas associados.

Todavia, esse movimento, essa dinâmica do capitalismo contemporâneo, não é exclusividade da esfera da produção e reprodução do capital. Adentra também a esfera da circulação, a qual compreende o comércio de mercadorias e o próprio comércio de dinheiro. Assim, a produção de mercadorias nos principais setores econômicos é efetuada por empresas na forma de sociedades anônimas, e por sua vez, o mesmo ocorre com a comercialização de mercadorias e o com a própria operacionalização do sistema de crédito. Por outro lado, também se evidencia um entrelaçamento entre estas grandes empresas que passam a operar não apenas num setor ou ramo econômico, mas em muitos casos, desde a esfera produtiva até a esfera financeira. É o que Braga (1997), denominou de capital financeiro moderno, o qual traz em seu seio um novo padrão de riqueza, originado nos Estados Unidos¹ no final dos anos 60-início dos anos 70, qual seja: a financeirização. Esta fora resultado do esgotamento de um período regulatório da economia – inicialmente estadunidense -, que acabou por abolir os tetos para taxas de juros, empréstimos das instituições financeiras em geral, bem como os espaços específicos de atuação dessas instituições. Surgem assim, as chamadas

¹ É importante observar – conforme coloca Braga (1997) – que o contexto da liberalização financeira se dá num momento de fortes déficits no Balanço de Pagamentos dos EUA, originados na conta capital com a internacionalização de corporações e bancos, bem como numa monetização da dívida pública estadunidense, acabando por se refletir no fim do acordo de Bretton Woods em 1971.

inovações financeiras, onde as quase-moedas (títulos de toda espécie facilmente comercializáveis) tornaram-se instrumentos poderosos de rentabilidade e aplicações financeiras. A partir deste momento, as grandes empresas financiam-se entre si pela emissão de títulos diversos, ocorrendo a desintermediação bancária, e por outro lado, os bancos passam a ofertar créditos para muito além da capacidade patrimonial.

De todo modo, se processa para Braga (1997), um novo padrão de riqueza, trazendo em si uma mudança na estrutura patrimonial/organizacional de empresas, em todos os setores importantes. As grandes corporações passam a operar não apenas no espaço produtivo, dado os sinais de esgotamento do investimento como variável chave, mas a partir desse momento, a atuarem no comércio de títulos em geral, em muitos casos mesmo sem a intermediação financeira. Já os bancos, passam a ser acompanhados por novas instituições financeiras, como fundos de pensão e fundos de investimentos. O tempo do comércio de quase-moedas é reduzido, e tanto mais rápido quanto mais se desenvolvem as novas tecnologias de informação e comunicação. Para as empresas, verifica-se que o lucro total passa a ser segmentado em lucro operacional e lucro financeiro, assumindo o lucro financeiro um percentual crescente em relação ao lucro total. No caso das instituições financeiras, o lucro total é subdividido em lucro com operações de crédito de capital para investimento e crédito pessoal, bem como, lucro com a comercialização de títulos em geral e títulos da dívida pública.

A liberalização financeira, que expressa uma série de modificações no âmbito empresarial, creditício e bursátil, e que acabara por limitar a atuação da Autoridade Monetária estadunidense – Banco Central – no plano interno, após 1979, depois da adoção de uma política fiscal expansionista e monetária restritiva, mantivera a hegemonia do dólar por meio do aumento do endividamento público² estadunidense, refletindo-se, isso no mercado mundial capitalista, com o aumento de moedas e ativos financeiros em circulação. Agilizam-se a negociação de papéis e transações financeiras de toda espécie, interligam-se os principais Bancos Centrais e as principais bolsas de valores. É a busca do

² Conforme Marques e Nakatani, “Nos Estados Unidos, pela primeira vez, foram reunidas as condições políticas e sociais que permitiram aos investidores institucionais (seguradoras, fundos de pensão, fundos coletivos de aplicação e bancos que administram sociedades de investimento) se apropriarem da política monetária que sustentava uma taxa de juros elevada e de se beneficiarem da liberalização e da desregulamentação das operações de aplicação e de movimentos de capitais. Mas a partir de 1984-1985, todos os outros países do G7 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá) passaram a financiar seus déficits orçamentários com títulos negociáveis no mercado financeiro” (2009, p. 56).

de produzir mais, a preços de produção menores, quando comparados aos preços de produção de mercado, aumentando com isso as vendas e obtendo um lucro extra, um lucro adicional – até generalizar-se o novo método de produção e estabelecer-se com ele novo nivelamento dos preços de produção de mercado decorrente de uma queda na taxa média de lucro para um determinado ramo –, se a concorrência acaba por aumentar a quantidade de valores-de-uso produzidos no mesmo tempo de trabalho, reduzir o preço de produção unitário ou o valor individual das mercadorias, por outro, como resultado do aumento da produtividade social do trabalho o qual ela estimula e exige, acaba por aumentar a composição orgânica do capital para um determinado ramo e com isso a queda na taxa geral de lucro para o ramo todo.

Essa contradição interna do capitalismo, se difunde gradativamente aos mais diversos ramos, e na medida em que se acentua, acaba por orientar a atenção dos capitalistas, agora associados, não mais para o nivelamento da taxa geral de lucro – expressão da divisão da mais-valia social pelo capital social adiantado –, mas, para a massa de mais-valia possível de acumular, ainda que com taxas decrescentes, em relação ao capital adiantado e transferida na forma de juro, de rendimento ou dividendo aos capitalistas associados, por serem eles os proprietários do capital, do capital produtor de juros no mais alto grau, conforme o definimos.

Portanto, a definição anteriormente apresentada do capital produtor de juros no mais alto e a sua relação com a queda tendencial da taxa de lucro, foi fundamentada a partir de Marx, para o qual,

Com o progresso da acumulação capitalista, que está aliado à acumulação acelerada, parte do capital é contabilizada e empregada apenas como capital que dá um rendimento, ou seja, um juro.

Não no sentido de o capitalista que empresta capital contentar-se com o juro, enquanto o capitalista industrial embolsa o ganho de empresário. Isto não atinge o nível da taxa geral de lucro, pois aí o lucro = juro + lucro de toda espécie + renda fundiária, estando fora de seu domínio a repartição nessas categorias particulares. O sentido aqui é o de esses capitais, embora aplicados em grandes empreendimentos produtivos, só fornecerem, após deduzidos to-

os capitalistas conduz à concentração dos capitais já formados, ou seja a centralização dos capitais, ou mesmo em novos ramos, onde a produção tem de ser em larga escala, devido aos enormes dispêndios necessários em capital constante, em especial capital fixo.

Nesse sentido, as sociedades anônimas se constituem com uma alta composição orgânica do capital, mas uma composição orgânica muito acima da composição social média, e por isso mesmo o capital dos capitalistas associados, o capital produtor de juros no mais alto grau, à medida que vai se espraiando pelos mais diversos ramos não pode entrar no cálculo da taxa geral de lucro ou lucro médio, pois se entrar, fará o nivelamento da taxa de lucro cair ainda mais rapidamente.

Dado o enorme montante de capital, concentrado através das sociedades anônimas, mas que é acompanhado pelo aumento da composição orgânica do capital, sem precedentes, importa aos capitalistas associados não mais a taxa de lucro médio ou o lucro extra os quais podem ser auferidos pelos capitalistas individuais, mas sim a massa de mais-valia produzida pelo trabalhador coletivo e transferida aos acionistas na forma de juro, rendimento ou dividendo.

É importante perceber que, à medida que a taxa de lucro ratifica sua tendência à queda, em função do aumento da composição orgânica do capital, nos mais diversos ramos, e aumenta o montante de capital necessário para se iniciar ou expandir a reprodução, a queda nessa taxa passa a ser compensada por um aumento na massa de lucro, pois um capital adiantado por exemplo de 100, sendo 50 em capital constante e 50 em capital variável e dado uma taxa de mais-valia de 100%, tem ao final de um período de rotação de 1 ano, uma taxa de lucro de 50% e uma massa de lucro – igual a massa de mais-valia – de 50. Quando aumenta o montante mínimo para a produção de mercadorias em determinado ramo, por exemplo, para 400, sendo 300 despendido em capital constante e 100 em capital variável, mantendo-se a taxa de exploração em 100%, tem-se ao final do período de rotação de 1 ano, uma taxa de lucro de 25% e uma massa de lucro de 100. A massa lucro de 100 a uma taxa de lucro de 25% é maior portanto do que a massa de lucro anterior de 50 a uma taxa de lucro de 50%. Isso implica que um capital maior, mesmo a uma taxa de lucro menor – mantendo-se constante o grau de exploração da força de trabalho - produz uma massa de mais-valia maior quando comparada a um capital pequeno, com uma alta taxa de lucro.

Assim sendo, conforme aumenta a concorrência entre os capitalistas pelo lucro extra nos mais diversos ramos, esta concorrência acaba por se refletir numa queda tendencial da taxa geral de lucro, pois no afã

ganho especulativo, a qual torna-se uma regularidade para as grandes empresas, independentemente do setor de atuação³.

É o que Borón (2001), denominou de “novos leviatãs”: grandes empresas, que para além de manifestarem uma nova fase do capitalismo – a do também conhecido por neoliberalismo -, aprofundaram a especulação pelos principais estados nacionais, globalizando processos econômicos e financeiros; enfraqueceram as instituições não somente na periferia, mas também no centro do capitalismo, e tornaram visível a ilusão da democracia como promotora da inclusão social, pois:

O que queríamos colocar é que qualquer ordem democrática, por mais imperfeita que seja, tem uma tendência irrefreável à inclusão total, que contradiz abertamente o que ocorre no âmbito mercantil. No mercado prevalece uma lógica completamente diferente. Não existe nele uma dinâmica inclusionista nem, menos ainda, um desejo de potencializar a participação de todos. Pelo contrário, a competição, a segmentação e a seletividade são as características que o definem. Em resumo, enquanto a democracia se orienta tendencialmente para a integração de todos, conferindo aos membros da sociedade o *status* de cidadão, o mercado opera sobre a base da competição e da “sobrevivência dos mais aptos”, e não está em seus planos promover o acesso universal da população a todos os seus bens (BORÓN, 2001, p. 180).

Assim, ao longo das últimas quatro décadas assistiu-se ao aniquilamento do Estado de Bem-Estar Social, bem como, o aprofundamento da pobreza e exclusão social, em especial nos países capitalistas cen-

³ A esse respeito, vale lembrar a obra de Arrighi “O longo século XX”, onde o autor apresenta os chamados Ciclos Sistêmicos de Acumulação, os quais compreendem um período de duração de um século pelo menos, e são estruturados sob duas fases: fase de expansão material e fase de expansão financeira. Na primeira fase é constatado que a centralidade da acumulação capitalista recai sobre a esfera produtiva. Na segunda, como resultado do esgotamento da fase de expansão material, a centralidade da acumulação de capital volta-se para os negócios financeiros. De acordo com isso, o autor identifica a existência de 4 Ciclos Sistêmicos de Acumulação em escala mundial: “um ciclo genovês, do século XV ao início do XVII; um ciclo holandês, do fim do século XVI até decorrida a maior parte do século XVIII; um ciclo britânico, da segunda metade do século XVIII até o início do século XX; e um ciclo norte-americano, iniciado no fim do século XIX e que prossegue na atual fase de expansão financeira” (1996, p. 6)

trais. Também na periferia, o neoliberalismo, em geral, foi devastador, com algumas exceções para os países emergentes onde, em especial na última década, o Estado teve uma maior intervenção econômica, manteve e criou alguns direitos sociais para a população.

De toda forma, para Contijo e Oliveira (2009), o resultado desse padrão de riqueza sustentado na financeirização, acabara por mostrar os limites do capital financeiro, com a crise do subprime em 2007, e isso, segundo os autores, confirmara a tese de Chesnay e outros marxistas, da inevitabilidade das crises de grandes proporções, acompanhada de uma nova aproximação entre a esfera produtiva e a esfera financeira, após a destruição de parte dos ativos financeiros.

Afinal, de acordo com estimativas do Banco de Desenvolvimento Asiático (BDA), a desvalorização de ativos financeiros entre o início da crise do *subprime* e princípios deste ano supera US\$ 50 trilhões, sem que se vislumbre qualquer tendência à sua recuperação, até porque o baque da economia “real” – fundamento último de toda valorização financeira – ainda em curso, promete ser profundo, e, sem a recuperação da atividade econômica, não é possível a revalorização do preço dos ativos (CONTIJO e OLIVEIRA, 2009, p. 149-150).

Para Marques e Nakatani (2009), a crise atual é simplesmente uma crise do capital, observada nas últimas décadas, e que se manifesta em primeiro plano na esfera financeira, porque esta fora o centro dinâmico da acumulação. Expressa a dominância na busca do “fazer dinheiro sem passar pelas agruras da produção” (2009, p. 63), fenômeno que traz em si a primazia do capital portador de juros, bem como do capital fictício, sobre as relações econômicas e políticas.

Aqui, é importante perceber, como tanto o lucro quanto o juro, são considerados pela ciência burguesa contemporânea, rendimentos do fator de produção “capital”. Desde Smith (1983), a ciência burguesa tem considerado como fatores de produção: a terra, o capital e o trabalho; sendo a renda fundiária, o lucro e os salários, os respectivos rendimentos desses fatores. Mas, conforme Marx (2008), quanto mais se desenvolve a reprodução capitalista, mais a fórmula capital-lucro se converte em capital-juro, e os rendimentos dos fatores produtivos, em especial este último – o juro –, ocultam por completo a verdadeira fonte de todos os

de produção. O próprio aparecimento desse novo formato de organização social da produção, já é resultado do desenvolvimento das forças produtivas, do aumento crescente da composição orgânica social média, em especial com o advento da grande indústria, a qual por sua vez exige um montante crescente de capital a ser despendido nos mais diversos ramos, em especial nos novos.

Assim sendo, o tamanho dos capitais individuais para se iniciar um novo negócio tem de aumentar com a dinâmica da acumulação, e mesmo para expandi-lo. A concorrência, fruto da busca pelo lucro extra, acentua a queda na taxa global de lucro ou no lucro médio como tendência em todos os ramos, expressão do aumento crescente do preço de custo do capitalista para além do crescimento da massa de lucro.

Verifica-se que, o preço de custo global aumenta mais do que aumenta a massa global de lucro, e a queda tendencial na taxa de lucro se ratifica. Ou seja, os dispêndios dos capitalistas em geral, com capital constante, são superiores aos dispêndios com o capital variável, responsável pela produção da massa de mais-valia.

Todavia, de acordo com Marx (2008), ainda que os fatores contrários à manifestação da queda da taxa de lucro como uma Lei – como o aumento do grau de exploração da força de trabalho, a redução dos salários, a baixa de preço dos elementos do capital constante, a superpopulação relativa, o comércio exterior – a perturbem e a transformem em queda tendencial da taxa de lucro, destaca-se a importância assumida pelas empresas por ações, por quotas, na determinação da taxa geral de lucro.

Como se viu, essa taxa geral de lucro ou lucro médio, é a expressão da massa de lucro global, dividida pelo capital global adiantado. Esta taxa, expressa tendência à queda, por aumentar o preço de custo global do capital que se valoriza – por aumentar a composição orgânica desse capital – para além da acumulação crescente, da massa crescente de lucros.

O aparecimento das sociedades anônimas é produto do desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista, vindo em seguida a ser seu pressuposto. Representando uma nova forma de organização social da produção, tem o predomínio dos capitalistas associados. A propriedade privada individual capitalista é suplantada, e com isto se abrem as possibilidades de expandir a produção de mercadorias em larga escala, exigindo um montante de capital inicial impossível de ser atingido pelo capitalista individual. Esse novo formato de organização social da produção, surge nos ramos antigos onde a concorrência entre

Los ferrocarriles y gran parte de las líneas transoceánicas de navegación no son propiedad de capitalistas individuales, que dirijan este negocio, sino propiedad de sociedades anónimas, cuyo funcionamiento es dirigido por empleados a sueldo, por servidores que ocupan en todos los respectos la posición de trabajadores de categoría superior y mejor pagados. En cuanto a los directores y los accionistas, saben perfectamente que es mucho mejor para los negocios que los primeros no se ocupen para nada de la dirección ni los segundos de la fiscalización de la empresa. La única función que a los propietarios de ésta se les reserva es, de hecho, una fiscalización muy somera y casi siempre muy superficial. Vemos, pues, que la única función que en realidad se les asigna a los propietarios de estas gigantescas empresas es la de percibir semestralmente sus dividendos. La función social del capitalista há pasado aquí a las manos de servidores asalariados; lo que no impide que el capitalista siga embolsándose bonitamente, en forma de dividendos, la remuneración de aquellas funciones que ya no ejerce. (ENGELS, 1987, p. 539)

Portanto, o advento da grande indústria trouxe em seu seio, não apenas o germe da desnecessidade de parte cada vez maior do número de trabalhadores, mobilizados na produção da riqueza material, como resultado da introdução da maquinaria. Trouxe também, o germe da desnecessidade da classe capitalista, como responsável pelo comando do capital ao longo do seu ciclo de reprodução.

Esse produto histórico da ação dos homens, é tanto mais evidente quanto maior é o número de empresas na forma de sociedades anônimas, e quanto maior os ramos produtivos que vão ficando a cargo desse novo formato da organização social da produção.

Observe-se, como essa desnecessidade crescente do número de trabalhadores, é simplesmente resultado do enorme desenvolvimento das forças produtivas, manifestado na composição orgânica do capital. O surgimento das sociedades anônimas acelera o aumento da composição orgânica do capital, sem precedentes na história do modo capitalista

rendimentos: a produção da mais-valia, de trabalho excedente, a cargo da classe trabalhadora, do trabalhador coletivo. Assim, a própria luta de classes, tem sido encoberta pela aparência de uma divisão natural entre as diversas classes sociais, fundamentada, na propriedade privada dos fatores de produção – a terra, o capital e o trabalho – e seus respectivos rendimentos. A produção e reprodução da riqueza material social, sua distribuição e acumulação, aparecem então, como resultado da interação entre os fatores produtivos, quando, na essência, são expressões de relações sociais, estabelecidas entre proprietários e não-proprietários do capital, no processo de produção da mais-valia.

Contudo, se parte da crise acabou sendo minimizada, isso fora resultado da intervenção estatal em vários países – em especial através da ação conjunta de Bancos Centrais – a qual teve como objetivo, garantir parte dos ativos financeiros duvidosos, por meio do endividamento público.

Para Souza (2010), isso mostra o fracasso do neoliberalismo enquanto padrão de acumulação, por sua vez, assentado na desregulamentação dos mercados. Neste sentido, é ao Estado que competirá a regulação da esfera financeira e a volta do incentivo ao investimento produtivo, através do crédito público. Ou seja, orientar o novo padrão de acumulação do capital financeiro, que se desenha para órbita produtiva, pois:

19) Estamos diante de um fato estrutural de máxima importância. Pois o capital financeiro é uma forma de capital que permite a sua valorização através das órbitas financeiras e produtivas. E quando se fala de hegemonia financeira (até se fala, impropriamente, de hegemonia do capital financeiro), o que se está argumentando é que há uma concentração de recursos e resultados na órbita financeira, de tal modo que essa órbita se torna uma atração inexorável para os capitais livres em toda a economia. Então, cabe distinguir várias coisas: a) capital financeiro, que é uma forma de valorização do capital; b) órbita financeira, que é uma das esferas de valorização; c) finanças, que são o agregado de empresas ou corporações financeiras, bancárias e não bancárias, que atuam através da órbita financeira. Tudo isso serve para dizer que a atual

época do capital, que começa após a crise do capitalismo do século XIX, é a época do capital financeiro. Mas, pode-se destacar, o período que vai de 1979 a 2009 é a fase onde se concentra uma hegemonia na órbita financeira, “esta flor do pecado”, que atrai o máximo possível de recursos disponíveis para a valorização do capital. Em razão de quê? Do desequilíbrio incremental de valor fornecido pela taxa de juros sobre a taxa de lucro esperada. (SOUZA, 2010, p. 7)

Como se viu, têm sido recorrentes os debates acerca da dinâmica da reprodução capitalista, e, em especial nas últimas quatro décadas, a centralidade dos debates, voltou-se para o que muitos autores chamaram de capital financeiro, conceito esse, em geral, utilizado para expressar o entrelaçamento dos grandes conglomerados industriais com os grandes bancos, bem como, os grandes fundos de pensão e investimentos. Assim, o capital financeiro em sentido amplo, aparece como expressão da primazia dos negócios financeiros na reprodução do capital, e, para além de subordinar o capital industrial - também entendido geralmente como capital produtivo - promovera a desregulamentação do âmbito financeiro, possibilitando um enorme avanço do capital fictício.

Foi com a intenção de compreender os movimentos do capital financeiro e sua importância no modo de produção capitalista, que iniciaram-se os primeiros estudos no ano de 2003, buscando-se investigar a concepção de capital financeiro, bem como seus impactos sobre a classe trabalhadora e a sua relação com a dívida pública, em estudo elaborado como trabalho final de dissertação de mestrado. Apesar do avanço teórico obtido na elaboração do trabalho, ficara em aberto duas questões importantes: poderia o conceito de capital industrial ser entendido como capital produtivo? O conceito de capital financeiro serviria para explicar a desnecessidade da classe capitalista na produção da riqueza material?

Assim, este trabalho tem por hipótese que o conceito de capital financeiro (sendo resultado da fusão do capital industrial com o capital bancário - para alguns até, com os grandes fundos de pensão e investimento - sob a primazia deste último, expresso no aparecimento dos grandes monopólios e oligopólios existentes), utilizado desde os autores clássicos até os contemporâneos - no âmbito marxista -, apesar de clarificar inúmeras questões acerca da importância do sistema de crédito e

Agora, com capital produtor de juros no mais alto grau, a transmutação do processo de trabalho em processo de produção de mais-valia atinge seu apogeu.

Quando o processo de trabalho é expressão da unidade do trabalhador individual, com os meios de produção, sendo o produto de seu trabalho, sua propriedade, tem o processo de trabalho de ser decomposto, para iniciar-se a produção cooperativa fundada na divisão do trabalho. É a transmutação do processo de trabalho em processo de produção de mais-valia. Origina-se, como se demonstrou anteriormente, no momento em que o trabalhador é separado da propriedade dos seus meios de produção e de subsistência, os quais passam a ser propriedade do capitalista. É, como se viu, o advento do modo capitalista de produção.

Porém, o seu desenvolvimento histórico, acompanhado do desenvolvimento das forças produtivas, das relações sociais de produção e do desenvolvimento do sistema de crédito que o acompanha, acaba por separar completamente o proprietário do capital do processo de reprodução do mesmo. E isso é verificado com o surgimento das sociedades anônimas, em meados do século XIX.

Assim,

La función económica de la clase media capitalista há consistido, en efecto, en crear el moderno sistema de las fábricas y medios de comunicación movidos a vapor, quitando de en medio todos los obstáculos económicos y políticos que frenaban o entorpecían el desarrollo de este sistema.

Mientras la clase capitalista cumplió esta función, no cabe duda de que era, en las condiciones existentes, una clase necesaria. ¿Pero sigue siéndolo ahora? ¿Sigue cumpliendo ahora su verdadera función, que es de dirigir y ampliar la producción social en beneficio de toda la sociedad? Veamos.

Comenzando por los medios de transporte e comunicación, vemos que el telégrafo se halla en manos del gobierno.

Por isso, apresenta-se a categoria de capital produtor de juros no mais alto grau, para designar o movimento de valorização real do capital, no formato mais avançado da organização social da produção capitalista.

Se, no sistema de crédito plenamente desenvolvido, o capital-dinheiro latente, concentrado nos bancos, converte-se em capital apenas quando é capital produtor de juros, ao ser emprestado para outro capitalista, já o capital-dinheiro latente, em poder dos capitalistas associados, nas sociedades anônimas, converte-se em capital produtor de juros no mais alto grau, apenas por ser resultado da ação do trabalhador coletivo, pois o capitalista ativo fora substituído em sua função por um trabalhador, o qual possui um alto grau de qualificação.

O capital-dinheiro de empréstimo, concentrado nos bancos, ao converter-se em capital produtor de juros no ato do empréstimo ao capitalista ativo, tem sua remuneração – o juro - aparentemente oriunda de parte do lucro total do capitalista ativo. Para o banco, valorizar o capital, é convertê-lo em capital produtor de juros sem a preocupação do movimento do capital em seu ciclo real de valorização, qual seja, o ciclo do capital industrial.

Para os capitalistas associados em empresas por quotas, por ações, converter o capital-dinheiro concentrado e latente em seu poder, significa convertê-lo em capital, valor que se valoriza sem necessidade de seu gerenciamento no ciclo de reprodução.

Por isso, designa-se de capital produtor de juros no mais alto grau, esse capital-dinheiro latente dos capitalistas associados, que nas sociedades anônimas se converte em capital, valor que se valoriza sem nenhuma participação dos proprietários no processo efetivo de reprodução, tendo no juro (rendimento), a forma aparente de todo o trabalho excedente, de toda a mais-valia produzida.

Note-se, como essa mais-valia produzida pelo trabalhador coletivo, caberá ao capitalista na forma de juro (rendimento, dividendo) de acordo com sua quota parte, enquanto capitalista associado, ou seja, conforme a quantidade de ações das quais é proprietário.

É o desenvolvimento do modo de produção capitalista explicitando ao máximo a separação entre proprietários e não proprietários do capital. Ratifica-se, a partir desse momento, ser a classe trabalhadora - o trabalhador coletivo - o único responsável pela produção da riqueza material social. É a classe verdadeiramente necessária.

sua relação com a reprodução do capital é limitado, para compreender o ciclo de reprodução do capital.

Portanto, o objetivo geral deste trabalho é, a partir do estudo do ciclo de reprodução do capital e do sistema de crédito, analisar como se dá a produção e apropriação da mais-valia, tendo em vista o conceito de capital produtor de juros no mais alto grau.

Os objetivos específicos são: a) compreender a relação do capital financeiro com a dinâmica de reprodução do capital; b) buscar, a partir do seio do materialismo histórico, compreender o surgimento do capital industrial e o funcionamento do seu ciclo de reprodução; c) apresentar o conceito de capital produtor de juros no mais alto grau.

A elaboração desta tese esteve fundamentada numa abordagem teórica de caráter analítico-dedutiva. O texto apresentado é resultado de uma análise dedutiva, amparada nos pressupostos teóricos desenvolvidos por Karl Marx em sua obra “O capital”.

Inicialmente, partiu-se de uma revisão do trabalho de dissertação elaborado em Agosto de 2003, intitulado “Uma redefinição teórica do conceito de “Capital Financeiro” e sua relação com a dívida pública e com a classe trabalhadora”.

No primeiro capítulo desta tese, procedeu-se à revisão bibliográfica dos textos clássicos na temática do capital financeiro, sendo eles: “O capital financeiro” de Hilferding, “Imperialismo: fase superior do capitalismo” de Lênin, e “A economia mundial e o imperialismo” de Bukharin. Buscou-se observar a definição do conceito de capital financeiro utilizada pelos respectivos autores, assim como, a relação do capital financeiro com desenvolvimento do modo capitalista de produção.

No segundo capítulo, elaborou-se uma revisão bibliográfica de autores contemporâneos, que discutem a temática do capital financeiro e das finanças, no seio do marxismo, dentre os quais se destacam Chesnais, Dumenil, Harvey, entre outros. Intentou-se verificar como esses autores, utilizaram-se do referido conceito para explicar as transformações do capitalismo na atualidade.

No terceiro capítulo, considerou-se necessário revisar na obra “O Capital” de Karl Marx, o conceito de capital industrial. Para tanto, empreendeu-se a tarefa de análise da importância da acumulação primitiva, do capital comercial e do capital usurário. Após, buscou-se observar a dinâmica da reprodução do capital no período manufatureiro e quando da gênese da grande indústria moderna.

No quarto e último capítulo, buscou-se, através dos estudos sobre a importância da base do sistema de crédito no modo de produção capi-

talista – o capital produtor de juros -, juntamente com a compreensão do conceito de capital industrial, exposto no terceiro capítulo, apresentar o que denominou-se de capital produtor de juros no mais alto grau

dica e econômica (de valorização) do capital. Essa separação entre a função jurídica e de valorização do capital, torna explícito que os trabalhadores são os verdadeiros produtores da riqueza material, mas essa riqueza pertence à classe capitalista, por se ela a proprietária do capital.

Constata-se, assim: nas sociedades por ações, sociedades anônimas, o capital – somatório das quotas dos capitalistas associados - assume a forma de valorização do capital produtor de juros, análoga ao sistema de crédito desenvolvido, com uma diferença qualitativa: não é emprestado a outro capitalista, o capitalista ativo por exemplo. O capital, com advento das sociedades anônimas, é convertido em valor que se valoriza, quando a utilização do valor-de-uso do capital como valor que se mantém e se reproduz, separa-se completamente do capitalista, fica única e exclusivamente sob o comando de trabalhadores.

Por isso, entende-se que o capital produtor de juros encontra sua forma mais acabada⁶⁸ quando todo o trabalho excedente aparece na forma de rendimento (juro) para os capitalistas associados. É o que se denomina de capital produtor de juros no mais alto grau, resultado da apropriação do produto excedente, da mais-valia, sem atuação alguma do capitalista no ciclo de reprodução do capital.

É o desvelar do fetiche da economia política clássica, quando ao relacionar o juro à simples propriedade do capital⁶⁹, não demonstra a verdadeira fonte desse rendimento: a força de trabalho coletiva que produz a mais-valia. E, com o advento das sociedades anônimas no século XIX, essa nova forma de organização social da produção, amparada no pleno desenvolvimento do sistema de crédito, eleva essa aparência ao grau máximo.

Mas, apesar de separados do processo de valorização do capital, os capitalistas mantêm em seu poder a propriedade na forma de ações. Serão essas ações, a garantia do direito para a se apropriarem da mais-valia na forma de juro (rendimento).

⁶⁸ É importante observar a diferença entre a transformação do capital-dinheiro latente em capital produtor de juros por meio da aquisição de capital fictício, da conversão do capital-dinheiro latente em capital produtor de juros no mais alto grau. No primeiro caso, os movimentos de valorização do capital poderão ocorrer sem vínculo algum com o processo de valorização do capital industrial, como pura especulação, expressando uma riqueza imaginária. No segundo caso, isso não é possível, pois apesar do capitalista não gerenciar mais o processo de reprodução, o juro (rendimento) do capital tem existência real, é a mais-valia apropriada como resultado da organização social da produção em seu grau mais avançado.

⁶⁹ Como já colocara Smith (1983) em 1766 em sua “Uma investigação da causa da riqueza das nações”.

priedade privada capitalista é individual. Já na sociedade anônima, a propriedade do capital passa a ser expressão da propriedade de indivíduos diretamente associados. É o germe da negação da propriedade capitalista se manifestando, todavia sem a sua superação.

Assim, a reprodução do capital industrial no formato da Sociedade Anônima, acaba por separar a propriedade do capital, da sua função de valorização. Mas, isso implica uma importante observação: o capitalista ativo, outrora dirigente do processo de reprodução do capital, perde a sua função enquanto tal. Esta função, passa a ser exercida por um diretor, executivo, gerente, sem nada ter a ver com a propriedade do capital, e como tal, recebe um salário de direção em geral definido pelo mercado.

Demonstrou-se anteriormente, que o juro, parte do lucro total - ambos forma da mais-valia produzida no ciclo do capital industrial - com o pleno desenvolvimento do sistema de crédito manifestara-se como sendo o rendimento oriundo da simples propriedade do capital emprestado. Constatou-se, igualmente, que esse rendimento (juro) não fora resultado da atuação dessa categoria especial, proprietária do capital produtor de juros, ao longo do ciclo de reprodução do capital industrial. Mas fora sim, resultado do adiantamento do capital emprestado no ciclo de valorização, da transformação do capital emprestado em capital-dinheiro e colocado no processo de valorização pelo capitalista ativo.

Portanto, se com o advento das Sociedades Anônimas desaparece a figura do capitalista ativo do processo de reprodução do capital, deixa de ter importância a categoria lucro de empresário, e isto evidencia que o lucro total passa a assumir a forma de rendimento (juro). A mais-valia, a qual anteriormente aparecia na forma de lucro total e era dividida em lucro de empresário e juro - independentemente do capitalista ativo ser o proprietário do capital -, agora aparece unicamente na forma de rendimento (juro), e isto ocorre, porque o capitalista ativo desapareceu do ciclo de reprodução do capital, perdeu sua função.

Todo o movimento de reprodução do capital - no formato mais avançado da organização social da produção, qual seja: as sociedades por ações - fica a cargo única e exclusivamente de trabalhadores.

Se o capitalista associado, aparece, com o advento das sociedades anônimas no século XIX, como o proprietário do capital, sua atuação no processo de valorização do mesmo desaparece, no entanto continua como detentor da sua função jurídica.

Ocorre, nesse momento histórico, resultado do próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista, a explicitação da função jurí-

CAPÍTULO 2 - OS CLÁSSICOS NA TEMÁTICA DO CAPITAL FINANCEIRO

Neste capítulo, efetuar-se-á uma revisão bibliográfica sobre a temática.

2.1 O capital financeiro em Hilferding⁴

2.1.1 O crédito de circulação e o crédito de capital no modo de produção capitalista

A produção social estabelece-se historicamente como a consumação das trocas, gradativamente deixando de ser casuais ou ocasionais, para, como o advento do modo de produção capitalista, converterem-se em resultado da ação dos homens unidos socialmente pela divisão social do trabalho e pela cooperação, agora no âmbito do próprio processo de trabalho. Neste momento, as relações de troca de mercadorias entre os membros da sociedade se convertem regularmente, e o indivíduo, com sua capacidade de realizar trabalho, é apenas um órgão da sociedade, ou seja, da produção social. As mercadorias passam a se confrontar nos diversos atos de troca, e ao se confrontarem acabam por manifestar o duplo caráter do trabalho - trabalho humano abstrato e trabalho humano concreto - e o duplo caráter do valor - valor-de-uso e valor-de-troca - e, uma delas, transforma-se em mercadoria equivalente geral, dinheiro universal, qual seja: o ouro.

Portanto, segundo Hilferding:

⁴ Obra publicada em 1910.

O dinheiro resulta, assim, naturalmente, do intercâmbio e não pressupõe nada mais além deste. A circulação de mercadorias converte em dinheiro aquela que, em virtude de suas qualidades naturais se revela a mais adequada. É o valor de uso dessa mercadoria (do ouro, por exemplo) que a torna uma substância conhecida como dinheiro. O ouro não é dinheiro por natureza (mas em consequência de uma estrutura social determinada), mas o dinheiro é, por natureza, o ouro. Por conseguinte, o Estado ou a ordem legal não determinam arbitrariamente nem o caráter do dinheiro, nem a matéria do dinheiro. Logo, o Estado ou a ordem legal somente transforma de imediato o dinheiro em moeda. Ele não muda nada mais do que a quantidade de ouro na cunhagem... Como o Estado representa a forma de organização consciente mais elevada, no caso da sociedade produtora de mercadorias, cabe a ele sancionar esse acordo para que o mesmo tenha validade social universal. (1985, p. 40)

Desse modo, observando-se a natureza anárquica do modo capitalista de produção, Hilferding (1985) diz caber ao Estado declarar e ratificar a convenção social da mercadoria dinheiro universal como parâmetro de preços, pois o processo de circulação de mercadorias dá gênese à própria circulação do dinheiro – enquanto elemento transitório da troca –, e este, por sua vez, expressa uma relação social⁵. Note-se, entretanto, não ser função do Estado determinar o valor do dinheiro-universal.

Portanto, atuando o Estado como órgão de representação social, garante a validade do dinheiro universal, e parte da anarquia da produção capitalista é eliminada. O ouro ou o papel-moeda estatal – seu signo garantido pelo Estado – como simples meio de circulação tornam assim, a troca socialmente válida.

Para Hilferding “(...) o volume total do dinheiro circulante, di-

⁵ Por exemplo, o papel-moeda, símbolo de valor da mercadoria-dinheiro ouro é instituído pelo Estado moderno - conscientemente - como dinheiro de circulação obrigatória. Todavia, o valor que o papel moeda expressa, nada mais é – para Hilferding (1985) – do que o caráter social do trabalho contido em todas as mercadorias, aceito e ratificado histórica e socialmente através da mercadoria-dinheiro universal.

O mesmo se dá com os bancos e outras empresas de crédito inclusive na Inglaterra: surgiram inúmeras organizações novas, todas de capital com responsabilidade limitada. Mesmo bancos como Glyns etc., transformaram-se em sociedade de 7 acionistas privados.

5. A mesma coisa na agricultura...

6. E agora os investimentos no estrangeiro, todos em ações. Falando apenas da Inglaterra: ferrovias da América do Norte e do Sul...

7. Por fim, a colonização, hoje autêntica sucursal da Bolsa; no interesse desta, as potências européias, há alguns anos, dividiram a África, os franceses conquistaram Tunis e Tonquim. África arrendada diretamente a Companhias (Níger, África do Sul, Alemã do Sudoeste e Oriental). Cecil Rhodes apossou-se do território dos maxonas e de Natal para ficarem subordinados à Bolsa. (ENGELS in MARX, 2008, p. 1188 -1189, L.3, V.6)

Até mesmo Weber (2006), destaca a enorme importância das sociedades anônimas no século XIX. Este, entende que o modelo de sociedades anônimas, como o conhecemos, manifesta seus primeiros sinais já nos séculos XIII e XIV, em Gênova e Veneza, mas será mesmo a partir do século XIX, que esse formato empresarial se desenvolverá, embasado numa contabilidade racional e técnicas de gestão aprimoradas, o que contribuirá para a consolidação dos negócios de títulos e ações no mercado da Bolsa de Valores. Os bens de capital passam a ser expressos em títulos e valores facilmente transferíveis por meio dos negócios da Bolsa, aumentando inclusive os negócios especulativos. Ademais, o próprio setor ferroviário e fluvial, nos Estados Unidos e na Europa, desenvolver-se-á com base no modelo de sociedades anônimas, atribuindo à Bolsa de Valores uma grande importância no capitalismo moderno, depois do século XIX.

Todavia, na sociedade anônima, a organização do processo de trabalho transmutado em processo de produção de mais-valia, apresenta-se em estágio mais avançado do modo capitalista de produção. Supera de longe, a organização do processo de trabalho vigente antes da segunda metade do século XIX, na pequena e média empresa, expressão da propriedade privada capitalista. Consoante Marx (2008), nestas, a pro-

Ora, desde já pode-se constar o aparecimento do juro como a recompensa pela propriedade do capital, e o lucro de empresário como resultado da função exercida pelo capitalista, como dirigente do processo efetivo de acumulação do capital.

Contudo, é chegado o momento de definir o quê se compreende como capital produtor de juros no mais alto grau.

Compreende-se o aparecimento da categoria de capital produtor de juros no mais alto grau juntamente com o surgimento das sociedades anônimas, e isso se concretiza a partir da segunda metade do século XIX. Caracteriza-se, esse novo fenômeno no capitalismo, como sendo resultado, em primeiro, do próprio desenvolvimento histórico do modo capitalista de produção, do desenvolvimento de suas forças produtivas; em segundo, do desenvolvimento do sistema de crédito que o acompanha e o impulsiona para além dos limites de sua capacidade de reprodução.

Assim,

...Depois da crise de 1866, a acumulação efetuou-se com velocidade sempre crescente, de modo que em nenhum país industrial pôde o aumento da produção acompanhar o da acumulação, não conseguindo o capitalista isolado empregar plenamente a acumulação feita para ampliar o respectivo negócio, e isso era mais verdadeiro ainda na Inglaterra: a indústria têxtil algodoeira inglesa já em 1845 transfere capitais para a especulação com ferrovias...

4. Em correspondência, a indústria se converte progressivamente em empresas por ações. Um ramo após o outro, com um destino inapelável. No início, a siderurgia onde são necessários investimentos gigantescos... A seguir, a indústria química. Indústria de maquinaria. Indústria têxtil na Europa Continental e na Inglaterra apenas em algumas zonas de Lancashire... fábricas de cerveja. Depois, os trustes que criam empresas gigantescas com direção comum (como a United Alkali)...

O mesmo se aplica ao comércio: Leafs, Persons, Morleys, Morrison, Dillon, todos sociedades de capitais...

nheiro este que se encontra envolvido no processo $M - D - M$ (no qual o ouro pode ser substituído por signos de ouro no montante do mínimo circulante) é igual ao preço total das mercadorias dividido pelo número de rotações das moedas de ouro homônimas” (1985, p. 68).

Mas o equivalente geral, a mercadoria-dinheiro universal, ou seu signo, não exerce apenas a função de meio de circulação. Adquire, como resultado histórico do desenvolvimento das trocas, a função de meio de pagamento, qual seja: a de adiar o pagamento. Estabelece-se a compra e venda de mercadorias, sem haver necessariamente a substituição do valor da mercadoria imediatamente, pelo dinheiro, no ato da troca. Conforme Hilferding (1985), se anteriormente o dinheiro-ouro ou mesmo o papel-moeda – signo de valor – mediavam o processo de troca, com o surgimento da função de meio de pagamento do dinheiro, a substituição do valor da mercadoria comprada e vendida por dinheiro é abolida, pois o pagamento é postergado e o dinheiro somente aparecerá no ato do vencimento.

Assim, o comprador da mercadoria assume o compromisso de realizar o pagamento em determinada data, e a garantia desse compromisso é a função do dinheiro como meio de pagamento expresso pela moeda fiduciária, ou seja, as notas promissórias, as letras de câmbio conversíveis em dinheiro na data do seu vencimento. É o dinheiro sendo substituído pelo crédito, a princípio, pelo crédito privado particular, não garantido pelo Estado. A moeda fiduciária torna-se socialmente válida quando é quitada, quando no seu vencimento é resgatada em dinheiro.

Conforme Hilferding (1985), enquanto o papel-moeda tem por base a circulação social mínima⁶ de mercadorias e não pode ser emitido para além desse mínimo em condições da circulação normal, a moeda fiduciária – notas promissórias, letras de câmbio – não tem limite estabelecido, sendo que, sua desvalorização apenas ocorre em caso de insolvência, de falta de conversibilidade em dinheiro.

Portanto,

A maior parte de todas as compras e vendas se processa por meio dessa moeda fiduciária privada, mediante títulos de dívida e de cheques, que se compensam mutuamente.

⁶ “Vimos que o volume total do dinheiro circulante, dinheiro este que se encontra envolvido no processo $M - D - M$ (no qual o ouro pode ser substituído por signos de ouro no montante do mínimo circulante) é igual ao preço total das mercadorias dividido pelo número de rotações das moedas de ouro homônimas” (1985, p. 68).

A razão da prevalência do meio de pagamento sobre o meio de circulação é a seguinte: com a evolução da produção capitalista, as condições de circulação tornam-se mais complicadas, as oportunidades apropriadas de compra e venda deixam de coincidir e deixa de existir a ligação obrigatória entre os atos de compra e de venda que determina a simultaneidade de ambos. A moeda fiduciária surge, pois, em função das compras e vendas que os capitalistas efetuam entre si. Forma-se dentro da circulação com base nela. Sua importância reside no fato de tornar a circulação independente dos limites estabelecidos pelo ouro existente (HILFERDING, 1985, p. 68-69).

Percebe-se assim, como a comercialização das mercadorias, quanto a própria produção, adquirem certa independência da existência do dinheiro real, implicando, inclusive, uma redução dos custos de circulação para o capitalista, pois se reduz a quantidade de moeda corrente da qual o mesmo deve ter disponibilidade.

Mas, tão logo advém uma crise, paralisando a venda de mercadorias, a quantidade de moeda fiduciária - como resultado da queda nas vendas - diminui como expressão da diminuição das trocas entre os próprios capitalistas. Isto é sempre acompanhado da desvalorização da moeda fiduciária vincenda, não resgata no prazo.

Assim, a mercadoria-dinheiro já demonstra sua necessidade histórica na circulação mercantil simples, e com o advento da produção mercantil capitalista vem a ser produto e pressuposto do desenvolvimento histórico das trocas, e quanto mais se desenvolve o modo capitalista de produção.

Como se viu, no momento em que o dinheiro assume a função de meio de pagamento expresso pela moeda fiduciária, tem-se o aparecimento do crédito, em geral concedido entre os próprios capitalistas, em especial nas fases de prosperidade.

É o chamado crédito de circulação, - moeda fiduciária: notas promissórias e letras de câmbio -, o qual, na medida do aumento da reprodução do capital, aumenta com o maior volume de mercadorias que entram na esfera de circulação, economizando com isso capital monetário.

Quanto maior é o desenvolvimento da produção capitalista e

capital, tem de assumir o status de capital-dinheiro de empréstimo, capital produtor de juros.

Esse status de capital produtor de juros, somente se concretiza na relação estabelecida entre dois tipos de capitalistas. Em geral, um é detentor do capital dinheiro de empréstimo e o outro é capitalista ativo⁶⁷. O primeiro, atua nesse negócio especial de comerciar dinheiro, seu locus específico é na esfera da circulação do capital, onde tem por função atrair o capital-dinheiro latente, entesourado ou impossibilitado de prosseguir sua valorização.

O segundo, é quem efetivamente gerencia o capital ao longo de seu ciclo de reprodução, qual seja, o ciclo do capital industrial. Observa e dirige o capital em seu movimento de valorização, acompanha-o e coordena-o, conforme a forma funcional assumida pelo mesmo, no movimento de valorização. É o processo de trabalho convertido em processo de produção de mais-valia.

Mas, essa mais-valia, aparece na forma de lucro total, que por sua vez, será dividido em juro e lucro de empresário. Assim, considerando que o capitalista ativo, para iniciar o processo de reprodução do capital - ou mesmo ampliá-lo -, toma-o como empréstimo de um banco, ao final do processo de valorização do capital deverá ele deduzir do lucro total a parte do juro a qual compete ao capitalista prestamista, por ser esse, o proprietário efetivo do capital.

Observou-se, como essa divisão quantitativa se converte numa divisão qualitativa, a qual passa a ser independente do capitalista ativo ter tomado como empréstimo o capital que se reproduz sob seu controle. Se, esse capital foi tomado como empréstimo, de um banco, por exemplo, ao final de um ciclo de reprodução, parte do lucro total será destinado ao banco na forma de juro, e a outra parte, cabe ao capitalista ativo como lucro de empresário, por ser ele o comandante do processo de reprodução, por tê-lo gerenciado.

Se o capital-dinheiro adiantado no ciclo de valorização do capital, não foi emprestado, no entanto é propriedade do próprio capitalista ativo, o juro então lhe pertence, por ser ele o proprietário do capital; e o lucro de empresário, por ser ele o responsável pela direção, pelo gerenciamento do processo de produção de mais-valia.

Observe-se, como a mais-valia continua aparecendo na forma de lucro total, e por sua vez, subdividida em lucro de empresário e juro.

⁶⁷ Veja-se: o detentor do capital-dinheiro de empréstimo também poderá transformá-lo em capital produtor de juros quando empresta ao capitalista comercial ou mesmo outro capitalista que comercia dinheiro, a exemplo outro banco.

rirem bancos menores, à beira da falência, aumentando assim sua área de atuação, bem como o seu capital.

Observa-se, de acordo com Marx (2008), contração do capital industrial no pós-crise – período de estagnação –, ou seja, plethora de capital produtivo e capital mercadoria, pois diminuiu a intensidade da reprodução do capital. Com isso, parte do capital-dinheiro antes empregado em produção e comércio, encontra-se nesse período desempregado, ocioso. Há uma plethora de capital-dinheiro de empréstimo junto aos bancos, primeiro porque parte do capital-dinheiro, acrescido de mais-valia, é impossibilitado de ser reinvestido no ciclo de reprodução; em segundo, pelo fato de se reduzir a demanda por esse capital-dinheiro de empréstimo para as funções de meio de circulação e meio de pagamento. A taxa de juro está baixa, pois os bancos dispõem em abundância de capital produtor de juros potencial. Apesar das mercadorias estarem sendo vendidas abaixo dos preços de produção social médio, dos lucros serem baixos, a baixa taxa de juros aumenta a parte do lucro total na forma de lucro do empresário, e isso é estimulante para o capitalista ampliar a reprodução do capital.

É importante perceber que, somente nos períodos de estagnação e prosperidade, a abundância de capital-dinheiro de empréstimo e taxa de juros baixa, coincide com expansão da acumulação do capital industrial.

5.7 Do capital produtor de juros ao capital produtor de juros no mais alto grau

Demonstrou-se anteriormente, como se origina e se desenvolve o capital produtor de juros – base do sistema de crédito – primeiro como necessidade do desenvolvimento do próprio modo de produção capitalista, mas, pouco a pouco, convertido em seu próprio pressuposto.

Como se demonstrou, os bancos - uma categoria especial de capitalistas – são agentes e, para muito além de concentrarem apenas as funções técnicas do dinheiro - reduzindo com isso os custos de circulação do capital -, passam a comercializar o próprio dinheiro concentrado em seu poder, oriundos das mais diversas categorias da classe capitalista, bem como da classe trabalhadora e do próprio Estado.

O comércio de dinheiro, ou seja, a conversão do dinheiro de todas as classes e categorias depositado nos bancos, para converter-se em

maior é a utilização do crédito de circulação, maior é o volume de letras de câmbio a serem compensadas cotidianamente. Essa compensação passa a ser efetuada por instituições bancárias as quais reúnem as mais diversas letras de câmbio. Como essas letras de câmbio ao circularem como meio de circulação e de pagamento devem ter credibilidade, ao serem concentradas pelas instituições bancárias, são gradativamente substituídas pelas próprias notas do banco.

Todavia, o papel assumido pelo crédito na dinâmica da reprodução capitalista aumenta quando parte do capital que se reproduz, tem de procurar aplicação.

Neste sentido, analisando-se o processo de rotação do capital – compreendendo por sua vez as duas fases da circulação e a fase da produção –, constata-se a não utilização em sua totalidade, de parte do capital adiantado pelo capitalista, no processo produtivo. Isto ocorre, por exemplo, com o montante de dinheiro a ser utilizado na compra da força-de-trabalho, a qual é paga ao final de cada dia, ao final da semana ou mesmo do mês. Uma parte desse dinheiro, é utilizado para tal fim, enquanto a parcela restante do montante permanece como tesouro, ociosa até consumir-se com a compra da força-de-trabalho.

Da mesma forma, segundo Hilferding (1985), do montante do capital empregado em capital constante - meios de produção -, uma parte é totalmente consumida em cada período, na forma de capital circulante, entra no valor da mercadoria e retorna ao capitalista na sua totalidade. É o caso das matérias primas, iluminação, lubrificantes, etc. A outra parte do capital empregada em capital constante, converte-se em capital fixo, o qual se transfere parceladamente ao valor das mercadorias – e integra o capital circulante – num período de tempo mais ou menos longo, por exemplo 200 meses. Isso implica que, a parcela do capital empregada em capital fixo – máquinas, instalações, etc. – continuará existindo depois de um período de rotação e não se transfere integralmente ao valor das mercadorias, nesse período. Apenas uma parcela é transferida, a qual por sua vez, tem de ser entesourada ao final desse período de rotação para após os 200 meses adquirir-se uma nova máquina ou instalação. Até completar-se os 200 meses, acumula-se dinheiro, capital monetário ocioso, montante expressivo da depreciação do capital fixo.

Deve-se considerar ainda, a parte da mais-valia acumulada pelo capitalista, esta fica impossibilitada de ser reinvestida no processo de reprodução do capital. Isto acontece, pelo fato do lucro auferido – forma da mais-valia – ser ainda insuficiente para expandir o negócio, exigindo

o entesouramento deste, durante algum tempo, até acumular-se a soma total exigida para a ampliação da reprodução do capital.

Percebe-se em Hilferding:

é do próprio mecanismo da circulação do capital que nasce, pois, a necessidade de o capital monetário ficar ocioso em maior ou menor quantidade, por um tempo mais ou menos longo. Isso significa que, durante esse tempo, não poderá produzir lucros – o que constitui um pecado mortal do ponto de vista do capitalista. (1985, p. 78)

Assim, o aumento ou diminuição do capital monetário ocioso disponível, acaba sempre por aumentar ou diminuir o montante de dinheiro ocioso no mercado monetário, e está intimamente vinculado ao período de rotação do capital. Ademais, quanto mais rápida a rotação do capital, menor os custos de circulação e maiores as possibilidades da mais-valia, acumulada na forma de lucro, converter-se em novo capital ou mesmo capital adicional. Conforme Hilferding (1985), a composição orgânica, a técnica comercial e o desenvolvimento do transporte, bem como as oscilações exercidas pela conjuntura sobre a acumulação e os preços das mercadorias – matérias primas – que entram no processo produtivo, irão influenciar decisivamente no montante de capital monetário ocioso. Consta-se assim, encontrar-se parte do capital global social, sempre na forma de capital monetário ocioso, sofrendo variações que afetam, por sua vez, a demanda e a oferta de capital monetário disponível no mercado. Reduzir essa ociosidade do capital monetário, constituirá uma nova função do crédito, a qual deverá convertê-lo em capital ativo, pois “a liberação periódica de capital constitui uma base importante para o desenvolvimento das condições de crédito.” (HILFERDING, 1985, p. 82).

Entretanto, Hilferding (1985) destaca que, diferentemente do crédito de circulação – o qual diminui os custos de circulação do capitalista porque o ato da compra e venda das mercadorias é efetuado através da moeda fiduciária – eis o surgimento da nova função do crédito: o crédito de capital ou crédito de investimento. Este também se estabelece, num primeiro momento, entre os próprios capitalistas atuantes na esfera produtiva do capital, os quais emprestam somas de capital monetário ocioso a outros capitalistas. Mas, tão logo o sistema bancário se desenvolve, a cessão do crédito de capital torna-se função especial dos

Então, diminui a intensidade da transformação do capital-dinheiro de empréstimo em capital produtor de juros, e diminui a acumulação do capital em geral neste setor, derivado da acumulação real ou dos negócios especulativos da Bolsa.

Começa a se reduzir drasticamente a intensidade da reprodução do capital em seu ciclo. A crise, em geral surgida como uma crise de crédito, nada mais é do que uma crise de conversibilidade de valores. Primeiro, de valores realmente existentes, do capital-mercadoria, incapaz de se converter em capital-dinheiro acrescido; segundo, de valores fictícios, os quais aparecem acumulados na forma de títulos diversos, bem como ações, em geral, em poder dos bancos.

Com base em Marx (2008), do início à metade do período da crise, cessa o crédito. É momento de as taxas de juros serem as mais altas, isso, em especial, porque o capital-mercadoria não se converte em capital-dinheiro acrescido de mais-valia, levando os capitalistas ativos a demandarem capital-dinheiro de empréstimo para efetuarem os pagamentos vincendos. Veja-se, nesse momento, que o aumento da taxa de juro não é resultado da demanda para ampliação do processo de reprodução. Apenas do aumento da função de meio de pagamento do dinheiro.

Cai drasticamente a taxa de lucro, em especial porque parte das mercadorias têm de ser vendidas abaixo dos preços de produção socialmente estabelecidos. Cai o lucro de empresário, como resultado do aumento da taxa de juro.

Há plethora de capital industrial, pois parte dele fica desocupado em uma das formas funcionais, em especial na forma de capital-produtivo e capital-mercadoria.

Reduz-se drasticamente a acumulação de capital-de-empréstimo junto aos grandes bancos, primeiro, porque a expansão do sistema de crédito, e sua base, o capital produtor de juros, está sempre atrelado à ampliação da reprodução do capital. Nesse período, a reprodução do capital é de baixíssima intensidade, e o montante de capital-dinheiro de empréstimo demandado para ampliação da reprodução do capital diminui drasticamente. Assim, verifica-se a diminuição da massa de rendimentos (juro) auferida pelos bancos do capital industrial, e por outro lado, diminui parte do capital produtor de juros encontrados na forma de títulos e ações comercializadas por esses bancos na Bolsa, pois parte do rendimento capitalizado – riqueza fictícia – desaparece.

Contudo, isso não exclui a possibilidade de um banco ou alguns bancos acumularem capital, nesse período, como por exemplo, ao adqui-

processo de produção além das barreiras capitalistas: comércio em excesso, superprodução, crédito em demasia. E sempre ocorre necessariamente em formas que provocam regressão. (MARX, 2008, p. 671-672, L.3, V.5. (**Grifo nosso**))

Eis o surgimento do período cíclico de superprodução.

Na fase de prosperidade pouco importa, a priori, para a classe capitalista a capacidade limítrofe do consumo produtivo e improdutivo da sociedade. Ademais, o sistema de crédito opera com perfeição, e o capital-dinheiro de empréstimo disponível é abundante. É o reino da felicidade. O importante é não desperdiçar a possibilidade de fazer o capital se valorizar. Para o capitalista produtivo, isso significa ampliar as bases de reprodução do capital em seu movimento cíclico, seja com capital próprio ou de empréstimo. Para os comerciantes de dinheiro, significa estimular ao máximo o capitalista ativo, emprestando-lhe capital produtor de juros, acompanhado, é claro, da aquisição de títulos da dívida pública e dos negócios na Bolsa.

No entanto, de acordo com Marx (2008), chega um momento no qual a produção ultrapassa de longe a capacidade de consumo. Abarrotam-se os mercados, primeiro porque o consumo produtivo de mercadorias fica paralisado. Ramos inteiros, interdependentes entre si, cessam a demanda por consumo produtivo numa ponta, porque se acumula capital produtivo e capital-mercadoria na outra. Segundo, porque o consumo da classe trabalhadora é sempre limitado pela massa global de salários, e, ademais, a classe trabalhadora recebe como valor equivalente, apenas o necessário para a subsistência. Sob a ótica do capitalista industrial, seu capital-mercadoria não consegue converter-se em capital-dinheiro acrescido na esfera da circulação, e quando isso acontece, significa a incapacidade do capitalista em repor os elementos do capital-dinheiro adiantado, tampouco realizar o trabalho excedente, contido no capital-mercadoria, ou seja, a mais-valia. Diminui drasticamente a intensidade da reprodução do capital, e com ela, a possibilidade do capital-dinheiro de empréstimo acumulado junto aos bancos de encontrar aplicação. Por outro lado, a menor intensidade da reprodução do capital acaba por se refletir no rendimento esperado das ações comercializadas na bolsa. A expectativa futura é de rendimento menor, e como as taxas de juros dão os primeiros sinais de alta, os preços dessas ações comercializadas, caem drasticamente, e tanto maior é a queda quanto maior for a oferta dessas ações.

próprios bancos, pois estes passam a concentrar as massas de capital monetário ocioso de todas as classes.

Nesse sentido,

Pelo que vimos até aqui, o banco atua primeiramente como mediador da circulação de pagamentos que ele amplia pela concentração dos pagamentos e pela eliminação das discrepâncias regionais; vimos a seguir que ele cuida da transformação do capital monetário ocioso em capital ativo, capital que o banco recebeu, concentrou e distribuiu, reduzindo, assim, ao respectivo mínimo o necessário para a rotação do capital social. Veremos agora que o banco assume uma terceira função, de juntar as entradas de dinheiro de todas as outras classes e de colocar à disposição da classe capitalista sob a forma de capital monetário. Dessa forma, afluem aos capitalistas, além de seu próprio capital monetário (que os bancos administram), também o dinheiro ocioso de todas as outras classes, visando seu emprego produtivo. (HILFERDING, 1985, p. 93)

2.1.2 A importância dos bancos e a cessão do crédito de capital monetário

O capital monetário emprestado pelos bancos aos industriais se destinará em geral para a aquisição do capital constante, ou seja, para capital fixo e capital circulante. Quanto maior for a cessão do capital monetário para a aquisição de capital fixo, maior será a influência exercida pelo banco junto à empresa. Assim, o crédito de capital vai assumindo a primazia nos negócios dos bancos, e simultaneamente permite ao capitalista industrial individual auferir maior montante de lucro, pois, para muito além de operar com capital próprio, poderá ampliar a reprodução do capital através do crédito. Mas, da parte do capital tomado como empréstimo, terá ele de destinar parte do lucro auferido, como juro ao prestamista. Observa-se também com isso, dado um preço de

produção⁷ estabelecido no mercado, se ele ampliar a produção de mercadorias com crédito de capital abrirá possibilidades de sacrificar parte do lucro e vender individualmente parte das mercadorias com preços abaixo desse preço de produção.

Em conformidade com Hilferding (1985), quanto maior for a quantidade do capital monetário ocioso à disposição dos bancos, tanto maior será a parte desse capital destinada como empréstimo para o capitalista industrial na forma de capital fixo, e, cresce com isso o interesse dos bancos em relação ao futuro da empresa, pois diferentemente do crédito de circulação – que desperta a solvência momentânea da empresa e a situação presente do mercado –, com a cessão do crédito de capital ou investimento, o capital monetário uma vez emprestado ao industrial ficará imobilizado por um período de tempo

Já percebe-se a superioridade dos bancos frente aos capitalistas industriais, pois os primeiros detêm o capital monetário ocioso, para empréstimo, enquanto no caso dos capitalistas industriais, parte do capital que se reproduz encontra-se imobilizado como capital fixo ou na forma de mercadorias. A própria expansão da empresa deixa de estar estritamente vinculada à rotação do seu capital, e tanto mais fácil é o acesso ao capital monetário junto aos bancos, quanto mais se aperfeiçoa a técnica bancária. “Vê-se, por aí, que a própria técnica desenvolvida pelo banco gera as tendências que tanto resultam na concentração bancária, como na concentração industrial, sendo que esta representa, no entanto, a causa última da concentração bancária” (HILFERDING, 1985, p. 99)

Mas, a cessão do capital monetário ocioso, agora concentrado junto aos bancos, abre a esses a perspectiva de converter esse capital de empréstimo em capital que rende juros, os quais são parte do lucro auferido pelo capitalista industrial. A taxa de juros, por sua vez, será determinada pela oferta e demanda de capital monetário ocioso, pois:

⁷ Preço de produção ou custo de produção para Hilferding é a somatória do preço de custo mais lucro médio. Lembrando que preço de custo é para Marx a somatória do dispêndio com capital constante e capital variável, e o lucro médio é dado pela soma global de mais-valia dividida pelo capital social adiantado.

maior ou menor, bem como a própria oferta de capital-dinheiro de empréstimo disponível nos bancos e a taxa de juro vigente.

Consoante Marx (2008), é apenas na fase de prosperidade quando a abundância de capital-dinheiro de empréstimo e baixa taxa de juros coincidirão com a expansão da reprodução do capital, e isto ocorre, porque os negócios vão muito bem, são fluídos. A reprodução é colocada a cabo, em boa parte, com capital próprio, e o sistema de crédito conta com ampla participação do crédito comercial – em especial o de curto prazo - que se concedem os capitalistas industriais. Os próprios capitalistas atuantes na esfera produtiva e comercial ditam as regras aos detentores do capital-dinheiro de empréstimo. É uma independência relativa frente ao crédito bancário. Surgem novas empresas, o processo de reprodução do capital avança, em especial, porque mesmo sendo baixo o lucro total, o lucro de empresário é alto.

Como se demonstrou, é essa expansão da acumulação capitalista a qual faz desenvolver-se o sistema de crédito – em especial o comércio de dinheiro, o capital produtor de juros potencial – e é chegado um momento, no qual esse capital produtor de juros tendo de se efetivar enquanto tal – para o seu detentor transformá-lo em capital –, acaba por impelir a própria reprodução para além de suas barreiras.

Veja-se,

Acumulação de capital de empréstimo consiste simplesmente nisto: dinheiro que se amontoa como dinheiro que se pode emprestar. Esse processo difere muito da conversão real em capital; há apenas acumulação de dinheiro em forma em que se pode transformar em capital. Mas essa acumulação, conforme demonstramos, pode apresentar aspectos muito diferentes dos da acumulação real. Quando a acumulação real se expande de maneira contínua, essa acumulação ampliada de capital-dinheiro pode resultar dela ou de fatores que a acompanham, mas dela divergem por completo; finalmente pode resultar mesmo de interrupções da acumulação real. Uma vez que esses fatores independentes da acumulação real, mas que a acompanham, entumescem a acumulação de capital de empréstimo, necessariamente ocorre em determinadas fases do ciclo pletora constante de capital-dinheiro, e essa pletora acarreta o desenvolvimento concomitante da necessidade de impelir o

de juros e de fato se reproduz no ciclo do capital industrial, parte acaba se convertendo em capital fictício, não existe, é pura especulação e em-buste, pois,

Já por essa razão, essa riqueza imaginária – tem valor nominal originalmente determinado para cada uma de suas partes alíquotas – expande-se com o desenvolvimento da produção capitalis-ta.

Ganhar e perder por meio das oscilações desses títulos, a centralização deles nas mãos dos reis das ferrovias, etc. são cada vez mais o resultado da especulação, do jogo. Este, e não o trabalho, aparece na condição de modo original de adquirir capital, substituindo também a violência di-reta. Essa riqueza financeira imaginária consti-tui parte considerável da fortuna monetária dos particulares e também do capital dos banquei-ros, conforme já vimos. (MARX, 2008, p. 633, L.3, V.5)

Por isso, quando estouram as bolhas especulativas surgidas a partir da Bolsa de Valores, desaparece parte desse capital fictício, e quanto maior é o número de bancos - mesmo empresas - que têm em mãos essa riqueza imaginária na forma de títulos e ações, maior é a crise no sistema financeiro bancário, e maior é o prejuízo dos depositantes de ambas as classes e categorias – classe trabalhadora e classe capitalista. Mas eis o Estado, na qualidade de fiel guardião, sempre assumindo os prejuízos e indiretamente socializando-os.

5.6 O empréstimo do capital-dinheiro nos períodos cíclicos e as flutuações da taxa de juros

O processo de reprodução do capital em seu movimento, atravessa alguns períodos cíclicos de maior ou menor intensidade. De acordo com Marx (2008), esses períodos são de: atividade moderada, prosperidade, superprodução, crise e estagnação. Nesse sentido, dependendo da fase em que se encontra a dinâmica da reprodução do capital, a demanda por capital-dinheiro de empréstimo por parte do capitalista ativo, será

A cada momento dado está à disposição da sociedade capitalista uma soma de dinheiro quantitativamente determinada que representa a oferta; por outro lado existe, ao mesmo tempo, a necessidade de capital monetário por parte dos capitalistas produtivos, a qual se apresenta igual por força da expansão da produção e da circulação. Encontramo-nos aqui, portanto, na presença de duas magnitudes determinadas a cada momento, que se confrontam no mercado monetário e que determinam o “preço do empréstimo de dinheiro”, ou seja, a taxa de juros”. Essa determinação não oferece nenhuma dificuldade; esta só vai se apresentar por ocasião da análise da variação da taxa de juros. (HILFER-DING, 1985, p. 102)

Nesse sentido, como a oferta de dinheiro é dada pela moeda fiduciária e pela moeda corrente, sempre que a moeda fiduciária não atender a crescente circulação de mercadorias frente a uma época de prosperidade ou mesmo num momento de depressão, quando não se compensam as letras de câmbio e notas promissórias, então a demanda por capital monetário ocioso – dinheiro que não está em circulação, descontando-se as reservas(tesouro) em ouro, sempre obrigatórias para circulação interna e internacional, por ser ele dinheiro universal – acaba se refletindo num aumento da taxa de juros, se a oferta não acompanhá-la. Ademais, quanto maior for a parte do lucro total apropriada pelo prestamista na forma de juro, menor o lucro de empresário, e maior a sua submissão ao capitalista financeiro.

2.1.3 A importância das sociedades anônimas

Para Hilferding (1985), o capitalismo moderno só pode ser compreendido a partir do surgimento das sociedades anônimas. Nessa nova organização empresarial, o capitalista industrial é liberado de sua função de empresário industrial e o capital investido na sociedade anônima adquire “a função de puro caráter de capital monetário” (1985, p. 111). Agora, os acionistas, proprietários da sociedade anônima, atuam como capitalistas monetários, pois como retorno do capital fornecido à empre-

sa, recebem um rendimento. Mas, o rendimento – ao qual Hilferding chama de lucro industrial –, diferentemente da taxa de juros, só é determinado *a posteriori* e é maior que o juro de determinada soma de capital de empréstimo, porque o acionista recebe um prêmio de risco pelo capital monetário convertido em capital ativo, que se reproduz, que fica preso à empresa – máquinas, matérias primas, força de trabalho...

Todavia, apesar do capital do acionista ter se transmutado em capital ativo, que percorre o processo de reprodução, uma vez ser o detentor da ação, ter direito ao lucro industrial na forma de rendimento, poderá converter suas ações novamente em capital monetário, e isso ocorre no mercado da Bolsa, espaço onde todo rendimento com certa periodicidade pode sempre ser capitalizado e transferido.

Isso significa que, dado um rendimento dividido pela taxa de juros vigente no mercado – a qual é dada a todo instante – calcula-se o valor da ação a ser comercializada, e o ato de sua comercialização é o ato da transformação do capital acionário em capital monetário para o acionista, vendedor da ação.

De outro modo, o detentor do capital monetário ocioso – de capital empréstimo – também tem a possibilidade de transformar este capital em capital que rende juros, emprestando-o a um capitalista industrial ou comercial, bem como, convertê-lo em capital acionário.

É importante perceber como esse capital convertido em capital acionário, quando negociado na Bolsa de valores parece ser um novo capital. Na realidade, o capital acionário negociado na Bolsa é sempre rendimento capitalizado, é um capital fictício, existente pelo fato do rendimento dos acionistas ser capitalizado. A verdadeira soma do capital é expressa pelo capital industrial que se reproduz, e donde provém o rendimento a se capitalizar.

Portanto, o valor da ação:

forma de lucro e juro para o capitalista. Quando se realiza a distribuição desse trabalho excedente, da mais-valia entre os proprietários do capital – os acionistas –, a cada lote de ações corresponde uma quota parte dessa mais-valia, que nada mais é do que o rendimento(juro) desse lote.

No entanto, verifica-se no mercado da Bolsa, é que as ações ao serem comercializadas, adquirem um valor distinto do valor efetivamente representado no ciclo de reprodução do capital. O rendimento efetivo do capital que se reproduz é capitalizado na Bolsa, e com isso a ação passa a representar um valor fictício, imaginário, independente daquele valor que se reproduz no ciclo de reprodução do capital industrial.

Assim vê-se o motivo de tanto alarde nas crises, pois, os grandes bancos aplicam parte do capital-dinheiro centralizado em seu poder nas ações e títulos de toda espécie, negociados na Bolsa de Valores. Ou visto de outra maneira, transformam parte do capital-dinheiro potencial centralizado em suas mãos, em capital produtor de juros, mas um capital produtor de juros sem conexão direta com o processo efetivo de produção de trabalho excedente, mais-valia.

Eis a explicação para as bolhas especulativas. Como se viu, no caso dos títulos da dívida pública, o capital-dinheiro de empréstimo é consumido pelo Estado, não existe mais.

No caso das ações, só existe o dinheiro convertido em valor que se valoriza, aquele valor o qual efetivamente está se reproduzindo no ciclo do capital industrial, e que em movimento assume as três formas funcionais. O diferencial entre o capital efetivo e o valor de mercado desse capital é capital fictício, capital simplesmente inexistente. Se o capital que representa a ação no processo de reprodução é de 100 US\$, mas essa ação – por ser rendimento(juro) capitalizado - é comercializada por 300 US\$, tem-se aí uma riqueza imaginária de 200 US\$, uma riqueza ilusória, criada apenas pela mente dos homens de negócios, especuladores de toda espécie. Em momento algum foi criada pelo trabalhador coletivo, quando o capital que se reproduz encontra-se em movimento no ciclo de reprodução.

Quanto maior o desenvolvimento do modo capitalista de produção, tanto maior o volume desse capital sem existência fática. De acordo com Marx (2008), a acumulação de capital é sempre superior à própria dinâmica da reprodução, e uma parte do dinheiro tem de ser entesourada porque não encontra espaço para reprodução no ciclo do capital industrial. Daí a importância decisiva que assume a Bolsa de Valores para os bancos, centralizadores da maior parte desse capital entesourado. Se, parte do capital entesourado, acaba convertendo-se em capital produtor

capital fictício de 200 libras. Quem a compra por 200 libras receberá 5% de renda por esse investimento. Temos o inverso se diminui o rendimento da empresa. (MARX, 2008, p. 619, L.3, V.5)

Constata-se assim, na Bolsa de Valores, quando a taxa de juros sobe – mantendo-se constante o seu rendimento - diminui o valor da ação; quando a taxa de juros diminui, então sobe o valor da ação. Por outro lado, quando o rendimento aumenta – mantendo-se constante a taxa de juros – sobe o preço da ação. Quando o rendimento diminui, diminui o valor da ação

Todavia, se adiciona a essa determinação dos valores no mercado da Bolsa – de ser o valor da ação, rendimento capitalizado – o fato de as expectativas futuras de variações no rendimento ou mesmo na taxa de juros, também influenciarem os valores das ações comercializadas no presente.

Neste sentido, se as perspectivas dos negócios da S/A para os próximos meses se apresentarem negativas, digamos, uma empresa concorrente anuncia que lançará no mercado uma mercadoria similar, com preço de produção menor, espera-se que a S/A perca uma parte do mercado, venda menos mercadorias – ou tenha de vendê-las abaixo do valor - e conseqüentemente, tenha um montante menor de lucro realizado – mais-valia –, que será distribuído na forma de rendimentos (juro).

Finalmente, há de se considerar os efeitos da oferta e demanda sobre os valores das ações comercializadas na Bolsa. Quando os negócios vão bem, todos os bancos ou corretores desejosos de adquirir as ações da S/A - dado um rendimento esperado e uma taxa de juros – acabam por estimular um aumento no valor das ações porque a demanda delas no mercado é superior a oferta. Mas, qualquer indicio de interrupção nos negócios, verifica-se o contrário: aumento da oferta e queda no valor das ações. 66

Portanto, constata-se inicialmente ser a ação representante de um capital efetivamente adiantado no ciclo de reprodução, valor que se valoriza, que incorpora trabalho excedente, mais-valia, a qual aparece na

⁶⁶ Não podemos deixar de destacar, a importância que tem na atualidade, os planos de controle inflacionários – em especial para os novos clássicos. Ou seja, as expectativas racionais sobre a taxa de inflação conduzem a uma maior confiança nas decisões de investimento dos agentes econômicos, em especial as empresas, isso porque a taxa real de juros é igual à taxa nominal de juros menos a taxa de inflação.

Em realidade não é capital, mas apenas o preço de um rendimento – um preço que só é possível porque, na sociedade capitalista, toda soma de dinheiro produz alguma renda e, por conseguinte, toda renda se apresenta como produto de uma soma de dinheiro. Se nas ações industriais essa confusão é facilitada pelo fato de existir um capital industrial realmente ativo, o caráter fictício e puramente contável desse capital de papel é inconfundível no caso dos demais títulos de renda. Os títulos da dívida pública não precisam de forma alguma representar nenhum capital existente. O dinheiro emprestado pelos credores do Estado pode ter virado fumaça há muito tempo...

O movimento de ações não é o movimento de capital, senão apenas uma compra e venda de títulos de renda; as oscilações de seus preços não afetam diretamente o capital industrial realmente ativo, cujo rendimento elas representam, mas não seu valor. Além de depender do rendimento do seu preço também depende do nível da taxa de juros pela qual são capitalizados. (HILFERDING, 1985, p. 114)

Aqui, é importante perceber uma diferença fundamental entre o lucro da unidade empresarial individual e o lucro da grande empresa na forma de sociedade anônima. Enquanto na primeira, o lucro é transferido ao seu proprietário individual – por ser ele o proprietário do capital –, no caso das sociedades anônimas o lucro é transferido como dividendo das ações aos respectivos acionistas. Assim, uma vez comercializada a ação ou um conjunto de ações na Bolsa de Valores, essas ações serão comercializadas, como se viu, com base no rendimento, lucro transferido aos acionistas e capitalizado.

Desde já pode-se observar, de acordo com Hilferding (1985), a transformação de empresas já existentes ou mesmo a constituição de novas empresas em sociedades por ações, abrindo a possibilidade para o chamado lucro de fundador. Após a constituição como sociedade anônima o valor dessa empresa passa a ser cotado no mercado a partir do rendimento futuro, capitalizado aos acionistas, e não mais no montante

de capital que realmente se reproduz no processo de produção de mais-valia. Se, de fato uma empresa atuante em determinado ramo, com um capital despendido inicialmente de 1000 unidades monetárias – em meios de produção e força de trabalho –, acumula 20% de lucro médio, no ato de sua fundação como sociedade anônima, o valor da empresa passa a ser calculado a partir do lucro – rendimento – capitalizado à taxa de juros vigente no mercado. Digamos que a taxa de juros estabelecida é de 10%, então, 200 unidades monetárias capitalizadas a uma taxa de juros de 10% equivalem a um valor acionário de 2000 unidades monetárias (valor do total de ações emitidas). Eis, o aparecimento do lucro de fundador, o qual é apenas o diferencial entre o valor que efetivamente se reproduz, e o valor de mercado das ações representantes da propriedade da empresa, uma vez lançadas pela primeira vez na Bolsa.

Veja-se como a sociedade anônima não é mais propriedade de apenas um capitalista, mas de vários. No entanto, para obter o controle acionário da empresa basta apenas ter mais de 50% das ações ordinárias⁸, ou melhor, conforme a pulverização das ações em poder dos capitalistas, em geral é possível obter o controle majoritário com 25 a 30% do capital acionário. E ao obter o controle acionário, controla-se também o capital alheio, o capital dos outros acionistas.

Note-se, com base em Hilferding (1985), o controle do capital alheio, no entanto, poderá ultrapassar o capital alheio na forma de ações de uma empresa específica. É o caso verificado quando, uma grande sociedade anônima – conhecida na atualidade como Holding – é controlada com 30% das ações em poder de um capitalista, mas simultaneamente, essa grande empresa acaba comprando a maior parte do capital acionário com direito a voto em outras empresas por ações. Verifica-se, ter o acionista majoritário da primeira empresa por ações, o controle também das outras empresas, e assim, a comandar um capital muito maior.

Como se demonstrou anteriormente, com o desenvolvimento do sistema de crédito, a cessão do crédito de circulação e do crédito de capital se transforma em função especial dos bancos. Mas, para além disso, os próprios bancos passam, pouco a pouco, a intermediar o lançamento de ações de novas empresas no mercado da Bolsa e realizar com isso boa parte do lucro de fundador.

Ademais, os próprios bancos podem adquirir boa parte das ações

⁸ Hilferding (1985), coloca que os detentores das ações preferenciais são os que primeiro recebem os dividendos. Todavia, o poder decisório da empresa fica nas mãos dos acionistas que detêm as ações ordinárias.

plano o rendimento (juro) proporcionado pela ação ao seu detentor, contraposto à taxa de juros vigente no mercado.

Então, o valor da ação no mercado secundário da bolsa é definido da seguinte forma: seja um rendimento(juro) de uma ação, oriundo da esfera produtiva, de 10 U\$ e uma taxa de juros de mercado de 10%, qual é o valor da ação no mercado secundário da Bolsa? Ora, o valor principal de um rendimento de 10 U\$ a uma taxa de juros de 10% é 100.

Mas, se cair a taxa de juros para digamos 5%, qual o valor da ação comercializada? Veja-se que o valor de uma ação com um rendimento de 10 U\$ a uma taxa de juros de 5% passará para 200 U\$. Mas, o valor de mercado da ação quando da sua comercialização na bolsa, também poderá modificar-se, quando o rendimento (juro) oriundo da esfera produtiva aumenta ou diminui, mantendo-se a taxa de juros de mercado.

Por exemplo, se o rendimento diminuir de 10 U\$ para 5 U\$ mantendo-se uma taxa de juros de 10%, qual será o valor da ação no mercado? Visto de outra forma, qual o valor de uma ação que tem um rendimento de 5 U\$ a uma taxa de juros de 10%? O valor de mercado da ação será então de 50 U\$. E se o rendimento (juro) da ação aumentar de 5 U\$ para 30 U\$, mantendo-se a taxa de juros de 10%? Verificar-se-á que o valor da ação na Bolsa será então de 300 U\$.

Assim,

O movimento autônomo do valor desses títulos de propriedade, sejam títulos da dívida pública ou ações, reforça a aparência de constituírem capital efetivo ao lado do capital ou do direito que possam configurar. Convertem-se em mercadorias, com preço que varia e se fixa segundo leis peculiares. O valor de mercado se determina diversamente do valor nominal, sem que se altere o valor (embora modifique a valorização) do capital efetivo. O valor de mercado flutua com o nível e a segurança dos rendimentos à que os títulos dão direito.

Se o valor nominal de uma ação, isto é, a soma desembolsada que ela originalmente representa, é de 100 libras esterlinas, e o negócio rende 10% em vez de 5%, o valor de mercado, não se alterando as demais condições e para uma taxa de juros de 5%, elevar-se-á a 200 libras, pois capitalizada a 5%, a ação representa agora um

mercado na bolsa de valores, vendido para outro capitalista. Mas, o valor originalmente emprestado não existe mais, o Estado o consumiu, ele não se mantém e se reproduz como capital. É um capital fictício, pois,

A possibilidade de vender o crédito que tem contra o Estado representa para A o poder de reembolsar o principal. Quanto a B, do ponto de vista particular dele, empregou capital como capital produtor de juros. Obviamente, apenas substituiu A, ao comprar-lhe crédito contra o Estado. Por mais numerosas que sejam essas transações, o capital da dívida pública permanece meramente fictício, e a partir do momento em que os títulos de crédito se tornam invendáveis, desfaz-se a aparência de capital. (MARX, 2008, p. 617, L.3, V.5)

A segunda, refere-se aos negócios na bolsa de valores com a compra e venda de ações, logo após o surgimento das empresas no formato de sociedades anônimas. Esse negócio, assume importância depois da segunda metade do século XIX, com o desenvolvimento do sistema de crédito, e o novo formato de organização social da produção. Abordar-se-á novamente, a importância das SA'S. Por ora, apenas destaca-se o negócio acerca das ações, as quais representam os títulos de propriedade da empresa.

Assim sendo, tomando como dado que toda a empresa no formato de S/A tem seu capital nominal ou efetivo, operando no ciclo de reprodução do capital, o conjunto de ações, uma vez lançadas no mercado primário, representam a propriedade dessa empresa e nada mais são do que o conjunto de ações representantes do capital que efetivamente se reproduz. Os detentores das ações são os proprietários desse capital. Como exemplo, uma ação emitida no valor de 100 unidades monetárias, representa de fato um valor-capital efetivamente operante no ciclo do capital industrial.

Mas, os detentores dessas ações as comercializam na Bolsa de Valores – mercado secundário -, onde a ação passa a ter um valor de mercado, que raramente coincide com o valor-capital efetivamente operante. Isto ocorre, porque a ação no mercado da Bolsa é rendimento capitalizado, ou seja, conforme Marx (2008), quando a ação é comercializada no mercado secundário da Bolsa, leva-se em conta em primeiro

da empresa, e com isso, obter o controle majoritário, atitude sempre conveniente para aumentar sua esfera de atuação no concernente ao controle e concessão do crédito. Mas, vale ressaltar, se tanto nos bancos como nas sociedades anônimas se concentra capital, nos primeiros, é o capital ocioso reunido e tornado disponível na forma de capital de empréstimo, enquanto no segundo caso, o capital é, depois de reunido, transformado em capital fictício, ação, títulos tendo um valor capitalizado, com base no rendimento e na taxa de juros de mercado. Veja-se, como as sociedades anônimas podem expandir-se para além da própria acumulação⁹ – do seu próprio lucro –, ampliar a superioridade técnica e fortalecerem-se na concorrência, através do aumento do capital, via emissão de ações, possibilitando a ampliação da esfera da reprodução, e distinguindo-a da empresa individual que enfrenta as barreiras da acumulação reduzida – pelo próprio tamanho e mercado de atuação - assim como pelo acesso limitado ao crédito de capital.

Portanto,

Dessa forma, a sociedade anônima tornou possíveis as empresas, ou pelo menos as de proporções que seriam inacessíveis ao empresário individual, por força da dimensão do capital exigido e que, por isso, ou não eram levadas a cabo, ou tinham que ser realizadas pelo Estado, e assim ficavam fora da influência direta do capital. O exemplo mais significativo é representado, no caso, pelas ferrovias que mais poderosamente fomentaram a disseminação das sociedades anônimas. Essa importância que a sociedade anônima assume no rompimento da barreira pessoal da propriedade e no fato de encontrar-se, igualmente, apenas limitada pela dimensão do capital social e não pela magnitude do capital pessoal, é altamente significativa, principalmente em seu início. (HILFERDING, 1985, p. 127)

⁹ O referido autor chama atenção para a diferença que existe nesse quesito entre empresa individual e sociedade anônima. Enquanto a última pode ampliar a empresa sem depender da própria acumulação, a empresa individual tem enormes barreiras ao crédito

2.1.4 Os bancos e bolsa de valores: espaço de comercialização do capital fictício

Para Hilferding (1985), a aquisição de ações por parte dos bancos apenas significa um simples negócio monetário, do tipo D-D', pois permite ao banco uma vez proprietário das ações de uma sociedade anônima, poder comercializá-las facilmente no mercado da bolsa.

Tão logo os bancos vão adquirindo ações dessas sociedades anônimas e controlando-as como acionistas majoritários, maior será a representação bancária nos conselhos fiscais e administrativos. Com isso resta, também demonstrada a demagogia da tese da democratização do capital, pois como se sabe, os acionistas minoritários não decidem nada acerca dos destinos da grande empresa.

Temos assim, a manifestação da terceira função exercida pelo bancos. A primeira é a do gerenciamento gradativo de parte do próprio crédito de circulação. A segunda é a concessão do crédito de capital, do capital monetário ocioso na forma de empréstimo. A terceira, aparece juntamente com o desenvolvimento das sociedades anônimas, qual seja, a conversão do capital monetário em capital industrial, na forma de ações, as quais transformam-se em capital fictício - em títulos de renda capitalizada na forma de ações. Observe-se, como não há cessão de crédito nessa última função. Assim,

O banco não só pode conceder créditos em maior escala à sociedade anônima do que à empresa individual; pode investir também uma parte de seu capital monetário em ações, por um tempo mais ou menos longo. Em qualquer dos casos nasce sempre um interesse duradouro do banco pela sociedade anônima que, por um lado, deve ser controlado pelo banco para garantir a aplicação correta do crédito concedido e, por outro lado, deve ser dominada na medida do possível, pelo banco, a fim de garantir todas as transações financeiras geradoras de lucro bancário. (HILFERDING, 1985, p. 124)

Eis a importância obtida pela bolsa de valores, pois é neste espaço onde as ações são sempre comercializadas. Uma vez fundada uma sociedade anônima, o capital monetário transformado em capital indus-

Assim sendo, todo o capital-dinheiro de empréstimo em geral está concentrado junto aos bancos, e salvo melhoramentos nas funções técnicas do dinheiro, o aumento – e mesmo a diminuição – do capital-dinheiro de empréstimo disponível está vinculado à dinâmica da reprodução do capital.

O próprio desenvolvimento do sistema de crédito, em especial o capital produtor de juros, sua base, é uma necessidade e resultado do desenvolvimento do capital industrial, da acumulação real. Todavia, observando-se essa categoria especial de agentes, comerciando com dinheiro, constata-se, ser o lucro obtido, nada mais do que dedução da mais-valia apropriada pelo capitalista industrial na forma de juros.

Tão logo se acumulam os capitais nas mãos desses agentes, e mesmo parte do próprio lucro do banco é convertido em capital-dinheiro de empréstimo, aumenta a massa de capital-dinheiro disponível, sempre pronta a converter-se em capital produtor de juros. Nesse sentido, quando a esfera do capital industrial apresenta algum tipo de limitação, eis que os títulos da dívida pública, bem como, a comercialização de ações e títulos diversos na bolsa, se apresentam como alternativa. A acumulação de capital-dinheiro de empréstimo e sua conversão em capital produtor de juros, como valor que efetivamente se valoriza no ciclo do capital industrial ou como capital fictício, na forma de títulos e ações, converte-se em negócio especial desses agentes.

Assim, se faz relevante destacar, segundo Marx (2008), que uma parte do capital-dinheiro de empréstimo potencial nas mãos dos bancos, direciona-se para atividades, as quais, não fazem parte do ciclo de reprodução do capital industrial.

A primeira refere-se aos títulos da dívida pública⁶⁵. Neste caso o banco concede o empréstimo ao Estado, ou seja, para o Banco, em particular, ocorre a conversão do dinheiro em capital, mas o Estado consome o capital-dinheiro emprestado não como capital, valor que se valoriza – exceto quando o próprio Estado atua no ciclo de reprodução do capital, como por exemplo, na produção do petróleo ou qualquer outra mercadoria – mas para suas funções de promover a educação, a segurança e a saúde pública, fazendo-o desaparecer. O Banco terá em suas mãos um título da dívida pública, dando-lhe o direito a um juro mensal ou anual, parte da renda auferida pelo Estado, e esse título pode inclusive ser co-

⁶⁵ Carvalho (2003), em capítulo sobre a dívida pública e o papel do Estado no capitalismo, mostra inclusive como o endividamento público, é, em geral efetuado para criar a infraestrutura necessária para a reprodução do capital, e como o espaço do Estado é também um espaço da luta de classes.

ormente, porque o banco opera como se esse dinheiro fosse próprio.

Aliás, em não sendo próprio o dinheiro depositado nos bancos, apenas revela-se a importância dos mesmos como centralizadores das funções técnicas do dinheiro e da função central, as quais, têm no sistema de crédito desenvolvido: a de prover todo o capital-dinheiro de empréstimo necessário para a reprodução do capital industrial em escala sempre ampliada, e com isso auferir o juro.

Percebe-se então, o negócio principal dos bancos: centralizar o dinheiro ocioso de todas as classes e suas categorias, remunerando-as com um juro pelo dinheiro depositado, mas um juro muito abaixo daquele auferido ao transformar esse dinheiro em capital-dinheiro de empréstimo, capital produtor de juros

Conforme acima exposto, nem toda a acumulação de capital para os detentores do capital-dinheiro de empréstimo – os bancos - tem vinculação com a acumulação real ou mesmo representa ampliação da reprodução do capital real. Por exemplo, quando se aprimoram as funções técnicas do dinheiro, parte dos pagamentos, antes de serem efetuados, ficam depositados junto aos bancos, e isso faz com que, até a data do pagamento, possa utilizar-se desse dinheiro como capital-dinheiro de empréstimo e emprestá-lo. O banco recebe o depósito do valor da dívida de 100 US\$ no dia 01, e efetua o pagamento da dívida no dia 15 do corrente mês. Ao longo de 14 dias poderá utilizar-se do dinheiro depositado para pagamento futuro e convertê-lo em capital produtor de juros, auferindo juros desse capital que não é próprio, mas está em seu poder nesses dias. Aumenta a massa de capital-dinheiro disponível. Outro exemplo, é do trabalhador que deposita seu salário e o consome gradualmente. O banco poderá utilizar-se do valor depositado, que diminui gradualmente, e convertê-lo em capital produtor de juros.

Mas, boa parte da massa disponível como capital-dinheiro de empréstimo junto aos bancos, terá sim, grande vinculação com o processo real de reprodução do capital. Isso se evidencia quando por exemplo, excetuada a parte do lucro de empresário que o capitalista consome para a satisfação de suas necessidades pessoais, o lucro de empresário é destinado à ampliação da esfera da reprodução do capital, no entanto, não atingiu o limite mínimo para expandir-se o negócio, e assim fica depositado; ou mesmo, quando um capitalista se desfaz de seu negócio particular ou vende parte de suas ações, depositando seu dinheiro num banco; ou na ocasião de uma crise, na qual fica impossibilitado de transformar parte do capital-dinheiro acrescido de mais-valia, em novo capital adiantado, porque os estoques estão cheios.

trial – e representado pela ação -, é sempre novamente conversível em capital monetário quando vendida. Mas, uma vez efetuada a transformação do capital monetário em capital industrial, o mesmo se converte em título de rendimento capitalizado, em capital fictício. Deixa de existir como dinheiro, como capital monetário para existir como ações, como capital fictício enquanto permanece nas mãos de seu possuidor. Tão logo é comercializado na bolsa, reconverte-se o capital fictício, a ação – como rendimento capitalizado com base na taxa de juros estabelecida no mercado - em capital monetário para seu possuidor.

É importante perceber como o capital próprio dos bancos vai assumindo importância nesse sentido, pois quando aumenta a transformação do capital monetário em capital industrial, por intermédio da aquisição de ações, não é a cada momento que o mercado está favorável para a comercialização dessas. Nesse sentido, a comercialização de ações vai consumando-se como privilégio dos grandes bancos, os quais para além de atraírem as massas do capital monetário ocioso de todas as classes, possuem um grande capital próprio, parte do qual, pode ser sempre convertido em ações para venda nos momentos mais favoráveis, sem prejuízos em outras operações efetuadas com capital de terceiros.

Desse modo, se a bolsa é um mercado por excelência, onde se comercializam títulos, estes, conforme Hilferding (1985), dividem-se em dois grandes grupos. O primeiro grupo abrange as letras de câmbio, crédito de circulação, e expressam uma quantia em dinheiro a qual tem de retornar ao detentor do título na data do vencimento acrescido do juro, e o segundo compreende em especial os títulos da dívida pública e as ações – expressando um rendimento capitalizado, porque os valores adiantados não retornam mais, foram consumidos improdutivamente pelo Estado ou valorizam-se como capital.

Com o desenvolvimento dos bancos, o crédito de circulação deixa de se concentrar na bolsa e passa a ser uma função dos primeiros, e “A esfera da verdadeira atividade da bolsa é o mercado de títulos de juro ou do capital fictício.” (HILFERDING, 1985, p. 138). Assim, a bolsa torna-se o centro da especulação dos valores expressos pelas ações, pelo capital fictício, pois esses valores nada têm a ver com produção da mais-valia diretamente, mas com a mais-valia destinada como dividendo aos acionistas, capitalizada a uma taxa de juros de mercado. Portanto, o especulador não está preocupado em propiciar à sociedade anônima, da qual possui ações, a obtenção de lucros elevados. Seu objetivo é comprar e vender ações, e nesse ato busca ganhar, enquanto outros perdem – quer comprar mais barato do que vendera anteriormente ou vender mais

caro do que comprara -, ora, isto independe da empresa auferir lucros, apesar de os lucros futuros ou esperados servirem de orientação para a compra e venda de ações. Por isso, quanto maior o conhecimento sobre a empresa da qual adquiriu ações, maior a segurança e previsibilidade sobre os lucros futuros, e tanto maior a segurança quando da compra e venda de ações na bolsa, em especial porque como a taxa de juros é dada a cada momento, e em geral, conhecida pelos agentes da bolsa, é sobre os lucros futuros que acabam recaindo as atenções dos especuladores, trazendo à tona duas novas variáveis. Se o valor das ações negociadas em bolsa é determinado pelo lucro na forma de rendimento capitalizado com base na taxa de juros de mercado, adiciona-se também - a determinação desse valor fictício - o movimento da oferta e demanda por essas ações.

Se, anteriormente a magnitude do capital determinava o lucro, esse agora transmutado em rendimento é quem determina a magnitude do capital.

Portanto,

A possibilidade de especulação se deu com o surgimento desse mercado de capital fictício. Por outro lado, a especulação é necessária para salvaguardar a capacidade de absorção permanente desse mercado e para dar com isso ao capital monetário, como tal, a possibilidade de se transformar continuamente em capital fictício e novamente em capital monetário. (HILFERDING, 1985, p. 143)

Assim, com o comércio das ações na bolsa de valores comercializa-se a propriedade dessas sociedades anônimas, e a mudança de propriedade poderá ser independente da reprodução do capital, pois as ações podem ser compradas ou vendidas por pura especulação¹⁰. Mas, o pouco caso com os destinos futuros da empresa, não é estratégia dos grandes

¹⁰ É importante perceber que para o grande especulador profissional, com base em Hilferding (1985), o que interessa são as cotações dadas cotidianamente e a cada momento. Por isso, para ele que compra e vende ações a cada instante, se faz necessário ter a maior previsibilidade possível sobre a taxa de juros, ter também informações sobre as estratégias empresariais que podem interferir sobre os rendimentos auferidos pelos acionistas no futuro mas que se refletem no preço presente das ações através dos movimentos da oferta e demanda. Os negócios efetuados na bolsa são rápidos, as oscilações de preço das ações são pequenas, por isso quanto maior o montante de capital monetário destinado à especulação, maiores as possibilidades de ganhos com a compra e venda.

Consumam-se então a figura de fetiche e a concepção fetichista do capital. Em D-D' temos a forma vazia do capital, a perversão, no mais alto grau, das relações de produção, reduzidas a coisa: a figura que rende juros, a figura simples do capital, na qual ele se constitui condição prévia de seu próprio processo de reprodução; capacidade do dinheiro, ou da mercadoria, de aumentar o próprio valor, sem depender da produção - a mistificação do capital na forma mais contundente. (MARX, 2008, p. 521, L.3, V.5)

Como demonstrado anteriormente, tanto faz quem detém o capital-dinheiro de empréstimo, se é o prestamista bancário ou o próprio capitalista ativo, é proprietário do capital utilizado no ciclo de reprodução. O juro é inato à propriedade do capital, aparece sempre como fruto de uma planta que se retroalimenta, se não for devorada pelo seu dono. Por isso o capitalista ativo, quando é o proprietário do capital, tem na ponta do lápis o montante do lucro total que lhe cabe como juro. O cálculo feito refere-se a quanto ganharia com seu o capital-dinheiro, adiantado no ciclo de reprodução, caso esse fosse transformado em capital-dinheiro de empréstimo, em capital produtor de juros, ou ainda, quanto teria de pagar da parte do lucro como juro, caso o capital adiantado fosse emprestado. Mesmo sendo impossível que todos os capitalistas ativos se transformem em prestamistas de capital-dinheiro, esse fetiche do valor que se valoriza, sem passar pela esfera da produção é o desejo de todos, sinônimo de status, de poder e riqueza, “tudo isso sem confrontar-se com essa massa de trabalhadores ignorantes, que produz a riqueza material social, mas dela não se apropria”.

5.5 O capital dos bancos

Conforme Marx (2008), é importante perceber o dinheiro em poder dos bancos aparecer na forma de dinheiro de contado - ouro, prata, papel-moeda - e títulos diversos. O montante desse capital-dinheiro latente, potencial - porque tem de ser emprestado para se converter em capital produtor de juros - é, em parte, propriedade do próprio banco, e, parte, propriedade de terceiros. No entanto, não muda em nada a procedência do dinheiro centralizado no banco, com a sua destinação posteri-

ativo e capitalista prestamista – mas sim, da existência da dupla função do capital, que lhe é imanente: a propriedade jurídica e a função econômica.

Conforme Marx (2008), tanto faz se o capitalista ativo adianta capital próprio ou de terceiros no ciclo de reprodução. Se o capital adiantado for capital-dinheiro tomado de empréstimo, ao final do ciclo de reprodução dividirá o lucro total em juro e lucro de empresário. Juro pertencente ao proprietário do capital. Lucro de empresário que lhe pertence, por comandar, enquanto capitalista ativo, o processo de reprodução. Se o capital for próprio, o juro pertence-lhe por ser ele mesmo o proprietário do capital, como também pertence-lhe o lucro de empresário.

Do ponto de vista quantitativo, a existência do juro é sempre referida ao capital-dinheiro de empréstimo, e assim o é, porque uma parte do capital social sempre aparece, e, tem de aparecer nessa forma; é consequência e condição do desenvolvimento do modo capitalista de produção e do sistema de crédito que o acompanha.

Do ponto de vista qualitativo, tanto o juro como o lucro de empresário são formas da mais-valia, trabalho não-pago, trabalho excedente, apropriado pelo capitalista sem contrapartida equivalente.

Constatou-se ser o juro uma parte do lucro, e ambos serem parte da mais-valia apropriada pelo capitalista ativo no processo de reprodução do capital. No entanto, constatou-se, também, que o detentor do capital-dinheiro de empréstimo transforma seu dinheiro em capital apenas no ato do empréstimo. Para ele o dinheiro converte-se em capital porque se valoriza, gera mais dinheiro. Não importa ao detentor do capital dinheiro de empréstimo, como será utilizado o valor-de-uso do capital emprestado, importante é que ao emprestá-lo como capital produtor de juros, seu dinheiro se transforma em capital, valor que se valoriza, cresce. Emprestou 100 unidades monetárias e recebe ao final de um ano 110 US\$, seu capital valorizou-se, foi acrescido de juros. Conforme Marx (2008) esse é o fetiche máximo, pois o dinheiro valoriza-se como autômato, valor simplesmente reproduzido por ter sido entesourado.

Desaparecem todos os indícios da fonte criadora da riqueza. O dinheiro é coisa que se multiplica independentemente.

Portanto, no capital produtor de juros:

capitalistas. Os grandes bancos, por exemplo, têm o máximo interesse em participar nos conselhos fiscais e de administração das sociedades anônimas, e tanto maior será esse interesse quanto maior for a participação acionária, pois maiores poderão ser os lucros diferenciais na compra e venda das ações com base em informações mais seguras acerca do rendimento futuro.

Para Hilferding (1985), a comercialização das ações na bolsa encobre definitivamente qualquer manifestação da relação de exploração, do processo de produção de mais-valia. A propriedade capitalista deixa de ser individual para manifestar-se como propriedade do capitalista associado, como propriedade de ações, de títulos que adquirem valor a partir do rendimento capitalizado.

2.1.4.1 A bolsa de mercadorias

Para além da bolsa de valores, também existe a bolsa de mercadorias. Nesta última realiza-se o comércio bursátil, a partir da variação dos preços das mercadorias, onde o importante não é a mercadoria em espécie, tampouco a sua comercialização, mas, a especulação acerca do preço dessa mercadoria, oriundo da diferença entre o tempo de produção e o tempo de circulação. É o chamado negócio a termo, que permite à mercadoria¹¹ um padrão de qualidade – em geral internacional – e ao mesmo tempo abre a possibilidade dela exercer temporariamente a função de equivalente geral, na medida em que o capital monetário ocioso poderá converter-se por determinado momento.

Assim, não há no negócio a termo, compra e venda de mercadorias, como acontece na esfera de circulação. Ocorre apenas o negócio bursátil, onde a mercadoria é imaginária, empresta sua existência e seu valor para os especuladores, que apostam nas variações do seu preço de mercado ao longo de determinado tempo. É mais uma possibilidade apresentada para o capital monetário ocioso, pois a especulação acerca do comércio bursátil de mercadorias permite ao capital monetário, uma vez apostado, poder reconverter-se novamente em dinheiro, a qualquer instante. Conforme Hilferding,

¹¹ Como exemplo de mercadorias que em geral são objeto de especulação no mercado bursátil, tem-se a soja, o trigo, o milho, o café, o algodão, arroba do boi e alguns minerais, dentre outras mercadorias que em geral são produzidas em muitas partes do mundo, e, que mantêm um padrão de qualidade semelhante.

...A bolsa compra e vende apenas especulativamente, os especuladores não têm ganho, mas sim lucro diferencial. O lucro de um é o prejuízo de outro...Com isso, resulta um novo tipo de emprego do capital bancário. O capital bancário participa do comércio; mas o faz somente na forma em que lhe é adequada como capital que rende juros. As mercadorias, nas quais seu dinheiro se transformou, podem a todo momento ser transformadas novamente em dinheiro... A existência de uma bolsa, de uma cadeia incessante de compra e vendas, que constituem a especulação, sempre assegura ao banco a possibilidade de realizar seu dinheiro. (1985, p. 156)

O negócio a termo também possibilita a garantia de preços por parte de alguns produtores de mercadorias, pois um capitalista poderá vender a produção futura de mercadorias no momento presente ao preço cotado na bolsa. Assim, já está assegurada a venda de suas mercadorias bem como seus lucros, mesmo antes de se ter finalizada a produção. É uma forma de reduzir custos de circulação incorridos com a comercialização, e pode ser também uma forma de antecipar a ampliação da reprodução do capital.

Veja-se, que ao vender a mercadoria no momento presente pela cotação vigente na bolsa, poderá ele deixar de receber um preço de mercado maior no futuro, por outro lado, estará protegido da possibilidade de ter de vender a um preço menor.

Conforme Hilferding (1985), quem arrisca na variação dos preços no futuro será o especulador, esperançoso em ganhar o lucro diferencial. No princípio, os bancos fornecem crédito aos especuladores atuantes na bolsa de mercadorias, mas gradativamente, os próprios bancos passam a atuar nesse espaço comprando e vendendo mercadorias bursáteis, e mais do que isso, os próprios bancos começam a adquirir parte das mercadorias efetivamente produzidas num ramo industrial – assumindo parte da função outrora dos comerciantes – e a influenciar o próprio abastecimento no mercado, de forma a provocar alterações nos preços e aumentando com isso os lucros diferenciais oriundos da especulação bursátil. Todavia, tão logo a cartelização ou mesmo o monopólio vai se formando, a exemplo do cartel do petróleo, cessam as especulações no mercado da bolsa acerca de determinada mercadoria, pois mais importante vem a ser o lucro extra decorrente da fixação do preço muito acima do preço

montante de capital-dinheiro, saindo da esfera da circulação com valor acrescido, ou seja, com lucro.

Mas, como foi estudado, o capitalista ativo teve de tomar emprestado o valor-capital, o capital-dinheiro adiantado no ciclo de valorização. Assim, ao comandar o processo de reprodução do capital, o fez com capital-dinheiro emprestado, de propriedade de outrem. Auferiu um lucro ao final do ciclo global, mas não o fez com capital próprio. Por isso, tem de remunerar o empréstimo efetuado, com juros, parte do lucro total.

Ao capitalista ativo, que tomou emprestado o capital-dinheiro de outrem, foi-lhe possibilitada a utilização do valor-de-uso desse capital, qual seja, a de valorizar-se como valor.

O empréstimo do capital-dinheiro aparece como o empréstimo de qualquer outra mercadoria, que ao ser emprestada pelo proprietário, dá a possibilidade do prestatário utilizar-se da maneira mais conveniente do valor-de-uso dessa mercadoria. Mas o dinheiro quando utilizado como capital, apesar de ter seu valor determinado como o de qualquer outra mercadoria, tem uma peculiaridade a distingui-lo das outras mercadorias: muito além de manter o valor-de-uso e o valor, acresce-os.

Assim, em consonância com Marx (2008):

Quanto às demais mercadoria, o valor-de-uso é consumido após a última aquisição, quando desaparece a substância da mercadoria simultaneamente com o valor. A mercadoria capital, ao contrário, tem a peculiaridade de pelo consumo do valor-de-uso, não só conservar o valor e o valor-de-uso, mas também de crescê-los. (MARX, 2008, p. 467, L.3, V.5)

Então, percebe-se como o juro nada mais é do que o pagamento pela utilização do valor-de-uso do capital emprestado, utilização feita pelo capitalista ativo. O lucro total produzido é por isso dividido entre o prestamista do capital e o prestatário. Ao prestamista cabe o juro por ser ele o proprietário do capital. Ao prestatário cabe o lucro de empresário – diferença entre o lucro total e o juro – por ser ele o comandante da reprodução do capital em seu ciclo.

Mas essa divisão quantitativa – lucro total = lucro de empresário + juro - que aparece entre as duas categorias de capitalistas, acaba por se transformar em mera divisão qualitativa. Isto ocorre, porque ela não depende da existência das duas categorias de capitalistas – capitalista

mais possível, de um ramo produtivo para outro, com vistas à melhor taxa de lucro.

Resta ainda, observar-se a lei imanente do modo capitalista de produção com relação à taxa de lucro. Essa lei mostra que a taxa geral de lucro apresenta uma tendência à queda, pois quanto mais se desenvolve a produção capitalista, a relação entre o preço de venda e o capital adiantado, diminui. Visto de outro modo, há uma tendência ao aumento da composição orgânica do capital em todos os ramos, refletindo-se na queda tendencial da taxa geral de lucro, salvo os momentos em que operam as contratendências.⁶⁴

5.4 Juro e lucro de empresário

Como se viu, o capital produtor de juros - base do sistema de crédito- à medida que se desenvolve o modo capitalista de produção vai se concentrando nas mãos de agentes especiais, que concentram o capital-dinheiro ocioso. Estes agentes são em geral, os bancos, os quais, além de concentrarem as funções técnicas do dinheiro, executam principalmente o comércio do mesmo.

Demonstrou-se como esse comércio de dinheiro transforma-o em capital, no ato da sua conversão em capital-dinheiro de empréstimo, capital produtor de juros. Estabelece uma relação entre duas categorias de capitalistas.

O primeiro empresta o dinheiro acumulado em suas mãos e converte-o em valor que se valoriza, em D-D'. O ato do empréstimo, para ele, é o momento de transformação do capital-dinheiro latente em capital, valor que se reproduz produzindo juro.

O segundo toma o capital-dinheiro emprestado para adiantá-lo, no processo de valorização do capital, no ciclo de reprodução do capital industrial, é o capitalista realmente ativo, comandando e gerenciando a reprodução do capital.

Uma vez terminado o ciclo de reprodução do capital para um determinado montante de capital-dinheiro adiantado, ou seja, depois deste ter passado pelas três formas funcionais do capital e se valorizado na esfera produtiva - quando o capital encontra-se na forma de capital-produtivo - o resultado final é, para os olhos do capitalista ativo, um

⁶⁴ Com relação à queda tendencial da taxa de lucro como resultado do aumento da composição orgânica do capital, esse ponto será mais desenvolvido no tópico 5.7 desse trabalho.

de mercado. Nesse sentido, uma vez fixado o preço da mercadoria, cessam os motivos da própria especulação: sua variação.

2.1.5 Capital bancário e o lucro em geral

Conforme Hilferding (1985), se outrora os próprios capitalistas industriais tinham de reservar uma parte do capital monetário para necessidades de tesouraria, com o desenvolvimento do sistema bancário essa função passa a ser efetuada pelos próprios bancos. Mas como se viu, os bancos passam a fornecer também o crédito de circulação e o crédito de capital, e ambos estão fundamentados no capital mobilizado posto à disposição, parte do qual é próprio do banco e parte corresponde aos credores, depositantes. Seu lucro, em termos gerais, corresponde assim ao juro auferido pelo empréstimo do capital monetário próprio e ao diferencial entre os juros recebidos pela concessão dos empréstimos de capital monetário depositado e os juros pagos aos depositantes. Note-se que os juros pagos aos clientes depositantes, em geral serão resultado da concorrência entre os bancos.

Portanto, o processo é o seguinte: primeiramente, fixa-se a taxa de juros em geral por meio da oferta e procura de capital de empréstimo. A taxa determina o lucro bruto dos bancos, que estes recebem mediante o empréstimo dos fundos próprios ou alheios que estão à sua disposição. Com relação a isso, tanto para a formação do nível da taxa de juros quanto para o volume do lucro bruto, não faz a menor diferença a relação em que estejam os meios próprios ou alheios. (HILFERDING, 1985, p. 171)

Contudo, os bancos sempre procuram aumentar o capital próprio, pois esse aumento permite participar mais ativamente da cessão do crédito de capital a grandes empresas na forma de sociedades anônimas, bem como, adquirir ações - como títulos de investimento, os quais ficam em suas mãos -, e participar das decisões futuras da empresa ou mesmo adquirir ações para a especulação na bolsa de valores. Mas, tal aumento de capital não se concretiza apenas com base nos ganhos dos bancos acumulados para posterior empréstimo. Os próprios bancos pas-

sam a se converter em sociedades por ações e, uma parte dos outrora depositantes, acaba por comprar parte das ações desses bancos, aumentando assim o capital próprio dessas instituições.

Nessa direção, uma vez aumentado o capital próprio via emissão de ações, os bancos passam a ter disponível um capital próprio aumentado, e com isso se abrem as possibilidades de aumentar o crédito de circulação e o crédito de capital, mas para além disso, os bancos têm agora a possibilidade de adquirir uma quantidade maior de ações do capital industrial.

Ao invés dos capitalistas monetários particulares investirem seu dinheiro em ações industriais, investiram-no em ações bancárias, e o banco, ao comprar ações industriais, o transformou em capital industrial... E assim existe a tendência de transformar o capital monetário disponível dos particulares primeiramente em capital bancário nas maiores proporções possíveis e, depois, este, em capital industrial. Com isso, teve lugar uma duplicação do capital fictício. O capital monetário é ficticiamente transformado no capital de ações bancárias e, com isso, passa a ser, na verdade, propriedade do banco; esse capital bancário é agora transformado ficticiamente em ações industriais e, na realidade, em elementos do capital produtivo, meios de produção e força de trabalho. (HILFERDING, 1985, p. 175)

Deve-se atentar também que os ganhos dos bancos serão resultado de ganhos especulativos da compra e venda de ações, dos lucros de fundador, dos lucros diferenciais no mercado bursátil, da cessão do crédito de circulação e do crédito de capital. E esses ganhos serão tanto maiores quanto maiores as fases de crescente prosperidade, em especial porque a atividade do capital industrial é intensa e requer forte atuação bancária. Contudo, “O ganho bancário não é lucro. Mas o montante do ganho, calculado sobre o capital próprio, deve ser igual à cota média de lucros. Se é menor, serão retirados os capitais do negócio bancário, se é maior, aparecerão novos bancos” (1985, p. 176). Por outro lado, a quebra bancária aparecerá após a superprodução ou uma especulação demasiada. Em ambos os casos, boa parte do capital monetário ocioso dispo-

Atente-se, dado um preço de produção social de uma mercadoria, nivelado com os preços médios no mercado, o lucro de um capital individual poderá ser diferente dos outros capitais operantes no próprio ramo, pois como se sabe, o lucro para o capitalista individual é sempre resultado da diferença entre o preço de venda da mercadoria e o seu custo de produção.

Para o capitalista, o custo de produção corresponde sempre ao montante do capital adiantado em capital constante e capital variável. O preço de venda por sua vez, corresponde ao preço recebido pelo capitalista no mercado, pela mercadoria produzida sob seu comando. Como coloca Marx (2008), o capitalista em geral, embasado nos conceitos da economia política da oferta e da demanda, bem como da mão invisível do mercado, acredita – ou quer acreditar - que seu lucro advém da esfera da circulação, do excesso do preço de venda sobre o preço de custo.

Fantástica ilusão, pois desconsidera o fato de as mercadorias serem trocadas por valores equivalentes na esfera da circulação. Fantástica alquimia, atribuindo ao capital adiantado a autonomia da valorização na esfera da circulação, quando na realidade ele se valoriza no ciclo de reprodução do capital industrial, em especial na esfera produtiva - como resultado da ação do trabalhador coletivo junto aos meios de produção.

Assim,

Na realidade, a taxa geral de lucro é determinada (1) pela mais-valia produzida pela totalidade do capital, (2) pela relação entre essa mais-valia e o valor do capital todo e (3) pela concorrência, na medida em que é o movimento que possibilita os capitais empregados nos diferentes ramos de produção procurarem extrair dessa mais-valia, de acordo com as magnitudes relativas, dividendos iguais. (MARX, 2008, p. 487, L.3, V.5)

Portanto, em cada ramo haverá uma taxa de lucro médio a orientar os capitais operantes no ciclo de reprodução e mesmo os capitais em potencial, e, a concorrência entre os capitalistas nada mais é do que a busca da maior taxa de lucro possível nos mais diversos ramos; assim, quando conveniente para o capitalista, este, movimenta-se dentro do seu ramo – concentrando e centralizando o capital -, e quando isso não é

prestado, menos racional seria destinar parte maior do que seu próprio lucro, salvo condições excepcionais.

5.3 A taxa de juros

É necessário atentar para o fato de a taxa de juros não ser determinada por nenhuma lei. Se o limite do juro é o lucro, o limite da taxa de juro será a taxa de lucro.

Da mesma forma, conforme Marx (2008), a taxa média de juros só poderá ser definida pelos longos ciclos da indústria moderna, ou por aqueles investimentos de capital de longo prazo.

Mas, examina-se que a taxa de juros é de fato cotada cotidianamente, e esta, mostra, os movimentos em torno da oferta e demanda por capital-dinheiro de empréstimo, ou seja, quando se confrontam o capitalista ativo e esses agentes especiais, os quais concentram e comerciam dinheiro.

Assim sendo,

Sempre flutuante, a taxa de mercado do juro é grandeza fixa dada a cada momento, como o preço de mercado das mercadorias, pois no mercado financeiro todo capital de empréstimo se confronta constantemente em sua totalidade com o capital ativo, e a relação entre a oferta e a procura de capital de empréstimo estabelece na ocasião a taxa de mercado do juro. E assim tanto mais acontece quanto mais o desenvolvimento e a concomitante concentração do crédito derem ao capital de empréstimo caráter social generalizado e o lançarem no mercado financeiro de uma vez, em massa. (MARX, 2008, p. 486, L.3, V.5)

Quanto à taxa de lucro, em primeiro plano vale destacar a existência de uma taxa geral de lucro, a qual expressa a relação entre a mais-valia social obtida e o capital social adiantado no processo de reprodução do capital. Essa taxa geral de lucro serve de orientação para a classe capitalista como o limite mínimo de lucro, no entanto, varia muito para os mais diversos capitais nos mais diversos ramos.

nibilizado como crédito de capital, ações ou especulação bursátil não consegue reconverter-se imediatamente em capital monetário, inclusive em muitos casos desaparece parte do capital fictício.

2.1.6 As associações monopolistas e a busca pelo lucro extra

Como se sabe, o interesse de todo capitalista é o lucro, e o capitalista individual tem o maior interesse possível em obter um lucro extraordinário pelo maior tempo possível. A busca por esse lucro extra se reflete, mediante a concorrência, no aumento da composição orgânica do capital, e acaba por reduzir a taxa média de lucro no setor. Mas, essa taxa média de lucro setorial acaba sendo comparada com a taxa média de lucro de outros setores, a qual impulsiona os capitalistas a procurarem os setores sempre mais rentáveis para a aplicação do capital. Em linhas gerais, o que se verifica é a queda tendencial da taxa de lucro global e uma certa mobilidade dos capitais pelos mais diversos ramos, sejam eles industriais, comerciais ou bancários. Todavia, em alguns setores e para alguns capitalistas, em especial os capitalistas associados na forma de sociedade anônima, Hilferding (1985), entende ocorrer uma contratendência importante: a eliminação da concorrência a partir da formação de cartéis, fusões, monopólios, trustes¹². E essa eliminação da concorrência apresenta-se tanto mais necessária quanto maior é o montante do capital total destinado para capital constante, em especial o capital fixo. É que quanto maior a imobilização do capital em capital fixo, mais difícil sua rápida reconversão em capital monetário e por isso a dificuldade de sua transferência de um ramo a outro. Por outro lado, com a supressão da livre concorrência – em especial nos períodos de depressão - abre-se a possibilidade dessas sociedades anônimas obterem lucros extras.

Ademais, se faz relevante destacar que, uma vez convertido o capital monetário em capital industrial, o capitalista passa a deter as ações como símbolo de propriedade, as quais são sempre comercializáveis na bolsa. Poderá assim, reconverter o capital monetário original-

¹² De acordo com Hilferding (1985), quando um grupo de empresas mantém independência, mas se une através de um contrato com objetivo de elevar os preços da mercadoria ofertada, bem como dos lucros, é que surge o cartel, que nada mais é do que uma comunidade de interesses monopolista. Quando as empresas se unem numa só, tem-se uma fusão. Por sua vez, uma fusão poderá ser monopolista, ou seja, um truste.

mente dispendido em capital industrial, novamente em capital monetário, a qualquer momento.

Mas, nem sempre é possível auferir lucro extra, dado a configuração da estrutura de mercado e, em muitos casos, os capitalistas acabam por realizar uma investida contra as oscilações acerca da taxa média de lucro no ramo de atuação. Essa investida refere-se à associação com empresas atuantes em outros ramos interdependentes. Por exemplo, em épocas de prosperidade o setor produtor de bens de consumo duráveis demandará mais matéria-prima da indústria extrativa, a exemplo das siderúrgicas fornecedoras do aço. Então, frente a uma demanda ampliada, quanto maior o poder da siderúrgica no mercado fornecedor do aço, maior será a possibilidade de auferir lucros extras, vendendo o aço a um preço mais elevado, o que por sua vez, diminuirá a taxa média de lucro do setor consumidor do aço como matéria prima, pois agora os dispêndios com capital constante elevaram-se. Nas épocas de depressão, dá-se o contrário, pois diminui a demanda por matéria-prima e com isso ocorrerá uma queda nos preços estabelecidos, em alguns casos abaixo do preço de produção. Há uma queda na taxa de lucro. Nesse período, a grande indústria moderna requer menor quantidade de matérias primas.

Observa-se assim, conforme Hilferding (1985), a existência de um impulso para união entre empresas operadoras em ramos complementares, interdependentes, visando com isso uma maior estabilidade nas taxas de lucro através da união entre os ramos menos lucrativos e os mais lucrativos. Nas épocas de prosperidade, a iniciativa de fusão, aquisição ou cartelização vem, em geral, do setor não extrativo. Nas épocas de depressão, verifica-se movimento inverso, ou seja, o setor extrativo busca fundir-se com o setor produtor de bens duráveis.

Desta forma, tanto as comunidades de interesse – cartéis - quanto as fusões, podem ser horizontais ou verticais. Em ambos os casos fortalecem-se as empresas unidas frente à concorrência. Para além de manter uma estabilidade nas taxas de lucro entre dois ramos distintos, o objetivo maior sempre é a busca por uma posição de monopólio, a qual acaba por possibilitar lucros extraordinários, pois se estabelecem preços muito acima dos preços de produção estabelecidos no mercado.

Os cartéis vigoram, em geral, em épocas de prosperidade, do contrário, mantêm-se apenas se a oferta é estabelecida em conjunto e os parâmetros estabelecidos são aceitos por todos os participantes. Nem sempre esses parâmetros são cumpridos, pois uma parte das empresas participantes do cartel consegue produzir com preços de custo inferiores à média, e quando advém a crise, podem reduzir seus preços de produ-

O primeiro desembolso que transfere o capital das mãos do prestamista para as do prestatário é uma transação jurídica que nada tem com o processo real de reprodução do capital, introduzindo-o apenas. O reembolso, com a transferência do capital refluído, das mãos do prestatário para as do prestamista é uma segunda transação jurídica que complementa a primeira; uma introduz o processo real, e a outra é posterior a esse processo. (MARX, 2008, p. 463, L.3, V. 5)

Quando o capitalista ativo lança o capital-dinheiro tomado emprestado no processo de reprodução do capital, este volta ao ponto de partida com valor acrescido, com mais-valia incorporada na esfera produtiva, resultado da ação do trabalhador coletivo. É somente sob o comando do capitalista ativo que o capital de fato se valoriza. Assim, a valorização do capital-dinheiro de empréstimo está implícita, não aparece, ou de outro modo, aparece como dinheiro auto-valorizado.

Se, o empréstimo do capital-dinheiro, traduz-se como uma relação jurídica, só pode o detentor do capital-dinheiro latente emprestá-lo porque ele conserva o seu valor, e quando utilizado pelo capitalista ativo conserva o valor e acresce este valor no movimento de reprodução do capital.

O prestamista desembolsa o dinheiro não para comprar mercadoria, mas para transformar seu dinheiro em capital, D-D'. Essa transformação do seu dinheiro em capital, significa render juros, parte do lucro do capitalista ativo. Desde já se ratifica que sendo o lucro forma da mais-valia, o juro, como parte do lucro também o é, pois:

...realizado o capital, o prestatário é obrigado a devolvê-lo, a restituí-lo, portanto, como valor acrescido de mais-valia, isto é, de juro; e este só pode ser parte do lucro que realizou. Só parte e não a totalidade do lucro, pois, para o prestatário, o valor-de-uso consiste justamente no lucro que obtém esse capital. (MARX, 2008, p. 469, L.3, V.5)

Atente-se que, o limite máximo do juro é o lucro, pois se não há razão para o capitalista gerenciar o processo de reprodução do capital e ter de destinar o lucro total para o proprietário jurídico do capital em-

Quando, em vez dos atos isolados de troca, consideramos a totalidade do ciclo do capital, D-M-D', verificamos sempre que determinada soma de dinheiro é adiantada e depois retirada da circulação, acrescida de mais-valia ou lucro. Por certo, a mediação desse processo não se revela nos puros atos da troca. (MARX, 2008, p. 461, L.3, V.5)

Coloca Marx (2008), no caso do capital produtor de juros, seu dono tem de lançá-lo na esfera da circulação, e ele assume forma de mercadoria-capital. Quem o toma emprestado, utiliza o seu valor-de-uso de criar mais-valia, lucro, e como pagamento pela utilização do valor-de-uso da mercadoria-capital, do capital produtor de juros, volta esse ao seu proprietário jurídico, acrescido de parte do lucro, que é o juro.

Observa-se a ocorrência de empréstimo do valor-de-uso do capital, sua função econômica, mas a propriedade jurídica continua nas mãos do prestamista. Por ser o proprietário jurídico, ao emprestar o capital-dinheiro de empréstimo, empresta a função econômica do capital, mas fica em suas mãos o título de propriedade do capital emprestado. O capital pertence-lhe juridicamente, e como proprietário auferi juros pelo empréstimo do valor-de-uso do capital, sua função econômica, sua capacidade de manter-se e valorizar-se no processo de reprodução, o qual aciona o capitalista ativo e tem como resultado o lucro.

Na mesma direção, o empréstimo de uma mercadoria qualquer, a exemplo uma máquina, é uma forma particular assumida pelo capital-dinheiro de empréstimo. De acordo com Marx (2008), o capitalista ativo paga ao proprietário da máquina um aluguel (juro) – mensal, anual, conforme o contrato estabelecido – como parte do lucro, mais a depreciação do valor-de-uso. Ao final do prazo estipulado, retorna então, a máquina ao seu proprietário jurídico. Note-se como o proprietário da máquina a recebeu desgastada, mas recebeu o valor da depreciação pela utilização do valor-de-uso da máquina adicionado do aluguel (juro).

Assim, mesmo sendo lançado na esfera da circulação, o capital-dinheiro de empréstimo, o capital produtor de juros, ou mesmo a mercadoria emprestada, não é vendido nem comprado. Não há troca de equivalentes. Não há cessão da propriedade. Há sim, empréstimo de capital-dinheiro latente, que flui das mãos dessa categoria especial de capitalistas, banco ou outro comerciante de dinheiro.

E por isso:

ção a um preço abaixo do estabelecido pelo cartel e com isso aumentar as vendas individualmente. Consoante Hilferding (1985), uma forma de garantia da manutenção do cartel é a centralização da produção em um escritório central de vendas: eis o aparecimento do sindicato. O sindicato estabelece os parâmetros a serem seguidos e o preço de produção mínimo, o qual deve partir da empresa que tenha o preço de custo mais elevado. Aqui é relevante observar a existência dentro do próprio cartel, de um lucro diferencial para as empresas que produzem com preços de custo menores.

Quanto ao truste, este tem maior autonomia. Se possui um grande domínio do mercado, os diferentes preços de custo das empresas que fazem parte, são compensados nas épocas de prosperidade, em especial porque vendas maiores compensam a queda do lucro unitário, e nas épocas de recessão poderá limitar a produção com a paralisação das empresas menos rentáveis, com preços de custos maiores.

2.1.6.1 A cartelização e monopolização do comércio

Com o desenvolvimento do modo capitalista de produção, as atividades de compra e venda vão se separando do capitalista industrial, tornam-se função especial dos comerciantes, os quais adiantam capital para a execução dessa atividade. Assim, o capital aplicado nessa função especial do comércio é capital como qualquer outro e deve proporcionar um lucro para seu detentor tendo como parâmetro a taxa média de lucro, dada socialmente. Todavia, os comerciantes não gerenciam atividades produtoras de valores, apenas aceleram os movimentos da circulação de mercadorias que outrora ficavam à cargo dos próprios capitalistas industriais. Por isso, o lucro auferido pelo capital comercial é originário de parte do lucro auferido pelo capitalista industrial. Este último transferiu a compra e venda de mercadorias, reduziu os custos de circulação, porque transferindo essas funções para o capitalista comercial teve economia de custos. O montante de mais-valia destinado ao capital comercial, é assim menor do que teria de dispendir, caso ele próprio se encarregasse dessas funções da circulação.

Para Hilferding,

...a independentização do comércio provoca a concentração da compra e venda, e da economia de custos de conservação, manutenção, etc. O comércio significa, por conseguinte, uma redução dos custos de circulação antes necessários e, com isso, uma redução das despesas de produção... Se as funções do comércio devem tornar-se independentes, então o dinheiro investido no comércio deve converter-se em capital, ou seja, gerar lucro. É claro, porém, que esse lucro não nasce no comércio... O volume do lucro é dado pela magnitude do capital. Pois na sociedade capitalista desenvolvida, capital de igual volume gera o mesmo lucro. Mas esse próprio lucro é uma dedução do lucro obtido na produção. (1985, p. 203)

Por isso, observa-se o antagonismo de interesses entre o capital comercial e o capital industrial, pois o primeiro se apropria de parte do lucro do segundo. Pouco a pouco, surge nesse âmbito a mesma tendência verificada com o capital industrial: a monopolização do comércio nas mãos de grandes capitalistas comerciais. Quanto maior o número de capitalistas industriais que produzem a mesma mercadoria e a ofertam em determinado mercado, tanto maior o poder do grande comerciante, pois este poderá forçar o capitalista industrial a vender as mercadorias a preço de produção muito abaixo do preço de produção de mercado, por lhe faltar o domínio, o contato e a habilidade junto aos consumidores. Todavia, quanto maior for a cartelização ou mesmo a fusão – o que leva em geral à uma posição de monopólio em determinado mercado – por parte do capitalista industrial, mais supérfluas se tornam as funções do capitalista comercial, pois o próprio sindicato poderá centralizar as vendas, ou, no caso de um truste, o mesmo poderá efetuar a venda diretamente aos grandes capitalistas.

Conforme Hilferding (1985), com esse movimento ampliado na esfera do capital industrial, reduzem-se ainda mais os custos de circulação do capital industrial, e isso implica, em parte, na eliminação do grande comerciante. Nesse sentido, manifesta-se ainda mais o antagonismo entre o capital industrial e o capital comercial, pois a sobrevivência do segundo está diretamente associada à redução dos custos de circulação do primeiro, e quando o próprio capital industrial cartelizado ou unido consegue status de monopólio em determinado mercado, em geral

mercante de dinheiro, o processo de reprodução do capital é efetuado por ele com capital emprestado, significando que somente poderá exercer seus conhecimentos como capitalista se o comerciante de dinheiro emprestar-lhe o valor-capital necessário.

Veja-se, o capital que se valoriza no processo de reprodução, agora está nas mãos dos prestatários. Mas, quando o valor-capital, tomado de empréstimo, retorna para o seu proprietário, o faz com valor acrescido, na forma de juro.

Para o proprietário do dinheiro, é sempre satisfatório transformá-lo em capital-dinheiro de empréstimo, e assim procede ao emprestar para o capitalista ativo. Somente transformando o dinheiro em capital-dinheiro de empréstimo transforma o dinheiro em suas mãos – capital-dinheiro latente – em capital para si, valor que se valoriza e cresce.

Visto de outro modo, ao emprestar o capital-dinheiro latente, transforma-o em capital produtor de juros, pois, na data do vencimento do empréstimo tem esse capital de retornar das mãos do capitalista ativo, acrescido de valor. O proprietário do capital produtor de juros empresta-o como capital, valor que se mantém e se valoriza, e por isso tem de retornar para suas mãos – enquanto sua propriedade – acrescido de juros, parte do lucro do capitalista ativo.

É nas mãos do prestatário, do capitalista ativo, que o capital de fato exerce sua função enquanto tal, enquanto capital que se reproduz em seu ciclo, por excelência na esfera produtiva, assumindo a forma de capital produtivo.

Mas, o capital sempre está numa das formas funcionais para o capitalista ativo, e enquanto está em movimento assume uma forma funcional ao abandonar a outra, até chegar o momento no qual é lançado na esfera da circulação como capital-mercadoria e converte-se em capital-dinheiro com valor acrescido, pois realiza o trabalho excedente, a mais-valia. É, portanto, apenas no ciclo de reprodução que o capital executa seu movimento de valorização, apenas aí pode a mercadoria e o dinheiro converterem-se em capital.

Quando o capital-mercadoria representa seu ofício na esfera da circulação, é mercadoria ao ser vendida e trocada por dinheiro. Quem compra, compra uma mercadoria e efetua o pagamento em dinheiro. Quem vende, vende mercadoria e recebe em troca dinheiro. Ocorre aí, apenas troca de equivalentes, não importando se é para consumo individual ou produtivo. O fenômeno fica obscurecido em sua essência.

Então,

De modo geral, o negócio bancário, sob esse aspecto consiste em concentrar grandes massas de capital-dinheiro emprestável, e assim, em vez do prestamista isolado, os banqueiros, representando todos os prestamistas, se confrontam com os capitalistas industriais e comerciais. Tornam-se os administradores gerais do capital-dinheiro. (MARX, 2008, p. 534, L.3, V.5)

Vale lembrar, o fato de o dinheiro se transformar em capital na produção capitalista, quando acresce. E seu acréscimo, valorização, ocorre quando o capitalista, de posse dos meios de produção, explora a força de trabalho coletiva, resultado da cooperação das forças de trabalho, adquiridas individualmente no mercado – as quais produzem para ele trabalho excedente, mais-valia.

Considerando-se assim, com uma taxa de lucro de 30% para um capital-dinheiro adiantado de 100 unidades monetárias no ciclo de reprodução em que o capital se valoriza, no ciclo do capital industrial, terá o capitalista ao final de determinado período, um montante de 130 unidades monetárias. As 30 unidades monetárias, acrescidas, representam trabalho excedente, mais-valia apropriada pelo capitalista gratuitamente, mas foi o trabalhador coletivo quem a produziu. Pertencem-lhe, por ser ele o proprietário do capital desembolsado e por gerenciar o processo de reprodução do capital.

Mas, suponha-se ser o ilustre capitalista um principiante na função de representante do capital, e, apesar de ser homem letrado, com grandes habilidades e desejos para acumular capital não o tenha disponível. Terá ele, então, para colocar em prática seus conhecimentos pecuniários, tomar emprestado o valor-capital necessário para o início do ciclo de reprodução.

Com base em Marx (2008), isso só é possível quando o comércio de dinheiro está plenamente desenvolvido, implicando o surgimento de duas novas funções: 1) emprestar dinheiro e tomar dinheiro emprestado; 2) negociar com crédito.

Se os capitalistas especiais já concentram as funções básicas do dinheiro, concentram a partir desse momento as duas novas funções acima destacadas.

Dessa maneira, o capitalista principiante como não dispõe de valor-capital necessário para o início do processo de reprodução, tem de tomá-lo emprestado, e se empresta de um banco ou qualquer outro co-

efetua a própria comercialização com baixos custos de circulação, o que acaba por aumentar os lucros.

Libera-se assim, parte do capital comercial, o qual poderá atuar de outra forma, como capital industrial ou mesmo monetário.

2.1.7 A transformação do capital monetário ocioso em capital financeiro

Como se viu, a tendência do capital industrial é a cartelização ou o aparecimento da fusão, união, as quais resultam na formação dos trustes, monopólios. Quanto maior a posição de monopólio, assumida pelos cartéis ou pelas grandes sociedades anônimas, maiores os lucros extraordinários. Assim, esse movimento de união, ocorrido entre as empresas situadas na esfera do capital industrial, interessam cada vez mais ao sistema bancário, o qual tem como objetivo participar dos ganhos da posição de monopólio dessas empresas, tanto ofertando o crédito de circulação e o crédito de capital, quanto participando diretamente do capital industrial através da aquisição de ações.

Note-se que o objetivo dos bancos, como o de qualquer empreendimento capitalista, é auferir a maior taxa de lucro com relação ao capital com o qual opera. Nesse sentido, o banco privilegiará as operações de crédito de capital bem como a aquisição e comercialização de ações, seja com objetivo de tornar-se acionista majoritário de uma grande sociedade anônima ou mesmo focalizar os lucros de fundação e a especulação com o comércio de ações.

Em todos os casos, passa a ocorrer um forte entrelaçamento entre as grandes sociedades anônimas e os grandes bancos. Para que se estabeleçam relações seguras de cessão do crédito ou se tenha informações relevantes sobre a situação da empresa, o que se reflete na comercialização das ações, os grandes bancos, quando possível, procuram participar dos conselhos fiscais e administrativos dessas sociedades anônimas.

Quando da cessão do crédito de capital, ou seja, o empréstimo do capital monetário ocioso a uma grande empresa, nem sempre é relevante participar diretamente na gestão desta. Mas, quanto maior a posição de monopólio assumida pela empresa tomadora do capital de empréstimo, maior a garantia e segurança obtida pelo grande banco no fornecimento do capital monetário ocioso como crédito de capital, em especial porque os riscos de falência dos prestatários são minimizados pela ausência de concorrência e estabilidade maior dos lucros.

Mas, o entrelaçamento maior entre o capital industrial concentrado e os grandes bancos ocorre quando estes últimos transformam parte do capital monetário ocioso – que é composto pelo capital próprio do banco e os depósitos de terceiros –, em capital industrial, ou seja, quando os bancos destinam parte do capital monetário ocioso – em especial o capital próprio do banco – na compra de ações do capital industrial. Eis o surgimento do capital financeiro. Ao deter parte das ações do capital industrial, o capitalista financeiro torna-se proprietário de títulos que lhes conferem o direito a uma quota parte do lucro, o chamado rendimento.

Assim, para Hilferding:

A dependência da indústria com relação aos bancos é, portanto, consequência das relações de propriedade. Uma porção cada vez maior do capital da indústria não pertence aos industriais que o aplicam. Dispõem do capital somente mediante o banco, que perante eles representa o proprietário. Por outro lado, o banco deve imobilizar uma parte cada vez maior de seus capitais. Torna-se, assim, em proporções cada vez maiores, um capitalista industrial. *Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial. Mantém sempre a forma de dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário – de capital rendoso – e sempre pode ser retirado por eles em forma de dinheiro...* O capital financeiro desenvolveu-se com o desenvolvimento da sociedade anônima e alcança o seu apogeu com a monopolização da indústria. O rendimento industrial ganha caráter contínuo e seguro; com isso a possibilidade de investimento de capital bancário na indústria ganha extensão cada vez maior (1985, p. 219. **(Grifo nosso)**)

Note-se, quanto maior o número de ações em seu poder, maior a influência exercida junto aos destinos da reprodução do capital industrial. Por isso, os grandes bancos procuram, sempre que possível, a posse

parte do capital já acumulado mas ainda não investido, ou seja, capital-dinheiro latente.

Essas operações são, no princípio, operações de caixa, de compensação, efetuadas por agentes especiais, como casas de câmbio e pequenos bancos.

Contudo,

o comércio de dinheiro atinge seu pleno desenvolvimento, o que sempre se verifica nas suas origens, quando às suas demais funções se associam as de emprestar, de tomar emprestado e de negociar com crédito. (MARX, 2008, p. 426, L.3, V.5)

Destaca Marx (2008) que, o dinheiro, seus movimentos e suas formas são resultado da circulação de mercadorias e a partir dela se desenvolvem. O movimento e o volume de dinheiro são determinados pelas metamorfoses das mercadorias na esfera da circulação. Isto posto, constata-se que o comércio de dinheiro reduz o entesouramento, reparte o capital-dinheiro, executa as compensações e acelera a circulação.

No entanto, o pleno desenvolvimento do comércio de dinheiro, aparece quando o dinheiro, capital-dinheiro latente concentrado por esses agentes capitalistas é emprestado aos capitalistas atuantes no processo de reprodução do capital, ou mesmo aos capitalistas que atuam no comércio, apenas comprando e vendendo mercadorias.

5.2.1 A Gênese do capital produtor de juros

O capital produtor de juros é o próprio capital-dinheiro latente, concentrado nas mãos dessa categoria de capitalistas especiais – em especial bancos – quando emprestado ao capitalista que atua no processo de reprodução do capital.

Veja-se:

tomar dinheiro emprestado e emprestá-lo torna-se negócio especial deles. São os intermediários entre o verdadeiro emprestador e o prestatário de capital-dinheiro.

um novo ciclo de reprodução – representa custos de circulação e também podem ficar a cargo desses agentes especiais.

Veja-se:

A própria divisão do trabalho faz que essas operações técnicas, condicionadas pelas funções do capital, sejam tanto quanto possível executadas para toda a classe capitalista por uma categoria de agentes ou capitalistas como funções exclusivas, ficando concentradas em suas mãos. Há aí divisão do trabalho como acontece com o capital mercantil. (MARX, 2008, p. 423, L.3, V.5)

Portanto, o capital-dinheiro adiantado nessas operações, passa a ficar concentrado nas mãos dessa classe especial de capitalistas – em geral, desde o seu início em casas de câmbio e bancos.

Observe-se também que a divisão do trabalho adentra na própria atividade especial exercida por tais agentes, e eis o surgimento de ramos independentes dentro do conjunto de operações técnicas que se convertem em negócios especiais, em comércio de dinheiro.

As diferentes operações, que ao se tornarem autônomas convertidas em negócios especiais, dão origem ao comércio de dinheiro resultam das diversas destinações do próprio dinheiro e de suas funções, que também o capital na forma de capital-dinheiro tem de exercer. (MARX, 2008, p. 423, L.3, V.5)

Mas, o comércio de dinheiro, em conformidade com Marx (2008), se desenvolve inicialmente com o comércio internacional, pois ao comercializarem com outros países, os comerciantes têm de comprar e vender moedas nacionais e estrangeiras, bem como ouro e prata – equivalentes universais. Assim, serão as operações efetuadas por casas de câmbio as “bases naturais do moderno comércio de dinheiro” (MARX, 2008, p. 423-424, L.3, V.5).

Atente-se, para o fato de parte do capital sempre ter de existir como fundo de reserva de meios de pagamento e meio de compra. Como tesouro a entrar e sair da circulação. A outra forma de tesouro é aquela

de uma quantidade de ações suficiente para lhes conferir o poder de acionista majoritário. Nomeiam, para tanto, executivos especializados para atuarem nos conselhos fiscais e administrativos dessas empresas.

Com isso também conseguem ter o privilégio de estarem a par dos lucros futuros, os quais se refletem nos rendimentos das ações e em seus preços – rendimento capitalizado.

Por último, se faz relevante observar a existência de uma diferença fundamental entre a Inglaterra, a Alemanha e os Estados Unidos concernente ao surgimento do capital financeiro. Com base em Hilferding (1985), no primeiro país, como a crescente acumulação de capital se dera em especial em empresas individuais, vinculadas em primeiro plano à indústria têxtil a exigir uma baixa composição orgânica do capital, parte da mais-valia era reinvestida nessas empresas e parte ficara entesourada nas mãos desses capitalistas individuais. Por outro lado, os próprios bancos que recebiam como depósitos parte dessa mais-valia entesourada pelos capitalistas industriais e concediam em especial o crédito de circulação, eram do mesmo modo, em geral, propriedade privada, e por isso mesmo o entrelaçamento dos bancos com a indústria, próprio do capital financeiro, não se configurara. Exemplo disso é o setor de transportes, onde aparecem as primeiras sociedades anônimas na Inglaterra, as quais têm como acionistas na sua maioria, esses capitalistas industriais.

Já na Alemanha e nos Estados Unidos o próprio protecionismo do final do século XIX contribuíra para que as associações monopolistas – cartéis e trustes – se configurassem na indústria pesada nacional, e desde o seu princípio o capital bancário fora um forte aliado, em especial porque nesses países não existira capital acumulado nas mãos de indivíduos, para permitir a constituição de empresas com elevada composição orgânica. Desse modo, as sociedades anônimas nos mais diversos setores – em especial no produtor de bens de capital e bens de consumo duráveis –, nascerá de um forte entrelaçamento entre o capital bancário e o capital industrial, ademais, os próprios bancos já nascem como sociedades anônimas. E o protecionismo, antes utilizado como um instrumento para dar força à indústria nascente, converte-se em mola propulsora para o próprio capital financeiro *in status nascendi* auferir um lucro extra no mercado interno.

Não o país de livre-comércio, a Inglaterra, mas sim os países protecionistas, a Alemanha e os Estados Unidos, tornaram-se modelos de desenvolvimento capitalista, quando se admite, como critério, o grau de centralização e concentração do capital, portanto, o grau de desenvolvimento dos cartéis e trustes, o domínio do banco sobre a indústria, numa palavra, a transformação de todos os capitais em capital financeiro. (HILFERDING, 1985, p. 286)

Nesse sentido, o lucro extra auferido no mercado nacional, capacitará as associações monopolistas a competirem no mercado internacional, num primeiro momento, vendendo, inclusive abaixo dos preços de produção estabelecidos nesse mercado, e à medida que a fatia do mercado internacional se torna maior, aumenta igualmente a possibilidade de lucros extras nesse mesmo mercado.

Como se destacou acima, abrem-se as possibilidades para o estabelecimento de taxas de lucros extras nos espaços ocupados pelas associações monopolistas, e simultaneamente, aumentam as barreiras para a equalização das taxas de lucro na mesma proporção dessas associações.

Ademais, vale ressaltar Hilferding (1985), para quem o lucro extra auferido pelos cartéis ou trustes é em princípio parte do lucro auferido pelas outras indústrias não cartelizadas, em especial as dependentes diretamente das mercadorias ofertadas pelas associações monopolistas. Nesse sentido, a taxa de lucro sobe nos cartéis e trustes e diminui nas indústrias não cartelizadas, acabando por estimular a concentração e a centralização dos capitais. Todavia, as associações monopolistas devem, mesmo fixando um preço alto empiricamente, permitir às indústrias não cartelizadas terem uma taxa de lucro de forma a continuar produzindo, vendendo e demandando as suas mercadorias, bem como, que os próprios consumidores individuais não diminuam a demanda, de forma a eliminar a taxa de lucro extra.

Veja-se aqui, como o *status* de monopólio, nas diversas indústrias, ao proporcionar um lucro extra, acaba por aumentar as massas de capital acumulado destinado aos bancos, por outro lado, esse capital agora concentrado nos bancos na forma de capital monetário, crédito de capital disponível para empréstimo, ao diminuir a taxa de lucro nas indústrias não cartelizadas, tem de procurar novos mercados; para Hilferding (1985), é quando se aprofunda a exportação de capitais, própria do desenvolvimento do capitalismo.

Mas, o próprio desenvolvimento histórico da produção capitalista acaba por transformar as formas funcionais do ciclo de reprodução do capital industrial em funções exclusivas de capitalistas, e isso se manifesta tanto mais necessário quanto maior a dinâmica desse modo de produção, quanto maior a escala e a dimensão do capital social e individual que se reproduzem.

Contudo, parte do capital industrial sempre existirá como capital-dinheiro em geral, e parte do capital-dinheiro existirá em funções puramente técnicas, necessárias para a circulação do capital. Assim, conforme Marx (2008), da totalidade do capital se destaca uma parte (autônoma) determinada nessa forma de capital-dinheiro. Isso é determinado pela continuidade do processo de reprodução do capital, a exigir que o capital venda e compre mercadorias simultaneamente, sem cessar.

Assim sendo, para Marx (2008), tanto faz se o dinheiro assume funções puramente técnicas, como a função de meio de pagamento ou meio de circulação. As muitas compras e vendas executadas pelo capitalista, exigem que este tenha sempre disponível uma quantidade de capital-dinheiro para efetuar os pagamentos, ou mesmo quando o dinheiro serve de unidade de conta ideal, e os pagamentos se realizam no futuro com dinheiro de contado por meio de compensações, tem o capitalista de pagar e receber, efetuar balanços assim como as respectivas compensações.

Veja-se, para Marx (2008), esse é trabalho que não cria valor, apenas onera o capitalista, que tem de exercer essas funções da técnica contábil e pecuniária, reduzindo-se por isso uma parte da mais-valia a ser destinada, por exemplo, para o pagamento dos salários dos trabalhadores que executam essas atividades. Portanto, para o capitalista, tal trabalho, ao não ser criador de valor é um custo de circulação.

Nessa direção, se esse trabalho é executado por agentes especiais, poderá o capitalista industrial desincumbir-se dele, transferindo-o para esses agentes, pois como se demonstrou,

Esse trabalho representa custo de circulação e não cria valor. Reduz-se quando é executado por categoria especial de agentes ou capitalistas que o efetuam para toda a classe capitalista. (MARX, 2008, p. 422, L.3, V.5)

A própria guarda do capital-dinheiro potencial – depreciações acumuladas, parte da mais-valia que ainda é insuficiente para o início de

Gradativamente, o usurário perde espaço para os comerciantes de dinheiro, organizados como categoria especial de capitalistas. E isso é tanto mais evidente quanto mais se regulamentam os limites dos juros que o comerciante de dinheiro, enquanto prestamista do capital-dinheiro de empréstimo, capital produtor de juros, pode auferir do capitalista ativo, do lucro auferido pelo mesmo no ciclo de reprodução do capital industrial.⁶³

Assim, com o desenvolvimento do novo modo de produção, essa categoria especial de capitalistas concretiza-se no papel dos bancos como os principais comerciantes de dinheiro, e a cargo deles ficarão as principais funções técnicas do dinheiro, bem como a função mais importante do sistema de crédito: a do capital produtor de juros.

Portanto, é relevante observar: “Enquanto perdurar o modo capitalista de produção, haverá como uma de suas formas o capital produtor de juros, que constitui de fato a base de seu sistema de crédito.” (MARX, 2008, p. 803, L.3, V.5).

O capital produtor de juros aparece assim como valor que se valoriza, dinheiro que faz mais dinheiro, amplia-se como se fosse produto da alquimia. Nada mais fetichizado, observar seu movimento sem atentar a origem do juro, ou melhor, a estrutura interna da reprodução do capital.

5.2 O capital produtor de juros: base do sistema de crédito

Como se viu, com a gênese do modo de produção capitalista o capital comercial e usurário, as formas mais remotas de capital, passam a ser subsumidas pelo capital industrial, que as transforma em formas funcionais.

Demonstrou-se como esse capital industrial, ao se reproduzir em seu ciclo, assume ao longo do seu movimento, enquanto valor que se valoriza, as formas funcionais de capital-dinheiro, capital produtivo e capital-mercadoria. Assim, no início do modo capitalista de produção é muito comum o capitalista gerenciar a fase do capital produtivo, converter o capital-mercadoria em dinheiro na esfera da circulação, ou seja, vendê-la, e transformar esse dinheiro acrescido de mais-valia em reprodução ampliada do capital.

⁶³ Mais à frente será esclarecido como o limite do juro é sempre o lucro total, forma da mais-valia.

Assim, verifica-se que a tendência à associação monopolista – cartéis e (ou) trustes – se espalha para as mais diversas indústrias, e com ela a concentração e a centralização cada vez maior do capital financeiro, pois,

No capital financeiro aparecem unidas, na sua totalidade, todas as formas parciais de capital. O capital financeiro aparece como capital monetário e possui, com efeito, sua forma de movimento $D - D'$, dinheiro gerador de dinheiro, a forma mais genérica e mais sem sentido do movimento de capital. Como capital monetário, é colocado à disposição dos capitalistas produtivos em ambas as formas de capital de empréstimo e capital fictício. Os bancos cuidam da mediação e tentam, ao mesmo tempo, transformar em capital próprio uma porção cada vez maior, dando assim ao capital financeiro a forma de capital bancário. Esse capital bancário torna-se cada vez mais a mera forma – forma de dinheiro – do capital realmente ativo, isto é, do capital industrial. Simultaneamente é cada vez mais eliminada a dependência do capital comercial, enquanto é anulada a separação do capital bancário do capital produtivo em capital financeiro. (HILFERDING, 1985, p. 227)

2.1.7.1 A demanda por capital monetário ocioso e a taxa de juros nos períodos de prosperidade e de crise

A produção capitalista tem por pressuposto a produção e comercialização de mercadorias como forma da produção e reprodução do capital, qualquer interrupção nesse âmbito reflete-se na dinâmica da própria acumulação de capital. Ademais, interesse maior do capitalista é a relação do preço de mercado (preço de produção médio) com o preço de custo (gastos com os meios de produção e com a força de trabalho), pois dessa relação resultará o lucro.

Como se sabe, toda crise é antecedida por um período de prosperidade, período no qual os preços de mercado estão altos e em muitas

indústrias é possível observar as associações monopolistas auferirem lucros extras, devido ao aumento da demanda – em especial de meios de produção -, e isso é sempre acompanhado de um aumento na velocidade da rotação do capital e queda no tempo de circulação das mercadorias. Reduz-se o capital monetário que o industrial necessita ter à disposição para eventuais interrupções no processo de circulação de mercadorias, bem como para reposição dos elementos do capital constante – fixo e circulante. Também nessas mesmas indústrias, se abrem as possibilidades para outras empresas individuais participarem dos tempos áureos, pois mesmo que produzam mercadorias com preços de custo mais elevados em relação aos trustes ou monopólios em geral, o preço de mercado vigente é atrativo quando comparado com os preços de custo individuais, e assim conseguem suprir parte da demanda aumentada.

Conforme Hilferding (1985), outro fator relevante nesse período é o aumento dos investimentos em capital fixo – especialmente em função da escala de produção –, acabando por reduzir os preços de produção das mercadorias para as empresas que trabalham com maior composição orgânica do capital, dado conseguirem produzir com uma produtividade social do trabalho aumentada, e com isso obter um lucro extra. É importante observar como esse lucro extra faz afluir capitais de outras indústrias, e esse fluxo é tanto maior quanto maior for o lucro extra e menor as barreiras à entrada.

Hilferding (1985), destaca, como no início da prosperidade também aumenta a procura por capital de empréstimo em algumas indústrias, e é também fase de abundância de capital monetário ocioso disponível para esse fim, resultado da redução do tempo de circulação das mercadorias, do aumento da rotação do capital e do próprio capital monetário ocioso durante a recessão, o que faz com que a taxa de juros seja baixa e suba lentamente. Esse momento também é um período de alta do capital fictício, pois as cotações das ações e títulos comercializados em bolsa aumentam com a redução da taxa de juros e com os rendimentos crescentes. É também momento para a realização de novas emissões de sociedades anônimas, já em operação, ou mesmo para a constituição de empresas nesse formato, sempre propiciando enormes lucros de emissão aos bancos atuantes com essas atividades. Inclusive, aumenta a procura de crédito de capital monetário junto aos bancos para especulação com os negócios da bolsa. Mas, tão logo passa a fase inicial de prosperidade, aumenta o tempo de rotação do capital, pois os negócios já não se realizam com tanto ímpeto entre os diversos ramos produtivos e diretamente com os consumidores não-produtivos. Isso faz do crédito de circulação

ção e com ele o sistema de crédito, este capital que rende juros passa a ser subordinado às necessidades da reprodução do capital.

Se o capital usurário, em geral, manifestara-se na relação estabelecida entre o prestamista usurário e o proprietário privado dos meios de produção e do produto do seu trabalho, o capital produtor de juros, com o advento do modo de produção capitalista e o desenvolvimento do sistema de crédito a ele atrelado, passa a ser expressão da relação entre dois capitalistas.

Uma relação surgida entre o comerciante de dinheiro, que concentra e executa as funções técnicas do dinheiro⁶², mas principalmente o cede como capital-dinheiro de empréstimo, capital produtor de juros ao capitalista ativo, o qual adianta o capital-dinheiro emprestado no ciclo de reprodução do capital industrial, espaço de sua verdadeira valorização.

Portanto,

O que distingue o capital produtor de juros, como elemento essencial do modo capitalista de produção, do capital usurário não é de modo algum a natureza ou o caráter desse capital. É o fato de serem outras as condições em que opera e, por conseguinte, de mudar por inteiro a figura do prestatário que se confronta com o emprestador de dinheiro. Se um homem sem fortuna obtém crédito como industrial ou comerciante, é por haver a confiança de que atuará como capitalista, se apropriará de trabalho não-pago com o capital emprestado. O crédito lhe é dado como capitalista potencial. (MARX, 2008, p. 795, L.3, V.5)

Se isso já se evidencia na Holanda – país capitalista modelar no século XVII – será na Inglaterra do século XVIII, com a fundação do Banco da Inglaterra em 1694, que o desenvolvimento do sistema de crédito de fato se mostra como necessidade do modo de produção capitalista e ao mesmo tempo consequência deste.

⁶² As funções técnicas do dinheiro estão vinculadas às próprias funções do dinheiro (medida de valor, meio de circulação, meio de pagamento, entesouramento, equivalente universal), que são executadas de maneira mais eficiente e econômica para a classe capitalista como um todo do que para o capitalista individualmente.

no entanto, um empréstimo de dinheiro diferenciado do empréstimo de dinheiro no modo de produção capitalista.

O capitalista usurário, somente poderá emprestar dinheiro que exerce a função de entesouramento, e exatamente este empréstimo é o conversor do seu dinheiro em capital.

Como se viu, o capital usurário ao lado do capital comercial foram, junto com a acumulação primitiva de capital, os parteiros do novo modo de produção. O usurário transforma assim o seu tesouro em capital, mas em capital usurário a solapar os produtores diretos, proprietários dos meios de produção e do produto dos respectivos trabalhos, que ao tomarem emprestado o capital têm de lhe pagar juros. Apodera-se gradativamente de todo o excedente do trabalhador, contribuindo para sua conversão em vendedor da força de trabalho.

Assim, de acordo com Marx (2008), o espaço por excelência da usura é a função de meio de pagamento exercida pelo dinheiro, o que aliás se evidencia até os dias atuais⁶¹. É que o próprio tributo – ao generalizar-se o comércio de mercadorias – ao Senhor Feudal, bem como a compra de algumas matérias-primas mais baratas e outros pagamentos, os quais podem se prolongar no tempo, à medida em que aumenta o comércio de mercadorias, intensificam a demanda por capital usurário.

Eis o avarento usurário à postos, e, sob a pele de cordeiro salvador dos pobres medievos, fazendo fortuna.

Todavia, baseado em Marx (2008), enquanto a usura se manifesta da função do dinheiro como meio de pagamento, o crédito aparece como uma reação contra a usura. Veja-se, se a usura é a transformação do dinheiro entesourado em capital usurário, isso somente ocorre quando o detentor do tesouro o cede como empréstimo a um proprietário privado dos meios de produção e do produto do seu trabalho, ou ainda, para os fidalgos ou Senhores Feudais. Não existem relações de produção capitalista, em especial porque os meios de produção são propriedade privada dos próprios trabalhadores e se encontram em geral dispersos. Neste sentido, o juro, pagamento pelo empréstimo tomado, simplesmente é parte do produto excedente, propriedade privada do próprio trabalhador.

Então, enquanto o capital usurário destrói o pequeno camponês ou artesão, apropriando-se de parte do trabalho excedente, quando estes últimos não conseguem fazer frente às dívidas, têm de ceder ao usurário os meios de produção e de subsistência, e a dissolução do antigo modo de produção se acelera; ao se desenvolver o modo capitalista de produ-

um instrumento débil, na medida em que as letras de câmbio e notas promissórias já não são mais liquidadas na data de seu vencimento, e esse tem de ser gradativamente substituído pelo crédito de capital. Em alguns setores produtores de mercadorias interdependentes, já aparecem os primeiros sinais de desproporcionalidades relativamente à produção de mercadorias, no entanto essa desproporcionalidade ainda não é sentida, pois enquanto o crédito de circulação é substituído pelo crédito de capital – ou seja, a letra é paga com capital monetário de empréstimo –, para o capitalista que vende a mercadoria não há motivos para reduzir a escala de produção. Por outro lado, as associações monopolistas procuram, a todo momento, restringir a oferta e provocar a subida artificial dos preços.

As taxas de juros começam a dar sinais de aumento porque aumentou a demanda de capital monetário de empréstimo. Apesar disso, os negócios na bolsa estão em alta e cada vez mais perigosos porque começam a aparecer os primeiros sinais de queda nas vendas de mercadorias, redução nos lucros das empresas – e nos dividendos que serão distribuídos – acabando por se refletir na cotação das ações. Os bancos começam a restringir o crédito de capital monetário para especulação na bolsa, e eles próprios cessam os negócios de emissão de ações e reduzem igualmente a comercialização de ações, pois diminuem seus lucros oriundos dos negócios da bolsa, em especial emissão e comercialização de ações. Voltam-se ao empréstimo de capital monetário para a indústria – em especial porque com taxas de juros elevadas é maior a parte do lucro total de que se apropriam –, a qual o exige em escala cada vez maior. Como a demanda por capital de empréstimo junto aos bancos faz aumentar a taxa de juros, reduzem-se ainda mais a cotação das ações. Desvaloriza-se o valor das ações, e essa desvalorização é acentuada frente a crescente oferta para venda. É a instalação do pânico,

⁶¹ Basta atentarmos para todos os tipos de créditos consignados em folha de pagamento aos trabalhadores do serviço público, ou mesmo aos aposentados.

É a crise da bolsa. Os títulos de valor são desvalorizados em massa e caem rapidamente abaixo do nível que corresponde aos seus verdadeiros rendimentos quando o patamar da taxa de juros era normal. Esses títulos desvalorizados são adquiridos agora pelos grandes capitalistas e pelos bancos, para serem vendidos novamente por preços mais altos quando passar o pânico e as cotações tornarem a subir, até que a rotação do próximo ciclo realize, de novo, o processo de expropriação de uma parte dos especuladores e o processo de concentração da propriedade nas mãos do capital monetário, e se cumpre a função da bolsa de servir como meio de concentração da propriedade por meio do capital fictício.

Assim, a crise da bolsa é provocada diretamente pelas mudanças que se realizam no mercado monetário e nas condições de crédito. Como sua aparição depende só e diretamente do patamar da taxa de juros, ela já pode dar-se algum tempo antes da aparição da crise comercial e industrial. Mas ela é apenas um sintoma, um indício desta última, pois a alteração no mercado monetário é condicionada por aquelas mudanças na produção que conduzem à crise. (HILFERDING, 1985, p. 256)

Observe-se que quanto mais se manifestam os problemas no âmbito da esfera produtiva relativamente à venda e realização da mais-valia na forma de lucro – pois a acumulação produtiva está em baixa –, tanto maior poderá ser o impacto sobre os bancos. Uma vez estabelecida a crise, a venda de mercadorias em geral se reduz acompanhada de queda nos preços. Parte das empresas que operam com custos de produção mais elevados sucumbem, e assim uma vez devedoras dos bancos acabam por afetá-los. As altas taxas de juros, em muitos casos, tornam inviável a tomada de capital monetário de empréstimo para os industriais, e quanto maiores os indícios de insolvência, aumentam as restrições por parte dos bancos na concessão do capital monetário de empréstimo. Mas se o crédito de capital de empréstimo foi concedido em demasia para devedores duvidosos, então sempre existe a possibilidade de uma

CAPÍTULO 5 - DA BASE DO SISTEMA DE CRÉDITO AO CAPITAL PRODUTOR DE JUROS NO MAIS ALTO GRAU

A discussão a ser elaborada neste capítulo, será relativa à construção do conceito de capital produtor de juros no mais alto grau. Considera-se relevante destacar, que em geral os estudos sobre o sistema de crédito conduziram à elaboração e assumpção do conceito de capital financeiro, conforme apresentado no primeiro e segundo capítulos. Nesse sentido, ao pesquisar na obra de Marx (2008), constatou-se que o capítulo XIX do Livro 3 Volume 5 na tradução brasileira de “O capital” tem como título o “Capital financeiro”, no entanto é um erro de tradução, e isso pode ser ratificado com a tradução apresentada pela *Siglo Veintiuno* Editores, México 10ª edição, 1989, Tomo III, Vol. 6 do Livro Terceiro, capítulo XIX intitulado “El capital dedicado al tráfico de dinero”. Assim sendo, o conceito de capital financeiro não é apresentado por Marx ao longo de sua obra, ademais,

É necessário reconhecer que o conteúdo teórico do conceito de capital financeiro, que sequer estava claro nas obras de seus principais formuladores, foi pouco trabalhado ao longo desses anos e continua ainda muito impreciso nos dias atuais. Há autores que até lhe negam conteúdo teórico. Por esses motivos, sua re-construção e adaptação aos fenômenos financeiros atuais do capitalismo é uma tarefa imperiosa. (CORAZZA, 2002, p. 679)

5.1 Do capital usurário ao sistema de crédito

Conforme Marx (2008), para a existência do capital usurário, basta uma parte dos produtos se converter em mercadorias, mas também, que o dinheiro tenha desenvolvido suas diversas funções. Mas, a função primordial do capital usurário, consiste em emprestar o dinheiro,

crise bancária, caso a insolvência se concretize.

Chega o período da depressão, o capital monetário liberado da indústria fica ocioso junto aos bancos pois se torna supérfluo para o capital industrial. Tem-se assim:

O mesmo motivo que deixa ocioso o capital industrial, deixa ocioso o capital monetário ; o dinheiro não entra em circulação, não atua como capital monetário porque o industrial também não atua; o dinheiro está desocupado porque a indústria está desocupada; a Phoenix não paralisa a produção porque lhe falta capital(capital monetário), tampouco a inicia porque disponha agora de excesso de capital monetário; existe muito mais excesso de dinheiro porque a produção é reduzida. A “falta” de capital monetário é apenas sintoma do estancamento do processo de circulação devido a superprodução já existente. (HILFERDING, 1985, p. 268)

De modo geral os ramos de consumo não duráveis são os menos atingidos, em especial aqueles imprescindíveis para a sobrevivência. De toda forma, é importante atentar para o fato de as pequenas empresas sucumbirem mais facilmente, isso porque são mais suscetíveis à queda nos preços de mercado, pois comparada com as grandes empresas, têm custos de produção maiores unitariamente, maior dificuldade de acesso ao crédito de capital monetário e menor quantidade de capital acumulado, o que sempre abre a possibilidade de sobrevivência. Ademais,

As pequenas empresas são hoje essencialmente anexos das grandes empresas; mesmo lá onde sua autonomia não é meramente fictícia, elas não passam de auxiliares das grandes; assim são os negócios de instalação de equipamentos de iluminação, as modernas lojas das grandes cidades que vendem produtos fabris, etc. Todas elas não empreendem luta competitiva contra a grande indústria, estão mais interessadas na maior expansão possível delas, já que cuidam de seus negócios funcionando como indústria de reparações ou auxiliares, como comerciantes ou agentes. Isso não exclui que concorram entre si, que o movimento de concentração esteja também ativo entre elas. Essa luta, porém, em geral já não provoca nenhuma postura anticapitalista; pelo contrário, as pequenas e médias empresas só vêem sua salvação no rápido desenvolvimento do capitalismo do qual elas mesmas são produtos e que lhes amplia o campo de ocupação. (HILFERDING, 1985, p. 324)

Quanto às grandes empresas, em especial as associações monopolistas nos ramos imprescindíveis à reprodução capitalista – como o setor produtor de bens de capital e o setor produtor de bens de consumo duráveis –, mesmo reduzindo parte da produção durante a crise, seu status permite-lhe manter parte considerável da produção, dado a concentração e centralização do capital, e quando necessário, a produção é regulada ou parte das empresas da associação monopolista são fechadas ou adquiridas – em especial as detentoras dos preços de custo maiores. Contudo, os cartéis não podem evitar as crises, mas os efeitos das crises são em boa medida transferidos para as indústrias não-cartelizadas, em especial para aquelas que necessitam das mercadorias produzidas pelo cartel, haja vista este último não efetuar redução significativa nos preços.

Finalmente, é relevante destacar a diferença entre crise creditícia monetária e crise bancária. Para Hilferding (1985), a primeira ocorre, em especial, quando o excesso de produção acaba por se generalizar e a circulação de mercadorias está lenta, muito abaixo do período de prosperidade. É também o período no qual a taxa de juros está alta e a demanda por capital monetário de empréstimo é elevado, em especial porque o crédito de circulação se reduz significativamente, pois as notas

quanto valor dos elementos componentes do capital produtivo, é sempre menor do que a oferta, enquanto valor das mercadorias vendidas.

Mas, chega um momento que, a mais-valia realizada quando da venda do capital-mercadoria por dinheiro, tem de converter-se em novo capital-dinheiro, destinado para a esfera da reprodução. Tem de ampliar o capital industrial que se reproduz. No entanto, nem sempre isso é possível num curto espaço de tempo, e daí tem o capitalista de entesourar o capital até atingir a magnitude mínima necessária para sua expansão. Tem-se assim, uma plethora de capital-dinheiro, que o capitalista industrial concentra em suas próprias mãos quando o sistema de crédito ainda não está plenamente desenvolvido. Mas, tão logo o desenvolvimento do modo de produção capitalista estimula e é estimulado pelo desenvolvimento do sistema de crédito, essa plethora de capital é direcionada para os bancos, e transformada por estes, em capital produtor de juros.

lho não se instalou simultaneamente em todos os ramos da produção artesanal. No entanto, parte das mercadorias produzidas pelos servos/camponeses e artesãos fora comprada pelo capitalista manufatureiro, pois eram necessárias para que este desse andamento à valorização do seu capital industrial individual.

No mesmo sentido, os capitalistas souberam aproveitar muito bem a moderna colonização. Esta, servira como fonte de matérias-primas extremamente baratas, incorporadas pelo capital industrial em seu processo de extração de mais-valia. Por outro lado, transformaram-se as colônias em extensão dos mercados para o capital industrial e sua crescente produção de mercadorias.

Mas, como se sabe, a tendência do modo de produção capitalista é transformar todo e qualquer processo de trabalho em processo de produção de mais valia, separando os produtores diretos dos seus meios de produção e transformando-os em assalariados. Fato verificado ao longo do período manufatureiro. E à medida que se tem a gênese da grande indústria e sua expansão, esse fenômeno é tanto mais forte quanto maior é o capital industrial operado em cada ramo, quanto maior a concentração e a centralização deste capital.

O espaço nacional para a reprodução do capital industrial já não é mais suficiente. A concorrência, uma das alavancas mais poderosas da acumulação, primeiro requer que parte das mercadorias sejam exportadas, depois, parte do próprio capital industrial, impossibilitado de se reproduzir em solo nacional.

E isso, é tanto mais evidente, quanto mais o capital industrial se assenta na reprodução pela via objetiva, ou seja, pela maquinaria. Cada vez mais, o mercado mundial é inundado por mercadorias mais baratas, com menor valor, e a produção de mercadorias por métodos antigos de produção sucumbem frente à concorrência. Ramos inteiros do mercado mundial, ainda inexplorados, convertem-se gradativamente em novos espaços para a reprodução do capital industrial. Os trabalhadores transformam-se assim em assalariados e se estabelece uma divisão internacional do trabalho.

Assim, o interesse do capitalista que adianta capital-dinheiro no ciclo de reprodução do capital industrial é vender uma mercadoria, a qual traz em si um valor superior ao valor dos elementos utilizados em sua produção. Este é sempre o seu interesse, mas não apenas o seu, e sim de toda classe. Está sempre de olho na taxa de lucro, medidor da relação entre o valor da mercadoria final e os adiantamentos do capital-dinheiro com capital constante e capital variável. A sua demanda, en-

promissórias e letras de câmbio não são quitadas no seu vencimento e perdem credibilidade enquanto meios de pagamento. Por outro lado, essa crise monetária – oriunda de uma reorganização creditícia, como sinônimo de queda abrupta da expansão da produção, da valorização do capital – poderá se refletir numa crise bancária, em especial se parte dos devedores dos bancos não conseguem quitar seus débitos por lhe faltarem os meios pecuniários para tanto. Veja-se a importância dos bancos diversificarem suas atividades com a especulação, bem como a alocação do capital monetário, pois os riscos de falência são minimizados. Daí, igualmente a importância das sociedades anônimas, pois estas são sempre mais resistentes frente à crise, e tanto mais quanto maior for a participação dos bancos na figura do capital financeiro, sempre colocando à disposição desse novo formato de organização empresarial maiores quantidades de capital monetário.

2.1.8 O capital financeiro e sua política econômica

Na medida em que as associações monopolistas se fortalecem em solo nacional, ancoradas em especial pelo protecionismo, a escala de produção exige sempre que parte das mercadorias produzidas seja escoada para o mercado exterior, onde são vendidas a preço de mercado internacional. Viu-se também, quanto maior o lucro extra em solo nacional, maiores as possibilidades de vencer a concorrência no mercado nacional, pois parte desse lucro extra permite ao cartel ou truste vender as mercadorias a preços mais baixos dos vigentes no mercado internacional, pelo menos durante um tempo, almejando uma maior fatia desse mercado.

Todavia, quando o protecionismo se generaliza e dificulta com isso as trocas no mercado internacional, a alternativa apresentada ao capital financeiro é em primeiro plano o mercado interno, e nesse sentido a extensão do território econômico e a população são importantes para possibilitar o estabelecimento de grandes empresas, na forma de sociedades anônimas, com alta composição orgânica do capital e preços de custo baixos, seja na indústria, no comércio ou no sistema bancário e em seus mais diversos ramos. Esse foi o caso dos Estados Unidos e do seu rápido desenvolvimento no final do século XIX.

De todo modo, é chegado um momento no qual a extensão do território econômico deve estabelecer-se para além das fronteiras nacio-

nais, apesar da generalização do protecionismo. E, isso se faz tanto mais necessário, quanto maior é o desenvolvimento do capitalismo em solo nacional, quanto maior é a atuação das associações monopolistas nos principais setores econômicos; quanto maior é o poder do capital financeiro como símbolo da união entre o banco e a indústria. Nesse momento, para Hilferding (1985), manifesta-se a exportação de capitais. A exportação de capital pode se dar de duas formas. A primeira é exportação de capital monetário na forma de capital de empréstimo. Parte do capital monetário acumulado pelos países de maior desenvolvimento capitalista acaba sendo emprestado aos capitalistas de países com menor grau de desenvolvimento. Os devedores aparecem na figura de industriais, comerciantes, banqueiros e até mesmo do próprio Estado, sendo que os países credores com a cessão do capital monetário de empréstimo acabam por se apropriar de uma parte dos lucros auferidos no exterior, e até mesmo das receitas dos Estados-nação periféricos. Adiciona-se aqui, o fato de a essa cessão do capital de empréstimo ser em geral efetuada com a condicionalidade de o país receptor do crédito – no caso de ser crédito para compra de bens de produção por parte dos capitalistas industriais, ou mesmo para criação de infraestrutura por parte do Estado, como a implantação de redes ferroviárias – adquirir parte, em alguns casos a totalidade, das mercadorias procedentes do país credor.

A segunda forma de exportação de capitais, manifesta-se com a exportação de capital monetário destinado à produção de bens de consumo duráveis e bens de produção nos países estrangeiros. Ademais, tão logo a concorrência no mercado mundial, por parte das associações monopolistas vai se acirrando, a exportação de capital volta-se para o domínio das fontes de matérias-primas no estrangeiro. Essas matérias-primas acabam por ser exportadas ao país natal, e uma vez dominadas as fontes na forma de associação monopolista agora no estrangeiro, o resultado é, por um lado, lucro extra quando as mercadorias são vendidas diretamente no mercado nacional ou mesmo internacional, e por outro, uma redução nos preços de custo para o comprador, quando a empresa exploradora de determinada fonte de matéria-prima é uma sucursal de uma associação monopolista com sede em país de capitalismo avançado.

Atente-se para o fato de ser a dependência dos países economicamente mais fracos, reforçada. Primeiro, quando se tornam devedores do capital de empréstimo e têm de remeter parte do lucro ao exterior; segundo, na medida em que o capital estrangeiro passa a ser o proprietário das principais empresas atuantes na produção de bens de consumo duráveis e bens de produção; terceiro, no momento em que as fontes de

A reprodução do capital, tendo como representante o capitalista, tem de eliminar todos os obstáculos encontrados ao longo do movimento do capital, em seu ciclo, para o mesmo continuar a valorizar-se.

E esses obstáculos, muitas vezes se encontram inclusive no acesso às matérias-primas baratas ou mesmo na extensão do mercado. Daí, com o advento da grande indústria, esta requer o mercado mundial como seu espaço por excelência.

Confrontam-se nesse mercado as mercadorias – incluindo o dinheiro que também é uma mercadoria - produzidas no ciclo do capital industrial com formas de produção arcaicas. De acordo com Marx (2008), não importa se as mercadorias compradas pelo capitalista no mercado mundial foram feitas por selvagens, escravos ou camponeses. No ato da compra pelo capitalista se lhe defrontam como capital-mercadoria dos vendedores, e posteriormente entram no ciclo de reprodução do capital industrial como quaisquer mercadorias e são utilizadas para a valorização deste. Do mesmo modo, também não importa se o capital-mercadoria – a mercadoria finalizada – é vendida no estrangeiro, pois ao ser convertida em dinheiro, o capitalista terá em suas mãos dinheiro universal, com o qual realizou a mais-valia.

Infere-se assim:

É indiferente o caráter do processo de produção donde provém; funcionam no mercado como mercadorias e como tais entram no ciclo do capital industrial e na circulação da mais-valia por ele trazida. É a universalidade da origem das mercadorias, a existência do mercado como mercado mundial, que distingue o processo de circulação do capital industrial. O que se diz das mercadorias estrangeiras aplica-se também ao dinheiro estrangeiro; perante o dinheiro estrangeiro, o capital-mercadoria funciona apenas como mercadoria, e o dinheiro, apenas como dinheiro; o dinheiro funciona então como dinheiro universal. (MARX, 2008, p. 124, L.2, V.3)

O modo de produção capitalista, ao desenvolver-se, através do ciclo de reprodução do capital industrial, no seu princípio, incorpora mercadorias produzidas por métodos distintos do seu. Foi assim no período manufatureiro, pois como se sabe a divisão manufatureira do traba-

Mais uma vez, percebe-se a importância da esfera do capital produtivo, pois é nessa forma funcional que o capital industrial se reproduz e se valoriza, apesar de ter de abandoná-la e se converter nas outras duas formas para completar seu ciclo.

Todavia, dado um montante de capital, as diversas frações desse montante podem estar percorrendo diferentes fases ou formas funcionais desse processo global, pois o capital é valor que se valoriza em movimento, e esse movimento se expressa nas mudanças de forma do capital ao longo de seu ciclo. O capital poderá estar sendo adiantado na forma de capital-dinheiro numa ponta e saindo como capital-mercadoria em outra, ou mesmo, parte do capital produtivo pode estar diminuindo a produção de mais-valia, em função da dificuldade de converter o capital-mercadoria em dinheiro; ou ainda, parte cada vez maior do capital-mercadoria é convertido em dinheiro, o qual por sua vez, volta para o ciclo de reprodução como valor-capital, como capital-dinheiro⁶⁰ acrescido, e aumenta assim o montante de capital operando ao longo do processo global de reprodução.

É importante perceber, conforme Marx (2008), como os movimentos do capital industrial ao longo do ciclo do processo global de reprodução, bem como as respectivas formas funcionais que necessariamente têm de assumir, são válidos tanto para o capital industrial individual, como para o conjunto do capital social, do qual os capitais individuais são partes componentes. Poderão ocorrer diferenças entre os montantes de capitais individuais adiantados em determinados ramos, bem como uma duração maior ou menor do movimento do capital e da forma funcional assumida por este, mas isso em nada altera a essência do processo de reprodução e a unidade de suas formas funcionais.

Verifica-se assim:

só na unidade dos três ciclos se realiza a continuidade do processo global em lugar da interrupção que supuséramos anteriormente. O capital global da sociedade possui sempre essa continuidade e seu processo possui sempre a unidade dos três ciclos. (MARX, 2008, p. 119, L.2, V.3)

⁶⁰ Vale lembrar que o dinheiro, só se converte em capital-dinheiro quando consegue valorizar-se, do contrário vira tesouro.

matérias-primas convertem-se em propriedade de associações monopolistas dos países mais desenvolvidos. Retarda-se dessa maneira, a possibilidade da acumulação capitalista ser utilizada por esses países de capitalismo incipiente, pois as associações monopolistas estrangeiras tendem a transformar esses países e suas principais indústrias em setores, os quais manifestam desde o princípio a concentração e a centralização do capital. Ademais, parte do capital acumulado acaba sempre sendo repatriado.

Outro fator importante a ser destacado, é a configuração desse capital exportado aos países de capitalismo atrasado.

Para Hilferding (1985), os grandes exportadores de capital no final do século XIX início do século XX foram a Inglaterra, a Alemanha e os Estados Unidos. No primeiro, país a supremacia fora do capital industrial; este dominara o capital comercial e capital bancário, e seu extenso mercado foram em especial as colônias inglesas que demandavam produtos industrializados e eram fontes de matérias-primas baratas. Assim, diferentemente da Alemanha e Estados Unidos não ocorreu um forte entrelaçamento entre os grandes bancos com o capital industrial, resultando no aparecimento do capital financeiro. Se o capital industrial inglês fora arauto do livre-comércio, e isso implicava na proposição do menor protecionismo e intervenção Estatal possível, fato nem sempre mostrado na *práxis*, o capital financeiro alemão e estadunidense nascem como produto histórico do desenvolvimento capitalista que a exigir a concentração e centralização do capital na indústria, no comércio e nos bancos. E essa concentração e centralização do capital fora amplamente apoiada pelo ente político – o Estado –, em especial no tocante à etapa posterior da exportação de capital.

Dessa maneira, a exportação de capital, em especial na Alemanha e Estados Unidos, como uma das formas de expansão do território econômico nasce amparada pelo ente político, e isso é tanto mais necessário quanto maior é a concorrência entre as associações monopolistas dos países de capitalismo avançado por novos espaços no estrangeiro. Tanto na cessão do capital monetário acumulado, como capital de empréstimo, e mesmo quando esse passa a ser utilizado no âmbito do capital industrial, comercial ou bancário com o surgimento de uma nova empresa no estrangeiro, o capital financeiro necessita de garantias que vão desde o acesso a uma força de trabalho minimamente qualificada, garantias institucionais na defesa da propriedade capitalista, e até de privilégios e concessões especiais limitantes da concorrência com outras associações monopolistas oriundas do exterior. A atuação diplomática junto aos

países mais atrasados, sempre com o intuito de garantir as melhores condições de reprodução do capital, torna-se imprescindível. Portanto,

O poder político é assim decisivo na luta competitiva de caráter econômico, e para o capital financeiro a posição do poder estatal é vital para o lucro. A diplomacia recebe agora, como função primordial, a representação do capital financeiro. Às armas puramente políticas, somam-se as político-comerciais, e as cláusulas de um contrato comercial são determinadas não apenas pelos interesses do intercâmbio de mercadorias, mas também pela maior ou menor disponibilidade de o país menor dar ao capital financeiro do país maior a preferência frente à concorrência. (HILFERDING, 1985, p. 311)

Assim, apesar dos países de capitalismo mais desenvolvido terem acumulado um capital monetário sempre pronto para ser exportado, nem todos os países possuem o mesmo grau de organização do capital financeiro, em alguns países do centro do sistema capitalista, como fora o caso da Inglaterra no final do século XIX, o capital financeiro não chegara a se configurar enquanto tal, e nesse sentido, outros países como, por exemplo, a França, Holanda, acabaram sendo mais exportadores de capital de empréstimo quando comparado com as exportações de capital para produção de mercadorias. Mas, essa exportação de capital de empréstimo se dirigiu com frequência aos países onde o capital financeiro estava fortemente estruturado e amparado pelo Estado-nação. Nessa direção, fora comum o capital de empréstimo destes últimos países, e em alguns casos, até da Inglaterra, servir como capital de empréstimo para grandes associações monopolistas estadunidenses e alemãs, as quais, por sua vez, dispndiam essas somas no estrangeiro a fim de participar na produção de bens de consumo, bens de produção e principalmente dominar as fontes de matérias primas.

Eis a manifestação do fim do liberalismo econômico. Surge assim o imperialismo. Este, passa a ser a expressão do fortalecimento do capital financeiro em especial no espaço internacional, fortalecimento só possível de concretização na medida em que a própria estrutura do ente político – a burocracia estatal, o exército, a marinha, a diplomacia... – está à sua disposição para acumulação incessante do capital em qualquer parte do mundo, pois,

É na esfera do capital produtivo, que o trabalhador coletivo, em contato com os meios de produção os transforma em mercadorias; mas mercadorias que contêm um valor superior ao valor-capital adiantado pelo capitalista na forma de capital-dinheiro.

Como se demonstrou, enquanto o trabalhador coletivo atua com os meios de produção, o capital encontra-se na forma de capital produtivo, no entanto, tão logo a mercadoria encontra-se finalizada, abandona o capital a forma de capital produtivo e assume a forma de capital-mercadoria. Sai da esfera da produção e volta para a esfera da circulação, mas volta com um valor acrescido, convertido em dinheiro apenas no ato da venda da mercadoria, um montante de dinheiro superior ao capital-dinheiro inicialmente adiantado.

Mas, enquanto sai da esfera produtiva uma mercadoria ou mesmo um lote de mercadorias, e o capital industrial muda sua forma, passando de capital produtivo para capital mercadoria, simultaneamente entra - ou já entrou - no ciclo de reprodução do capital, novo montante de capital-dinheiro adiantado, e instantaneamente parte do capital-mercadoria converte-se – ou já se converteu - em dinheiro.

Percebe-se assim:

O verdadeiro ciclo do capital industrial em sua continuidade é, por isso, além de unidade do processo de circulação e do processo de produção, unidade de todos os seus três ciclos. Só pode ser essa unidade enquanto cada uma das diferentes partes do capital pode passar pelas fases sucessivas do ciclo, transitar de uma fase, de uma forma funcional, para outra, enquanto o capital industrial, como conjunto dessas partes, se encontra simultaneamente nas diferentes fases e funções, descrevendo assim, simultaneamente, todos os três ciclos. A sequência das partes tem por condição a justaposição das partes, isto é, a divisão do capital. (MARX, 2008, p. 117-118, L.2, V.3)

Conforme Marx (2008), será a grandeza do capital existente que determina a magnitude do processo de produção, o qual, por sua vez, determinará o montante do capital-mercadoria e do capital-dinheiro que funcionam simultaneamente.

Nesse sentido, todo o capital adiantado quando inicia um ciclo de reprodução, assume, ao longo de sua valorização, três formas funcionais, cada qual expressa um estágio no qual se encontra o capital que se valoriza.

Assim sendo, uma vez adiantado determinado montante de capital, este, assumirá ao longo do ciclo de reprodução a forma de capital-dinheiro, capital produtivo e capital mercadoria sucessivamente, porque

a reprodução do capital em cada uma de suas formas e em cada um de seus estágios é contínua, do mesmo modo que a mudança dessas formas e a passagem sucessiva pelos três estágios. Aqui, portanto, o ciclo total é unidade efetiva de suas três formas. (MARX, 2008, p. 116, L.2, V.3)

E tem de ser assim, pois se a passagem de uma forma funcional para outra não fosse contínua, haveria interrupções no processo de reprodução, mas quando essas interrupções acontecem esporadicamente – por exemplo num momento de crise ou estagnação econômica – a dinâmica da reprodução do capital sempre fica prejudicada e os problemas daí resultantes saltam à vista: parte do capital-mercadoria não é transformada em dinheiro, e o capitalista não consegue recuperar o valor-capital adiantado, tampouco converter o trabalho excedente em mais-valia; também a própria continuidade do processo de reprodução do capital – o início de um novo ciclo – fica prejudicada.

Nesse sentido, uma vez adiantado um valor-capital na forma de capital-dinheiro, com o intuito de reproduzi-lo, terá o capitalista de comprar os meios de produção e força de trabalho, na esfera da circulação. Nesse momento, o capital abandona a forma funcional de capital-dinheiro e assume a forma funcional de capital-produtivo.

Atente-se para o fato de, quando o capital assume a forma de capital produtivo é que ele se valoriza. Este é o espaço por excelência da produção da mais-valia, pois ela é sempre resultado da ação do trabalho vivo – necessário - junto ao trabalho passado resultando na transformação de ambos em uma nova mercadoria, a qual por sua vez, contém um trabalho excedente. Muito além de reproduzir os elementos consumidos no processo de trabalho – meios de produção e força de trabalho – ocorrido no estágio do capital produtivo, é aí que se produz trabalho excedente, mais-valia.

Finalmente, a política do capital financeiro significa uma expansão mais enérgica e permanente busca de novas áreas de investimento e de novos mercados. Mas, quanto mais rapidamente o capitalismo se estenda, tanto mais longa será a época de prosperidade e tanto mais curta a crise. A expansão é o interesse comum de todo o capital e, na época do protecionismo, ela somente é possível por meio do imperialismo. (HILFERDING, 1985, p. 322)

2.1.9 O capital financeiro e as classes sociais

Conforme Hilferding (1985), o capital financeiro não cessa de expandir suas raízes. Ele adentra ao próprio cotidiano, da assim chamada classe média. Agora, como lema nacional, o capital financeiro, ao expandir-se como ideologia imperialista, converte-se na possibilidade de ascensão da classe média, porque está sempre apta para exercer os melhores cargos das sociedades anônimas. A classe média, em geral, possui maior grau de escolaridade, também possui os melhores quadros técnicos necessários para a reprodução do capital, e isso é tanto mais necessário quanto maior é a composição orgânica das associações monopolistas. Aspira tornar-se proprietária do grande capital, e apesar de na maioria das vezes, apenas vender uma força de trabalho melhor qualificada, odeia ser considerada como classe trabalhadora, proletária. É em geral favorável ao uso da força pelo Estado, para manutenção da ordem, e em qualquer reação da classe trabalhadora frente às suas mazelas, posiciona-se quase sempre a favor do capital financeiro. Para além disso, parte dos quadros oriundos da classe média acabam exercendo a direção das grandes sociedades anônimas.¹³ Por fim, o próprio imperialismo acaba em muitos países, por converter-se pouco a pouco, em fator de união nacional e credo contra o antagonismo de classes, pois na medida em que o capital financeiro exporta mercadorias, capitais e conquista novos

¹³ Vale destacar como Hilferding entende que: “Ademais, com a consolidação das sociedades anônimas, os cargos mais bem remunerados tornam-se cada vez mais monopólio da camada de grandes capitalistas, a perspectiva de fazer carreira fica absolutamente reduzida” (1985, p. 326). Não há concordância com o autor nesse ponto, pois entende-se que com o advento das sociedades anônimas, desaparece por completo a figura do dirigente capitalista no âmbito do processo de reprodução do capital. Isso será mais detalhado no quarto capítulo desse trabalho.

mercados, isso possibilita uma expansão das bases do capitalismo no próprio solo nacional, no mercado interno, acabando por se refletir – em geral apenas no curto prazo – aparentemente numa diminuição das mazelas que rondam a classe trabalhadora.

Dessa forma, a classe média torna-se o mais entusiasta promotor do Governo de poder forte, é fã do poder militar e da marinha e se declara a favor da burocracia autoritária. Com isso favorece os negócios das classes imperialistas e torna-se também seu aliado mais precioso. O próprio imperialismo dá-lhe uma nova ideologia; da rápida expansão do capital, espera também para si um melhor andamento dos seus negócios, aumento de suas chances aquisitivas, incremento do poder aquisitivo de seus clientes e, com isso, torna-se um sequaz entusiasmado dos partidos imperialistas. (HILFERDING, 1985, p. 325)

É importante observar o fato de a classe trabalhadora, ao longo da história do capitalismo, ter se organizando para diminuir o grau de exploração, resultando na organização dos próprios capitalistas enquanto classe.

Nesse sentido, a organização nascida para representar os trabalhadores enquanto classe, vem a ser os sindicatos. Estes, conforme Hilferding (1985), buscam exercer o monopólio na oferta da força de trabalho, em especial quando se trata de mão de obra qualificada. Portanto, quanto maior é monopólio da força de trabalho por parte do sindicato, maior é sua força e melhores serão os salários auferidos pelos trabalhadores pertencentes ao ramo sindicalizado. Assim, o sindicato busca, inclusive, oferecer garantias aos desempregados do ramo em questão, durante o período no qual tem recursos financeiros para isso, para não exercerem nenhum tipo de acordo ou venderem a força de trabalho individualmente aos capitalistas. Por outro lado, quando o número de desempregados é grande no ramo considerado, o sindicato busca inclusive limitar a imigração de força de trabalho de outras regiões ou países para com isso restringir a crescente oferta e controlar sua própria fragilidade.

Mas, como toda luta por melhorias salariais significa redução da mais-valia apropriada pelos capitalistas – e uma queda na taxa de lucro –, e estes acabam por se organizarem em associações patronais, para

Se o acham, recompondo-se assim o laço que existia entre eles e os meios de subsistência de que foram dissociados, isso acontece através de novo capital adicional que procura aplicação, e de modo nenhum através de capital que já operava antes e se transformou em máquina. Mesmo nesse caso, suas possibilidades são ínfimas. (MARX, 2008, p. 502, L.1, V.1)

4.5 Do surgimento do capital industrial

Foi destacado anteriormente, como a transição do modo de produção feudal para o modo capitalista de produção, fora resultado do desenvolvimento histórico das relações sociais de produção – de acumulação e distribuição correspondentes – e do desenvolvimento das forças produtivas que o acompanha.

Como expressão desse movimento histórico, a acumulação primitiva de capital, o capital comercial e o capital usurário foram os parceiros do novo modo de produção, o qual nasceu, assentado na decomposição do processo de trabalho, ou seja, na separação do trabalhador dos seus meios de produção e de subsistência.

A propriedade privada individual, baseada no trabalho próprio é suplantada pela propriedade privada capitalista, e o processo de trabalho converte-se em processo de produzir mais-valia.

Os meios de produção e de subsistência, anteriormente dispersos, como propriedade dos trabalhadores individuais, concentram com a gênese do novo modo de produção nas mãos dos capitalistas.

Eis o nascimento do capital industrial!

Se o capital comercial e o capital usurário foram as duas formas históricas mais antigas de capital, com o advento do modo de produção capitalista, eles passam a ser apenas formas funcionais do capital industrial.

Conforme Marx (2008), é através do capital industrial e seu ciclo, que se pode verificar o processo de produção e circulação em seu conjunto, como se influenciam reciprocamente.

Anteriormente, destacou-se como o processo de trabalho se converte em processo de produção de mais-valia. Agora, é necessário observar o movimento do capital como uma totalidade, valor que se valoriza e percorre um ciclo de reprodução.

Se para Weber (2006) a classe operária vai tornando-se desnecessária, e isso vai se refletindo em tensões sociais, é fruto do abandono da ética protestante; jamais resultado das relações sociais de produção e do desenvolvimento das forças produtivas que tornam o homem enquanto trabalhador, gradativamente desnecessário no processo de produção da riqueza material.

Contudo, observa-se em Marx (2008), que a maquinaria explicita também a produtividade social do trabalho como seu pressuposto e resultado, pois, para a produção de um número dado de mercadorias – digamos 100.000 camisetas –, o montante de tempo de trabalho socialmente necessário para a produção na grande indústria - distribuídos no valor da mercadoria como capital constante, capital variável e mais-valia - é muito menor que por método manufatureiro.

Esse movimento é acelerado com a grande indústria, a qual passa a condicionar e é condicionada, pela extensão e a conquista de novos mercados.

Em conformidade com Marx (2008), excetuado o período de prosperidade, os combates entre os capitalistas fazem parte do cotidiano mundo da compra e venda de mercadorias. Quanto menor o valor da mercadoria, maior a fatia do mercado dominado por uma empresa de determinado ramo. Maior o volume de vendas e conseqüentemente de lucros realizados. Mas também, maior o emprego de maquinaria, maior a intensidade do trabalho e menor os salários.

O trabalho passado, trabalho morto, na qualidade de capital, suga o trabalho vivo, como um vampiro: do sangue do trabalhador se alimenta e cresce.

Finalmente, o capital também cria a separação entre as forças intelectuais e o trabalho manual. Das primeiras, faz uma força produtiva inteiramente nova – a ciência – que o auxilia em sua reprodução. Essa nova força produtiva, concretiza-se cada vez mais na materialidade produtiva que aumenta a exploração sobre os trabalhadores, converte os seus familiares em forças de trabalho vendáveis, reduz seus salários e simultaneamente os tornam, cada vez mais, desnecessários no processo de reprodução da riqueza material.

Nessa direção,

Por ora, basta dizer o seguinte: os trabalhadores despedidos de um ramo industrial podem, sem dúvida, procurar emprego em qualquer outra ocupação.

com isso fazer frente aos sindicatos. Representados por essas associações patronais, as negociações salariais são menos impactantes para os capitalistas, pois eles negociam junto aos sindicatos com um poder ampliado quando comparado ao capitalista individual, e, além disso, conseguem na maioria das vezes, repassar os aumentos salariais para os preços de mercado, e tanto maior será o repasse quanto maior for a participação de associações monopolistas no mercado considerado.

De outro modo, já o capitalista pequeno e médio, os quais em geral, não são associados, acabam por ver-se mais fragilizados frente à atuação dos sindicatos, e soma-se a isso o fato de a composição orgânica do capital, nesses setores ser, via de regra, menor, tendo assim um aumento salarial, maiores impactos sobre a taxa de lucro nesses setores. Também, devido a fragmentação empresarial nesses espaços, o repasse dos aumentos salariais para os preços de mercado torna-se muito mais difícil.

De toda forma, para Hilferding (1985), os sindicatos não têm poder para acabar com a exploração, e ao lutar por melhores salários – o que acaba por se refletir na taxa de lucro de um ramo -, apenas conseguem minimizá-la. Acabar com a exploração da classe operária significa lutar contra o Estado, o qual representa a organização do poder da burguesia, mas tal luta deve ser empreendida cada vez mais por meio de um partido político operário independente – tendo a ação sindical como complementar –, o qual deverá ter por pressuposto a representação dos interesses do proletariado, em sua totalidade, numa luta contra a sociedade burguesa.

Nesse sentido, na medida em que o capital financeiro se expande, as associações monopolistas se ramificam para os principais setores econômicos da sociedade, e por isso mesmo, a política dos operários, através de seu partido independente, deverá voltar-se para a conquista do poder do Estado, somente através do qual desapropriará a burguesia definitivamente dos ramos de produção mais importantes.

Portanto:

De acordo com sua tendência, o capital financeiro significa a criação do controle social da produção. Mas trata-se de uma socialização em forma antagônica; o domínio da produção social permanece nas mãos de uma oligarquia. A luta pela desapropriação dessa oligarquia constitui a última fase da luta de classes entre a burguesia e o proletariado.

A função socializadora do capital financeiro facilita extraordinariamente a superação do capitalismo. Tão logo o capital financeiro tenha colocado sob seu controle os ramos mais importantes da produção, basta que a sociedade se aproprie do capital financeiro por meio de seu órgão consciente de execução, o Estado, conquistado pelo proletariado, para dispor imediatamente dos ramos de produção mais importantes. (HILFERDING, 1985, p. 343- 344)

2.2 O capital financeiro em Lênin¹⁴

Para Lênin (1985), a dinâmica da reprodução do capital vem acompanhada da concentração e centralização do próprio capital, tornadas mais visíveis a partir da segunda metade do século XIX.

Assim sendo, isso se ratifica quando se observa o apogeu da grande indústria na Inglaterra, Alemanha e nos Estados Unidos. No segundo país em 1907,

De um total de 3.265.263 empresas, o número de grandes empresas é de 30.588, ou seja, somente 0,9%. Elas empregam 5,7 milhões de operários num total de 14,4 milhões, ou seja, 39,4 %; elas consomem 6,6 milhões de cavalos-vapor num total de 8,8 milhões, isto é, 75,3% e 1,2 milhões de *kilowatts* de eletricidade para um total de 1,5 milhões, ou seja, 77,2%. (LÊNIN, 1985, p. 16)

Fenômeno análogo, pode-se constatar nos EUA, que em 1904 apresentava um percentual de 0,9% do total de empresas (216.180) existentes naquele país como sendo empresas de grande porte e empregavam 25,6% (1,4 milhões) do total de trabalhadores (5, 5 milhões) . Assim, conforme Lênin (1985), essas empresas também eram responsáveis por um volume de produção de 5,6 bilhões, (38%) de um total de 14,8

É interessante destacar aqui, como essa “desnecessidade” do trabalhador para o capitalista é vista por Weber (2006). Este, mesmo acreditando ser a ética protestante a base do capitalismo moderno, socialmente benéfico, faz um alerta sobre o advento da grande indústria moderna: aquele trabalhador dedicado de forma ascética à profissão, é conduzido à descrença na bem-aventurança eterna, pois a sua própria reprodução por meio do trabalho não é mais o objetivo do capitalismo e do capitalista moderno. O objetivo do capitalista moderno passa a ser o interesse pessoal, o auto-interesse, o lucro.

Assim,

A raiz religiosa da humanidade econômica moderna extinguiu-se. Atualmente, o conceito de profissão está no mundo como um *caput mortuum*. A religiosidade ascética foi substituída por uma atitude realista-pessimista perante o mundo e o homem, expressa, por exemplo, na *Fábula das abelhas*, de Mandeville, defendendo que também vícios privados podem circunstancialmente resultar em vantagem para o conjunto da sociedade. Com o recuo total de todos os resíduos do *pathos* religioso – originalmente tremendo – das seitas, foi o otimismo do Iluminismo que, acreditando na harmonia dos interesses, assumiu a herança do ascetismo protestante no âmbito da mentalidade econômica; conduziu as ações dos príncipes, estadistas e escritores do final do século XVIII e do começo do século XIX. O *ethos* econômico gerou-se na base do ideal ascético; mais tarde foi despojado de seu sentido religioso. Isso acarretou consequências graves. Foi possível à classe operária resignar-se com sua sorte enquanto se podia prometer-lhe a bem-aventurança eterna. Eliminada tal solução, tiveram de resultar daí, apenas por esta causa, as tensões de dentro da sociedade, as quais, desde então, continuam crescendo. Com essa situação, a evolução alcançou o momento entre o final do capitalismo nascente e o início da Era do Ferro, no século XIX (WEBER, 2006, p. 127-128)

¹⁴ O texto “O imperialismo: fase superior do capitalismo” considerado um dos clássicos sobre a temática do capital financeiro foi publicado em 1916.

do exército industrial de reserva, aumentando a força de trabalho disponível no mercado e reduzindo com isso os salários.

Segundo Aued:

Agora a alienação explícita não só a separação do homem dos seus meios de produção, mas impõe ao próprio homem sua condição de supérfluo à produção material de sua existência. Supérfluo como ser individual, pois sua objetivação no produto do seu trabalho transforma-se em sujeito social pela universalidade do trabalho que a humanidade engendrou através do tempo, uma vez que a condição de força produtiva que nele se confundia com sua natureza humana dele se aliena e se materializa em meios de produção que só podem ser operados socialmente, em comum. A alienação, assim, emancipa o homem de sua condição de trabalhador. A necessidade de menos trabalhadores diretos para se obter produto que se obtinha com muitos trabalhadores trabalhando individualmente é a conseqüência natural do desenvolvimento da produtividade do trabalho social pela utilização do trabalho passado como meio de produção na forma da indústria moderna. No modo de produção capitalista esse resultado é explicitado por um contingente de trabalhadores desempregados, ao qual Marx dá o nome de exército industrial de reserva. (AUED, 2005a, p. 22-23)

Constata-se que longe da lei da oferta e da demanda ser uma lei natural – como quisera Smith, Ricardo e seus sucessores - agindo no mercado da força de trabalho, o capital é que determina tanto a oferta quanto a demanda por essa mercadoria. E as condições de compra para o capitalista, são tanto mais favoráveis quanto mais se introduz máquinas no processo de trabalho.

Assim sendo, pode-se fazer uma pergunta: o que leva o capitalista a substituir parte dos trabalhadores por máquinas? A possibilidade de produzir a mercadoria com um valor menor e assim vender mais, obtendo em alguns casos um lucro-extra.

bilhões. Mas em 1909 esses números eram ainda mais expressivos, e 1,1% das empresas (3060 empresas) tinham um volume de produção de 9 bilhões, cerca de 43,8% do volume total de 20,7 bilhões.

Desde já se pode inferir que, se por um lado aumentam os monopólios e oligopólios nas mais diversas indústrias, é simplesmente resultado da própria concorrência entre os capitais, ou visto de outro modo, da própria dinâmica da acumulação assumida depois do breve período de livre concorrência.

Assim, Lênin amparando-se na obra “O capital” de Marx, entende que o movimento histórico do capitalismo permite perceber “...que a livre concorrência gera a concentração da produção, a qual atingindo um certo grau de desenvolvimento, conduz ao monopólio” (1985, 20). O surgimento dos monopólios é, assim, resultado do esgotamento da fase livre-concorrencial, a qual atinge seu apogeu e esgotamento entre 1860 e 1880. Acompanha esse aparecimento dos monopólios a formação de cartéis, convertida numa regularidade do próprio cotidiano econômico inglês – e no início do século XX nos EUA e na Alemanha - em diversos setores, como na indústria mineira e na siderúrgica, e tanto mais rapidamente e com mais força, quanto mais aparecem as crises de superprodução no capitalismo.

Conforme Lênin (1985), o mesmo ocorria na Alemanha, onde já em 1896 existiam 250 cartéis e em 1905 esse número atingira a cifra de 385, agregando 12.000 estabelecimentos. Por outro lado, nos EUA o número de trustes fora de 185 em 1900 e 250 em 1907. Note-se, de acordo com o autor, sob o controle e comando desses trustes e cartéis encontravam-se de 70% a 80% da produção total.

Dessa maneira, ao se estabelecerem os cartéis e trustes em determinadas indústrias, a livre concorrência vai sucumbindo, e isso acontece em especial porque as empresas pequenas são absorvidas pelas empresas participantes do cartel ou são suprimidas pela concorrência estabelecida com o próprio cartel. Mas, uma vez estabelecido o cartel, as grandes empresas são obrigadas – sob o risco de terem de concorrer com o cartel – a participarem do mesmo, uma vez que, este tem poder para controlar a fonte das matérias-primas, meios de transporte, a mão-de-obra, as vendas, assim como os próprios preços. Essas variáveis são assim manipuladas, para o benefício exclusivo dos participantes do cartel, solucionando as necessidades da própria dinâmica da acumulação dessas grandes empresas.

Quanto às pequenas e médias empresas, sua gênese e espaço de atuação, após a segunda metade do século XIX, vai se restringindo às

fases de prosperidade econômica bem como a alguns nichos de mercado específicos, os quais ainda não são rentáveis para a grande empresa ou para o cartel.

Todavia, dado um mercado importante, aos primeiros sinais de crise econômica, serão as primeiras a enfrentarem a voracidade dos cartéis e a prática de *dumping*, pois "...as crises (de toda a espécie, mais frequentemente econômicas embora não exclusivamente) aumentam, em fortes proporções, a tendência para a concentração e para o monopólio" (LÊNIN, 1985, p. 29).

Assim sendo, a concentração e centralização do capital, converte-se em regularidade no âmbito do capital industrial, e isso é tanto mais evidente quanto mais se desenvolve o modo de produção capitalista a partir da segunda metade do século XIX na Inglaterra, na Alemanha e nos Estados Unidos e outros países como França, Itália e Japão.

Porém, esse movimento inerente ao modo capitalista de produção, o qual conduz à concentração e centralização do capital, não é exclusividade da esfera do capital industrial. Aparece também junto à esfera de atuação dos bancos.

Assim,

[...] a função essencial e inicial dos bancos é a de intermediários nos pagamentos. Realizando-a, eles transformam o capital-dinheiro inativo em capital ativo, isto é, criador de lucro, e reunindo os diversos rendimentos de toda espécie, eles colocam-nos à disposição da classe dos capitalistas. (LÊNIN, 1985, p. 30)

Conforme Lênin (1985), a função de prestamista do capital-dinheiro em poder dos bancos é efetuada a partir dos depósitos efetuados por todas as classes e suas categorias. No entanto, o próprio sistema bancário vai assumindo uma estrutura onde a concentração e a centralização desse capital-dinheiro vai se consolidando como regra. Isso pode ser constatado de acordo com o autor, na análise efetuada por Schulze-Gaevernitz, o qual constata em suas pesquisas como os grandes bancos berlinenses controlavam no ano de 1904, 11,3 bilhões de marcos, e participavam direta e indiretamente em 87 outros bancos.

Mas a rapidez da concentração bancária na Alemanha não cessa. Conforme se pode observar na tabela 1, os seis grandes bancos de Berlim, rapidamente ampliam suas sucursais e através delas a concentração do capital-dinheiro.

É de se observar o produto do trabalhador coletivo voltar-se contra ele. O instrumental de trabalho, antes dominado pelo trabalhador, agora o domina como um autômato. A maquinaria, síntese da decomposição do processo de trabalho manufatureiro, converte o trabalhador em um apêndice desse processo de produção de mais-valia.

O instrumento de trabalho ao ser incorporado pela máquina, torna-se gradativamente num concorrente do trabalhador, mas não apenas do chefe de família, e sim, de todos os membros de sua família transformados em assalariados, com o surgimento da máquina. Se, a máquina, ao mesmo tempo transforma o trabalhador e sua família em assalariados, simultaneamente vai tornando-os desnecessários com o progresso da acumulação.

Então, ramo por ramo, apoderado pela maquinaria, dispensa trabalhadores. Esses saem de um ramo e se deslocam para outro, aumentando a oferta de força de trabalho, acabando por se refletir numa queda do preço da força de trabalho abaixo de seu valor.

Mas, tão logo a maquinaria se instala em diversos ramos, o exército industrial de reserva, essa população supérflua de trabalhadores, aumenta em termos absolutos. A acumulação de capital prossegue, com uma demanda positiva decrescente por força de trabalho, nos ramos em que a maquinaria se apodera.

Se um mesmo montante de capital adiantado se reproduz ao longo de um período durante 3 ou 4 vezes, o início de um novo ciclo de reprodução se dará com um dispêndio menor com capital variável e maior com meios de produção. Para manter o mesmo número de trabalhadores empregados outrora, o montante de capital adiantado a percorrer o ciclo de reprodução tem de ser maior. Ademais, toda a máquina antiga, quando é substituída por máquina nova, dispensará parte dos trabalhadores que antes empregava.

A divisão do trabalho na grande indústria fundamentada no sistema de máquinas, atrofia os conhecimentos dos trabalhadores de tal forma, que, quando são expulsos, raramente conseguem nova colocação, e quando conseguem vender a força de trabalho para um novo capitalista, em geral este exige baixo grau de qualificação e paga um valor menor pela força de trabalho.

Contudo, as mazelas para a classe trabalhadora, por ser ela a produtora da riqueza material, mas não a proprietária dessa riqueza, não cessam por aí. Os trabalhadores desnecessários, nos ramos onde a utilização das máquinas se aprofunda, engrossam cada vez mais, as fileiras

Conforme Marx (2008), em geral, numa seção há cooperação simples de máquinas, ou seja, os objetos de trabalho são processados por um conjunto de máquinas da mesma espécie, às quais estão vinculados múltiplos de trabalhadores – sendo parte destes, auxiliares - cientificamente definidos. Estes trabalhadores, em geral, não têm grande formação técnico-educacional, no entanto, são orientados e supervisionados por uma categoria pouco numerosa de engenheiros e técnicos das mais diversas formações que exercem em geral o cargo hierárquico mais alto na seção. Estes supervisores, também, são responsáveis pela supervisão e o bom funcionamento da maquinaria, cite-se como exemplo, o reparo dessas, quando do surgimento de algum defeito. Assim, o produto final de cada seção é matéria-prima para a seção subsequente. Observando-se o corpo da fábrica como um todo, constata-se uma conexão estruturada entre as mais diversas seções, da qual resulta a mercadoria final.

Dessa maneira, o trabalhador e seus auxiliares são assim adaptados aos movimentos das máquinas, têm de alimentá-las, mas já não são imprescindíveis. Agora podem mudar os múltiplos de trabalhadores em cada seção, a qualquer hora do dia, sem ocorrer interrupção alguma do processo produtivo. “A prova mais contundente disso é o sistema de turnos múltiplos (relays system) posto em prática na Inglaterra, durante a revolta patronal de 1848 a 1850” (Marx, 2008, p. 481, L.1, V.1). O próprio aprendizado, para trabalhar com a máquina, é rápido e não necessita de uma categoria especial de trabalhadores para tal, salvo exceções, por isso seu salário pode ser reduzido. Portanto, se o trabalhador parcial fixava-se por toda a vida num ofício no âmbito da divisão manufatureira do trabalho, com a introdução da maquinaria ele passa a servir a mesma máquina por toda a vida.

Assim, destaca Marx :

Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica serve à máquina. Naqueles, procede dele o movimento do instrumental de trabalho; nesta, ele tem de acompanhar o movimento do instrumental. Na manufatura, os trabalhadores são membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, eles se tornam complementos vivos de um mecanismo morto que existe independente deles. (MARX, 2008, p. 482, L.1, V.1)

Quadro 1: Concentração dos bancos na Alemanha:

Anos	Sucursais na Alemanha	Caixas de depósitos e agências de câmbio	Participação constante em sociedades anônimas bancárias alemãs	Total de estabelecimentos
1895	16	14	1	42
1900	21	20	8	80
1911	104	276	63	450

Fonte: Lênin (1985)

Fenômeno análogo ocorrera na Inglaterra e na França. Segundo Lênin (1985), na Inglaterra em 1910 os 4 grandes bancos possuíam mais de 400 sucursais cada um e na França, os 3 maiores bancos – *Crédit Lyonnais*, *Comptair National* e *Société Générale* –, indicavam tendência semelhante, pois em 1870 possuíam 64 sucursais e em 1909, um crescimento extraordinário de 1229 sucursais e caixas de depósitos.

Contudo, para além da concentração do capital na esfera bancária o que se evidencia é a tendência para o surgimento dos monopólios. Assim, os grandes bancos, ao reunirem a pletera de capital-dinheiro das mais diversas categorias e suas respectivas classes, passam a obter informações sobre a situação financeira de seus clientes. É nesse sentido que os bancos passam a se interessar pelas empresas e ramos mais rentáveis, num primeiro momento como *locus* para concessão do crédito do capital-dinheiro de empréstimo, mas tão logo se aprofunda o relacionamento dos bancos com essas grandes empresas que atuam nos setores mais rentáveis, destaca Lênin (1985), ser a estratégia dos bancos a aquisição de ações, das mesmas, bem como, a participação em seus conselhos de administração.

Aparece a união formal entre os bancos e as empresas atuantes na esfera industrial e comercial. E quanto maior a influência dos bancos junto às grandes empresas, tanto maior a participação dos bancos nas decisões sobre as estratégias de acumulação de capital dessas.

Mas a dinâmica da acumulação faz com que os bancos diversifiquem suas atividades creditícias e, simultaneamente, seu próprio entrelaçamento com o capital que atua na esfera industrial. Assim, se um grande banco, com base em Lênin (1985), tem seu crédito diversificado,

o mesmo ocorrerá com a aquisição de ações de diversas empresas atuantes em diversos setores. Em geral, os próprios bancos passam a criar diretorias especializadas em diversos ramos industriais – mineração, cervejarias, indústria química, ferroviária, transporte marítimo, siderúrgica, transporte marítimo... no grande comércio por atacado -, facilitando os conhecimentos sobre a área de atuação empresarial e aumentando, com isso, a busca pelo entrelaçamento com estas.

Os diretores dos grandes bancos passam a fazer parte dos conselhos fiscais e de administração de diversas empresas das quais são acionistas, no entanto, pouco a pouco esse fenômeno de entrelaçamento entre banco-empresa dá-se no sentido inverso e as grandes empresas passam a adquirir ações, e também participarem dos conselhos fiscais e de administração dos próprios bancos.

Isto, de acordo com Lênin, ratifica o seguinte: "...o séc. XX marca o ponto de partida de viragem em que o antigo capitalismo deu lugar ao novo, em que o domínio do capital financeiro substituiu o domínio do capital em geral." (1985, p. 45).

Entretanto, há de se observar como Hilferding demonstrara o aparecimento do capital financeiro sendo resultado da interpenetração dos bancos com a indústria, mas não destacara o capital financeiro como produto da tendência ao monopólio, fator crucial para Lênin.

Nesse sentido¹⁵,

Uma parte, sempre crescente, do capital industrial, escreve Hilferding, não pertence aos industriais que o utilizam. Estes últimos só alcançam a sua disponibilidade através dos canais do banco que é, para eles, o representante dos proprietários deste capital. Por outro lado, ao banco impõe-se investir na indústria uma parte cada vez maior, dos seus capitais. E, assim, o banco torna-se, cada vez mais, um capitalista industrial. A este capital bancário – isto é, a este capital-dinheiro – que, assim se transforma em capital industrial, eu dou o nome de 'capital financeiro'. O capital financeiro é, portanto, um capital que os bancos dispõem e que os industriais utilizam.'

¹⁵ A parte sublinhada da citação é para destacar a definição de capital financeiro que Lênin extrai da obra de Hilferding. Note-se logo abaixo, como Lênin retifica a definição de Hilferding dizendo que essa é insuficiente por não incluir explicitamente na definição do capital financeiro o surgimento dos monopólios capitalistas.

Veja-se, esta compensação se dá de dois modos: 1) a maquinaria quando introduzida nos ramos produtores de bens de subsistência consumidos pelo trabalhador, reduz o valor dessas mercadorias, possibilitando aos capitalistas de outros ramos, e aos capitalistas em geral, reduzir o valor pago pela força de trabalho. Isto implica na diminuição do trabalho necessário para a reprodução do capital, aumentando assim o trabalho excedente apropriado pelo capitalista; 2) o emprego da máquina em qualquer ramo aumenta a intensidade do trabalho, ou seja, numa mesma jornada de trabalho de 8 h por dia por exemplo, caso o trabalhador aumente a intensidade do desprendimento de energia física e metal poderá aumentar o trabalho excedente sem prolongar a jornada de trabalho.

Dessa maneira, sempre que necessário, o capital prolongará a jornada de trabalho com vistas à acumulação de mais-valia. E isso é tanto mais efetivado quanto mais a maquinaria se apodera da produção de mercadorias.

Atente-se para o fato de a classe trabalhadora, historicamente ter obrigado o Estado, em especial na Inglaterra, a limitar a jornada diária de trabalho, levando o capitalista num primeiro momento, a apoderar-se da mais-valia relativa. Mas, se a jornada de trabalho é limitada socialmente, acaba cedendo espaço ao final para o aumento da intensidade do trabalho

Portanto, na medida em que a jornada de trabalho vai sendo limitada, por pressão da classe trabalhadora, esta mesma classe, trabalhando numa jornada de trabalho menor, acaba por trabalhar mais intensivamente para o capitalista. Todo aperfeiçoamento da maquinaria acaba voltando-se para aumentar a exploração de um número cada vez menor de trabalhadores ainda empregados, e isso para compensar a redução da jornada de trabalho e a mais-valia a qual o capitalista deixa de acumular em função dos trabalhadores expulsos pela máquina.

4.4.3 Do espaço fabril como *locus* de aglomeração das máquinas

Se há uma hierarquia entre os trabalhadores na manufatura, na fábrica, ela tende a desaparecer, predominando as diferenças naturais por idade e sexo. A divisão do trabalho, no interior da fábrica, assenta-se na distribuição dos trabalhadores junto às diferentes máquinas encontradas nas mais diversas seções.

O desgaste por inação é decorrente da paralisação da máquina, por exemplo, quando depois de um tempo sem uso, fica enferrujada e apresenta defeitos, tem de ser recondicionada. O desgaste moral advém do confronto entre máquinas da mesma espécie, ou seja, quando se confrontam a máquina velha e a máquina nova, mais moderna, produzida com menos tempo de trabalho socialmente necessário.

Com base nisso, quanto maior a duração da jornada de trabalho, menor seu desgaste moral, sua inação e mais rapidamente o valor da máquina se transfere para o valor das mercadorias.

Dado o preço de produção social médio de uma mercadoria em determinado ramo, ao capitalista que a produz, com máquinas mais modernas, é sempre possível auferir um lucro-extra, pois este, ao produzir a mercadoria com tempo de trabalho necessário menor em relação ao estabelecido socialmente, tem a possibilidade de vendê-la acima do seu valor. Entretanto, isso ocorrerá até generalizar-se o uso da nova maquinaria no ramo de produção, quando então cessa o lucro-extra e o preço de produção socialmente estabelecido é mais baixo.

Mas, a produção mecanizada sempre diminui o número de trabalhadores ocupados por dado montante de capital, ou seja, a parte variável do capital sempre acaba por se transformar em capital constante.

Nesse sentido, o emprego da maquinaria já manifesta contradições, pois com o advento da produção em larga escala, o aumento da taxa de mais-valia só poderá ocorrer – dado uma magnitude de capital adiantado – se aumentar o emprego de máquinas, mas simultaneamente isto implicará na diminuição do número de trabalhadores necessários para esse montante de capital dado.

Marx (2008) diz, se por um lado esse emprego da maquinaria aumenta a taxa de mais-valia em todo ramo, por outro, diminui o valor da mercadoria, e o capitalista “sem tomar consciência” dessa contradição, prolonga a jornada de trabalho através do aumento da mais-valia relativa e da mais-valia absoluta para poder compensar o número de trabalhadores outrora explorados e gradativamente expulsos pela introdução da máquina no processo de produção de mais-valia.

Pode-se constatar assim: os trabalhadores que continuam empregados, digamos, numa jornada de trabalho de 8 h por dia, recebem cada vez menos e trabalham cada vez mais. Se a maquinaria, por um lado, ao expulsar parte dos trabalhadores do processo produtivo estará reduzindo a fonte de mais-valia apropriada pelo capitalista, por outro, como forma de compensação têm de aumentar a exploração sobre os trabalhadores ainda empregados.

Esta definição é incompleta na medida em que silencia um fato de mais alta importância, a saber, a concentração da produção e do capital, a tal ponto desenvolvida que ela dá e já deu origem ao monopólio. Porém, toda a exposição de Hilferding, em geral, e mais particularmente os dois capítulos que precedem aquele de onde retiramos esta definição, salientam o papel dos *monopólios capitalistas*. Concentração da produção tendo como consequência os monopólios; fusão, ou interpenetração dos bancos com a indústria, eis a história da formação do capital financeiro e o conteúdo desta noção. (LÊNIN, 1985, p. 46)

Assim, percebe-se ocorrer a gênese do capital financeiro a partir da concentração da produção e do capital, momento da formação de grandes monopólios, cartéis e trustes, acompanhados das fusões ou da união dos grandes bancos com a grande indústria.

Dessa maneira, é inerente ao capital financeiro, segundo Lênin (1985), as características próprias da monopolização, cartelização, concentração e centralização tanto do setor industrial como do setor bancário, juntamente com características peculiares da sua própria categoria.

Para além de coordenar as atividades no sistema bancário, esses grandes bancos entrelaçados com as grandes empresas passam também a coordenar as atividades de diversos ramos industriais. Veja-se, como aparece um novo formato de empresa capitalista, na contemporaneidade conhecida por *holding*. O capital financeiro assim compreende uma estrutura que abarca, desde um grande banco e sua ramificação para bancos menores como a ramificação para um ou mais ramos industriais. Surge aí uma complementaridade entre as atividades creditícias exercidas pelos bancos com a possibilidade de investimentos em ramos industriais rentáveis, de forma que as empresas atuantes na indústria e pertencentes ao grande grupo coordenado pelo capital financeiro têm acesso privilegiado ao crédito de capital-dinheiro de empréstimo, ou seja, como se viu, capacitam-se sob o acompanhamento de diretores designados pelos bancos para um melhor acompanhamento da estratégia de negócios.

Mas é importante destacar como o controle do capital financeiro sobre essas empresas as quais passam de algum modo, a estarem subordinadas sob sua coordenação, dá-se em especial nas sociedades anônimas. Para obter o controle destas basta adquirir 51% das ações, sendo

em muitos casos nos quais as ações – que representam a propriedade do capital - estão mais pulverizadas, ser o controle exercido obtendo-se apenas 20% do capital acionário, e em alguns casos até menos.

Além disso, também em épocas de crise e depressão tem-se a falência de diversas pequenas e médias empresas; quando estas estiverem atuando em setores tidos como rentáveis para o capital financeiro passam a ser saneadas ou mesmo adquiridas. E mesmo em empresas maiores com dificuldades financeiras, ocorre a fusão ou aquisição.

Ademais, a atuação do capital financeiro também se estende para a especulação no ramo imobiliário. Percebe-se, que o capital financeiro será a expressão do fracasso da livre concorrência, pois os monopólios, os cartéis e trustes se tornam regularidade nos principais setores da indústria, bem como na esfera bancária. Isto é simplesmente a expressão do desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista.

De acordo com Lênin,

[...] o capital financeiro, concentrado em algumas mãos e exercendo um monopólio de fato, obtém da constituição de firmas, das emissões de títulos, dos empréstimos ao Estado, etc., enormes lucros, cada vez maiores, consolidando o domínio das oligarquias financeiras e onerando toda a sociedade com um tributo em benefício dos monopolistas (1985, p. 52)

O próprio capital financeiro passa a ser a expressão da separação entre uma oligarquia financeira – que apenas se apropria de rendimentos através da posse de títulos em geral ou mesmo ações – e os gestores do capital. Adiciona-se a isso o fato de, nos países onde o capitalismo está mais desenvolvido, como Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha, essa oligarquia financeira acaba, depois de constituídos os monopólios tanto na indústria como na esfera bancária, exportando parte dos capitais para outros países menos desenvolvidos.

É que a acumulação de capital sempre acaba por aumentar a escala de produção, e esta última aumenta tanto mais quanto maior vem a ser a atuação do capital financeiro, nos principais setores financeiros-bancários, como nos diversos ramos industriais. Nesse sentido, para Lênin (1985), à medida que a união e a fusão dos grandes bancos com a grande indústria se generaliza e trazem consigo o aparecimento dos monopólios, é chegado um momento no qual o próprio espaço do Estado nacional apresenta-se limitado para a continuidade do processo de

Nesse sentido, a máquina-ferramenta não suprime a ferramenta do trabalhador, mas amplia e multiplica o número de ferramentas que passam a fazer parte do seu mecanismo. Passam a ser criadas por leis científicas rigorosas e são cada vez mais resistentes. A maquinaria tornou supérflua não só a habilidade do artesão, mas a própria força muscular do homem, e com isso transforma em assalariados todos os membros da família do trabalhador.

Se, anteriormente o salário do trabalhador tinha de dar conta de atender todas as suas necessidades básicas de subsistência, bem como de sua família, pode com a introdução da máquina ser reduzido em geral a 1/4, pois todos os membros da família começam a trabalhar aproximadamente aos 13 anos de idade.

A educação básica, com a supressão das habilidades do artesão, somente se torna necessária ser for uma exigência do próprio capital, pois a atividade do trabalhador se torna cada vez mais, uma atividade comum, facilmente executável por todas as idades e sexos.

4.4.2 Da maquinaria e a sua relação com a mais-valia relativa e a mais-valia absoluta

A maquinaria aumenta a produtividade do trabalho como resultado da redução do tempo de trabalho necessário para a produção de uma mercadoria. Com base em Marx (2008), o fator limitador dessa produtividade, será, a própria limitação humana. Assim sendo, se uma máquina funciona 15 anos com uma jornada de trabalho de 8 h diárias, é exatamente igual ao funcionamento de 7,5 anos com uma jornada de trabalho de 16h, pois a quantidade de mais-valia apropriada em 15 anos é agora apropriada em 7,5 anos, e o valor da máquina se reproduz em menos tempo, ou seja, a metade.

Mas, sendo um meio de produção, a máquina-ferramenta tem de transferir parte do seu valor, ao ser utilizada ao longo do processo produtivo, para o valor da mercadoria. Seu valor, enquanto máquina, vai diferir do valor transferido para a mercadoria, pois, se essa se desgasta ao longo do processo de produção de uma mercadoria, o valor transferido à mercadoria é o valor do seu desgaste. Além desse, a máquina tem um desgaste próprio da inação, e, ainda um desgaste moral.

Quando a máquina-ferramenta, ao transformar a matéria-prima, executa sem a ajuda humana todos os movimentos necessários, precisando apenas da vigilância do homem para uma intervenção eventual, temos um sistema automático, suscetível, entretanto, de contínuos aperfeiçoamentos...

A produção mecanizada encontra sua forma mais desenvolvida no sistema orgânico de máquinas-ferramenta combinadas que recebem todos os seus movimentos de um autômato central e que lhes são transmitidos por meio do mecanismo de transmissão. (MARX, 2008, p. 437-438, L.1, V.1)

O homem, de habilidoso e destro, transforma-se gradativamente em um simples vigia das máquinas, sempre pronto a alimentá-las ou corrigir defeitos eventuais.

É relevante salientar que, as máquinas já eram produzidas no período manufatureiro em ramos especiais, no entanto, com o sistema de máquinas movidas a vapor é que a maquinaria se desenvolverá livremente, e a própria produção de máquinas passa a ser feita com máquinas. E isto é tanto mais rápido quanto mais rapidamente se aperfeiçoam as formas geométricas decorrentes dos avanços do torno e os próprios motores passam a ser produzidos por máquinas.

É o princípio subjetivo cedendo lugar ao princípio objetivo. A empiria cedendo lugar à ciência, pois:

A indústria moderna teve então de apoderar-se de seu instrumento característico de produção, a própria máquina, e de produzir máquinas com máquinas. Só assim criou ela base técnica adequada e ergueu-se sobre seus próprios pés. Com a produção mecanizada crescente das primeiras décadas do século XIX, apoderou-se a maquinaria progressivamente da fabricação das máquinas-ferramenta. Mas só durante as últimas décadas (que precedem 1866), a enorme construção de ferrovias e a navegação transatlântica fizeram surgir as máquinas ciclópicas empregadas na construção de motores. (MARX, 2008, p. 441, L.1, V.1)

reprodução do capital. Num primeiro momento, a dinâmica da reprodução capitalista determinara a exportação de mercadorias como necessidade, e mesmo com a primazia do capital financeiro, a exportação da pletora de capital-dinheiro para outros países, impusera-se como uma estratégia temporária, mas, logo em seguida, converte-se em regularidade.

Assim, para o capital financeiro da Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha e França, exportado para o exterior com objetivo de participar diretamente da produção, apresenta-se grandes vantagens com a possibilidade de auferir enormes lucros, originados com a instalação do capitalismo nos países subdesenvolvidos. Esses enormes lucros são possíveis porque novos mercados consumidores são formados nesses países atrasados, ademais, para o capital financeiro o qual passa a operar em terras estrangeiras é possível explorar uma massa de trabalhadores com salários inferiores aos pagos nos países centrais. Também é possível dominar a fonte das matérias primas utilizadas pelos países centrais, diminuindo os custos em geral e em muitos casos aumentando o poder dos grandes monopólios atuantes em nível mundial. Os países atrasados convertem-se – pouco a pouco – em países exportadores de matérias-primas, mas nem por isso, em países onde é desenvolvido um capitalismo autônomo, pois como se viu, as próprias fontes de matérias-primas passam a ser exploradas pelo capital financeiro internacional. Pode-se constatar, por exemplo – 1915 –, ocasião na qual¹⁶:

Os capitalista americanos, por seu turno invejam seus confrades ingleses e alemães: „Na América do Sul, escreviam eles profundamente magoados em 1915, cinco bancos alemães têm 40 sucursais e 5 bancos ingleses têm 70... A Inglaterra e a Alemanha ao longo dos últimos vinte e cinco anos investiram cerca de 4 bilhões de dólares na Argentina, no Brasil e no Uruguai, o que fez com que eles beneficiem de 46% do total do comércio destes três países”. (LÊNIN, 1985, p. 65)

Mas as vantagens da exportação de capitais não param por aí: quando os grandes bancos exportam capitais, não para atuarem diretamente em determinado ramo industrial, não raro se concede o emprésti-

¹⁶ A parte sublinhada da citação de Lênin (1985) fora extraída pelo autor do “*The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, vol LIX, Maio, 1915, p. 301”.

mo de capital-dinheiro com a condicionalidade de a estrutura do parque industrial ser montado no país atrasado, ter de ser adquirida de uma empresa indicada pelo banco, ou em muitos casos, de uma empresa adquirida ou fundida com o banco - do capital financeiro em si mesmo.

Assim, a própria construção das estradas de ferro nos países atrasados foi amplamente financiada e estimulada pelos países desenvolvidos, mas em todos os casos os empréstimos de capital-dinheiro ao ente político desses Estados subdesenvolvidos, foram efetuados com garantia e certeza de a estrutura da rede ferroviária ser importada do país sede do capital financeiro.

Verifica-se com base em Lênin (1985), como o capital financeiro, na medida da ampliação do mercado mundial, vem amparado pelo próprio auxílio do Estado no que diz respeito à luta imperialista estabelecida neste mercado, pois:

eis as preciosas confissões que os economistas burgueses da Alemanha se vêem obrigados a fazer. Elas mostram claramente que, na época do capital financeiro, os monopólios privados e os monopólios do Estado, se interpenetram, não sendo mais do que elos da luta imperialista entre os maiores monopólios pela partilha do mundo (1985, p. 71)

Portanto, o capital financeiro se utilizou da velha política colonial para dominar as fontes de matérias-primas e quando a exportação de mercadorias apresentou-se como limitada para as necessidades da reprodução capitalista, o próprio caráter monopolista verificado nos países centrais – EUA, Alemanha, França em especial – difunde-se para outros países, pois, a essência econômica do capital financeiro, do imperialismo, é o capitalismo monopolista.

Aumentam cada vez mais, as zonas de influência do capital financeiro por todas as regiões, quanto mais se desenvolvem os monopólios na indústria e no setor bancário. Os monopólios nacionais têm de ser ultrapassados. O exemplo disso, de acordo com Lênin (1985), pode ser constatado através do monopólio mundial estabelecido pela *General Electric Co*, estadunidense, e a Sociedade Geral de Eletricidade alemã.

Também surgem grandes grupos financeiros como *Rockefeller* – detentores de importante participação no mercado mundial de petróleo, através da *Standard Oil Co* –, ao lado dos *Rothschild* e *Nobel*, proprietários de empresas russas exploradoras de petróleo.

Mas, será a introdução da maquinaria de fato revolucionária na produção de mercadorias, pois com um menor número de trabalhadores, foi possível produzir mais no mesmo espaço de tempo.

4.4.1 Da máquina-ferramenta

Conforme Marx (2008), na medida em que a máquina-ferramenta vai incorporando os instrumentos manejados pelo trabalhador parcial aparece a cooperação simples de máquinas ou mesmo a cooperação de máquinas de diferentes espécies ao longo do processo de produção.

Na cooperação simples, ter-se-á a cooperação de máquinas da mesma espécie, operando simultaneamente, como por exemplo, nas fábricas de tecelagem e nas fábricas de costura. Nas fábricas de tecelagem operam muitos teares mecânicos ao mesmo tempo, e nas fábricas de costura, muitas máquinas de costura.

É importante observar-se o fato de essas numerosas máquinas constituírem órgãos homogêneos de um mesmo motor e em geral de um mesmo mecanismo de transmissão de potência.

Em concordância com Marx (2008), no sistema de máquinas, aparecem máquinas de diferentes espécies, conectadas entre si. Cada qual exerce uma função parcial ao longo do processo produtivo, e os objetos de trabalho percorrem as diferentes máquinas simultaneamente. Cada máquina-ferramenta fornece o produto à seguinte, e, todas elas funcionam a um só tempo. O produto se encontra assim em todos os estágios. Estabelecem-se múltiplos, tamanhos e velocidades das mesmas de acordo com métodos tecno-científicos. Tem-se aqui, uma analogia com a divisão manufatureira do trabalho, todavia, agora as funções parciais são executadas por máquinas. Desaparece o princípio subjetivo do trabalho. Surge o princípio objetivo do trabalho, pois, as máquinas-ferramentas assim como o entrelaçamento entre elas é resultado do fazer ciência conscientemente. Quanto menor a interferência humana no processo de trabalho, maior a perfeição do sistema de máquina.

Portanto,

Todavia, esses métodos horrendos para os trabalhadores das mais diversas idades, em especial as crianças e mulheres, encontraram barreiras naturais e sociais como o rebaixamento dos salários e a limitação da jornada de trabalho, e tão logo ameaçaram os ganhos dos detentores do capital – a exemplo de um dos ramos ingleses mais importantes no século XIX : o do vestuário – eis que,

chegou-se por fim a um ponto crítico. O fundamento do velho método, a simplista exploração brutal do material humano, mais ou menos acompanhada por uma divisão do trabalho sistematicamente desenvolvida, não era suficiente para atender os mercados crescentes e para fazer face à competição dos capitalistas, cada vez maior. Soou a hora da maquinaria. A máquina decisivamente revolucionária que se apodera de todas as numerosas especialidades desse ramo de produção, entre as quais figuram modas, alfaiataria, sapataria, costura e chapelaria, é a máquina de costura. (MARX, 2008, p. 535-536, L.1, V.1)

Pode-se observar que é a manufatura convertendo-se em indústria fabril, o artesanato em manufatura e o sistema de trabalho doméstico sucumbindo, e isso tanto mais rapidamente, quanto maior a concorrência entre os capitalistas.

Como se viu, no período manufatureiro, a cooperação baseada na divisão do trabalho fora resultado da decomposição da totalidade do ofício e convertera o processo de trabalho em processo de produzir mais-valia. O ofício manual do trabalhador parcial, com suas ferramentas, continuou a ser a base da produção, e este, em conexão com outros trabalhadores parciais ao longo do processo produtivo, impunham a dinâmica do processo de reprodução do capital. Conforme a produção manufatureira se expandira, destruindo o trabalho artesanal e (ou) doméstico rural, aumentava a necessidade de um maior número de braços disponíveis para o seu desenvolvimento, propiciando a ampliação do campo de possibilidades para a população expulsa das terras e mesmo destituída dos meios de produção, reproduzir-se como assalariados.

Assim, a produção manufatureira trouxera consigo um aumento da produtividade do trabalho social acompanhada de um aumento crescente no número de postos de trabalho para a população.

Todavia, a atuação do capital financeiro ultrapassa, segundo Lênin (1985), a constituição de monopólios, trustes e cartéis atuantes em âmbito mundial. Os próprios estados nacionais dos países menos desenvolvidos ou dependentes acabam por se tornarem reféns das políticas do capital financeiro. Se, os Estados dependentes gozam de certa independência política, esta é tanto menor quanto maior é a atuação do capital financeiro externo.

Essa relação de dependência dar-se-á pelo aumento da participação do capital financeiro nas operações econômicas em solo nacional, bem como pelos próprios empréstimos concedidos ao Estado. Assim,

os capitais colocados pela Grã-Bretanha na Argentina eram calculados por Schilder, segundo as informações do cônsul austro-húngaro em Buenos Aires, para 1909, em 8 bilhões e 750 milhões de francos. Sem custo se imagina como isso assegura ao capital financeiro – e à sua fiel “amiga”, a diplomacia – da Inglaterra sólidas relações com a burguesia da Argentina, com os meios dirigentes de toda a vida econômica e política deste país.

Portugal dá-nos um exemplo, de uma forma um pouco diferente, de dependência financeira e diplomática, associada à independência política. Portugal é um Estado soberano, independente, mas, de fato, desde há mais de duzentos anos, desde a Guerra da Sucessão da Espanha (1701/1714) que se encontra sob protetorado britânico. A Inglaterra defendeu Portugal e as suas possessões coloniais visando fortalecer as suas próprias posições na luta contra os adversários – a Espanha e a França. Em troca recebeu vantagens comerciais, privilégios para as suas exportações de mercadorias e sobretudo, de capitais para Portugal e suas colônias, o direito de utilizar os portos e as ilhas de Portugal, os seus cabos telegráficos, etc.,etc. relações desse tipo entre pequenos e grandes Estados sempre existem mas, na época do imperialismo capitalista, tornam-se um sistema geral, fazem parte integrante do conjunto de relações que regem “a partilha do mundo”, formam elos da cadeia de

operações do capital financeiro mundial. (LÊNIN, 1985, p. 84-85)

O capitalismo adquire a partir do século XX, os primeiros traços de uma estrutura econômica e social mais elevada. A gênese dessa estrutura dar-se-á a partir do fim da livre-concorrência e o surgimento dos monopólios capitalistas; inicialmente essa nova estrutura econômico-social se estabelece nos países mais desenvolvidos, do ponto de vista da reprodução capitalista, tendo como característica principal a concentração da produção e do capital, tanto no setor industrial como no setor bancário, seguida da fusão do capital bancário com o industrial, o qual resulta no aparecimento dos grandes monopólios, do capital financeiro, da oligarquia financeira. A substituição de boa parte da acumulação de capital, via exportação de mercadorias, mediante o surgimento da exportação de capitais de per se; a própria partilha do mercado mundial pelas associações monopolistas - em especial pela Inglaterra, a Alemanha e os Estados Unidos - ratifica o aparecimento da fase superior do capitalismo: o imperialismo.

Eis a gênese dos *rentiers*, uma nova categoria na classe capitalista, os quais, estranhos à esfera produtiva, auferem enormes rendimentos. Nesse sentido,

O rendimento dos rentistas é cinco vezes mais elevado do que aquele que provém do comércio externo e isso no país mais “comerciante” do mundo! Tal é a essência do imperialismo e do parasitismo imperialista. Também a noção de “Estado-rentista” (*rentnerstaat*) ou “Estado-usurário” se torna de uso corrente na literatura econômica que versa sobre o imperialismo. O mundo encontra-se dividido entre um punhado de Estados-usurários e uma imensa maioria de Estados-devedores (LÊNIN, 1985, p. 99-100).

Por último, se faz relevante observar o status da classe trabalhadora em sua relação com o capital financeiro. Esta, para Lênin (1985), sempre se encontra sob fortes tentativas de cooptação de seus melhores quadros, momento no qual o capital financeiro oferece melhores salários, a possibilidade de ascensão a melhores cargos, a criação de associações desportivas e religiosas onde trabalhadores e capitalistas aparen-

O trabalho executado não depende mais da habilidade, da destreza e virtuosidade do trabalhador coletivo, transformando-se o trabalho deste em trabalho simples, comum, e assim o processo de produção de mais-valia pode explorar a força de trabalho de mulheres e crianças. O trabalhador coletivo é agora composto, para além de homens, de crianças e mulheres, e isso se torna mais visível quanto mais a maquinaria expande seu espaço de atuação nos mais diversos ramos.

Eis que o germe da libertação do homem enquanto trabalhador está lançado, porque:

o processo produtivo já não mais necessita da habilidade e destreza dos homens para se produzir um valor-de-uso, pois o supera primeiro como meio de produção através da união das ferramentas a um mecanismo mecânico e agora, também, o supera como força motriz. O processo de produção emancipa-se do homem como força produtiva e tal característica social se materializa em máquina. (AUED, 2005a, p. 14)

O que se vê, é o produto do trabalho humano estranhado, efetivado, objetivado, se auto-determinando. É o princípio subjetivo do processo de produção da riqueza material, transmutando-se em princípio objetivo.

Mas o sábio capitalista, junto com a introdução da maquinaria, converte também o trabalho em domicílio numa extensão da própria fábrica. A esses trabalhadores, em geral, atribui-se a tarefa de fazer acabamentos nas mercadorias, e sendo seus trabalhos efetuados em suas próprias residências, pode o capitalista comprimir-lhes o valor pago pela força de trabalho, assim como, empregá-los sem regularidade.

É importante observar-se que, o trabalho em domicílio, quase sem exceção, ao longo de boa parte do século XVIII e XIX empregou crianças, obrigadas a trabalhar, desde seus primeiros anos de idade, para aumentarem os ganhos familiares.

Sem dúvida alguma, todos esses métodos inescrupulosos contribuíram para que os capitalistas pudessem baratear suas mercadorias e aumentar suas vendas com uma alta taxa de mais-valia, sempre às custas do embrutecimento, das lágrimas e da miserabilidade humana, agora na mais tenra idade.

Quando uma máquina-ferramenta isolada toma o lugar da cooperação ou da manufatura, pode ela servir de base a um novo artesanato. Mas essa reprodução do artesanato baseado na maquinaria é apenas uma transição para o sistema fabril, que em regra, se estabelece quando a força mecânica, o vapor ou a água, substitui a força muscular humana no movimento da máquina. (MARX, 2008, p. 523, L.1, V.1)

Como se vê, tão logo essa máquina se aperfeiçoa, torna-se maior, introduz-se a necessidade de uma força motriz mais potente e uniforme e o homem passa a ser substituído pelas forças naturais como a água, o vento, e mesmo o vapor.

Constata-se que, já se faz necessário um desenvolvimento tecnocientífico, permitindo uma unidade entre a máquina-ferramenta e a força motriz – animais, água, vento, vapor - por intermédio de um mecanismo de transmissão dessa força – turbinas, rodas dentadas etc. Os primeiros experimentos científicos nesse sentido aparecem já no período manufatureiro, mas, a grande revolução, dar-se-á quando a máquina-ferramenta estimular o desenvolvimento da segunda máquina a vapor⁵⁹. Esta, movida a água e carvão, produzia uma força motriz autônoma que libertava a produção mecanizada das forças motrizes anteriormente utilizadas, como a água, o vento e os animais.

Dado isso, se a introdução da máquina-ferramenta transforma o trabalhador num primeiro momento em força motriz e vigia das máquinas, pouco a pouco, o trabalhador coletivo, apenas, converte-se em apêndice das máquinas, alimentando-as com os objetos de trabalho e corrigindo seus eventuais erros.

⁵⁹ “...o período manufatureiro desenvolveu os primeiros elementos científicos e técnicos da indústria moderna. A máquina de fiar aperfeiçoada de Arkwright, quando apareceu, era impulsionada pela água. Mas o uso da água como força motriz dominante também acarretava certas dificuldades. Não podia ser aumentada à vontade, nem remediada sua escassez; às vezes faltava e não podia ser deslocada do local onde se situava. Só com a segunda máquina a vapor de Watt, a máquina rotativa de ação dupla, se encontrou um motor que produzia sua própria força motriz, consumindo para isso carvão e água, com potência que podia ser inteiramente controlada; um motor que podia ser transferido de um lugar para outro e servir de meio de locomoção, utilizável na cidade e não exclusivamente no campo como a roda hidráulica, permitindo concentrar a produção nas cidades, em vez de dispersá-la pelo interior; universal em sua aplicação tecnológica, pouco dependendo sua instalação das circunstâncias locais.” (MARX, 2008, p. 433, L.1, V.1)

temente são iguais, gostam das mesmas diversões e praticam os mesmos esportes. É o capital financeiro mantendo vivo o espírito burguês, para encobrir as relações sociais de produção. Por isso, a tarefa política está em evidenciar que o capital financeiro, o imperialismo – fase superior do capitalismo – aprofunda a exploração dos trabalhadores em prol da acumulação de capital, e longe de inserir os trabalhadores num mundo de fartura material, acabará por aumentar ainda mais o seu fardo.

Nesse sentido, de acordo com Lênin (1986), eis a importância histórica da ditadura do proletariado¹⁷. Esta deverá assumir a condução da transição do capitalismo para a primeira fase do comunismo, ou seja, o socialismo. A democracia para os ricos, típica do capitalismo, converter-se-á em uma democracia para o povo (maioria), a qual traz em seu seio a socialização dos meios de produção. O Estado nessa fase – Estado proletário –, continuará existindo, pois ele deverá controlar a propriedade dos meios de produção, e os trabalhadores, transformar-se-ão, em empregados assalariados do Estado. A produção da riqueza material social, deverá visar tão somente as necessidades do povo.¹⁸

2.3 O capital financeiro em Bukharin¹⁹

Na tentativa de compreender a economia mundial, Bukharin (1984) identifica que a grande problemática apresentada no capitalismo do século XX é a do imperialismo. Este surge, a partir da segunda metade do século XIX, como resultado de determinado nível de desenvolvimento histórico, deixando para trás, um período na história daquele, no qual prevalecera a livre concorrência entre empresas individuais.

Assim, se até a segunda metade do século XIX os Estados nacionais apareceram como organismos econômicos praticamente fechados, eis o surgimento de uma nova conformação do capitalismo, ou seja, “no momento, basta-nos ter em conta que, ao lado de outras formas de divi-

¹⁷ O próprio processo de transição, para Lênin (1986), não se efetivará de forma pacífica. Será preciso a utilização de armas pelo proletariado, e mesmo após a tomada do poder do Estado, continuará a necessidade da repressão da classe capitalista (minoridade) pela classe trabalhadora (maioria). E isso será tanto mais necessário, quanto maior for a resistência burguesa.

¹⁸ Lênin (1986) entende ser importante, após o advento do socialismo, a transformação da sociedade em uma grande fábrica, com igualdade de trabalho e salário para todos. Entende-se que isso, não passa de um equívoco teórico, pois, como demonstrar-se-á no capítulo 5, a desnecessidade de parte da classe trabalhadora, para a produção da riqueza material social, já aparece como produto histórico do próprio desenvolvimento do modo capitalista de produção.

¹⁹ Obra escrita em 1915 e publicada em 1916-17.

são social do trabalho, existe a divisão do trabalho entre economias “nacionais”, a divisão do trabalho entre países diversos, a que sai dos limites da economia nacional e constitui a divisão internacional do trabalho” (1984, p. 18).

Segundo o raciocínio de Bukharin (1984), essa divisão internacional do trabalho aparece fundamentada sob as condições naturais de cada país e também sob as condições culturais e do desenvolvimento das forças produtivas.

As condições naturais dizem respeito ao fato de determinadas mercadorias somente serem produzidas em determinadas regiões, as quais têm um clima e vocação apropriadas para tal, é o caso do café no Brasil e na Colômbia; as condições culturais e o desenvolvimento das forças produtivas realmente assumirão a primazia na definição de posição e *status quo* dos países dentro do cenário da economia mundial²⁰.

Nesse sentido, entende estar o intercâmbio entre países, pelo menos, assentado sob esse dois pilares, e pode ser extensivo – quando incorpora países ou regiões anteriormente não pertencentes ao mercado mundial – bem como, intensivo, ou seja, quando as relações no mercado mundial se aprofundam.

Desse modo, analisando o início do século XX, constata: “a extraordinária rapidez de expansão da economia mundial, no decorrer destes últimos decênios, foi provocada pelo surpreendente desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo internacional” (1984, p. 27). Isso pode ser confirmado em especial, através do extensivo desenvolvimento do comércio internacional de mercadorias, da migração da força de trabalho – em especial do Velho Mundo e da Ásia para a América e outras partes -, bem como, pela exportação de capital-dinheiro a juros ou mesmo para inversão.

Se faz relevante perceber, como os três fenômenos destacados são simplesmente a expressão da dinâmica da acumulação de capital, a qual, ultrapassa as possibilidades da reprodução do capital no Estado nacio-

²⁰ Observe que Bukharin trabalha com apenas dois tipos de países, os que têm um elevado desenvolvimento das forças produtivas e se concentram na produção de produtos manufaturados – máquinas e produtos químicos -, e os países que são produtores de produtos agrícolas e matérias primas, em geral com baixo desenvolvimento das forças produtivas. No mesmo sentido, note-se que o grande cientista social brasileiro Celso Furtado (1979) também apresenta a estrutura econômica mundial como composta de países do centro e da periferia, sendo os primeiros desenvolvidos e os segundos subdesenvolvidos. Vale destacar ainda o sociólogo Florestan Fernandes (1968) que aborda a questão do capitalismo mundial como composta por países independentes (de capitalismo autônomo) e países dependentes (sem requisitos estruturais de autonomização econômica) nos quais o setor primário é o grande vínculo desses países com o mercado mundial capitalista.

Assim, a máquina tem sua origem na decomposição dos elementos do trabalho individual artesanal que, ao se materializarem em ferramentas simplificadas, podem ser unidas e constituir uma nova base material da produção da existência dos homens. Nova base produtiva que se assenta em elementos criados pelos próprios homens, alienando-se deles, e que engendram uma força produtiva que ultrapassa os elementos naturais e biológicos do trabalho. A máquina é, pois, a potência criativa do homem social que dele se aliena e que lhe permite elevar a produtividade do trabalho social a níveis cada vez mais elevados em relação aos precedentes. (2005a, p. 10)

Agora, não atua mais com os instrumentos de trabalho sobre os objetos de trabalho. A própria máquina-ferramenta passa a executar a manipulação dos objetos de trabalho. “Temos então a máquina, mas ainda como elemento simples da produção mecanizada” (MARX, 2008, p. 432, L.1, V.1).

Nesse sentido, para Marx (2008), a máquina-ferramenta ao ser criada pelo trabalhador coletivo, promoverá nova decomposição do processo de trabalho, e ao incorporar os instrumentos de trabalho em seu mecanismo, elimina com isso a cooperação baseada no ofício, bem como a divisão manufatureira do trabalho. As funções parciais executadas outrora por trabalhadores especializados são incorporadas pelas máquinas-ferramentas quando estas trazem com o corpo de seu mecanismo os instrumentos com os quais os trabalhadores transformavam os objetos de trabalho.

Assim,

Segundo Adam Smith, no seu tempo, por meio da divisão do trabalho, 10 homens faziam, por dia, mais de 48.000 agulhas. Uma única máquina fornece hoje 145.000, num dia de trabalho de 11 horas. Uma mulher ou menina supervisiona, em média, 4 dessas máquinas, produzindo com a maquinaria 600.000 agulhas por dia; por semana, mais de 3 milhões.

O processo de produção assume cada vez mais, como princípio regulador, um caráter objetivo do trabalho, e esse caráter objetivo aumenta, quanto mais a máquina-ferramenta adentra aos mais diversos ramos de produção de mercadorias e quanto mais ela se desenvolve e transforma o trabalhador em seu apêndice.

4.4 Da máquina-ferramenta à grande indústria mecanizada: a segunda fase do modo de produção capitalista

Como se demonstrou até aqui, o modo capitalista de produção nasce da decomposição dos elementos constituintes do processo de trabalho. O trabalhador é separado dos meios de produção, os quais, passam a ser propriedade do capitalista. Para subsistir tem de vender sua força de trabalho ao detentor dos meios de produção e meios de subsistência, mas, a vende individualmente.

Assim, o capitalista, detentor dos meios de produção, para valorizar o seu capital despendido nessa forma de mercadoria, tem de comprar a força de trabalho individual e comandá-la. Mas, quando vai ao mercado comprar a força de trabalho, adquire várias forças de trabalho individualmente, estas, ao longo do processo de reprodução do capital, quando entram em contato com os meios de produção, se convertem numa força produtiva inteiramente nova, qual seja, o trabalhador coletivo, o qual, surge como resultado da conexão dos trabalhadores parciais, que unidos pela cooperação baseada na divisão do trabalho manufatureiro, convertem o processo de trabalho em processo de produção de mais-valia.

Mas, para além de converter o processo de trabalho em processo de produção de trabalho excedente, apropriado gratuitamente pelo capitalista, o trabalhador coletivo cria também as bases para superação de suas limitações técnicas.

Eis o surgimento da máquina-ferramenta. Esta, incorporara o instrumento manual de trabalho utilizado pelos trabalhadores parciais. Se outrora, por exemplo, o trabalhador operava em geral com um fuso para fiar, a máquina-ferramenta inventada para fiar permite ao mesmo trabalhador colocar em movimento de 12 a 18 fusos. Sua habilidade e destreza, sua virtuosidade, cedem lugar à função de vigiar os erros da máquina ferramenta, bem como, continuar, em muitos casos, a ser a força motriz.

Conforme Aued:

nal, e que torna a exportação de capital a juros ou para inversão em ações de grandes empresas um dos elementos essenciais desse processo. Portanto, Bukharin (1984, p. 37) coloca:

a exportação de capitais tem duas formas principais: 1) como capital a juros; 2) como capital-lucro.

Podem distinguir-se ainda diferentes formas e variedades no contexto dessa classificação. Num primeiro plano, os empréstimos governamentais e municipais. O formidável crescimento do orçamento do Estado, provocado tanto pelas complicações ocorridas, de maneira geral, na vida econômica, como pela militarização de toda a economia nacional, suscita, para cobrir as despesas, uma necessidade sempre crescente de empréstimos externos. Por outro lado, o desenvolvimento das grandes cidades exige a execução de uma série de trabalhos (construção de ferrovias eletrificadas, instalação de iluminação elétrica, tipos diversos de canalização, serviço de limpeza pública, aparelhagem de aquecimento central, telégrafo e telefone, adaptação do matadouros etc.) cuja execução necessita de grandes quantidades de dinheiro. Quase sempre, elas são obtidas por meio de empréstimos externos.

A segunda forma de exportação de capitais é o sistema de “participação”. Um estabelecimento industrial, comercial ou bancário de um país A é proprietário de ações ou obrigações num país B. A terceira forma é o financiamento de empresas estrangeiras, a formação de capital visando a um objetivo preciso: um banco financia uma empresa estrangeira, fundada por outro estabelecimento ou por ele mesmo, ou então uma empresa industrial financia sua própria filial, à qual dá a forma de uma sociedade autônoma; ou ainda, uma sociedade financeira especial financia certas empresas estrangeiras. A quarta forma é a abertura, sem *objetivo preciso*, de crédito que os grandes bancos de um país concedem aos bancos de outros países. (É a forma a que se recorre quando se trata de “financiamento”.)

Enfim, a quinta forma: a compra de ações estrangeiras etc., *com o objetivo de revenda*.

Face ao observado, é de relevância destacar, segundo a visão do autor, ser a exportação de capitais parte da mais-valia auferida nos países desenvolvidos e que na busca por espaços para a reprodução do capital em escala sempre maior, é impulsionada, atraída pelo mercado mundial. Dessa maneira, já no início do século, fora possível perceber a forte participação, de capitais originários dos Estados Unidos em países como Cuba, México, Canadá, América Central e América do Sul; dos capitais da Alemanha em países como a Argentina, Brasil, Cuba, Chile, Bulgária, Japão, Canadá, Itália, China, Finlândia, entre outros; dos capitais da Bélgica nos EUA, Holanda, França, Itália, Egito, Espanha, Congo, Rússia, Alemanha.

Bukharin (1984) também vê que a exportação de capitais nas duas formas – a juro e a lucro – não acontece apenas dos países desenvolvidos para os países produtores de mercadorias agrícolas, mas ocorre entre as próprias nações desenvolvidas, as quais muitas vezes chegam até a reexportar os capitais.

Contudo, se a concorrência em grande medida vai sendo suprimida nos principais ramos de produção, comércio e serviços dos Estados nacionais – pois cada vez mais se evidencia a centralização dos capitais nos limites desses Estados – não é o que ocorre no mercado mundial. As grandes empresas – no formato de sociedades anônimas - dos setores produtivos, comerciais ou mesmo de serviços dos Estados nacionais mais desenvolvidos, praticam uma luta concorrencial violenta pela conquista de novos mercados, novas fontes de matérias-primas e novos espaços para exportação de capitais, e nessa luta amparam-se de toda a estrutura do Estado Nacional – ente político – de origem, desde fontes de financiamentos até mesmo a infra-estrutura militar, em caso de conquista ou guerras em territórios estrangeiros.

Ainda, segundo seu entendimento, já no início do século XX essas grandes empresas aparecem como monopólios, muitas vezes formam cartéis e trustes, por exemplo:

Na indústria do papel, contam-se 7 grandes cartéis internacionais. Conhece-se ainda uma dezena de acordos em 6 diferentes ramos da indústria: marcenaria, produtos de borracha, de cortiça, cacau, etc.

Conforme Marx (2008) foi dessa regularidade da ação do trabalhador coletivo – que traz em seu seio os trabalhadores parciais e suas ferramentas, conectados entre si –, que muito além de se concretizar em acúmulo de mais-valia para o capitalista, servirá como base para a transmutação do caráter subjetivo da produção para o caráter objetivo.

Se a disciplina ou indisciplina do trabalhador individual afeta o resultado da ação produtiva do trabalhador coletivo, é porque este trabalhador coletivo é o princípio regulador da produção e expressa a conexão existente entre os trabalhadores parciais no processo de trabalho. Todavia, por mais que se desenvolvam as habilidades físicas e mentais dos trabalhadores parciais, bem como suas ferramentas, é chegado um momento, no qual, o próprio trabalhador, a partir da oficina de conserto e aperfeiçoamento das ferramentas em geral, promove inventos que transferem os instrumentos de trabalho de suas mãos, para um mecanismo, onde são inicialmente acoplados em múltiplos de uma mesma espécie, e posteriormente adaptados em sua diversidade.

Nesse momento, os limites produtivos do trabalhador coletivo, são superados pela introdução da máquina-ferramenta. Pois,

Quando a ferramenta propriamente dita se transfere do homem para um mecanismo, a máquina toma o lugar da simples ferramenta...

Na Alemanha, tentou-se inicialmente fazer um fiandeiro trabalhar com duas rodas de fiar, utilizando-se ao mesmo tempo as duas mãos e os dois pés. Mas era demais. Mais tarde inventou-se uma roda de fiar com pedal e dois fusos, mas os virtuosos capazes de fiar dois fios simultaneamente eram quase tão raros como seres humanos de duas cabeças. A máquina de fiar “jenny”, entretanto, fia, de saída, com 12 a 18 fusos; a máquina de fazer malhas trabalha com muitas milhares de agulhas a um só tempo, etc. O número de ferramentas com que opera simultaneamente a máquina-ferramenta emancipa-se, desde o início, da barreira orgânica que a ferramenta manual de um trabalhador não podia ultrapassar. (MARX, 2008, p. 430. L.1, V.1)

envolvimento da força produtiva do trabalho. Ou seja, mesmo as modificações técnico-científicas não sendo aplicadas no processo de trabalho, as modificações, ainda que lentas, na composição orgânica do capital, já se manifestam, o que acaba sempre por se refletir na queda da taxa de lucro e obriga o capitalista a diminuir o valor da força de trabalho e(ou) aumentar a intensidade do trabalho, e (ou) mesmo a aumentar a rotação do seu capital.

Em conformidade com Marx (2008), o trabalhador coletivo é, assim, a base de existência do capital, mas na aparência, o produto do trabalhador coletivo parece ser resultado do próprio preço de custo dos elementos adiantados pelo capitalista para dar início ao processo de reprodução de seu capital. O próprio trabalho excedente, a mais-valia – na forma de lucro –, parece ser resultado da produtividade do capital, ou para alguns economistas – quando da venda das mercadorias no mercado - resultado do preço de venda acima do preço de custo.

Portanto, será este trabalhador coletivo o responsável pela produção da riqueza material, e isto é tanto mais verdadeiro quanto mais se desenvolve a divisão manufatureira do trabalho, e, com ela se concentram os meios de produção nas mãos do capitalista.

A disciplina para o trabalho tem de estabelecer-se nas mentes dos homens não-proprietários, isto é condição fundamental para a dinâmica da acumulação capitalista. O trabalhador coletivo, com suas muitas mãos atuando em um só tempo e lugar, sob o comando do capitalista, tem como pressuposto a disciplina do trabalhador parcial, a necessidade cotidiana da venda individual da força de trabalho.

A regularidade do processo de trabalho, agora transmutado em processo de produção de mais-valia, está totalmente a cargo do trabalhador coletivo. Mas, o trabalhador coletivo, somente assume regularidade quando o capitalista consegue comprar regularmente a força de trabalho individual.

Muitos foram os casos nos quais o capitalista foi obrigado a transferir seu capital de um ramo a outro, ou mesmo de uma região à outra, em função da indisciplina dos trabalhadores, sob as mais diversas formas e pelos mais diversos motivos. E este movimento de transferência do capital foi tanto mais forte, quanto menor fora a criação de leis no âmbito estatal, no sentido de penalizar essa indisciplina. Pois, como poderia progredir a produção manufatureira sem um trabalhador coletivo regular, propriedade do capitalista? Como poderia este, apropriar-se regularmente de trabalho não pago?

Além dos cartéis acima mencionados, há uma centena de trustes internacionais (fusão e controle). Vamos limitar-nos à indicação de alguns dos mais importantes dentre os que exercem influência mais forte no mercado mundial.

Temos assim a Standard Oil of New-Jersey que, em 1910, possuía as ações de 62 companhias (entre as quais a anglo-American Oil Co., a Deutsch-Amerikanische Petroleum-gesellschaft, a Romana Americana) e estava ligada a grande número de empresas e companhias (holandesas, alemãs, francesas, suecas, italianas, russas, suíças, etc.). Esse truste “controla” ainda a Amalgamated Copper Company, que procura conquistar o monopólio da indústria do cobre. Vêm a seguir, a United States Steel Corporation, a mais importante “sociedade de controle” do mundo; a Reismuhlen- und Handelsaktiengesellschaft, de Barmen, com a participação de capitais de firmas estrantionale Bohrgesellschaft; a Nobel Trust Comany; vários trustes internacionais, na indústria da nafta; o truste da banana, fundado por Boston Fruit Co. e Tropical Trading and Tr pela firma inglesa J. and P. Coats Ltd; a Societé Centrale de la Dynamite; a Cie. Générale des Conduites d’Eau (Liège), que “controla” empresas em Utrecht, Barcelona, Paris, Nápoles, Charleroi e Viena; o Trust Métallurgique Belge-Français etc. (BUKHARIN, 1984, p. 51 – 52)

Todavia, esses cartéis, trustes e grandes empresas, vêm acompanhados de uma relação muita intensa com o capital bancário, que por sua vez apresenta-se – nos países mais desenvolvidos - fortemente centralizado e ramificado tanto no setor produtivo, comercial ou mesmo bancário, e paulatinamente passa a coordenar as atividades de reprodução do capital, tanto no mercado interno quanto no mercado mundial capitalista, em especial a partir do momento do seu entrelaçamento com o capital industrial.

Mas, se essa forte interferência do sistema bancário nos processos de concentração e centralização do capital – conduzindo, inevitavelmen-

te ao surgimento dos monopólios, cartéis e trustes – verifica-se desde à segunda metade do século XIX, será - para Bukharin (1984) – nos Estados Unidos e Alemanha do início do século XX que esse processo se consolidará.

Nesse sentido, Bukharin (1984, p. 64) assume explicitamente a definição de Hilferding de capital financeiro:

O mesmo processo opera-se ainda em larga medida, pela penetração do *capital bancário* na indústria e pela transformação do capital em *capital financeiro*.

Já vimos, nos capítulos precedentes, o imenso alcance da participação financeira nas empresas industriais. Ora, aí está precisamente uma das funções dos bancos modernos.

“Uma parte sempre maior do capital industrial não pertence aos industriais que o põem em circulação. Contam com esse capital apenas por intermédio do banco que, em face deles, representa os proprietários do dito capital. O próprio banco, por outro lado, é obrigado a engajar na indústria uma parte crescente de seus capitais. O resultado é que o banco se transforma, cada vez mais, num capitalista industrial.

Esse capital bancário, isto é, esse capital-dinheiro – que é assim efetivamente transformado em capital industrial – eu o chamo de capital financeiro
(Grifo nosso)

Portanto, a concentração e centralização dos capitais ocorre tanto no sistema bancário quanto na indústria e no comércio, no entanto, os bancos assumem a primazia na condução do processo de reprodução do capital, tanto em escala nacional quanto internacional.

2.3.1 A política do capital financeiro no mercado internacional

O capital financeiro aparece sempre entrelaçado com o Estado-nação. Nessa ordem há um duplo ganho para o capital financeiro: 1) a possibilidade de investir parte do capital-dinheiro ocioso nos títulos da

Desaparecem as imperfeições do trabalho individual, primeiro, pelo fato do trabalhador executar apenas uma função dentro do processo de trabalho e se especializar nela; segundo, porque os trabalhadores passam a executar aquelas funções para as quais estão mais aptos. Essas funções podem ser mais simples ou mais complexas, e de acordo com a necessidade de formação profissional exigirão um salário maior – valor equivalente da mercadoria força de trabalho.

Estabelece-se uma hierarquia entre os trabalhadores, decorrente de habilidades naturais e adquiridas, e com ela diferentes níveis salariais.

Através de Marx (2008), observa-se a capacidade total de trabalho do ser humano, sendo substituída pela especialização. E isso é uma necessidade da acumulação do capital que, ao concentrar os meios de produção nas mãos do capitalista, tem de concentrar nas mesmas mãos as forças de trabalho individuais, as quais só podem operar cooperativamente no processo de produção de mais-valia.

Quanto mais se desenvolve a manufatura, maior a cooperação e a divisão do trabalho. Maior a quantidade necessária de capital, em meios de produção nas mãos do capitalista, bem como, maior o número de forças de trabalho individuais que tem o capitalista de comprar para colocar em operação.

Como se demonstrou, a concentração dos meios de produção nas mãos do capitalista é uma das premissas do modo capitalista de produção; a outra é o comando exercido sobre as forças de trabalho compradas individualmente, as quais ele coloca em cooperação.

Tanto os gastos efetuados pelo capitalista – para reprodução de seu capital – com a compra dos meios de produção, quanto com a compra da força de trabalho aumentam, com o progresso da acumulação, mas em proporções sempre desiguais.

Ainda que, os aumentos de produtividade do trabalhador coletivo, sejam limitados pelas habilidades médias dos trabalhadores parciais e pelo aperfeiçoamento dos instrumentos e objetos de trabalho por estes utilizados, acabam sempre por se refletir numa produção maior de mercadorias produzidas no mesmo espaço de tempo. Assim, em condições normais de exploração – ou seja, mantendo-se constante o valor da força de trabalho e a intensidade do trabalho – é maior a quantidade de meios de produção transformados pelo trabalhador coletivo em mercadorias.

Já se percebe, no período manufatureiro, que o capital inicial, necessário para começar a produzir mercadorias em determinado ramo, já dominado pela produção capitalista, aumenta como resultado do de-

atividades de acordo com a quantidade de mercadorias as quais pretende o capitalista colocar na esfera da circulação, ao final do processo produtivo.

Dessa maneira,

O trabalhador coletivo, com suas muitas mãos armadas com ferramentas, a um só tempo, estende o arame, estica-o, corta-o, aguça-o etc. De sucessivas no tempo, as diversas operações parciais se transformam em justapostas no espaço. Daí o fornecimento de maior quantidade de mercadorias acabadas no mesmo espaço de tempo. Essa simultaneidade decorre, na verdade, da forma cooperativa geral do processo global; a manufatura, entretanto, não se limita a aproveitar as condições para cooperação como a encontra; ela as cria, até certo ponto, decompondo a atividade do artesão. Por outro lado, consegue essa organização social do processo de trabalho apenas aprisionando cada trabalhador a uma única fração de ofício (MARX, 2008, p. 399, L.1, V.1)

Mas, se a manufatura pode ser a combinação de ofícios, poderá constituir-se também da combinação de diferentes manufaturas. É que a manufatura de um meio de produção importante, poderá combinar-se com a manufatura de um produto final, de uma mercadoria. Ambas podem estar sob o controle do mesmo capital, no mesmo tempo e espaço.

Todavia, “apesar das vantagens oferecidas por essa combinação de manufaturas, ela nunca adquire, em virtude de sua própria base manufatureira, verdadeira unidade técnica. Esta só surge quando a manufatura se transforma em indústria mecanizada.” (MARX, 2008, p. 402, L.1, V.1)

Assim, constata-se, através deste autor, já no período manufatureiro, estabelecer-se como princípio, a diminuição do tempo de trabalho necessário para a produção de mercadorias. Mas, isso será resultado do trabalhador coletivo. Este último é o mecanismo específico do período manufatureiro, expressão da cooperação dos trabalhadores parciais, cada qual executando sua função segundo suas melhores aptidões, qualidades.

dívida pública; 2) quando necessário, utilizar o aparelho do Estado na concorrência do mercado mundial capitalista.

Se o acima exposto pode ser constatado já à partir de 1870/1880, esse processo ganhará profundidade no final do século XIX e início do século XX, com as anexações territoriais dos Estados capitalistas modernos.

Para além da exportação de mercadorias e capitais promovidos pelas empresas desses Estados modernos desenvolvidos, existe sempre a possibilidade do super-lucro. Para Bukharin (1984), significa a produção de mercadorias pelas empresas inovadoras, a um preço de produção mais baixo em relação aos concorrentes, e assim, uma vez estabelecido o preço de produção no mercado, a possibilidade de apropriação de uma parte maior da mais-valia, bem como, quando necessário, a venda das mercadorias abaixo do preço de produção do mercado – mas não abaixo do preço de produção da empresa - para garantir maior fatia do mercado consumidor, o que também possibilitará um aumento da mais-valia auferida pela empresa.²¹

Como se viu, a luta no mercado internacional vem – para Bukharin (1984)- coordenada pelo capital financeiro, o qual tem o apoio incondicional do Estado.²² Desse modo, é muito comum inclusive, parte das grandes empresas operadoras no mercado mundial, nos mais diversos ramos produtivos, comerciais ou de serviços – em especial no sistema bancário – serem de economia mista -, ou seja, terem como sócio o ente político, o Estado, e nessa luta internacional, quanto maior for a força do capital financeiro e do Estado, maiores serão as possibilidades da prática do *Dumping* e das fraudes.

²¹ É importante perceber o que fala Bukharin a respeito do consumo das mercadorias em sua crítica à Oppenheimer. “Oppenheimer perde, porém, de vista o essencial, a saber: que o comprador moderno é, em geral, um comprador capitalista. O consumo individual passa a segundo plano em relação ao consumo industrial, apoiado numa reprodução cada vez maior. Ora, as necessidades da indústria exigem aquisição em massa de número relativamente limitado de mercadorias. Compram-se, em geral, massas consideráveis de produtos da mesma natureza e isso explica por que uma única mercadoria exerça frequentemente função particularmente importante (como o algodão, por exemplo, na indústria têxtil)” (1984, p. 85-86).

²² A respeito do entrelaçamento do capital financeiro com o Estado, vale a pena lembrar a semelhança da tese de Bukharin com a de Ellen Wood (2005) em seu texto “Trabalho, classe e Estado no capitalismo global”, In: *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. Para essa última, uma vez que a luta da classe trabalhadora contra o capital encontra-se fragmentada na produção de mercadorias, e que muitos trabalhadores se aliam a suas empresas na concorrência do mercado mundial, preocupados com a perda de seus empregos se a empresa perder posição nesse mercado, o que resta para Wood é a tomada do Poder do Estado, espaço onde a luta de classes nunca se apresenta fragmentada, e onde o capital assume poder crescente.

A primeira significa a venda de mercadorias muito abaixo dos preços de produção, e quando necessário, abaixo do preço de custo do investimento feito em capital constante e capital variável para a produção da mercadoria, com o objetivo de monopolizar determinado mercado.

Note-se que, com respeito às fraudes, o capital financeiro, amparado pela estrutura política, militar e até muitas vezes econômica do Estado tem sempre essa alternativa a seu dispor, pois basta o impedimento de algum dos objetivos de reprodução do seu capital, o Estado dos países menos desenvolvidos pode passar num primeiro momento pela cooptação, através da oferta de empréstimos, possibilidades de financiamento de obras em geral; não dando certo essa alternativa, procede-se à cooptação de alguns dos servidores públicos e (ou) parlamentares; a terceira alternativa e que também poderá ocorrer é o aniquilamento dos responsáveis pelo impedimento dos plenos espaços para a reprodução do capital financeiro.

Assim sendo:

ora, se a pressão da força militar assegura concessões e privilégios de toda a sorte, o funcionamento ulterior do capital exige ainda uma “proteção” particular.

Em outros tempos, o centro de gravidade situava-se na exportação mercantil, e os exportadores arriscavam apenas suas mercadorias, isto é, seu capital de giro. Hoje, tudo é inteiramente diferente. Somas imensas funcionam em “país estrangeiro”, a maior parte do tempo sob a forma de capital em títulos, investido em vastas empresas: ferrovias que cobrem milhares de verstas, centrais elétricas de alto custo, grandes plantações etc. Os capitalistas do país exportador acham-se muito interessados na “defesa” de suas riquezas e dispostos a tudo para tornar possível preservar a continuidade de sua acumulação (BUKHARIN, 1984, p. 92).

Mas das forças produtivas segue sempre na busca pela mais-valia, e nesse sentido tenta, cada vez mais, fazer até anexações de empresas de forma vertical ou horizontal.

Agora a união dos homens para produzirem sua existência é uma característica universal e decorre da base material do processo de trabalho legada pelas gerações pretéritas para a geração vivente. Não só o trabalhador parcial não consegue mais produzir individualmente um valor-de-uso final, como também as ferramentas que utiliza não são mais adequadas à sua habilidade e destreza pessoais e à execução integral do processo de trabalho. O valor-de-uso final só é conseguido mediante a união de várias funções e articulando trabalhadores parciais e ferramentas adequadas a essas funções. No processo de trabalho manufatureiro a essência é o trabalhador coletivo e sua aparência é o trabalhador parcial e suas ferramentas especializadas. A alienação se amplifica, porém ainda não se resolve num todo orgânico, auto determinado, como era o “Cosmo” epicurista. A aparência ainda não se separou por completo de sua essência, o trabalhador coletivo se manifesta ainda na mediocridade do trabalhador parcial, pois as mãos ainda se constituem no fundamento da força produtiva do trabalho social. (AUED, 2004, p. 51)

Com base em Marx (2008), constata-se que as funções parcelares, passam a ser na manufatura, sequenciais e justapostas no tempo e espaço, e, essa atividade parcial não é executada de qualquer modo, mas, sim, dentro de parâmetros técnicos estabelecidos socialmente pela experiência, que fixam um tempo de trabalho socialmente necessário para a elaboração do produto parcial – parte componente do produto final –, assim como da própria mercadoria. Então, num determinado ramo manufatureiro, cada atividade parcelar do processo produtivo numa manufatura isoladamente é executada pelo trabalhador de acordo com o tempo de trabalho socialmente necessário vigente naquele ramo.

Em conformidade com Marx (2008), as funções parcelares passam a ser executadas, levando em consideração a experiência, por grupos de trabalhadores, e esses grupos são, com relação aos seus componentes integrantes, compostos por mais ou menos trabalhadores. Fixam-se, conforme cada fase parcial do processo produtivo, múltiplos de trabalhadores que permitem o andamento sequencial e simultâneo das

lhadores compartilham as mesmas instalações, parte dos mesmos instrumentais de trabalho, e, em alguns casos das mesmas matérias primas.

Esse compartilhar dos meios de produção aumenta com a divisão manufatureira do trabalho, e o processo de trabalho manufatureiro torna-se homogêneo. Conforme Marx (2008), essa homogeneidade se manifesta quando os produtos parcelares percorrem fases de produção conexas, gradativas e encadeadas, tendo como resultado final uma mercadoria. Aqui, os ofícios, primitivamente dispersos, são combinados, e eliminam-se os poros de tempo improdutivos. É a vantagem decorrente do processo cooperativo manufatureiro.

Daí ocorrer, conforme Aued (2004), o aparecimento histórico do modo de produção capitalista sob o formato da produção e reprodução da materialidade pela manufatura, o germe dos produtores da riqueza material enquanto seres sociais⁵⁸. Ou visto de outra forma, a manufatura desvela, desde seu aparecimento, o fato de a produção material passar a ser social, e o próprio homem tornar-se pressuposto e produto dessa produção material, pois

ao decompor os elementos do processo de trabalho do ofício, alienando-os em múltiplas parcelas, separa elementos do trabalhador individual, os quais, unidos, formam a base material do trabalhador coletivo. O trabalhador coletivo não é resultado de um encontro eventual, esporádico, dos trabalhadores individuais e independentes, como ocorria nos modos de produção pré-capitalistas.

⁵⁸ Apesar de não ser objeto central de nossa investigação, vale destacar a importante contribuição de Aued sobre a questão da alienação. Segundo esse “Enquanto, para muitos teóricos, o conceito de alienação significa desinteresse por, desinformação sobre, desligamento de, não se importar, estar em outra, para mim a alienação expressa a separação, o seccionamento, do ser em essência e aparência. A dificuldade maior em conceituar alienação dessa forma reside no entendimento de que este seccionamento do ser é resultado do próprio processo de constituição do ser em si, de sua vida real (material). E o ser em si só alcança a condição de consciência, como conceito, após se decompor em todos os elementos constitutivos. Ao se decompor em todos elementos em si, singulares, o ser se completa, resolvendo-se, assim, a alienação. E a alienação se resolve porque a própria essência do ser é explicitada pelos nexos, mediações e relações entre seus elementos, os quais são, assim, espaço/tempo do próprio ser, ou seja, aparência. Quando a dicotomia entre essência e aparência alcança seu mais elevado nível de existência, supera-se, em si e para si, (*aufhebung*) a própria alienação. Esta compreensão de alienação e de sua superação permitiu-me identificar o Cosmo epicurista, analisado por Marx em sua tese de 1841, como o modo de produção capitalista. Assim fiz, porque, para mim, o capital é pressuposto e resultado de si mesmo.” (2004, p. 56)

A anexação pela forma vertical acontece quando uma grande empresa internacional – em geral associada com um grande consórcio bancário – adquire ramos produtivos, comerciais ou de serviços, fora do seu espaço de atuação. É o caso de uma grande companhia produtora de automóveis que adquire, por exemplo, uma empresa construtora de rodovias. Já a anexação pela forma horizontal, sucede-se quando a grande companhia internacional adquire uma empresa num ramo similar ou complementar.

2.3.2 O capital financeiro como categoria histórica para Bukharin

Segundo seu ensinamento, a política do capital financeiro é: 1) o aumento da concorrência pela venda de mercadorias; 2) o aumento da concorrência pela posse dos mercados de matérias-primas; 3) o aumento da concorrência pela busca de novas esferas de investimento de capital.

Porém, essa política se processa nas fronteiras dos Estados nacionais mais desenvolvidos, onde a concentração e a centralização do capital atuam, sobretudo nos principais ramos produtivos, comerciais e de serviços. Observa-se assim, um predomínio de grandes empresas no formato de sociedades anônimas atuando nos espaços produtivos das mais diversas mercadorias, até o sistema bancário. Como se demonstrou anteriormente, essa concentração e centralização do capital perpassa nos principais *locus* de reprodução do mesmo e, verifica-se um forte entrelaçamento dos grandes bancos com as grandes empresas atuantes nas mais diversas esferas, ou seja, uma parte cada vez maior do capital-dinheiro ocioso nesses grandes bancos se transmuta em capital industrial. É o surgimento do capital financeiro, atuando nos espaços nacionais, mas com a limitação desses espaços, tem de expandir suas fronteiras, tem de ir para o mercado internacional e impor sua política, uma política imperialista. Para Bukharin (1984, p. 98):

A expansão do território econômico entrega aos cartéis nacionais regiões agrárias e, por conseguinte, mercados de matérias-primas, e aumenta os mercados e a esfera de investimento do capital. A política aduaneira permite esmagar a concorrência estrangeira, obter mais-valia e pôr em movimento o ariete do *dumping*.

Todo o conjunto do sistema contribui para o aumento da taxa de lucro dos monopólios. Ora, essa política do capital financeiro é o imperialismo.

Entretanto, se o imperialismo é uma política de conquista, para Bukharin (1984), nem toda política de conquista é imperialista. A política de conquista própria do imperialismo é a do capital financeiro, que aparece também como uma política de rapina.

O ponto de vista sustentado pelo autor é o do fim da livre concorrência nos Estados nacionais com o surgimento do capital financeiro, pois percebe-se o movimento da centralização dos capitais atuando de forma tal, que o capital financeiro tudo domina, coloca sob o seu controle todos os espaços produtivos, comerciais ou de serviços, e as pequenas empresas sobrevivem apenas nos espaços desinteressantes ao capital financeiro; os pequenos trustes são logo absorvidos pelos gigantescos trustes, tendo à sua frente sempre a coordenação dos bancos.

Por outro lado, se a concorrência vai desaparecendo gradualmente nos limites do Estado nacional, assume ela uma grande importância no mercado mundial, pois esse espaço passa a ser o espaço de excelência dos capitais financeiros dos países com maior grau de desenvolvimento econômico; ocorre uma grande luta desses capitais financeiros associados com os seus Estados nacionais de origem, na busca pelo escoamento de mercadorias, pela conquista de fontes de matérias-primas e pela exportação de capitais.

Portanto:

Assim como o capitalismo (não confundir com o capital-dinheiro: a característica do capital financeiro consiste em ser simultaneamente capital bancário e capital industrial) constitui uma época historicamente limitada, característica apenas dos últimos decênios, também o imperialismo, política do capitalismo financeiro, representa uma categoria especificamente histórica. O imperialismo é uma política de conquista. No entanto, nem toda política de conquista é imperialismo. O capital financeiro não pode realizar outra política. Isso explica por que, quando se fala de imperialismo como política do capital financeiro, está subentendido seu caráter de conquista.

Consoante Marx (2008) a), esta última destruirá a atividade individual do artesão; b) depois, o ofício continuará sendo a base do trabalho manufatureiro, pois o seu trabalho continua sendo manual e a sua habilidade, destreza e força continuam sendo importantes; c) a força de trabalho se transforma em órgão dessa função parcelar; d) nesse momento histórico, não há método científico aplicado na produção; e) a divisão manufatureira do trabalho manifesta-se como uma espécie peculiar de cooperação, e as vantagens decorrentes da natureza da cooperação em geral, passam a ser introduzidas como regra, no processo capitalista de produção.

Se, outrora o trabalhador produzia o produto/mercadoria na sua totalidade, bem como os meios de produção utilizados no processo de trabalho, com o advento do modo de produção capitalista em sua primeira fase – a manufatura – ele se transforma num trabalhador parcial e executa em geral, pela vida toda uma única função.

Essa função parcelar, quando executada por muito tempo, passa a ser, cada vez mais, com o menor esforço, e sempre acaba sendo transferida para um novo artífice, de forma mais aprimorada, mais destra. Os ofícios são quase petrificados, tornados hereditários dentro de determinadas categorias de trabalhadores.

As lacunas de tempo de trabalho, evaporadas no ato do trabalhador trocar de atividade, quando executa todo processo de produção de uma mercadoria, desaparecem e aumenta, assim, sua produtividade, pois executando uma mesma atividade sem interrupções, poderá agora despende maior quantidade de força de trabalho ao longo da mesma jornada de trabalho.

Ademais, segundo Marx (2008), torna-se ele mais virtuoso, e essa virtuosidade é sempre acompanhada do aperfeiçoamento de suas ferramentas, bases da produtividade do trabalho.

Portanto, o trabalhador coletivo será constituído por esses trabalhadores parciais; logo, o aumento da produtividade do trabalhador coletivo, será sempre maior do que o somatório das produtividades individuais.

Como se demonstrou acima, a manufatura tem como premissa a cooperação no processo de trabalho e isso significa que os trabalhadores de alguma forma compartilham parte dos meios de produção no mesmo local de trabalho.

Mesmo quando a manufatura é apenas a junção de ofícios independentes, os quais constituem partes de um produto global, os traba-

cada ofício independente se cristaliza como uma função exclusiva de um único trabalhador, sendo a totalidade do produto/mercadoria resultado da união dos trabalhadores parciais.

No entanto, a divisão sistemática do trabalho, quando implantada no processo de trabalho, o decompõe enquanto atividade individual de um trabalhador, e o produto, resultado da ação do trabalhador isolado, passa a ser resultado do trabalhador coletivo, produto social.

Assim, a manufatura combina ofícios diferentes, sob o comando do mesmo capital, ou introduz a divisão do trabalho, e, em alguns casos, chega a aperfeiçoar a divisão social do trabalho já existente. O resultado final será um produto social, decorrente da ação do trabalhador coletivo com suas muitas mãos.

Portanto,

A manufatura, portanto, se origina e se forma, a partir do artesanato de duas maneiras. De um lado, surge da combinação de ofícios independentes diversos que perdem sua independência e se tornam tão especializados que passam a constituir apenas operações parciais do processo de produção de uma única mercadoria.

De outro, tem sua origem na cooperação de artífices de determinado ofício, decompondo o ofício em suas diferentes operações particulares, isolando-as e individualizando-as para tornar cada delas função exclusiva de um trabalhador especial. A manufatura, portanto, ora introduz a divisão do trabalho num processo de produção ou a aperfeiçoa, ora combina ofícios anteriormente distintos. Qualquer que seja, entretanto, seu ponto de partida, seu resultado final é o mesmo: um mecanismo de produção cujos órgãos são seres humanos. (MARX, 2008, p. 393, L.1, V.1)

À medida em que a produção manufatureira se desenvolve, a cooperação simples vai sendo substituída pela divisão do trabalho manufatureiro.

Além disso, estão igualmente retratadas as relações de produção que essa política de conquista reproduz. Essa definição encerra ainda inúmeras características e traços históricos. Na realidade, quando falamos de capital financeiro, entendemos por isso organismos econômicos altamente desenvolvidos e, em conseqüência, certa amplitude e certa intensidade de relações internacionais, e a existência de uma economia mundial desenvolvida. Supomos também certo nível de forças produtivas e de formas organizadas da vida econômica, além de determinadas relações de classe e, por conseguinte, certo futuro dos elementos econômicos etc. Inclusive a forma e o meio de luta, a organização do poder, a técnica militar etc. pressupõem, em maior medida ou menor medida, um valor determinado, enquanto a definição “política de conquista” se aplica indiferentemente aos corsários, às caravanas comerciais e ao imperialismo. Em outros termos: a definição “política de conquista” nada define, enquanto a definição “política de rapina do capital financeiro” caracteriza o imperialismo como valor historicamente definido. (idem, 1984, p. 107)

Mas esse capital financeiro em sua luta concorrencial mundial está sempre acompanhado do Estado, e para Bukharin (1984), se a concorrência exigir o poderio militar, o capital financeiro não exitará, pois para fazer prevalecer os interesses das classes dominantes lança mão de qualquer artifício, quando necessário. “Nesse sentido, o militarismo é um fenômeno histórico tão típico quanto o capital financeiro” (1984, p. 120).

Apesar de Bukharin estar se referindo aos movimentos da grande burguesia, sobretudo a detentora das ações dos grandes oligopólios, monopólios, trustes industriais e bancários, no início do século XX, em plena contemporaneidade, isso continua a se ratificar, basta observar os movimentos dos Estados nacionais com as forças produtivas mais desenvolvidas no final do séc. XX e início do séc. XXI em regiões como Afeganistão, Iraque, Israel e Palestina, locais onde se instalaram grandes

companhias de construção civil e exploração de petróleo, em especial apoiadas pelo governo estadunidense²³.

Então, como parte dessa política imperialista, aparecerá a guerra como um componente importante para a reprodução do capital, pois para além de garantir novos mercados e novas fontes produtoras de matérias-primas para os países dos Estados nacionais mais desenvolvidos, a guerra destrói parte importante das forças produtivas dos países beligerantes, e isso sempre abre possibilidade para o capital financeiro se reproduzir em escala ampliada, pois novas estradas de ferro terão de ser construídas, novas vias férreas, novas usinas, novas rodovias, novos instrumentos de combate militares, sendo tudo isso – conforme Bukharin (1984) – impulsivo para a demanda e reforço para a posição do capital financeiro. Também o Estado participará de alguns monopólios ou oligopólios – sociedades de economia mista -, trustes e até cartéis, importantes para a criação de uma estrutura econômica, sobre a qual se assentará o espaço dinâmico da reprodução do capital. Assim, em tempos de guerra e no pós-guerra, também se manifesta um aumento da dívida pública, sem a qual os Estados nacionais mais desenvolvidos, tampouco os menos desenvolvidos, conseguem fazer frente ao aumento considerável das despesas decorridas dos gastos militares e mesmo da reconstrução dos arsenais de guerra.

Vale lembrar, a importância do Estado nacional alemão e estadunidense durante a guerra de 1914-1918²⁴ e posteriormente 1939-1945²⁵,

²³ A esse respeito, a importância da atuação estatal através do militarismo na busca de novos mercados, e, garantias de fontes produtoras de matérias-primas, bem como pelo dinamismo econômico da indústria armamentista é muito elucidativo os filmes “Tiros em Columbine” (2002) e “Fahrenheit 11 de Setembro” (2004) de Michael Moore, cineasta documentarista e escritor estadunidense.

²⁴ Nesse sentido, Howard Zinn mostra que “En 1914 habia empezado en Estados Unidos una seria recesión. Pero en 1915 los pedidos bélicos de los aliados (sobre todo de Inglaterra) ya habían estimulado la economía, y para abril de 1917 habían vendido a los aliados mercancías por valor de más de dos mil millones de dólares. Ahora, la prosperidad americana estaba vinculada a la guerra de Inglaterra. Los dirigentes norteamericanos creían que la prosperidad del país dependía en gran medida de los mercados extranjeros. Con la I Guerra Mundial, Inglaterra se convirtió en un mercado cada vez más importante para las mercancías americanas y los préstamos con intereses. J.P. Morgan y compañía actuaron como agentes de los aliados y empezaron a prestar dinero en cantidades tan grandes que obtenían enormes beneficios y vinculaban estrechamente las finanzas americanas a la victoria británica en la guerra contra Alemania.” (idem, 2006, p. 261). Os EUA entraram na I Guerra em 1917, e 50 mil soldados morreram.

²⁵ Conforme Zinn (2006), o que fez com que os EUA entrassem na II Guerra Mundial fora o fato do enfrentamento Japonês às bases do império americano, ou seja, o bombardeamento de Pearl Harbor em dezembro de 1941. Assim, os EUA entraram na guerra não para acabar a dominação de umas nações sobre as outras, mas, estar ao lado das nações dominadoras e

comerciante de tornar-se comprador da força de trabalho e em especial, proprietário dos meios de produção. A este era reservado apenas a compra e venda das mercadorias feitas pela corporações urbanas de forma artesanal, portanto sem a cooperação e a divisão do trabalho, que a manufatura capitalista requer.

Vale citar Marx:

A organização corporativa excluía, portanto, a divisão manufatureira do trabalho, embora muito contribuisse para as condições de existência desta, especializando, separando e aperfeiçoando os ofícios. Em geral, o trabalhador e seus meios de produção permaneciam indissolavelmente unidos, como o caracol e sua concha, e, assim, faltava a base principal da manufatura: a separação do trabalhador de seus meios de produção e a conversão desses meios em capital. (MARX, 2008, p. 414, L.1, V.1)

No segundo caso, tem a manufatura de concorrer com a pequena indústria doméstica rural.

Em ambos os casos, como se demonstrou anteriormente, o papel do comerciante fora fundamental, pois ao interferir na produção, visando um lucro maior em relação aos seus concorrentes – uma vez estabelecida a taxa média de lucro pelas corporações -, converte-se em capitalista ativo, a comandar e coordenar a produção de mercadorias.

A manufatura, trazendo em seu ventre a cooperação e a divisão do trabalho aumenta assim a produção de mercadorias no mesmo espaço de tempo, barateando-as. O valor da mercadoria produzida individualmente é sempre superior ao valor ou preço de produção da mercadoria produzida pela manufatura.

A produção individual de mercadorias é assim suplantada pela produção coletiva, e tanto mais rápido, quanto mais o comércio interno e o comércio mundial avançam e estimulam o aparecimento do capitalista ativo, aquele cuja interferência ocorre no comando da produção de mercadorias.

Neste sentido, é importante perceber que a manufatura no seu princípio aparecerá como a cooperação simples de diversos artífices independentes. A produção de uma carruagem – o produto global – era resultado final dos trabalhos de vários artífices, trabalhando em locais distintos e isoladamente. Tão logo estes cooperam sob o mesmo teto,

seus próprios meios de produção e produzem determinados produtos. Será, portanto, a diferença natural entre os produtos dessas instituições que conduzirão às trocas e estabelecerão, assim, uma interdependência entre elas, no que diz respeito ao conjunto da produção social. Assim, “a divisão social do trabalho surge aí através da troca entre ramos de produção que são originalmente diversos entre si”. (MARX, 2008, p. 407, L.1, V.1)

Tão logo se intensificam as trocas de mercadorias, a divisão social do trabalho se estabelece no seio da própria tribo, comunidade, destruindo a unidade fisiológica do trabalho, e os seus integrantes passam a se relacionar como produtores independentes de mercadorias.

A divisão social do trabalho vai se desenvolvendo com a intensificação das trocas de mercadorias, e um bom exemplo desse desenvolvimento é a separação entre a cidade e o campo. Mas, essas mercadorias, produzidas até o final da Idade Média, são resultado do trabalho de produtores independentes.

Portanto, o desenvolvimento da divisão social do trabalho, até esse momento se assenta na troca de mercadorias produzidas individualmente, donde surgem relações anárquicas de interdependência entre os produtores com relação ao conjunto da produção social.

Todavia, o advento do modo capitalista de produção, não só incorpora a cooperação no processo de trabalho, transformando-a em fase histórica peculiar desse modo de produção, como também cria a divisão do trabalho no seio da manufatura.

Se a divisão social do trabalho é acidental e pouco planejada, a divisão do processo de trabalho no interior da manufatura, por sua vez, é seriamente calculada e opera sob uma base cooperativa.

4.3 A manufatura, a cooperação e a divisão do trabalho que a acompanham: a primeira fase do modo de produção capitalista

Em conformidade com Marx (2008), o período manufatureiro vai da metade do século XVI ao último terço do século XVIII. É relevante observar-se como, no princípio, as manufaturas instalam-se junto às regiões portuárias, locais de exportação de mercadorias, bem como nas regiões mais interiores.

No primeiro caso, instalam-se nos portos, em virtude do regime extremamente fechado das corporações de ofício, as quais impediam o

que ratifica a constatação de Bukharin (1984): grandes empresas e os grandes bancos estadunidenses, juntamente com o ente político desse país, assumiriam uma hegemonia mundial.

mas é significativo perceber também, que tanto a Primeira quanto a Segunda Grande Guerra foram lutas encarniçadas pelo posto hegemônico político, econômico e social em nível mundial pelos países com maior grau de desenvolvimento das forças produtivas.²⁶

Como já se demonstrou, para Bukharin (1984), o imperialismo é produto do capital financeiro, assim como a política do capital financeiro é o imperialismo, e esse imperialismo não se dá apenas nos marcos econômicos do capitalismo mundial, mas também no que se refere aos aspectos políticos mundiais, ao equilíbrio de poder que se estabelece entre as grandes companhias internacionais detentoras de um forte aparelho de seus Estados nacionais, em especial o militar.

vitoriosas. Todavia, “Con el poder imperial británico derrumbándose durante la II Guerra Mundial, Estados Unidos estaba listo para entrar en escena. Antes mesmo que finalizara la guerra, la administración ya estaba planeando el esquema del nuevo orden económico internacional, basado en una asociación entre el gobierno y las grandes corporaciones. El poeta Archibald MacLeish, entonces subsecretario de Estado criticó lo que vio en el mundo posguerra: ‘Tal y como van las cosas, la paz que haremos, La paz que parece estamos logrando, será una paz de petróleo, oro y navegación; en resumen, una paz sin propósito moral ni interés en La humanidad’”. (2006, p. 300)

²⁶ Para os que não compreenderam ainda a importância do alcance da luta de classes para além da iniciativa privada, Bukharin (1984) esclarece que “o modo de produção capitalista baseia-se no fato de que os meios de produção se acham monopolizados pela classe capitalista sobre as bases da economia mercantil. A esse respeito, pouco importa, em princípio, que o Estado seja a expressão direta dessa monopolização, ou que esta decorra da “iniciativa privada”. Num e noutro caso, conservam-se a economia mercantil (em primeiro plano, no mercado mundial) e – o que é ainda mais importante – *as relações de classe entre o proletariado e a burguesia*” (1984, p.149). Aqui nota-se o equívoco do brilhante sociólogo contemporâneo Wallerstein (1999) e (2005), o qual acredita que “um outro mundo é possível” somente a partir dos movimentos sociais anti-capitalistas que não passem pela esfera do político. Para esse autor, os movimentos sociais organizados perderam a crença na política, e por sua vez, da possibilidade do poder do Estado ser um espaço de transformação social, dado que todos os movimentos políticos pós 45 como a *new left*, os movimentos de libertação nacional, os movimentos verdes, os desenvolvimentistas, os movimentos keynesianos, pós-keynesianos e neo-keynesianos, fundamentados sobre a doutrina comunista ou liberal, fracassaram em suas propostas de inclusão social e melhoria no campo dos direitos humanos elementares, a exemplo da saúde, educação, saneamento e habitação.

2.3.3 O capital financeiro e as perspectivas da classe trabalhadora

Para Bukharin (1984), se o capital financeiro nascente, datado do mesmo período do colonialismo da segunda metade do séc. XIX - dominara com sua política imperialista as fontes produtoras de matérias-primas e criara novos espaços para o escoamento de mercadorias, isso possibilitou a obtenção de um super-lucro e por sua vez o pagamento de um salário maior aos operários dos países mais fortes industrialmente. Mesmo com os laços entre patrão e operário, presentes nas empresas de propriedade privada individual e muito fortes até a primeira metade do século XIX, se desfazendo, foi criado ideologicamente pela política imperialista do capital financeiro um novo paradigma: o patriotismo operário ou o social-patriotismo²⁷. Esse novo paradigma transformou a classe operária dos países industrializados, fazendo-as aliam-se aos grandes trustes nacionais, na luta pela concorrência do mercado mundial, pois isso representaria a possibilidade de melhores salários e muitas vezes até participação nos lucros. Até mesmo as guerras imperialistas foram apoiadas por boa parcela da classe trabalhadora desses países, e mais do que isso, sustentadas por essa classe, pois é a única executora da atividade militar de base, presente no *front*.²⁸

Todavia, se até o final do século XIX o capital financeiro com sua política imperialista promovia guerras, sempre atreladas à necessidade de andamento da reprodução do capital, e os custos destas, recaíam sobre os selvagens – trabalhadores - dos países colonizados, será a partir das guerras do século XX, promovidas pelo capital financeiro com o amplo apoio do Estado imperialista, elemento determinante para os

²⁷ Eis por que Bukharin decreta a falência da Internacional Socialista e a impossibilidade do Superimperialismo de Kautsky – possibilidade de um capitalismo pacífico. “Hoje, constatamos algo análogo no patriotismo de “aldeia” que assola as empresas particularmente qualificadas. Um exemplo temos nas fábricas de Ford, “pacifista” americano que também muito conhecido (ao mesmo tempo fornecedor de guerra). Ali, os operários são submetidos a uma verdadeira seleção, beneficiam-se de prêmios de todo o gênero e participam dos lucros sob a expressa condição de afeiçoar-se à empresa. O resultado é que, mistificados, os operários “entregam-se” a seu senhor. (1984, p.154).

²⁸ Sobre essa questão, a importância que assume a classe trabalhadora na guerra, basta observar que a composição do exército estadunidense na atualidade, se faz com muitos estrangeiros, em especial latinos. São eles que estão nas lutas do Iraque, Afeganistão. Ver também o filme de Michael Moore “Fahrenheit 11 de Setembro” (2004). Outro exemplo pode ser constatado pelas tropas do exército brasileiro que a partir de 2004 assumiu o comando da Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti.

O segundo, para subsistir, tem de vender sua mercadoria cotidianamente ao capitalista por não lhe pertencerem mais os meios de produção. Vende, assim, sua única mercadoria, a força de trabalho, e ao vendê-la, trocá-la por valor equivalente – salário -, dá o direito ao capitalista de usufruí-la como bem lhe convir.

Ainda, de acordo com Marx (2008), o trabalhador ao vender sua força de trabalho, a vende isoladamente e só estabelece relação com o capitalista. Sua relação com os outros trabalhadores só acontece no processo de trabalho, quando cooperam, mas, nesse momento suas forças de trabalho já não lhe pertencem mais, foram compradas pelo capitalista, o qual passa a comandá-las cooperativamente e se apropria do produto produzido pelo trabalhador coletivo.

Portanto,

A força produtiva do trabalho coletivo desenvolve-se gratuitamente quando os trabalhadores são colocados em determinadas condições, e o capital coloca-os nessas condições. Nada custando ao capital a força produtiva do trabalho coletivo, não sendo ela, por outro lado, desenvolvida pelo trabalhador antes de seu trabalho pertencer ao capital, fica parecendo que ela é força produtiva natural e imanente do capital. (MARX, 2008, p. 386, L.1, V.1)

4.2.4 A divisão do trabalho

Como se viu, a cooperação antes da gênese do modo de produção capitalista não se apresentara como característica do processo de trabalho, e somente em algumas ocasiões especiais era ela introduzida entre os homens durante a produção de determinado produto, como exemplo, a construção de uma pirâmide, de um canal ou mesmo uma grande ponte.

Mas, se o processo de trabalho no capitalismo incorpora a cooperação como uma fase histórica peculiar do novo modo de produção de mercadorias, isto só é possível, porque a divisão social do trabalho atingiu determinado grau de desenvolvimento.

Esta última, é oriunda das primeiras trocas que se estabelecem entre tribos, famílias ou comunidades distintas. Cada instituição tem

similar. Nesse momento, encontram-se sob o mesmo teto, circunscritos a um mesmo local de trabalho. E como se pode constatar, os trabalhadores já compartilham da utilização de parte dos mesmos meios de produção de propriedade do capitalista, ademais, enquanto forças de trabalho vendidas individualmente ao capitalista, este as concentra e as comanda num mesmo local de trabalho. Evidencia-se assim:

a concentração de grandes quantidades de meios de produção em mãos de cada capitalista é, portanto, condição material para a cooperação dos assalariados, e a extensão da cooperação ou a escala da produção dependem da amplitude dessa concentração. (MARX, 2008, p. 383, L.1, V.1.)

Agora, o processo de trabalho tem de operar na base da cooperação, e a amplitude e extensão dessa cooperação dos homens se amplia como a dinâmica da acumulação do capital e da concentração dos meios de produção que a acompanha. Baseado em Marx (2008), verifica-se que o próprio domínio do capital torna-se condição necessária para o funcionamento do processo de trabalho. Nesse sentido, o capitalista ativo assume a função de direção do processo de trabalho, por ser ele o proprietário dos meios de produção e por comprar a força de trabalho do trabalhador. Seu objetivo é explorar a força de trabalho, fermento vivo do valor. Por isso, coloca-se em antagonismo enquanto proprietário dos meios de produção com aquele, como proprietário da força de trabalho, trabalho potencial.

O primeiro, para fazer seu capital se valorizar, acumular mais valor, trabalho excedente, trabalho não pago, tem de confrontar os meios de produção com o trabalho vivo em ação, e comandá-los, tornar o processo produtivo harmônico e o mais eficiente possível. É que, o capitalista, como proprietário do capital⁵⁷ - proprietário dos meios de produção e da força de trabalho comprados -, exerce, ele mesmo, a representação do capital junto aos trabalhadores, e comanda assim um processo de trabalho social que é ao mesmo tempo um processo de produção de mais-valia.

⁵⁷ Mais à frente veremos que o proprietário do capital, o capitalista, à medida que se desenvolve o modo de produção, separa-se da função de comando, de direção do processo de produção da mais-valia.

prejuízos do imperialismo se reverterem também sobre os trabalhadores europeus e do norte da América²⁹. Nesse momento:

avançamos, assim, para uma crise do imperialismo e para um renascimento do socialismo proletário. O imperialismo mostrou à classe operária europeia sua fisionomia verdadeira. Se antes sua atividade bárbara, destruidora, rapace, se abatia de corpo inteiro sobre os selvagens, hoje ela cai sobre os trabalhadores da Europa com pavorosa violência de uma fúria sanguinária e sem peias. Os parques vinténs que os trabalhadores europeus recolheram da política colonial do imperialismo poderiam, por acaso, confrontar-se com os milhões de operários massacrados, com os bilhões devorados pela guerra, com as tenazes infernais do militarismo inchado de empáfia, com a destruição selvagem das forças produtivas, com a fome e a carestia? **A guerra rompe a última cadeia que ligava os operários a seus senhores – a submissão escrava ao Estado imperialista. A última forma de que se vestia a visão acanhada do proletário – sua estreiteza nacional, seu patriotismo – está a ponto de desaparecer. Os interesses momentâneos, as vantagens passageiras que ele encontrava na pilhagem imperialista e nos laços que o prendiam ao Estado imperialista recuam para um plano secundário, em face dos interesses permanentes e gerais do conjunto de sua classe, em face da idéia da revolução social do proletariado internacional que, de armas nas mãos, põe abaixo a ditadura do capital financeiro, quebra seu aparelho governamental e organiza um novo poder: o poder dos operários contra a burguesia.** A idéia de defesa ou extensão das fronteiras do Estado burguês, que paralisa o desenvolvimento das forças produtivas da economia mundial, é substituída pela palavra de ordem da supressão das fronteiras nacionais e da fusão dos povos em uma única família socialista.

²⁹ Não há dúvidas que Bukharin (1984) se refere em especial à primeira Grande Guerra que acabara de se iniciar quando terminara sua obra “A economia mundial e o imperialismo”.

Assim, após experiências dolorosas, o proletariado adquire a consciência de seus próprios interesses que o conduzem ao socialismo por meio da revolução. (1984, p. 158) **(Grifo nosso)**

Essa é a tendência - para o autor - do capitalismo mundial, ou seja, através do capitalismo financeiro e sua política imperialista, conforme explicitado, a concentração e centralização dos capitais atingem níveis sem precedentes. A concorrência do grande capital financeiro no mercado mundial substitui o colonialismo, cada vez mais, pela guerra entre os próprios países industrializados. Essa guerra traz em seu seio o despertar da classe trabalhadora, pois agora, os trabalhadores dos países com maior grau de desenvolvimento produtivo percebem ser a burguesia o grande agente do capitalismo, e o Estado, um Estado imperialista, a serviço dessa burguesia, a serviço do capital financeiro.

Se,

Reduzindo a tensão entre as classes por meio da válvula de escape do colonialismo, o capitalismo tentou amansar a classe operária [...] após alcançar por um instante esse objetivo, ele apenas criou condições para a explosão da caldeira capitalista.

E levou a força do militarismo a um nível desconhecido. E jogou na arena histórica milhões de homens armados. As armas, entretanto, já se voltam contra ele. Despertadas para a vida política, as massas populares, antes humildes e submissas, elevam cada vez mais sua voz. Moldadas em combates que lhes foram impostos de cima e habituadas a olhar de frente a morte a cada momento, elas rompem com o mesmo ímpeto a frente de guerra imperialista, transformando-a em guerra civil contra burguesia. (BUKHARIN, 1984, p. 160).

Finalmente, Bukharin acredita no início de um momento histórico em que as massas populares começam a pegar em armas e se levantar contra o Estado imperialista. Para o autor, a segunda década do século XX parece ser o início de um processo de tomada do poder do Estado imperialista, que dará início à ditadura do proletariado.

Em todos os casos, a produtividade específica da jornada de trabalho coletiva é a força produtiva social do trabalho ou a força produtiva do trabalho social. Ela tem sua origem na própria cooperação. Ao cooperar com os outros de acordo com um plano, desfaz-se o trabalhador dos limites de sua individualidade e desenvolve a capacidade de sua espécie. (MARX, 2008, p. 382, L.1, V.1)

Nesse sentido, o processo de trabalho uma vez desintegrado em sua coordenação e propriedade - até então nas mãos do trabalhador individual -, ao ficar à cargo do capitalista, passa a incorporar a cooperação do homens como regra geral.

Os produtos, anteriormente resultado da ação individual do trabalhador com seus próprios meios de produção, agora passam a ser a expressão do resultado da ação cooperativa dos trabalhadores com os meios de produção concentrados como propriedade capitalista.

De acordo com Marx (2008), o processo de trabalho no capitalismo, aumenta o número de trabalhadores ocupados na produção, bem como amplia a escala e fornece produtos em maior quantidade. Um grande número de trabalhadores atua simultaneamente no mesmo local de trabalho, sob comando do mesmo capitalista, na produção de mercadorias da mesma espécie. Estes trabalhadores atuam em atividades idênticas ou sequenciais, em geral justapostas no tempo e no espaço.

Eis o ponto de partida histórico da produção capitalista. O processo de trabalho em geral se mantém, mas agora todos os elementos constituintes desse processo, postos em atividade na produção de mercadorias, são propriedade do capitalista.

Simultaneamente à concentração dos meios de produção, como propriedade privada do capitalista, tem-se a concentração da força de trabalho. Esta, vendida individualmente pelo trabalhador ao capitalista, tem de ser utilizada cooperativamente por decisão deste.

No princípio, segundo Marx (2008), o processo de produção manufatureiro não se distingue muito do artesanal, sendo a principal diferença o fato de o capitalista colocar sob seu comando, um maior número de trabalhadores a executarem individualmente o processo de produção de uma mercadoria.

Mas, note-se que esse trabalhador individual, apesar de produzir a totalidade de uma mercadoria individualmente, por exemplo um par de botas, está lado a lado com outro trabalhador produtor de mercadoria

sob o comando do capitalista, introduz-se no processo de trabalho, uma forma histórica peculiar na produção de mercadorias: a cooperação no processo de trabalho.

O capitalista, agora proprietário dos meios de trabalho e objetos de trabalho vai à esfera da circulação das mercadorias – o mercado – e compra muitas forças-de-trabalho e as coloca em contato com esses meios de produção.

De acordo com Marx (2008), com exceção das comunidades primitivas, até o final da idade média os meios de produção em geral se encontravam dispersos, bem como o trabalhador laborava isoladamente. Deste modo, a cooperação, na utilização de determinados meios de produção – em especial os meios de trabalho – em larga escala, era esporádica, e algumas vezes se verificava na caça de um grande animal, ou mesmo, na construção de uma grande obra, a exemplo de um grande templo ou um grande dique. Nesse período, quando ela ocorre, baseia-se em relações diretas de domínio ou servidão, que é o caso do modo de produção escravagista e do modo de produção feudal.

Portanto, a cooperação ocorrida nesses momentos, manifesta a superação dos limites do trabalhador individual, pois a utilização dos meios de produção em conjunto, permite o aumento da eficácia destes na confecção do produto final, acabando por se refletir numa economia de tempo de trabalho necessário.

Então, se dez camponeses necessitassem, cada um, de uma ponte, em suas terras – com medidas bastante aproximadas – e a construíssem isoladamente, o somatório do tempo de trabalho necessário para a produção das dez pontes seria muito maior, se ao inverso, todos os dez camponeses produzissem um ponte por vez de forma cooperativa.

Produzindo de forma cooperativa, estariam eles utilizando boa parte dos meios de produção em conjunto, com muito mais eficácia e rapidez, por exemplo, para cortar as árvores e posteriormente transportá-las. Finalmente, na estruturação da ponte.

Assim, constata-se, através de Marx (2008), que a utilização conjunta desses meios de produção atribui-lhes um caráter social, e com isso evidencia-se uma força coletiva do trabalho cooperativo, superior à somatória dos trabalhos individuais com seus respectivos meios de produção, pois,

CAPÍTULO 3 - O CAPITAL FINANCEIRO NA CONTEMPORANEIDADE

Este capítulo busca apresentar alguns autores contemporâneos, no seio do marxismo, que trabalham com a temática do capital financeiro, bem como, suas observações acerca da reprodução capitalista.

3.1 O capital financeiro entendido como alta finança

Corazza (2002), numa tentativa de discutir e aprofundar a teoria das finanças em Marx, a qual acredita ser fundamental para a compreensão do capitalismo contemporâneo, bem como suas transformações no processo de reprodução do capital, e em especial as crises, enfatiza:

o desenvolvimento das finanças capitalistas, contudo, não está isento de contradições, pois além de significar uma alavanca poderosa para a acumulação de capital, pode também instabilizar e tornar problemático esse processo, pois as finanças carregam no seu interior a contradição básica da forma monetária do valor e do capital. Tal contradição percorre todo o sistema financeiro, tornando-o instável, imprevisível e propenso a crises. (2002, p. 668).

Na tentativa de entender o capital financeiro, inicialmente destaca a conceituação de dinheiro como necessária para a compreensão e análise do dinheiro de crédito, do capital monetário, do capital fictício e do capital financeiro.

Assim, o dinheiro, expressão monetária dos mais diversos valores-de-troca, surgirá como uma necessidade histórica dos homens, e no modo de produção capitalista aparecerá como meio mais poderoso de expressão da riqueza material, sua produção e reprodução.

Mas, Corazza (2002) sustenta: o dinheiro de crédito não se originará da modalidade histórica do dinheiro, mas sim de uma de suas fun-

ções. Nesse sentido, é importante lembrar Marx, segundo o qual o dinheiro assume as funções de medida de valor, meio-de-troca, meio de entesouramento e meio de pagamento, e para Corazza (2002), é desta última função, meio de pagamento, a origem do dinheiro de crédito, base das formas financeiras e fictícias do capital.

Esse dinheiro de crédito se expressará assim, num primeiro momento, como o crédito comercial ou crédito de circulação – surgem as letras de câmbio, o credor e o devedor -, crédito esse, em geral, concedido entre os próprios capitalistas.

Para Corazza (2002), tão logo se verifica a pouca credibilidade dessas letras de câmbio, estas passam a ser substituídas pelas notas bancárias, as quais juntamente com os depósitos bancários serão a base do capital monetário – forma mais desenvolvida do dinheiro de crédito.

Opera-se uma transformação no processo de reprodução do capital, pois:

enquanto no crédito comercial o objeto da transação é a mercadoria já produzida, que é entregue, mas seu pagamento, diferido, no crédito monetário o objeto da transação é o próprio dinheiro, que é antecipado via empréstimo bancário, e a entrega da mercadoria, diferida. O capital dinheiro é emprestado visando uma futura participação nos lucros, por meio dos juros. Trata-se especificamente de empréstimo de capital dinheiro a juros, distinto do capital comercial ou do capital industrial (2002, p. 672-673).

É importante perceber desde já, como Corazza (2002) acredita que as formas funcionais do capital ficam subordinadas e unificadas sob controle desse dinheiro de crédito: qual seja, o capital monetário – em especial o capital portador de juros – que expressa a natureza monetária da economia capitalista, e mais tarde se chamará de capital financeiro.

terminações, o comando do capitalista, o consumo produtivo das mercadorias compradas pelo capitalista transmuta-se em uma nova mercadoria, uma mercadoria com valor superior ao inicialmente despendido. Ou seja, a mercadoria emergente do processo produtivo, apresenta-se com um valor acrescido.

Se o capitalista, ao comandar, confrontar o trabalho pretérito com o trabalho presente, retira deste processo, mais valor do que o inicialmente despendido, isso acontece porque o trabalho presente, para além de reproduzir o trabalho passado e o trabalho necessário, incorporando-os no valor da nova mercadoria, os reproduz com um acréscimo de valor, com um valor excedente.

Observe-se, como o trabalho presente é executado pela força de trabalho comprada pelo capitalista troca de um salário, valor equivalente. No entanto, essa força de trabalho ao ser consumida no processo de trabalho, tem a capacidade de reproduzir o valor despendido pelo capitalista com os meios de produção e com o salário, mas, para além de reproduzir o valor das mercadorias consumidas, tem a capacidade de produzir mais valor, mais-valia.

Portanto, o processo de trabalho no capitalismo, converte-se em processo de produção de mais-valia, de valor excedente, que pertence ao capitalista por ser este o proprietário dos meios de trabalho, dos objetos de trabalho e da força de trabalho comprada do trabalhador.

Atente-se que, para Marx (2008), com o processo de trabalho voltado para a produção da mais-valia, comandado pelo capitalista, os valores das mercadorias se convertem em preços de produção. O preço de produção continua sendo determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria, no entanto, tempo de trabalho socialmente necessário, expressado no gasto do capitalista com capital constante, com capital variável e com o valor excedente incorporado pelo trabalhador à mercadoria.

4.2.2 A cooperação

Como foi visto, a natureza geral do processo de trabalho não se modifica com o advento do modo de produção capitalista. No entanto, estando a direção dos elementos componentes do processo de trabalho

sário para a produção de um quilo de fio, e esse tempo excedente não geraria valor nem dinheiro.” (MARX, 2008, p. 229, L.1, V.1)

atividade quando comprada pelo capitalista. Tem o trabalhador de vendê-la, e essa venda é feita de forma individual.

Esta mercadoria especial, a força de trabalho tem seu valor determinado como o de qualquer outra mercadoria, ou seja, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Com base em Marx (2008), o tempo de trabalho socialmente necessário para produção da força de trabalho, refere-se ao tempo de trabalho socialmente necessário para produção dos bens de subsistência consumidos pelo trabalhador, os quais são consumidos por este, para repor suas energias físicas e mentais cotidianamente⁵⁴.

Nessa direção, o trabalhador vendendo sua força de trabalho ao capitalista vende uma mercadoria. E, em troca dessa mercadoria vendida ao capitalista, ele recebe um valor equivalente aos meios de subsistência que têm de consumir todos os dias. Portanto, o valor equivalente aos meios de subsistência, necessários para a reprodução da força de trabalho cotidianamente, aparece no ato da venda da força de trabalho ao capitalista na forma de salário.

Mas, uma vez adquirida a mercadoria força de trabalho pelo capitalista⁵⁵, este a coloca em contato com os meios de produção, também de sua propriedade. O processo de trabalho no modo capitalista de produção aparece para o capitalista como consumo das mercadorias que comprou na esfera da circulação. Mas, é um consumo produtivo, pois o trabalho pretérito – meios de produção -, morto, em contato com o trabalho presente -força de trabalho -, vivo, se transmuta em uma nova mercadoria.

Veja-se, ambos foram comprados no mercado pelos seus valores equivalentes, no entanto, no momento do trabalhador despender sua força de trabalho junto aos meios de produção⁵⁶ de acordo com as de-

⁵⁴ Na obra “Salário, Preço e Lucro”, Marx apresenta de maneira didática como que o valor da força de trabalho “é determinado pelo valor dos meios de subsistência requeridos para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho” (2005, p. 56)

⁵⁵ Observe-se que se está considerando a compra da força de trabalho em condições normais. Ademais, esta última “deve possuir o grau médio de habilidade, destreza e rapidez reinantes na especialidade em que se aplica. Mas nosso capitalista comprou no mercado força de trabalho de qualidade normal. Essa força de tem de ser gasta conforme a quantidade média de esforço estabelecida pelo costume, de acordo com o grau de intensidade socialmente usual.” (MARX, 2008, p. 229, L.1, V.1)

⁵⁶ Os meios de produção utilizados pela força de trabalho ao longo do processo produtivo, também devem ter sido produzidos em condições normais, e, além disso, com as condições sociais de produção dominantes. Isso quer dizer que “se o instrumento de trabalho socialmente dominante na fiação é a máquina de fiar, não se deve por nas mãos do trabalhador uma roda de fiar. O trabalhador deve receber algodão de qualidade normal, e não refugo que se parte a todo instante. Em ambos os casos, gastaria ele mais do que o tempo de trabalho socialmente neces-

3.1.1 O capital financeiro e o capital fictício

Corazza (2002), ao analisar a definição de Hilferding de capital financeiro³⁰, entende que no início do século XX o capital bancário fora a forma dominante e mais desenvolvida do capital; este capital bancário atuava assim como capital financeiro e com sua lógica de valorização dominava o capital industrial.

Mas esse capital monetário, capital dinheiro depositado nos bancos, capital bancário, agora entendido como capital financeiro, para além de dominar o capital industrial, unificou os setores do capital industrial, comercial e bancário fundidos na alta finança.

Desse modo, Corazza (2002) afirma:

...o capital financeiro se define e atua não como mais uma forma particular do capital ao lado de outras, mas como o capital enquanto processo que percorre, articula e domina as demais formas particulares do capital, sem se fixar em nenhuma delas em particular, mas impondo sua forma e sua lógica gerais de valorização a todas as formas particulares e específicas do capital. (2002, p. 682)

É relevante destacar a compreensão de Corazza (2002) acerca do capital fictício. Este é melhor compreendido como resultado da cessão do capital dinheiro de empréstimo, ou melhor, do capital portador de juros ao Estado. Nesse caso, destaca o autor, é mais fácil verificar a existência do capital fictício, porque em geral a soma desembolsada ao Estado, na aquisição dos títulos da dívida pública, não existe mais, foi consumida pelo ente político. Assim sendo, os juros auferidos - com base na taxa de juros vigente no mercado - pelos detentores dos títulos, não provêm de um capital existente, que se valoriza no processo de reprodução, mas são oriundos de futuros impostos auferidos de todas as classes.

Também as ações, representam um capital fictício, pois a partir da capitalização de um rendimento futuro ou esperado e de uma taxa de juros vigente, é que se determinaria os seus valores. Vale lembrar: “nes-

³⁰ A qual é exposta detalhadamente nesse trabalho na parte em que se refere especificamente a uma análise do autor.

ta última afirmação fica mais claro que o caráter fictício do capital não reside na sua forma, mas na sua relação com um possível valor futuro ainda não existente” (2002, p. 678).

Nesse ponto Corazza concorda com Germer:

Daí resulta que o „valor’ do capital fictício é estimado através da capitalização do rendimento a ser obtido, com base na taxa de juros, ou seja, é o valor-capital imaginário que, à taxa de juros vigente, geraria o rendimento dado. O processo é o inverso do que ocorre com o capital real: ao invés do rendimento ser deduzido do capital, é este que é deduzido do rendimento (GERMER *apud* CORAZZA, 2002, p. 678).

Contudo, não se pode esquecer, segundo Corazza, o próprio capital financeiro apresenta uma dimensão fictícia a partir do surgimento das sociedades anônimas e da comercialização de ações em Bolsa, já no século XIX, pois,

...não menos importante, se “o capital financeiro financeiro desenvolveu-se com o desenvolvimento da sociedade anônima”, isto é, por meio das Companhias por Ações, e estas, como disse Marx, são uma forma de capital fictício, fica implícita uma possível dimensão fictícia do capital financeiro. E isto aparece coerente com o conceito de capital financeiro que estamos sugerindo, ou seja, não como mais uma forma de capital ao lado das outras, mas como a forma de capital que engloba e unifica todas as demais (2002, p. 681).

Finalmente, se nos primeiros estágios do modo de produção capitalista os bancos tiveram um papel central quanto ao crédito monetário, na atualidade essa primazia cede lugar também às instituições não-bancárias que atuam na esfera da alta finança.

A simples captação de capital dinheiro a uma taxa de juros e a sua cessão a uma taxa maior, deixou de ser *sine qua non* para a existência do crédito monetário capitalista, e isso se ratifica com as diversas inovações financeiras ocorridas na últimas décadas.

Conforme Marx:

Além disso, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor imediato, o trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor diário da força de trabalho. Sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria – por exemplo, a de um cavalo que alugou por um dia –, pertence-lhe durante o dia. Ao comprador pertence o uso da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho apenas cede realmente o valor-de-uso que vendeu, ao ceder seu trabalho. Ao penetrar o trabalhador na oficina do capitalista, pertence a este o valor-de-uso de sua força de trabalho, sua utilização, o trabalho. O capitalista compra a força de trabalho e incorpora o trabalho, fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, os quais também lhe pertencem. (MARX, 2008, p. 219, L.1, V.1)

O processo de trabalho agora não é mais comandado de acordo com as necessidades e vontades do trabalhador, mas, consoante o objetivo do capitalista de produzir mais-valia.

Se, antes todos os elementos constituintes do processo de trabalho – o trabalho enquanto atividade em si, os meios de trabalho e os objetos de trabalho - funcionavam de acordo com os objetivos do trabalhador e eram de sua propriedade, agora o processo de trabalho funciona em todos os seus aspectos, de acordo com a determinação do capitalista, pois ele é o detentor, proprietário privado desses elementos.

Percebe-se:

o processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo pertence-lhe do mesmo modo que o produto do processo de fermentação em sua adega (MARX, 2008, p. 219, L.1, V.1).

Apesar do trabalhador ser o proprietário privado de sua capacidade de realizar trabalho, de sua força-de-trabalho, esta, só é posta em

Neste sentido, o trabalhador é despojado da propriedade dos meios de produção na pré-história do capital - na fase da acumulação primitiva -, e como se viu, alia-se nesta fase à voracidade do capital comercial e do capital usurário que a acompanham.

Os meios de produção outrora dispersos como propriedade do servo/camponês ou artesão, agora passam a concentrar-se sob a propriedade do capitalista. É a primeira negação, ou seja, a negação da propriedade privada individual pela propriedade privada capitalista. É a gênese do direito moderno, da propriedade moderna.

Uma vez separado dos meios de produção pela força, pelo saque, pela rapina ou mesmo pela sagacidade do capitalista comercial ou usurário, o trabalhador, para subsistir, vê-se obrigado a vender sua capacidade de realizar trabalho, sua força de trabalho.

Já não é mais detentor dos meios de trabalho, tampouco dos objetos de trabalho. Detém apenas a propriedade de um dos elementos componentes do processo de trabalho em geral, qual seja, sua capacidade de desprendimento de energia física e mental, sua capacidade de realizar trabalho.

Se, outrora a sua capacidade de desprender energia física e mental – a atividade adequada a um fim – realizava-se através dos instrumentos de trabalho sobre os objetos de trabalho que lhes pertenciam, e tinha como resultado um valor-de-uso para si, para satisfação de suas necessidades, agora, para subsistir, tem o trabalhador de vender essa capacidade de realizar trabalho ao detentor dos meios de produção, o capitalista.

Vende a ele a força de trabalho por lhe faltarem os meios de produção para produzir a subsistência. Assim, o trabalhador transforma a sua força de trabalho em mercadoria, em valor-de-uso para outrem, para o capitalista, o qual a adquire. Este, ao comprar a mercadoria força de trabalho, paga ao trabalhador um valor equivalente pela sua mercadoria, ou seja, o salário.

O capitalista ao comprar a mercadoria força de trabalho tem o direito de usufruí-la do modo mais conveniente; no entanto, só a adquire com o objetivo de utilizar o valor-de-uso dessa mercadoria para acumular capital, trabalho excedente, mais-valia.

Note-se que, se antes o processo de trabalho era processo de criação de valores-de-uso para o próprio trabalhador, no modo de produção capitalista o processo de trabalho será processo de criação de valores-de-uso para o mercado; portanto, processo de criação de valor, e não só de valor, mas, de mais valor, valor excedente.

Porém, apesar das inovações financeiras, a esfera da alta finança, do capital financeiro, não opera de maneira arbitrária, mas sim sob um sistema hierarquizado, no qual o Banco Central de cada país exerce uma fiscalização e um controle sobre as instituições bancárias e não-bancárias que operam no mercado financeiro.

Todavia, isso não garante, segundo Corazza (2002), que todas as operações ocorridas no mercado financeiro, na esfera da alta finança, sejam de fato a representação do valor real operante no processo de reprodução do capital. Daí surge a instabilidade, característica do sistema financeiro, ou seja, da parte financeira-fictícia, dos valores fictícios.

Portanto, para o autor, aí reside a contradição do poder capital financeiro unificado, que engloba os setores do capital industrial, comercial e bancário, pois, se este tem o poder de potencializar tanto a acumulação de capital como o desenvolvimento das forças produtivas, potencializa também a valorização fictícia do capital. Essa última é sempre maior que a acumulação real, e quando há dificuldades para a realização dos valores fictícios, advêm as crises financeiras, muito comuns nas duas últimas décadas.

3.2 O capital financeiro no capitalismo contemporâneo

Após a segunda metade do século XIX, ocorreu o apogeu da grande empresa, esta sustentada num formato de propriedade praticamente inexistente, ou seja, sociedade por ações. Este novo modelo, no que diz respeito à propriedade do capital, passa a ser um dos elementos mais decisivos para compreensão da nova configuração da acumulação capitalista, pois os empreendimentos, até então impossíveis de serem concebidos e concretizados pelo capitalista individual, como as ferrovias, exploração siderúrgica e petrolífera, transporte marítimo de grande escala, atividades bancárias e comerciais de grande porte, entre outras, são realizáveis mediante a associação de vários capitalistas em torno destes empreendimentos de grande escala.

Se, outrora o processo de reprodução de capital estivera amplamente sustentado na atuação do capitalista individual como proprietário privado dos meios de produção e de subsistência, o qual, da compra da capacidade de desprendimento de energia física e mental do trabalhador apropriava-se da mais-valia, do produto excedente, agora na nova configuração, engendrada a partir do avanço das relações sociais de produ-

ção, o capitalista aparece, cada vez mais, como proprietário associado dos meios de produção, dos meios de subsistência e do produto do trabalhador, através da propriedade de títulos e ações.

Para Pinto (1997), já em 1932, Adolf Berle e Gardiner Means, dois economistas – assim como Robert Dahl e Galbraith em 1967 -, manifestavam modificações na gestão do novo formato empresarial de grande escala, o qual trazia em sua essência a separação entre a propriedade e o controle das sociedades por quotas, nele os capitalistas teriam pouca ou nenhuma influência sobre a alocação dos recursos, ficando estes a cargo dos burocratas. Haveria assim, capital, capitalismo, mas não capitalista.

Entretanto, conforme Pinto (1997), isto se mostrou falso, uma vez que não foi considerado em primeiro, o capital como uma relação social e, em segundo, o poder dos conselhos de administração destas grandes sociedades anônimas, que cotidianamente interferem nos rumos da grande empresa e inclusive na contratação/demissão dos burocratas de plantão. “É interessante observar que o descontentamento dos acionistas foi responsável pela alteração da administração em pelo menos quatro das maiores empresas norte-americanas nos anos de 1992-93; *General Motors, IBM, Digital e American Express*” (1997, p. 11).

Nesta direção, Pinto (1997), buscando compreender o novo formato de reprodução do capital, manifestado através do advento das sociedades por ações, admite ser possível através de uma ampliação do conceito “capital financeiro” apresentado por Hilferding, entender cientificamente as transformações econômicas da última fase do capitalismo. Se Hilferding apresentou o capital financeiro como resultado da fusão entre os bancos com a indústria, com a supremacia do primeiro, Pinto (1997) vê nessa definição uma limitação para explicar as transformações recentes no processo de reprodução do capital, no entanto,

...parece possível ampliar a noção de capital financeiro – tal como formulada por hilferding – para muito além do sentido estrito de dominação bancária, sem que seja necessário negar a transitividade da sua referência histórica mais óbvia – a Alemanha do final do século XIX. Neste sentido é importante destacar que o termo **capital bancário** foi fundamental – e adequadamente – definido como uma “forma” de capital, isto é, **capital sob a forma de dinheiro... que pode ser sempre resgatado... como capital-dinheiro.**

ção da propriedade privada individual dos elementos constituintes desse processo, em propriedade privada capitalista.

Para Aued (2004), é uma diferença de natureza manifestada entre a divisão do trabalho e a divisão manufatureira do trabalho. Enquanto o nexos dos elementos da divisão social do trabalho é a mercadoria, na divisão manufatureira do trabalho o trabalhador não produz mais individualmente as mercadorias: estas serão produtos do trabalhador coletivo.

Portanto, o homem não mais se vincula à natureza sensível enquanto totalidade, mas se vincula a ela como atividade simplificada.

Veja-se:

Na forma individual, artesanal, pelo ofício, o homem se relaciona com a natureza sensível como unidade plena e neste caso não há decomposição desenvolvida dos elementos do trabalho em aparência e essência: eles aparecem como unidade de um todo indissolúvel. Mais do que isso, pela sua atividade, o homem não se posiciona diante da natureza como um ser desconhecido, um ser para além daquele ao qual ele se vincula diretamente como objeto e meio de trabalho. O nexos entre o homem e a natureza externa se processa, assim, imediatamente por meio de sua atividade empírica. Isto é, sua consciência como saber fazer é produto da sua atividade, como artesão, transformadora da natureza sensível como uma condição dada, legada pelas gerações pretéritas.

A manufatura capitalista, embora partindo da mediação artesanal, subsume-a à sua nova forma de se produzir a existência humana e a supera (*aufhebung*). A atividade individual não mais se vincula à natureza sensível como totalidade, nem a atividade humana se efetiva pela capacidade plena, habilidade e destreza mediante as quais o homem se pôs universalmente... E a simplificação das tarefas, agora, com novos elementos específicos oriundos da decomposição da atividade individual do artesão, é que caracteriza a nova atividade de transformação da natureza sensível como totalidade (AUED, 2004, p. 38)

O processo de trabalho aqui é processo de produzir valores-de-uso e no caso da transformação do excedente, em mercadoria, de produzir valor-de-uso para outrem, valor.

Portanto, a troca de mercadorias quando se estabelece entre produtores e compradores, realiza-se como troca de equivalentes. Essa equivalência, é determinada pela quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção das mercadorias. Como se mostrou anteriormente, dos primórdios das trocas até o final da Idade Média, o camponês sabia de maneira bastante exata o tempo de trabalho necessário para a produção de um valor-de-uso, a exemplo de um produto como uma carruagem, uma carroça, um par de botas, um casaco de lã ou mesmo uma cabeça de gado⁵³.

Aqui, também está a explicação de o lucro do comerciante, em geral, advir da compra de determinadas mercadorias em um local e sua posterior comercialização em regiões mais longínquas possíveis, pois nas regiões próximas, os servos/camponeses e artesãos, habitantes locais, conhecem as mercadorias e o tempo de trabalho necessário para fabricá-las, dificultando ao comerciante lucrar no ato da compra e venda.

Todavia, se com o advento do modo capitalista de produção o processo de trabalho em geral não se modifica, modificar-se-á a propriedade de seus elementos componentes, e como consequência, a propriedade do produto resultante desse processo.

Como se demonstrou anteriormente, até o final da idade média o processo de trabalho é executado pelo trabalhador e para si mesmo. O trabalhador atua individualmente no processo de trabalho, e a utilização dos meios de produção também se dá de forma individual. O trabalhador é quem produz os meios de produção utilizados no processo de trabalho para a elaboração de um valor-de-uso. Assim, tanto os meios de produção – meios de trabalho e objetos de trabalho – quanto o produto do trabalho são propriedades do trabalhador.

Nesse sentido, o modo de produção capitalista assenta-se numa nova configuração assumida pelo processo de trabalho, pois evidencia-se que a propriedade privada individual dos elementos constituintes desse processo, deixa de pertencer, na sua totalidade, ao trabalhador. O processo de trabalho em geral não se modifica, mas tem-se a transmuta-

⁵³ Aliás, de acordo com Engels in Marx (2008), o gado foi uma das primeiras mercadorias que exerceu a função de dinheiro universal, exatamente porque o seu valor era amplamente conhecido, ou seja, o tempo de trabalho necessário para a sua produção era conhecido em diversas regiões.

Em outras palavras, o capital se transforma em capital financeiro quando combina os atributos do capital-dinheiro e do capital industrial, ou seja, quando se torna líquido (prontamente conversível no seu equivalente monetário) e produtivo: dinheiro e máquina ao mesmo tempo. Assim, títulos regularmente negociados em bolsas de valores – tais como ações e debêntures – constituem capital financeiro da mesma forma como os depósitos bancários (1997, p. 15).

É difícil, na visão de Pinto (1997), perceber o capital como uma relação social quando no capitalismo financeiro, a riqueza privada passa a materializar-se, crescentemente em ações e títulos ao invés de ativos produtivos. No entanto, um título/ação é tão capital quanto o seu equivalente em máquinas industriais, em especial quando o contexto institucional garantir o potencial gerador de lucros destes títulos ou ações.

Contrariamente à Hilferding, Pinto acredita ser importante verificar na fase do capitalismo financeiro, a crescente riqueza na forma de títulos e ações, bem como o fato dos bancos não necessariamente assumirem uma posição hegemônica. Assim sendo, para o autor

Essa noção de capital financeiro, reconstruída a partir das sugestões de Marx e Hilferding, parece muito mais adequada para compreender o que há de essencial no capitalismo moderno: a transformação da riqueza privada – de haveres produtivos em títulos negociáveis – e a centralização do controle sobre os meios de produção – através da expansão da grande sociedade por ações em substituição à empresa familiar... Nessa nova etapa não é na firma (enquanto unidade produtiva) que se deve buscar o centro decisório do processo de alocação dos recursos produtivos. É no mercado financeiro – onde se negociam os títulos/ações que compõem a maior parte da riqueza privada – que se situa o fulcro das decisões de investimento e, portanto, de acumulação de capital. (1997, p. 24)

Ainda, discordando da posição de Hilferding, de ter o capital financeiro como resultado do entrelaçamento dos grandes bancos com a

indústria, processo este sob a hegemonia bancária, Pinto (1997) coloca que Sweezy critica Hilferding acertadamente, quando diz ser preferível “...abandoná-la inteiramente e substituí-la pela expressão “capital monopolizador”, que indica claramente o que é essencial ao conceito de Lênin de “capital financeiro” e não leva o leitor incauto a uma dedução errônea” (1997, p. 14).

Assim, o traço característico desta nova fase do capitalismo, do capital financeiro, do capitalismo financeiro, é a mobilidade e a flexibilidade da riqueza financeirizada, fato independente da hegemonia dos bancos, mas sim da bolsa de valores, pois:

na verdade, tais mercados – onde atuam indivíduos, empresas industriais e, mas não apenas, entidades financeiras – transformam-se no principal mecanismo de redistribuição do excedente apropriado na atividade produtiva. Vale dizer que o capitalista (o acionista moderno por oposição ao industrial do século XIX) não se torna mais rico – ou mais pobre – quando a companhia da qual ele possui ações anuncia um lucro – ou uma perda. É o movimento da bolsa de Valores – isto é, a reação a esses anúncios – que determina se os seus haveres terão se valorizado – ou desvalorizado. Esse resultado, por sua vez, vai nortear a sua conduta subsequente, ou seja, a decisão de vender, comprar ou mesmo a de fazer-se representar numa eventual assembléia de acionistas. Em outros termos, este conjunto vai definir a trajetória do processo de acumulação (1997, p. 25)

Portanto, Pinto (1994, 1997) entende o capital financeiro, acima de tudo, como uma fase do capitalismo contemporâneo, na qual se verifica a transformação da riqueza produtiva em títulos/ações negociáveis na Bolsa, em riqueza financeirizada flexível e móvel, sendo as decisões de investimento do processo de reprodução de capital definidas pelos movimentos do mercado acionário; para ele é esta a fase definidora dos haveres/lucros do capitalista – do acionista moderno em relação ao capitalista industrial do século XIX. E assim, a alienação do trabalho se aprofunda ainda mais.

É relevante observar como, para Marx (2008), o processo de trabalho é composto por três elementos: 1) o próprio trabalho; 2) o objeto de trabalho e; 3) os meios de trabalho.

Portanto, o modo de produção feudal assenta-se sob um processo de trabalho em que seus elementos são propriedade do servo/camponês ou artesão e se encontram unificados, e o produto resultante desse processo será também de sua propriedade.

Esse produto é um valor-de-uso, objeto material transformado pela ação humana, junto à natureza para a satisfação de uma necessidade. O servo/camponês produz em geral, valores-de-uso para a satisfação de suas próprias necessidades e de sua família, ou seja, para consumo individual. No entanto, parte desses valores-de-uso podem se transformar em meios de trabalho ou mesmo objetos de trabalho e serem consumidos produtivamente.

Portanto, consoante Marx (2008), os meios de trabalho e os objetos de trabalho serão sempre valores-de-uso, produtos de trabalho anterior, resultado e consequência do próprio processo de trabalho.

Observe-se, como o consumo produtivo do valor-de-uso dos meios de trabalho e objetos de trabalho – trabalho passado - se realiza mediante o contato com o trabalhador, fonte de trabalho vivo – trabalho presente – resultando em novos valores-de-uso. Note-se também ser apenas com o consumo produtivo, de parte dos valores-de-uso criados, que se tem a possibilidade de reproduzi-los e de ampliar a quantidade de valores-de-uso em geral, de produtos.

Constata-se desde já, ser o trabalho passado, o meio pelo qual o trabalho vivo atua junto à natureza externa, e a transforma em trabalho presente, fonte de novo consumo individual e (ou) produtivo, agora ampliado.

Todavia, para Marx (2008), a natureza geral do processo de trabalho não se modifica se o trabalhador é o proprietário dos meios de produção ou se esses meios se encontram nas mãos do capitalista.

A diferença está em quem se apropria do produto do trabalho.

Quando o servo/camponês ou artesão produz todos os valores-de-uso necessários para seu consumo produtivo e individual, ele mesmo é o proprietário do produto, inclusive de parte do excedente, o qual posteriormente é apropriado pelo senhor feudal ou eventualmente se transforma em mercadoria.

histórico de novas relações sociais de produção, que se converte rapidamente em seu pressuposto.

Consoante Marx (2008), é marco histórico da primeira negação da propriedade privada individual, baseada no trabalho próprio, e sua transmutação em propriedade privada capitalista. Início da pré-história da humanidade

4.2 O Surgimento da manufatura como a primeira fase do modo capitalista de produção

4.2.1 O processo de trabalho

Como se demonstrou anteriormente, o capital comercial, o capital usurário e a acumulação primitiva, foram os parceiros da nova sociedade, que por sua vez surgiu das entranhas do modo de produção feudal. Essa nova sociedade, trouxe consigo um novo tipo de relação social de produção, resultado da separação, da singularização dos elementos componentes do processo de trabalho.

Assim, inferir a transmutação ocorrida no processo de trabalho com o advento do modo de produção capitalista, é de fundamental importância, para perceber o surgimento da manufatura.

O processo de trabalho humano existe desde quando os homens começaram a usar e produzir meios de trabalho. Ele é “processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (MARX, 2008, p. 211, L.1, V.1).

Este intercâmbio material com a natureza, de acordo com Marx (2008), é realizado pelo homem através do desprendimento de energia física e mental, ou seja, o homem ao atuar junto à natureza externa, - natureza sensível -, a transforma para satisfazer suas necessidades.

Nesse sentido, o homem coloca:

...em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 2008, p. 211, L.1, V.1).

Dessa maneira, o conceito de capital financeiro, para Pinto (1994, 1997), deve exprimir: o capital é capital-dinheiro e capital industrial simultaneamente, líquido e produtivo, dinheiro e máquina ao mesmo tempo.

Finalmente, face ao exposto sobre a definição de capital financeiro por Pinto (1994, 1997), percebe-se que a grande contribuição do autor parece estar voltada para a elucidação de um novo formato de reprodução do capital, o qual se verifica desde a segunda metade do século XIX na forma de propriedade privada associada, ou seja, as sociedades anônimas, antíteses da forma de propriedade privada individual. O autor manifesta acertadamente a existência da separação do capitalista acionário do processo direto de reprodução do capital; este, no novo formato de produção social passa a atuar na Bolsa de Valores e junto aos conselhos de administração das companhias das quais faz parte. Claro está, não haver a menor possibilidade de uma “democratização do capital”, pois aqui se refere sempre aos capitalistas acionistas – capitalistas financeiros – como os detentores da grande maioria do capital acionário e votante.

Por último, fica também elucidada a gestão destas sociedades anônimas, feita por grandes gerentes, grandes administradores (não-proprietários), apenas assalariados, os quais recebem salários de direção.

3.3 O capital financeiro em sua idade de ouro: o ideário neoliberal sob a hegemonia da alta finança estadunidense

Na tentativa de compreender as transformações do capitalismo contemporâneo, Chesnais (2005) busca analisar as transformações no chamado neoliberalismo – expressão da revolução conservadora de Thatcher e Reagan – tendo como mote principal, recolocar o poder e a riqueza nas mãos da alta finança, a qual é designada como fração superior das classes capitalistas juntamente com suas instituições.

Assim, de acordo com o autor, após um desaquecimento anual do produto mundial, de 7% no período 63-73; 3% no período 73-90; e 2% no período 90-99, essa estratégia foi atingida, pois ocorreu um aumento na concentração da riqueza.

Essa fase do capitalismo denominado de neoliberalismo, instaurou-se em todo o mundo capitalista, é claro, com diferentes estratégias, de acordo com a posição de cada país na estrutura hegemônica.

Nos EUA, por exemplo, para garantir as rendas e o poder da alta finança, promoveu-se um crescimento interno da economia baseado no afluxo de capitais do mundo todo, para com isso financiar o crescente endividamento público, bem como o baixo investimento e o alto grau de endividamento das famílias estadunidenses, com reflexos diretamente no consumo. Adicione-se a isso o enorme crescimento das bolhas especulativas, tanto no mercado de ações como no mercado imobiliário, estes, por sua vez estão interconectados.

Na Europa se procedeu a uma forte privatização de empresas prestadoras de serviços públicos, à privatização de alguns sistemas previdenciários e de saúde e uma forte pressão sobre a classe trabalhadora para aumentar a produtividade e ceder à redução do tempo de seguro desemprego, apesar do aumento deste e da queda dos salários reais.

Entretanto, essa mundialização financeira, na periferia do capitalismo, se dá de forma “incompleta e imperfeita”. Nessa região, procedeu-se de maneira veemente à implementação do programa neoliberal. Em todos os países, sem exceção, o mote central fora o aumento do superávit na balança comercial, para com isso equilibrar o balanço de pagamentos e garantir a remessa de juros, lucros e dividendos ao exterior. Esse mote foi acompanhado de uma redução nos gastos orçamentários dos governos, com forte impacto nas áreas de previdência, saúde, educação, habitação e combate à pobreza.

Assim se justificava a privatização de parte de serviços públicos, ou mesmo, a implementação do que se convencionou chamar de “Reforma do Estado”. A alta finança nacional e internacional se deleitou nas últimas décadas com as empresas estatais leiloadas, em especial àquelas nas quais os Estados-nação da periferia investiram grandes quantidades de recursos públicos nas últimas 4 décadas, como os setores de geração de energia elétrica, o sistema de telefonia, auto-estradas, o sistema bancário público, empresas mineradoras, de aviação entre outras.

Assim sendo, para Chesnais (2003), é importante perceber em primeiro plano o fato de o “regime de acumulação com dominância financeira”, típico da fase neoliberal, designar uma relação estreita com a mundialização do capital, uma etapa particular do estágio do imperialismo, compreendido como a dominação interna e internacional do capital financeiro. Essa hipótese de dominância das finanças sobre outras frações do capital e sobre a classe trabalhadora foi, para o autor, definida por Marx:

prestá-lo para o Estado moderno o transforma em capital, valor que se valoriza como fetiche máximo da reprodução capitalista⁵².

Observe-se que:

O sistema de crédito público, isto é, da dívida pública, cujas origens já vamos encontrar na Idade Média, em Gênova e Veneza, apoderou-se de toda a Europa durante o período manufatureiro. Impulsionava-o o sistema colonial, com seu comércio marítimo e suas guerras comerciais. O regime de dívida pública implantou-se primeiro na Holanda. A dívida do Estado, a venda deste, seja ele despótico, constitucional ou republicano, imprime sua marca à era capitalista... Por isso, a doutrina moderna revela coerência perfeita, ao sustentar que uma nação é tanto mais rica quanto mais endividada... A dívida pública converte-se numa das alavancas mais poderosas da acumulação primitiva. Como uma varinha de condão, ela dota o dinheiro de capacidade criadora, transformando-o assim em capital, sem ser necessário que seu dono se exponha aos aborrecimentos e riscos inseparáveis das aplicações industriais e mesmo usurárias. (MARX, 2008, p. 844, L.1, V.2)

Portanto, como desenvolvimento histórico das relações sociais de produção - da acumulação e distribuição que lhe correspondem -, e do desenvolvimento das forças produtivas, a acumulação primitiva, acompanhada da acumulação do capital comercial e do capital usurário, serão os parceiros do novo modo de produção.

Eis a gênese da propriedade privada moderna. A transmutação da propriedade privada individual do trabalhador em propriedade privada do capitalista. É o surgimento do novo modo de produção, assentado sob relações sociais estabelecidas entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção e de subsistência, agora transformados em capital.

É o momento histórico do surgimento da propriedade privada moderna, e com ela do direito moderno e do Estado moderno. Resultado

⁵² Sobre a Dívida Pública, apresenta-se uma discussão mais aprofundada em Carvalho (2003), num capítulo intitulado “O capital financeiro e a dívida pública”.

rá o surgimento do novo mercado mundial de mercadorias e com ele de amplas bases para a acumulação primitiva do capital europeu, em especial o Holandês e o Inglês nos séculos XVI e XVII.

Portanto, se o saque, a pilhagem e a rapina acompanhada dos cercamentos na Europa, transformaram servos/camponeses e artesãos em trabalhadores assalariados, verificou-se na América e em outras partes, a pilhagem, seguida de escravização dos nativos. Estes, em alguns casos como os africanos, foram vendidos como mercadorias; em outros, obrigados a trabalhar até a exaustão física, para satisfazerem a sede por ouro, prata e especiarias diversas, desejo do capital mercantil – algumas vezes na figura das corporações mercantis, outras na do mercador navegante que faz fortuna individual – o qual gradativamente vai interferindo na produção das mercadorias em solo europeu.

Mas, veja-se como a extensão das raízes da acumulação primitiva para além do velho mundo, fora estimulada pelo auxílio do Estado moderno em gestação. Muitas vezes o Estado amparou, por meio da utilização da força, as corporações mercantis e os mercadores navegantes, na conquista de novos mercados, novas fontes de acumulação primitiva e posteriormente de matérias-primas, sob o pretexto da vontade divina e da evangelização dos nativos. As próprias corporações mercantis, conforme vão perdendo espaço para os mercadores-navegantes individuais, afortunados com o comércio de mercadorias, convertem-se em corporações fortemente armadas, amplamente financiadas pelos Estados nacionais.

Como se demonstrou anteriormente, as próprias corporações mercantis ou mesmo mercadores individuais, estabeleciam amplos vínculos de privilégios com seus Estados de origem, e não foram poucos os casos nos quais a concorrência em terras estrangeiras pelo domínio do comércio, ou mesmo pela apropriação territorial entre corporações distintas, significaram disputas vorazes entre Estados nacionais.

Nesse sentido, se o Estado financiara a proteção necessária ao bom andamento dos negócios mercantis e a disseminação da vontade de Deus em terras estrangeiras, esse financiamento, na maioria das vezes fora com o endividamento público. Lançam-se assim uma das bases do comércio de dinheiro no mundo moderno capitalista, mas não como comércio de dinheiro do capitalista usurário, e sim, do capitalista detentor do capital produtor de juros, do capital-dinheiro latente, que ao em-

Exatamente porque a figura monetária do valor é sua forma autônoma, palpável, de manifestação, a forma de circulação D...D', cujo ponto de partida e ponto de chegada é o dinheiro real, expressa de modo mais palpável o motivo condutor da produção capitalista – o fazer dinheiro. O processo de produção aparece apenas como elo inevitável, como mal necessário, tendo em vista fazer dinheiro. Todas as nações de produção capitalista são, por isso, periodicamente assaltadas pela vertigem de querer fazer dinheiro sem a mediação do processo de produção. (MARX, 1984, p. 44 *apud* in CHESNAIS, 2003, p. 46)

Nesse sentido, o autor considera apropriado o termo “regime de acumulação com dominância financeira”, significando em primeiro lugar a noção explícita de valor que se valoriza. Em segundo lugar, porque abre a possibilidade teórica da existência de configurações político-econômicas, as quais mostram a existência de uma classe promovendo retiradas financeiras crescentes que incidem sobre o processo de valorização do capital.

Desse modo, Chesnais coloca:

No centro do regime de acumulação, que tenta impor-se mundialmente, situam-se novas formas de concentração do capital-dinheiro (em primeiro lugar, os fundos de pensão e os fundos de aplicação financeira), os mecanismos de captação e de centralização de frações de valor e de mais-valia a sua disposição e, enfim, as instituições que garantem segurança, política, mas também financeira, das operações de investimento financeiro. Isso tudo permite à finança desfrutar daquilo que se designa com o termo “autonomia da finança”, com o imenso poder social que essa autonomia lhe confere (2003, p. 40).

Contudo, se faz necessário perceber que, apesar da propriedade privada dos meios de produção ser o fundamento do poder da alta finança, do capital produtor de juros, do capital financeiro, este se comple-

menta com a acumulação financeira. Esta, por sua vez, é definida como a centralização em instituições especializadas dos lucros industriais não reinvestidos, assim como as rendas não consumidas.

Uma vez centralizados, os lucros não reinvestidos pela esfera industrial, e as rendas não consumidas de todas as classes, nas instituições especializadas (fundos de pensão, fundos coletivos de aplicação, sociedades de seguros, bancos que administram sociedades de investimento), estas passam a aplicá-los em ativos como ações, títulos da dívida pública, obrigações, e divisas³¹.

Esse poder das instituições especializadas, do capital portador de juros, do capital financeiro, da alta finança, dá-se nos Estados Unidos nos anos 50 e na Europa nos anos 60, como fruto do *boom* industrial do pós-guerra, acompanhado de modificações econômico-sociais como o pagamento mensal dos salários e do aumento nas vendas de seguros de vida.

Adiciona-se a esse poder do capital financeiro na época, de acordo com Chesnais (2005), o importante montante de lucros não repatriados e tampouco reinvestidos pelas transnacionais estadunidenses na Europa, que deram origem ao mercado de eurodólares – uma espécie de mercado interbancário de créditos registrados em dólares no final dos anos 1950 –, bem como a posterior flexibilização das taxas de câmbio, resultado do colapso de *Bretton Woods* em 1973, e a centralização dos petrodólares em Londres após 1976, fonte de crédito e endividamento, especialmente para a América Latina. Esses acontecimentos, foram as bases para a mundialização financeira, tal qual se apresentou definitivamente nos anos 1980.

É relevante observar o fato da primeira fase do poder da finança se dar nos anos 80, em especial nos EUA, quando os credores financeiros unificados, promoveram um aumento da taxa real de juros sobre os bônus do tesouro estadunidense. Essa taxa real de juros se encontrava no patamar de 2-3%, foi estipulada em 10-12%, e isso praticamente afetou todos os países do mundo em suas políticas econômicas, pois a dívida pública dos principais Estados-nação aumentou consideravelmente.

³¹ De acordo com Chesnais, “no fim dos anos 90, o volume de ativos em posse do conjunto dos investidores institucionais ultrapassava US\$ 36 trilhões. Esses haveres representavam, em torno de 140% do PIB dos países da zona da OCDE. Mas em alguns países, a relação entre os ativos financeiros e o PIB é muito mais elevada: 226% no caso do Reino Unido, 212% nos Países Baixos, 207% nos Estados Unidos, 20% na Suíça. Ao longo da década, o crescimento do valor dos ativos dos investidores institucionais se fez a um ritmo sustentado, mais que 11% em média durante o período” (2005, p. 44).

tal no mundo moderno ocidental, nasce como produto desse entrelaçamento religioso, manifestado na ação do empresário moderno racional, que tem por vocação, estimular a produção da riqueza material não para gozo pessoal, prazer ou mesmo ostentação. É com o fim último voltado à busca pela salvação, que esse empresário moderno aperfeiçoa suas técnicas e se vocaciona para reproduzir o capital, aumentando a riqueza material social e criando novos postos de trabalho.

Todavia, como se demonstrou, - com base em Marx (2008) - a acumulação primitiva enquanto pré-história do capital, também teve suas raízes lançadas por outras paragens. A descoberta do Novo Mundo e com ela a Colonização, tanto das Índias Orientais como Ocidentais, transformaram-se em fontes inesgotáveis do capital primitivo.

Não foram poucos os lugares onde Portugueses, Espanhóis, Holandeses e Ingleses se apoderaram do comércio, da subjugação, da pilhagem e da rapina de povos nativos.

Já a ida da família Polo à China – em especial Marco Pólo em 1271 – despertara o desejo pecuniário dos homens do velho mundo com o mercadejar. Assim, poucos séculos após a redescoberta da rota da seda⁵⁰, à medida que o capital comercial vai assumindo importância econômico-social, formam-se, como se viu, as corporações mercantis, a estabelecer intensos vínculos comerciais por terra ou por mar com novas regiões descobertas e posteriormente colonizadas.

Nesse sentido, de acordo com Marx (2008), o final do século XV com as grandes descobertas⁵¹, em especial da América em 1492, marca-

⁵⁰ Redescoberta porque a Rota da seda (interconexão de várias rotas de transporte e comércio da seda produzida na China) entre Ásia e Europa tem existência milenar.

⁵¹ O filme “1492 – A conquista do paraíso” (1992), de Ridley Scott, é muito esclarecedor a esse respeito e serve como uma boa referência histórica áudio-visual. Mostra a trama religiosa, política e econômica que se dava na Corte espanhola e que estava por trás do financiamento da viagem de Colombo em busca de uma nova rota para Ásia, ou seja, pelo Ocidente. É também, como os Espanhóis se relacionaram com os nativos, em especial no que diz respeito aos seus anseios por ouro e prata. Destaca Zinn: “Cuando llegó Colón había unos 75 millones de personas ampliamente repartidas por la enorme masa terrestre de las Américas, 25 de los cuales estaban en América del Norte. Em consonancia con los diferentes entornos de tierra y clima, desarrollaron cientos de diferentes culturas tribales y unas dos mil lenguas distintas. Perfeccionaron el arte de la agricultura, y se las apañaron para cultivar el maíz, que, al no crecer por sí solo, tiene que ser plantado, cultivado, abonado, cosechado, descascarado y pelado. Su ingenio les permitió desarrollar una serie de verduras y frutas diferentes, así como los cacahuetes, el chocolate, el tabaco y el caucho...Eran gentes sin lenguaje escrito, pero tenían sus propias leyes, su poesía, su historia retenida en la memoria y transmitida de generación, con un vocabulário oral más complejo que el europeo y acompañado con canto, bailes y ceremonias dramáticas. Prestaban mucha atención al desarrollo de la personalidad, la fuerza de la voluntad, la independencia y la flexibilidad, la pasión y la potencia, a sus relaciones interpersonales y con la naturaleza” (2006, p. 14-16)

presente. No entanto, será no mundo ocidental a emergência de uma série de configurações acerca do capitalismo até então inexistentes.

Essas configurações de novo tipo, dizem respeito à racionalidade e à vocação emergentes da ética protestante, como crítica à ética católica em decadência no final da Baixa Idade Média.

Já não era mais aceitável, a ideia de os pecadores se redimirem através da pobreza, e o novo pensar teológico vem amparado da racionalidade calvinista e da vocação luterana, como meio dos homens religarem-se à Deus.

Nesse sentido,

(...) em conformidade com o Velho Testamento e em analogia com a avaliação ética das boas obras, o ascetismo via a busca de riquezas como fim em si mesma como altamente repressível; embora sua manutenção como fruto do trabalho na vocação fosse um sinal da benção de Deus. E mesmo mais importante do que isso: a avaliação religiosa do trabalho sistemático, incansável e contínuo na vocação secular como o mais elevado meio de ascetismo e, ao mesmo tempo, a mais segura e mais evidente prova de redenção e de genuína fé, deve ter sido a mais poderosa alavanca concebível para a expansão dessa atitude diante da vida, que chamamos aqui de espírito do capitalismo (WEBER, 2001, p.124).

Diferentemente de Marx (2008), para Weber (2001, 2006) o chamado *ethos* econômico do capitalismo moderno, assentou-se na ética protestante luterana e calvinista.

Da primeira, advém as novas bases religiosas para a libertação dos homens do mundo tradicional medieval. Esta libertação se manifestara através da vocação “divina” ao trabalho, como meio de salvação para o homem moderno. Da segunda, emergira a mentalidade ascética da utilização racional da vida em todas suas áreas como meio de glorificação à Deus.

Assim, para Weber (2001) e (2006) o capitalismo moderno aparecerá como resultado da simbiose dessas vertentes protestantes, ou seja, da racionalização das vocações como o trabalho, a ciência, a política, a economia, a jurisprudência entre outras. A própria acumulação de capi-

Mas, o poder da finança adentra o mundo empresarial, e ao lado dos rendimentos auferidos com os títulos da dívida pública, se somaram os dividendos oriundos das ações das grandes companhias.

Nesse ínterim, o mercado financeiro bancário e não-bancário passou a exercer uma forte pressão sobre a indústria, e ocorreu uma interpenetração entre o capital da finança (fundos de investimentos, fundos de pensão, grandes bancos) com o capital industrial. Para Chesnais “a forma alemã de interconexão entre os bancos e a indústria, desvendada por Hilferding por meio do arquétipo do capital financeiro, aparece hoje como uma espécie de “idade de ouro” das relações entre o capital-dinheiro concentrado e a indústria” (2003, p. 50).

Tem-se assim, o advento da *corporate governance*, uma forma de gestão a aproximar os pontos de vista dos dirigentes industriais ao dos gestores financeiros. Há uma queda nos gastos com o capital constante e um aumento da taxa de mais-valia com maior exploração dos trabalhadores.

Os capitalistas financeiros, a alta finança, o capital portador de juros, confia a gestão empresarial, assumindo uma posição rentista que consiste em se colocar na posição de exterioridade da produção.

Para tanto, Chesnais (2005) entende que os delegados dos proprietários-acionistas, na figura dos administradores dos fundos de pensão³², fundos de investimentos, grandes bancos - ou melhor, instituições bancárias e não bancárias de grande porte que atuam na Bolsa, concedem créditos e especulam com câmbio e mercado futuro, mercado imobiliário – foram obrigados a dominar os segredos do mercado financeiro, em especial da Bolsa.

Esses administradores financeiros também implementaram a mundialização da concorrência e as Tecnologias da Informação, juntamente com as Tecnologias da Comunicação, fatores decisivos a permitirem as novas formas de gestão, acompanhadas da flexibilização do mercado de trabalho.

Portanto, para Chesnais (2003), o regime financeirizado é uma elaboração dos países capitalistas avançados, e longe de entender a economia mundial como uma totalidade sistêmica³³, compreende o regime

³² É no mínimo curioso que a aposentadoria futura dos segurados na previdência privada estejam nas mãos desses administradores financeiros, pois quem garantirá a liquidez desses fundos de pensão, das seguradoras, que especulam de maneira desenfreada nas Bolsas do mundo todo? Certamente já sabemos a resposta caso algum desses grandes fundos quebre: a socialização dos prejuízos via Estado.

³³ Aqui uma clara diferença de Wallerstein (1999), o qual entende a economia mundo capitalista como um todo sistêmico, estruturada em centro, semi-periferia e periferia.

financeirizado como mundializado em função da liberalização e desregulamentação da finança, do Investimento Externo Direto e das trocas comerciais. A construção institucional desse processo está a cargo dos EUA, G-7, o FMI, o Banco Mundial, o Tratado de *Maastrich* e a OMC.

Assim, são:

três elementos constitutivos na implementação da mundialização financeira: a *desregulamentação* ou liberalização monetária e financeira, a *descompartimentalização* dos mercados financeiros nacionais e a *desintermediação*, a saber, a abertura de operações de empréstimos, antes reservada aos bancos, a todo o tipo de investidor institucional. (CHESNAIS, 2005, p. 46)³⁴.

Essa “mundialização financeira”, expressa na nova interpenetração entre o capital da finança com o capital industrial, tem por objetivo possibilitar que o capital de investimento financeiro se valorize em todos os países, daí a necessidade de liberalizar o movimento de capitais e as trocas, bem como a apropriação das fontes de matérias-primas e a flexibilização do mercado de trabalho.

Assim, para Chesnais:

o capital portador de juros (também designado “capital financeiro” ou simplesmente “finança”) não foi levado ao lugar que hoje ocupa por um movimento próprio. Antes que ele desempenhasse um papel econômico e social de primeiro plano, foi necessário que os Estados mais poderosos decidissem liberar o movimento dos capitais e desregular e desbloquear seus sistemas financeiros. Foi igualmente preciso que recorressem a políticas que favorecessem e facilitassem a centralização dos fundos líquidos não reinvestidos

³⁴ Vale ressaltar que para o autor, a descompartimentalização se subdivide em: externa e interna. A primeira diz respeito à liberalização dos mercados de câmbio, a abertura dos mercados de títulos públicos aos operadores estrangeiros bem como, à abertura do mercado da Bolsa para as empresas estrangeiras. Quanto à descompartimentalização interna, essa abriu caminho progressivo para a (des)especialização progressiva dos bancos em nome da concorrência e da liberdade de empreendimento. Já com relação à desintermediação, representou a possibilidade de instituições não-financeiras participarem dos mercados como emprestadoras.

Marx (2008), muitos se transformam em mendigos, ladrões e vagabundos, a grande maioria, por força das circunstâncias, uma vez que não conseguiam se enquadrar rapidamente na disciplina do trabalho assalariado, exigido na agricultura ou mesmo na manufatura. Assim sendo, Desde Henrique VII até o reinado de Ana no século XVIII, instituíram-se leis para evitar a malandragem e a indisciplina do trabalho assalariado, que iam desde prisões, à escravidão e até o enforcamento, nos casos dos mais rebeldes.

A classe trabalhadora, *in status nascendi*, é a principal mercadoria comprada pelo detentor do capital, ou seja, o dispêndio de capital variável aumenta muito mais do que o de capital constante, razão pela qual a classe capitalista insurgente tem de fazer uso freqüente da coerção e da força estatal, para que a oferta de força de trabalho, atenda à demanda crescente da acumulação de capital. Nesse sentido, com o progresso da reprodução capitalista, vender a força de trabalho tem de parecer, à classe trabalhadora que vai se desenvolvendo, uma lei natural do próprio sistema.

Também se faz relevante observar: tão logo os servos/camponeses vão sendo expulsos do campo, vai se formando a classe detentora dos meios de produção e de subsistência. No século XIV, ao lado do camponês independente já apareciam os primeiros arrendatários livres, designados como *bailiff*, no entanto, será no final do século XV e ao longo de todo o século XVI, quando esses capitalistas agrícolas ingleses fazem fortuna, juntamente com a concentração das terras nas mãos dos grandes proprietários rurais.

Serão esses capitalistas agrícolas, comprando a força de trabalho, os comandantes da produção de mercadorias nas terras arrendadas como a lã, a carne e o trigo entre outras. Desde já, parte do trabalho excedente – o qual na esfera da circulação das mercadorias se converte em mais-valia – é transferido aos proprietários das terras como renda da terra.

As matérias-primas, os fusos e teares, propriedade dos produtores diretos anteriormente, se convertem - pouco a pouco - em mercadorias, em capital constante. Os próprios meios de subsistência convertem-se em mercadorias, e agora o trabalhador só poderá adquiri-los no mercado, através da venda regular da sua força de trabalho.

Faz-se relevante destacar Weber (2001), para quem a gênese do modo de produção capitalista será distinta. Na sua visão sempre existiram formas de capitalismo no mundo, a exemplo da China, Índia, Babilônia, Egito..., e já nessas regiões a busca pelo lucro monetário se fizera

É o processo de concentração das terras tomando forma, em poucas mãos, e com ele a concentração de pobres, de miseráveis. Um processo nada pacífico; pelo contrário, esteve amparado no saque, na usuração, na pilhagem, ou melhor, na coerção ainda verificada no século XIX.

A esse respeito, vale observar os métodos da duquesa de Sutherland de “limpeza humana”:

Economicamente instruída, ela resolveu, ao assumir a direção de seus domínios, empreender uma cura radical, transformando em pastagem de ovelhas todo o condado cuja população já fora reduzida antes, por processos semelhantes, a 15.000 habitantes. De 1814 a 1820, esses 15.000 habitantes, cerca de 3.000 famílias, foram sistematicamente enxotados e expulsos. Todas as suas aldeias foram destruídas e reduzidas a cinzas: todas as suas lavouras, convertidas em pastagens. Soldados britânicos intervieram para executar a expulsão e entraram em choque com os nativos... Em 1825, os 15.000 aborígenes gaélicos estavam substituídos por 131.000 ovelhas. Os que foram lançados na orla marítima procuraram viver da pesca. Transformaram-se em anfíbios e, na expressão de um escritor inglês, viviam uma meia vida constituída de duas partes, uma em água e outra em terra. (MARX, 2008, p. 844, L.1, V.2)

Mas, esses homens sem alma, despojados, usurpados dos seus meios de produção e subsistência não tardaram a serem expulsos novamente, bastou a pesca apresentar-se como negócio lucrativo.

Portanto, as terras convertem-se em agricultura capitalista e com isso, aqueles enxotados, pilhados, vão aumentando a oferta de força de trabalho necessária à produção capitalista manufatureira. De acordo com

contratos entre los criados y amos. Como en todo contrato entre poderes desiguales, aunque en la documentación las partes aparecieran como iguales, el cumplimiento resultaba mucho más fácil para el amo que para el criado. El viaje a América duraba ocho, diez o doce semanas, y los criados eran amontonados en los barcos con el mismo afán por conseguir beneficios que regía a los barcos negreros. Si el tiempo era malo, y el viaje duraba demasiado, se quedaban sin comida.” (2006, p. 30)

das empresas e das poupanças das famílias... Correntemente designado pelo nome de “investidores institucionais”, esses organismos (fundos de pensão, fundos coletivos de aplicação, sociedades de seguros, bancos que administram sociedades de investimento) fizeram da centralização dos lucros não reinvestidos das empresas e das rendas não consumidas das famílias, especialmente os planos de previdência privados e a poupança salarial, o trampolim de uma acumulação financeira de grande dimensão (2005, p. 36)

3.3.1 O caso dos Estados Unidos como expressão da hegemonia das finanças

Como se demonstrou, o poder da alta finança para Chesnais (2003) está em sua fase de ouro, no entanto, esse poder, face ao regime financeirizado é uma elaboração dos países capitalistas mais avançados, é a expressão também de uma hierarquia em nível mundial, expressa na hegemonia dos Estados Unidos.

Este último país, pôde aproveitar da conjuntura favorável com a mundialização financeira e com isso, as décadas de 80 e 90 se mostraram de afluxo de capitais do resto do mundo para a economia estadunidense.

Como se demonstrou anteriormente, o poder do capital financeiro no final dos anos 1970/início dos 80, em especial com a liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros a partir do centro do capitalismo, e gradativamente para a periferia nos anos 90, contribuiu decisivamente para que uma parte dos capitais centralizados nas instituições especializadas e instituições bancárias fossem direcionados para o saneamento dos déficits orçamentários dos países da periferia. No entanto, a maior parte desses capitais foi mesmo direcionada para os países capitalistas centrais.

Para Chesnais,

nos anos 80, a dívida pública permitiu a expansão dos mercados financeiros ou a sua ressurreição em outros países, como no caso a França. Ela é o pilar do poder das instituições que centralizam o capital portador de juros... Assim, os anos 80 viram a reconstrução dos mercados capazes de garantir aos investidores financeiros a possibilidade, em tempo normal, de revender seus ativos a qualquer momento. Uma nova etapa da acumulação financeira é então aberta, na qual os dividendos se tornam um mecanismo importante de transferência e de acumulação, e os mercados de ações o pivô mais ativo... Ainda assim, mesmo se os mercados acionários ocupam a frente da cena, as aplicações em bônus do tesouro não perdem importância. Em tempos de choques financeiros, os títulos da dívida pública dos países mais fortes – os Estados Unidos à frente – tornam-se o valor-refúgio por excelência (2005, p. 42).

Os Estados Unidos atraíram assim, o capital-dinheiro das classes capitalistas e oligarquias rentistas do mundo inteiro; a alta produtividade garantiu a estabilidade inflacionária e o aumento da exploração garantiu o incremento de parte dos lucros distribuídos aos acionistas.

Verificou-se nos EUA, ao longo dos anos de 1990, para Chesnais (2003), um crescimento assentado sobre uma demanda interna; os investimentos foram estimulados pelo barateamento de equipamentos de informática. Todavia, para o autor, o componente mais importante dessa demanda interna fora o consumo privado, amplamente financiado pelo crédito bancário apoiado pelo *Federal Reserv*, bem como, pelas bolsas de *Wall Street e Nasdaq*.

Assim, quatro pontos foram importantes para o crescimento estadunidense a partir de 1995:

subsistência se efetiva.⁴⁸ Se por um lado a nobreza feudal dissolve as vassalagens, por outro o próprio senhor feudal expulsa os camponeses de suas terras e usurpa as terras comunais para transformação destas em pastagens, objetivando a criação de ovelhas e a produção da lã, demandada pela manufatura de lã em ascensão.

Portanto,

A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo. A história da expropriação assume matizes diversos nos diferentes países, percorre várias fases em sequência diversa e em épocas históricas diferentes. Encontramos sua forma clássica na Inglaterra, que, por isso, nos servirá de exemplo (MARX, 2008, p. 828, L.1, V.2).

Ademais, a Reforma protestante no século XVI, também contribuiu para acelerar a transformação do servo/camponês em trabalhador assalariado, ou melhor, engrossar as fileiras do exército industrial de reserva. Isso acontecera, porque a Igreja Católica fora até então a proprietária de boa parte das terras inglesas. Uma vez dissolvidos os conventos e repartidos os bens da Igreja pelos calvinistas e pela Corte, os antigos moradores dessas terras, foram expulsos.⁴⁹

⁴⁸ Interessante observar que, Marx faz menções de como leis promulgadas por Henrique VII, Henrique VIII e o Parlamento inglês, tentaram coibir a transformação de parte das terras agricultáveis em terras de pastoreio, e com isso assegurar a uma parte dos camponeses, o direito às terras e o seu cultivo, bem como aos pequenos arrendatários. A exemplo, uma lei do ano 1533 limitara o número de 2000 ovelhas por proprietários, mas mesmo assim, houvera propriedades com 24000. No entanto, essas leis já mais se efetivaram.

⁴⁹ Elucidativo assistir o filme “Novo Mundo” (2005) de Terrence Malick e constatar como parte desses homens expulsos de suas terras, expropriados dos seus meios de produção e de subsistência, vão se transformando em miseráveis, indigentes e submetidos à correção das cadeias. Então, em 1607 com a conquista da Virgínia nos EUA, parte do assentamento colonial inglês é constituído por esses homens, que não tinham mais nada a perder. Coloca Zinn que “En los siglos XVII y XVIII, a causa del exilio forzado, los enganos, las promesas, las mentiras y secuestros, unido a la necesidad urgente de escapar de las condiciones de vida en su país natal, los pobres que buscaban un pasaje a América se convirtieron en fuente de ingresos para negociantes, comerciantes, capitanes de navio, y, finalmente, para SUS amos de América. Después de firmar contratos en los que los inmigrantes aceptaban el pago de su pasaje a cambio de trabajar cinco o siete años para el amo, a menudo se le llevaba a prisión hasta que zarpare el barco. Así no escapaban. En el año 1619, la Casa de los Diputados de Virginia, nacida esse año como primera asamblea representativa de América (también fue el año de las primeras importaciones de esclavos negros), se encargo de estipular el registro y el cumplimiento de los

Para Marx (2008), tal fato fora anterior à acumulação capitalista, não decorreu da produção e reprodução do capital, mas foi o seu ponto de partida.

Assim,

O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. (MARX, 2008, p. 828, L.1, V.2)

Contudo, a pré-história do capital não se instalou a partir de uma *pax* social. Tampouco, foi uma benevolência, por parte das instituições feudais. Foi sim, com sangue, a ferro e fogo que os produtores diretos se tornaram homens livres, detentores de uma única mercadoria: a força de trabalho.

É um momento histórico do surgimento do capital industrial e do trabalhador livre, acompanhados pela derrocada das corporações de ofício e seus regulamentos, bem como, do senhorio feudal e seus privilégios. É a gênese da era capitalista, princípios do século XVI. “Onde ela surge, a servidão já está abolida há muito tempo, e já estão em plena decadência as cidades soberanas que representam o apogeu da Idade Média” (MARX, 2008, p. 829, L.1, V.2).

De acordo com Marx (2008), a produção feudal tinha por pressuposto a divisão das terras pelo maior número possível de servos/camponeses, estando o poder do senhor feudal ou mesmo dos soberanos, no maior número de súditos. Mas, já nos fins do século XIV, a servidão definhara em solo inglês e apareceram os primeiros arrendatários livres e com eles os primeiros assalariados da agricultura, lavradores independentes.

Todavia, conforme Marx (2008), será nas últimas décadas do século XV e nas décadas iniciais do século XVI que esse processo de separação do trabalhador dos seus meios de produção e dos meios de

1)...um grande contingente de empresas engajadas de maneira obstinada na tarefa de maximizar a produtividade do trabalho e do capital, no interior de um contexto fortemente desregulamentado e posto em prática por intermédio da corporate governance;

2) ...mercados acionários com bases bastante amplas, permitindo-lhes “produzir”, durante um longo período, rendas financeiras elevadas, bem como um conjunto de expectativas econômicas construídas em torno das cotações em bolsa;

3)...condições de assegurar e de apoiar a formação de um montante bastante elevado de capital fictício – o que tem sido comumente designado de “bolha financeira”. O país (ou a união de países) deve estar em condições de alimentar esta bolha ao longo de muitos anos, e seu governo e suas autoridades monetárias devem estar armadas para enfrentar o conjunto de riscos sistêmicos ligados às possibilidades de crash da bolsa;

4) Finalmente, esta economia deve dispor de um conjunto de mecanismos internos e externos que garantam às empresas os recursos em ciência e tecnologia e mão-de-obra qualificada ou altamente qualificada, recursos estes que seus investimentos, por si só, são incapazes de assegurar. (2003, p. 55)

Esse crescimento, assentado sobre um aumento da produtividade, sustentou as bolhas especulativas até 2000, e tão logo começou a baixar, aumentaram as possibilidades de crise no mercado acionário em função do nível do efeito renda e do efeito patrimônio continuarem.³⁵ Deve ser adicionado também, o fato de a partir dos anos de 1990 a liberalização financeira entrar em vigor mundialmente e se aprimorar, mostrando que os investidores institucionais buscam, cada vez mais, a liquidez instan-

³⁵ “Depois de baixar ano após ano, a poupança dos lares tornou-se fracamente negativa em 2000. É preciso ver esse processo como o resultado de um “efeito mercado de ações” em que dois ingredientes se combinam: um efeito “renda” (o consumo de uma parte das rendas obtidas através de dividendos e juros), no qual os cálculos sugerem que a amplitude média é limitada, e um efeito “posse de um patrimônio”, gerador de gastos calçados em antecipações de ganhos financeiros futuros, tudo isso sustentado por um crédito bancário muito expansionista. (CHESNAIS, 2003, p. 60)

tânea de suas aplicações, ou seja, realizam um *trade off* 24 horas por dia, entre ações, títulos da dívida pública e demais títulos de créditos, com vistas a maximizar a rentabilidade de suas aplicações.

Eis que para o autor surgem as bolhas financeiras, assegurando aos investidores uma mais-valia financeira.³⁶

A bolha para Chesnais,

...é uma possibilidade inscrita na própria instituição da liquidez. O acionista institucional do mercado financeiro não se satisfaz em embolsar dividendos. Ele busca sobretudo a plena liquidez de suas aplicações, isto é, a possibilidade de realizar ganhos de capital em bolsa de valores e, portanto, de reavaliar suas escolhas a cada momento e de desfazer-se de tais ou tais títulos. Para isso, ele tem necessidade de mercados financeiros amplos, que são o lugar de formação de um mercado fictício de enormes proporções, das quais a capitalização em bolsa oferece uma idéia. Marx é o único grande economista, no sentido de Schumpeter (quer dizer, um economista que propõe uma interpretação global do capitalismo) a conceder lugar em sua análise a um tal capital. Esta assume três formas em sua época, que são identificadas por Marx da seguinte maneira: as ações, os títulos da dívida pública e o crédito, que constitui exatamente aquilo que Suzanne de Brunhoff denomina “o crédito do banqueiro. (2003, p. 62)

Como se demonstrou até agora, Chesnais (2003) entende estarem as bolhas especulativas nos mercados acionários e imobiliários vinculadas à esfera do capital industrial assim como do capital financeiro (fundos de pensão, fundos de investimento e instituições bancárias) estadunidense e se irradiam para todos os cantos do mundo capitalista. Essas

³⁶ Observe-se que Chesnais chama de mais-valia financeira os ganhos auferidos pela alta finança com o comércio de ações no mercado da bolsa de valores e com a especulação imobiliária. É importante perceber que para Marx, o comércio de ações ou mesmo a especulação não se constituem *locus* de produção de mais-valia, mas sim de apropriação dessa por meio do jogo ou embuste, em especial entre as categorias da própria classe detentora dos meios de produção e subsistência, qual seja, a capitalista.

instância, aumenta o tributo apropriado para fazer frente ao consumo conspícuo dos que não produzem o excedente.

Outras vezes, o capital usurário, frente à incapacidade do senhor feudal liquidar seus débitos, acaba por se apropriar de suas posses.

Constata-se, que o camponês e mesmo o artesão, dado sua pequena propriedade, uma vez, em circunstâncias desfavoráveis, sempre haveriam de encontrar um *Shilock*⁴⁷, e quanto mais o senhor feudal e o próprio Estado passam a exigir o pagamento dos tributos em dinheiro, quanto piores forem as catástrofes naturais como pestes e más colheitas, tanto mais necessitados ficam o artesão e o camponês do socorro do usurário, e este, mais se enriquece e entesoura, estando sempre pronto para novas usurpações. Aqui se apresenta a função do dinheiro, que dá à usura o seu maior poder: a função de meio de pagamento.

Na melhor das vezes, o tomador do empréstimo cede parte ou todo o produto excedente. Na pior, perde tudo, é despojado.

O mesmo acontece na relação estabelecida entre o capital usurário e o capital comercial. Este, quando da necessidade de fazer frente a determinadas compras de mercadorias, para venda posterior, uma vez, sem a totalidade dos recursos para a efetivação dos pagamentos, também recorrerá à usura. Porém, no caso do capitalista comercial, o juro destinado ao usurário é uma parte ou a totalidade do seu lucro, mas, para além disso, significa não a perda da propriedade dos meios de produção, e sim do capital comercial ou mercantil.

Dado isso, com a ampliação do capital comercial durante a baixa Idade Média - em especial nos séculos XIV e XV - e sua gradativa interferência na produção de mercadorias, estabelecendo-se os primórdios da produção de mais-valia, o capital usurário dá também sua contribuição, despojando os proprietários privados dos meios de produção e do produto do seu trabalho, por meio da usura.

Viu-se até aqui, a importância da atuação do capital comercial e usurário. Mas, um outro evento histórico, também foi decisivo para a separação do trabalhador servo/camponês e artesão da propriedade dos meios de produção e do produto de seu trabalho, a saber: a acumulação primitiva.

⁴⁷ Usurário da Obra Sakespeare, que a todo custo quisera a morte do mercador Antônio porque este último falara mal da usura no mundo dos negócios. Todavia, é chegado um momento no qual o mercador tivera de recorrer ao auxílio pecuniário do usurário, e este se mostrando solícito à causa do mercador não exigira juro algum pelo empréstimo, apenas a celebração de um contrato que daria a possibilidade de tirar alguns centímetros de carne, na altura do coração do mercador, caso este não cumprisse com o pagamento da dívida, na data do seu vencimento.

Não obstante o exposto sobre o capital comercial e sua importância para o advento do modo de produção capitalista, falta levar em conta outra forma de capital: "...como podemos chamá-lo em sua forma antiga, o capital usurário, pertence como irmão gêmeo, o capital mercantil, às formas antediluvianas de capital que por longo tempo precedem o modo capitalista de produção e se encontram nas mais diversas formações econômicas da sociedade" (MARX, 2008, p. 787, L.3, V.5).

Assim, quando parte dos produtos passa a ser convertido em mercadorias, eis o surgimento da mercadoria-dinheiro universal, e com ela o entesouramento. Será esse entesouramento da mercadoria-dinheiro universal, a abertura para a possibilidade do aparecimento do usurário, cuja função é a de emprestar capital-dinheiro entesourado, e como recompensa pela cessão desse capital-dinheiro, auferir juros.

O empréstimo de dinheiro dar-se-á através de duas formas características:⁴⁶ "Essas duas formas são: primeiro, a usura em empréstimos aos fidalgos pródigos, sobretudo os proprietários de terra; segundo, usura em empréstimos de dinheiro aos pequenos produtores, proprietários dos meios de trabalho" (MARX, 2008, p. 788, L.3, V.5).

É importante destacar que na baixa Idade Média, os servos/camponeses bem como os artesãos, constituem os pequenos produtores e proprietários dos instrumentos e objetos de trabalho, estando a propriedade dos meios de produção ainda dispersa.

O capital usurário, ao auferir juros do capital-dinheiro cedido ao camponês ou artesão, nada mais faz, a não ser apropriar-se de parte do produto excedente deste último. Seu objetivo é a apropriação da maior parte possível desse excedente, através da usura. E quando, o camponês ou o artesão encontram-se em dificuldades para efetuar o pagamento do juro correspondente ao capital-dinheiro tomado de empréstimo, o capitalista usurário mostra seu lado mais cruel, pois "a usura, na antiguidade e na era feudal, solapa e destrói a riqueza e a propriedade. Além disso, corrói e arruína a pequena produção camponesa e pequeno-burguesa, em suma, todas as formas em que o produtor aparece como proprietário dos meios de produção" (MARX, 2008, p. 790, L.3, V.5).

Mesmo quando a usura solapa a riqueza do senhor feudal e(ou) seu séquito, o resultado se volta contra o produtor direto, pois em última

⁴⁶ A propósito, vale referenciar aqui a magnífica obra de Shakespeare (2006) "O mercador de Veneza", escrita aproximadamente entre os anos de 1594 – 1596, onde o autor relata de forma brilhante a relação existente entre o mercador Antônio e o usurário Shylock, e ademais, a própria importância do Direito moderno que vai regulando e ratificando, em última instância, os contratos estabelecidos entre esses homens da aurora do Renascimento.

bolhas especulativas aparecem como expressão da existência de um capital fictício.

O capital fictício se apresenta, para o autor, na forma de um "patrimônio" ou um "capital" constituído por títulos (ações, títulos da dívida pública, debêntures e outros papéis negociáveis em bolsa) em geral, representando promessas de pagamento de rendimentos sobre uma atividade produtiva futura ou não – é o caso dos títulos da dívida pública – os quais assumem um valor-capital segundo mecanismos e convenções bastante especiais da bolsa de valores³⁷.

Além disso, no final da década de 1990, esse capital fictício passa a ser composto em especial pelos ganhos de capital no mercado acionário, em detrimento dos juros e rendimentos oriundos da esfera produtiva remuneradora desses títulos e ações. Eis uma das contradições do "regime de acumulação com predominância financeira".

Assim sendo, para Chesnais (2003), a hegemonia estadunidense nos anos de 1980 e 1990 manifesta a idade de ouro do capital financeiro, e como se demonstrou, essa idade de ouro do capital financeiro apresenta como seu espaço de atuação, por excelência, o mercado de ações, ou seja, a bolsa de valores – *Wall Street e Nasdaq*.

É importante perceber, ter sido através do mercado da bolsa de valores, com suas taxas de juros atrativas, que o governo estadunidense atraiu parte da mais-valia latinoamericana e asiática e financiou, segundo denominação do autor, os desequilíbrios interconectados: o déficit na balança corrente; uma taxa de inflação baixa, por intermédio da valorização cambial, e com isso conseguiu manter um crescimento econômico mesmo com uma taxa de poupança negativa, em função do crédito às famílias.

Finalmente, para Chesnais (2005), a alta finança estadunidense se encontra diante de um dilema de difícil solução, ou seja, a reversão do fraco crescimento econômico, com a emergência de um novo regime de acumulação.

³⁷ Se faz relevante destacar que em nossa compreensão, o capital fictício para Marx é aquele que uma vez consumido não existe mais e proporciona um rendimento, juro, ao seu detentor. É o caso dos títulos da dívida pública, que remuneram de acordo com uma taxa de juros de mercado o capital-dinheiro tomado como empréstimo pelo Estado para fazer frente às suas necessidades.

A outra forma de capital fictício se apresenta no diferencial entre o valor capital de uma ação - comercializada na bolsa - e seu valor nominal, valor efetivamente operante no processo de reprodução do capital. Entende-se que é esse diferencial apenas que constitui capital fictício, e não todo o valor representado pela ação, como querem muitos marxistas. Esse ponto será retomado em nossa tese no quarto capítulo.

Uma vez debilitados os instrumentos do capital financeiro estadunidense de manter constante os fluxos de rendas, juros, lucros, dividendos, tudo indica que a alta finança do resto do mundo também encontra, ou encontrará, problemas para garantir o fluxo de rendas do seu patrimônio, seja ele fictício ou real.

3.4 O capital financeiro como expressão das complexidades e múltiplas contradições da acumulação capitalista.

Harvey (1990) pretende demonstrar o capital financeiro como um processo a revelar uma dinâmica contraditória da acumulação capitalista, diferentemente da compreensão do capital financeiro, visto como um conjunto de arranjos institucionais ou um catálogo sobre quem domina quem dentro da burguesia.

Para esse autor, Lênin apresenta a mesma definição de capital financeiro de Hilferding, qual seja: o capital financeiro é resultado do desenvolvimento capitalista, pois o progresso da acumulação disponibiliza cada vez mais o capital-dinheiro nas mãos dos bancos, os quais por sua vez, não têm outra escolha senão direcioná-los inicialmente para empréstimo ao capital industrial e mercantil e posteriormente entrelaçando-se com esses capitais ou fusionando-se. Assim, o capital financeiro é a união do capital bancário com o industrial e comercial, estando estas três formas de capital, agora no novo estágio, submetidas a uma mesma direção: das altas finanças.

Entretanto, destaca Harvey (1990), Lênin não concorda politicamente com Hilferding e teoricamente discorda, acertadamente, das opiniões deste sobre o dinheiro em Marx. Mas, não demonstra como o capital financeiro transforma as contradições internas do capitalismo em rivalidades imperialistas³⁸, supra-nacionais.

Além do mais,

³⁸ Na avaliação de Harvey (1990), o capital financeiro para Lênin apresenta um caráter mais supra-nacional que para Hilferding.

Que podia então levar o comerciante a meter-se nesse negócio extra em que interfere na produção? Uma coisa apenas: a perspectiva de maior lucro, vendendo ao mesmo preço dos outros. E essa perspectiva correspondia à realidade. Ao tomar o artesão ao seu serviço, rompia com as barreiras tradicionais da produção, dentro das quais o produtor vendia o produto acabado nada mais fora disso. O capitalista mercantil comprava a força e de trabalho que no momento ainda era proprietária dos instrumentos de produção, mas não possuía mais a matéria-prima. Assegurando ao tecelão ocupação regular, podia comprimir-lhe o salário de modo a obter de graça parte da jornada de trabalho que se efetusasse. O distribuidor apropriava-se assim de mais-valia que se acrescentava ao ganho comercial anterior. (ENGELS *apud* MARX, 2008, p. 1184, L.3, V.6)

Mas, o capitalista comercial transmutando-se *pari passu* em capitalista produtivo, quer obter um lucro cada vez maior, e para isso tem de acelerar as vendas, bem como a rotação de seu capital. Ele perceberá a possibilidade de vender mais e acelerar a rotação do seu capital, vendendo as mercadorias a um preço menor, mais baixo, ou seja, cedendo uma parte da mais-valia aos compradores, possibilitando-lhe em alguns casos, um lucro extraordinário.

Contudo, não tardará a conversão dos capitalistas comerciais concorrentes em capitalistas produtivos, e com isso o restabelecimento das taxas de lucro ao nível anterior ou mesmo inferior.

Esta interferência do capitalista comercial na esfera da produção se consolida com o aparecimento da manufatura. É a transmutação desse capitalista comercial em capitalista produtivo, e simultaneamente a subordinação do capital comercial ao capital industrial nascente, sua transmutação em forma funcional desse capital industrial.

É também fase histórica da dissociação dos elementos componentes do processo de trabalho. Fase que se expressa no aparecimento do trabalhador livre, agora vendedor não mais de sua mercadoria, tampouco proprietário dos meios de produção – instrumentos de trabalho e matérias primas – mas, da sua força de trabalho, de sua capacidade de realizar trabalho.

É evidente que o lucro comercial puro, independente, não pode aparecer quando os produtos se vendem por seus valores. Comprar barato para vender caro é a lei do comércio. Não se trata, portanto, de trocar equivalentes.”(2008, p. 440, L.3, V.5)

Todavia, se o servo/camponês sabia de maneira bastante aproximada o tempo de trabalho necessário para a produção de uma carroça, quer dizer, o seu valor, o mesmo não era possível para muitas das mercadorias trazidas da América, Índia ou China, pois o camponês/servo e mesmo artesão, jamais haviam-nas produzido. Isso possibilitava ao capital comercial auferir um lucro e uma taxa de lucro – que sempre acabava por nivelar-se – adicionando-se o fato de, em alguns casos, os servos/camponeses e mesmo artesãos serem forçados a vender suas mercadorias ao comerciante - em função de alguma urgência, ou mesmo dificuldade de venda – abaixo do valor.

Se assim fora, por qual motivo o comerciante passa a interferir na produção das mercadorias? Para Engels (2008), será a possibilidade de auferir um lucro comercial maior, vendendo ao mesmo preço dos outros concorrentes.

Nesta direção, é importante perceber já na baixa Idade Média, que o trabalho assalariado manifestava-se de forma disfarçada no trabalho em minas, na navegação, contando, inclusive, com participação nos ganhos por parte dos trabalhadores.

Mas, será na indústria têxtil a prosperidade fática do trabalho assalariado, pois o capitalista comercial começa inicialmente a perceber que fornecendo o fio ao tecelão – o qual inclusive, pode ser adquirido em outra região por um valor inferior – e assegurando ocupação regular ao trabalhador – ainda proprietário dos instrumentos de trabalho - pagando-lhe um salário, poderá obter gratuitamente parte da jornada de trabalho.

Portanto, ao vender a mercadoria - uma vez estabelecida a taxa de lucro do capital comercial, bem como os preços - conseguirá obter um lucro maior em relação aos outros, isto porque, é acrescentado ao lucro comercial a mais-valia.

De acordo com Engels:

Já exista a taxa de lucro do capital comercial. Além disso, já estava nivelada em torno de uma taxa média, pelo menos na mesma praça.

Lenin sacó muchas de sus ideas, en forma algo eclética, de las estructuras de pensamiento algo dispares propuestas por Hobson, Bujarin, y Hilferding. Solo este último da una base teórica muy firme al concepto del capital financiero dentro de una estructura marxista. Aunque Lenin criticó enérgicamente la línea política de Hilferding, parece aceptar con una sola salvedad el concepto básico del capital financiero que presenta este autor. La única salvedad se refiere a las “erróneas” opiniones de Hilferding sobre el dinero (HARVEY, 1990, p. 293)

3.4.1 As contradições entre o sistema financeiro e a sua base monetária: um dos pecados de Hilferding

Conforme Harvey (1990), Hilferding, ao considerar o capital financeiro como resultado do entrelaçamento dos grandes bancos com a grande indústria, resultando na supremacia do primeiro em função de ser o detentor do capital portador de juros - este último representado pelos depósitos efetuados em função da plethora de capital na indústria, comércio e mesmo alguns bancos menores, bem como os depósitos das rendas poupadas pela classe trabalhadora -, transforma o capital financeiro em um bloco de poder estável, causando a impressão de domínio sobre todas as esferas da vida econômica.

Mas, para além do domínio da esfera econômica, Hilferding teria destacado que o capital financeiro transforma o Estado em seu agente (principalmente para exportar capitais, para promover o protecionismo e o imperialismo) e opera no cenário nacional e mundial.

Nesse sentido, o equívoco de Hilferding, Para Harvey (1990), aparece quando deixa observar ser o poder do capital financeiro limitado, pois não consegue eliminar as crises, resultado das contradições internas do sistema.

Tais contradições, por sua vez, baseiam-se no fato de o sistema financeiro ser mais amplo e estar vinculado ao dinheiro como meio de circulação, permitindo, de acordo com Harvey (1990), que o dinheiro se divorcie do "valor", pois é *dinheiro de crédito*.

Esse divórcio do dinheiro e do valor, não seria resultado da função do dinheiro como meio de circulação, como destaca Hilferding, mas

sim, das próprias contradições do avanço do modo de produção capitalista.

Portanto, “las contradicciones entre el sistema financiero y su base monetária aumentan y se vuelven aún más terribles a medida que progresa el capitalismo. Éstas son las contradicciones que Hilferding no vio en lo absoluto porque interpreto erróneamente la teoría del dinero de Marx” (idem, 1990, p. 299).

A partir disso, Harvey (1990), com a intenção de analisar os movimentos da teoria do dinheiro, entende primeiramente que: será a base monetária a expressão real do valor, ou seja, quando o dinheiro (ouro) representa o valor real de todas as mercadorias. Entretanto, não é possível converter todo o dinheiro em ouro, exigindo a presença do Estado, através do Banco Central, manejando as taxas de juros para disciplinar o sistema de crédito e o capital fictício e acalmar a febre especulativa. É a ocorrência do século XX, em especial após os anos de 1930.

Isto ocorre devido a quantidade de dinheiro como meio de valor real (ouro) ser ultrapassada pela quantidade de dinheiro existente em circulação, e, para evitar uma desvalorização das mercadorias e do capital fictício, o Estado deverá, através do Banco Central, imprimir moeda. No entanto, segundo o autor, isso provocará inflação, ou seja, desvalorizará o próprio dinheiro³⁹.

De toda forma, um *trade off* entre desvalorizar as mercadorias ou o dinheiro, ter inflação ou depressão, vai em último caso levar a uma crise.

³⁹ Harvey ao que tudo indica, não compreende que para Marx, o valor do dinheiro, é determinado assim como o valor de qualquer outra mercadoria, ou seja, pela quantidade de trabalho socialmente necessário para a sua produção. Portanto, os movimentos inflacionários decorrentes de um aumento na base monetária em circulação na economia, são apenas fenômenos aparentes, pois, dado uma base monetária que representa determinada quantidade de trabalho social necessário para a produção da mercadoria-dinheiro, uma alteração nessa mesma base monetária sem a correspondência com um aumento na quantidade de trabalho socialmente necessária, apenas terá o efeito de reduzir a expressão relativa do valor de uma unidade da mercadoria dinheiro. Portanto, não são os valores das mercadorias - em geral - que aumentam com o aumento da base monetária em circulação, pelo contrário, é a expressão relativa do valor em uma unidade monetária que diminui.

e mesmo os menores, Holanda e Portugal, eram pelo menos tão grandes e tão fortes quanto Veneza, a nação mercantil maior e mais forte do período anterior. Isto dava ao mercador navegante, nas empresas aventuradas dos séculos XVI e XVII, um apoio que tornava a corporação que protegia os associados, inclusive com armas, cada vez mais supérflua, e os custos dela, nitidamente importunos. Então passou a desenvolver muito mais rapidamente a riqueza pessoal, e logo apareceram comerciantes isolados que podiam empregar num empreendimento tantos fundos quanto uma sociedade inteira. (ENGELS in MARX, 2008, p. 1182, L.3, V.6)

Nesse ínterim, o comércio interno ainda se efetua em grande medida através do contato dos produtores diretos, proprietários privados dos meios de produção e do produto de seus trabalhos; as trocas se realizam em média pelos valores das mercadorias, sem proporcionar mais-valia.

Assim, o lucro do comerciante corporativo e, em seguida, do mercador navegante, transformado em comerciante individual, advém, em geral, da compra de mercadorias no estrangeiro e a sua venda no interior do Estado-nação de origem, bem como, da compra de mercadorias em seu próprio Estado e a posterior comercialização em outro Estado-nação ou mesmo alguma colônia.

Veja-se aqui, a importância do comércio a longa distância no lucro do capitalista comercial, pois quando da venda de mercadorias em regiões distantes, ficava difícil ter uma noção aproximada do tempo de trabalho necessário para a produção da mercadoria vendida, ou seja, do seu valor, porque na maioria das vezes eram mercadorias nunca produzidas pelos compradores.

Para Marx:

O movimento do capital mercantil é D-M-D'. Por isso, o lucro do comerciante provém, primeiro, de atos que ocorrem no processo de circulação, os atos de comprar e de vender, e, segundo, realiza-se no último ato, o de venda. É, portanto, lucro de venda, *profit upon alienation*.

Mas, tão logo essas corporações prosperam nas Cidades-Estado, como Gênova e Veneza, e posteriormente nos primeiros Estados-nações⁴⁵, floresce com elas o comércio ultramarino, e as corporações passam a ser expressão do comércio próprio de uma nação no além mar. O próprio Estado passa a ser promotor da segurança necessária ao bom andamento dos negócios corporativos, que por vezes encontravam dificuldades frente ao ataque de piratas, violações de contratos ou privilégios monopólicos por parte de reis ou príncipes estrangeiros. Para isso, cria embarcações e marinheiros, sempre preparados do ponto de vista bélico, quando da colonização de um novo espaço geográfico.

De acordo com Engels (2008), se a taxa de lucro é igual para todos os participantes ou associados da corporação, o comércio ultramarino é baseado no seu princípio em lucros de monopólio, devido em especial aos enormes riscos envolvidos nas operações do capital mercantil.

Porém, à medida que se descobre novos mercados, vai ocorrendo um nivelamento das taxas de lucro para a nação e suas corporações entre esses diferentes mercados. Também a concorrência de outras nações em determinado mercado, será fator de novo nivelamento das taxas de lucro, agora entre Estados-Nação.

É importante perceber que, se as corporações mercantis tiveram o apoio dos seus respectivos Estados, com o aprofundamento do comércio ultramarino, surge um importante ator nesse cenário: o mercador navegante, que logo começa a praticar o comércio individualmente e a fazer fortuna individual, superando inclusive os ganhos de muitas corporações.

Para Engels:

No começo, as corporações de comerciantes ainda predominavam no tráfico com a Índia e a América. Mas, primeira observação a fazer, atrás dessas corporações estavam nações maiores. No lugar dos catalães que negociavam com o Levante, surgiu a Espanha inteira, grande e unificada, comerciando com a América; ao lado dela apareceram dois grandes países, a Inglaterra e a França;

⁴⁵ Os primeiros Estados-nação foram Portugal e Espanha no século XV.

3.4.2 A taxa de juros e a acumulação

As relações entre o Sistema Financeiro e a base monetária são reguladas pela taxa de juros. Esta, por sua vez, é fixada pela oferta e demanda por capital a juros.

A demanda por capital a juros pode ser por meio de pagamento ou meio de compra, como também, poderá ser, segundo Harvey (1990), para consumo ou mesmo demanda por dinheiro para as mais diversas rendas – salários, lucros, aluguéis, etc.

Portanto, para o autor, essa demanda total por dinheiro a juros (crédito) compreende: circulação do capital e circulação das rendas, sendo inegável a existência de interdependência entre elas. A demanda por crédito pode significar estados muito diferentes, desde excessos de acumulação até bloqueios desfavoráveis nas vendas.

A oferta por sua vez é determinada: 1) pela mais-valia retida dos capitalistas e pela poupança dos trabalhadores; 2) pelo excesso de acumulação de capital; 3) pelas técnicas dos bancos em criar crédito sem lastro com a acumulação; 4) pelas dívidas e pelo capital fictício (circulam como capital) quando há fé no sistema; 5) por arranjos institucionais distributivos; 6) pela emissão de moeda por parte do Estado, a qual poderá se refletir nos preços.

Para Harvey (1990), dois mecanismos podem dar coerência e ordem às forças que afetam a oferta e demanda de capital a juros:

1) O capital financeiro (e sua definição através da união dos bancos com a indústria) tem um poder limitado e não hegemônico para definir a taxa de juros, pois esta não é definida apenas pela relação bancos *versus* indústria, mas por um complexo de processos sociais mantenedores da taxa de juros equilibrada;

2) o equilíbrio da taxa de juros só pode aparecer na relação entre a circulação de dinheiro, por um lado, e as atividades de produção e consumo, por outro, ou seja, na sua relação com a acumulação. Entretanto isto é muito raro.

Então, a lógica interna do capitalismo altera sempre o equilíbrio da taxa de juros e aleja a economia de um crescimento sustentado, levando-a às crises.

2.4.3 A acumulação e suas etapas

Segundo Harvey (1990), o processo de acumulação capitalista passa por várias etapas:

1) Estancamento: raiz da crise

- *redução da produção;
- *baixos preços (abaixo dos preços de produção);
- *baixo lucro;
- *desemprego;
- *baixos salários;
- *pletora de capital devido ao excesso de acumulação anterior. Então taxa de juro baixa;

2) Recuperação

- *baixos salários;
- *baixos preços do capital constante;
- *baixas taxas de juros;
- *facilidades para compra de capital fixo, pois aumentam as poupanças no mesmo montante requerido;
- *baixa CO;
- *compensam preços baixos;
- *aumentam os lucros;
- *capitalistas industriais concedem-se crédito, pois possuem reservas;
- *forte concorrência;
- *diversas taxas de lucros, pois, o sistema de crédito ainda não tem poder para igualar essas taxas;
- *o capital fictício existe, mas ainda não é problema;
- *os bens de consumo assumem grande importância na dinâmica da economia;

3) Expansão baseada no crédito

- *há fé no sistema econômico;
- *aumenta o emprego;
- *aumentam os salários – acima do valor da força de trabalho – e há maior dispêndio com capital fixo;
- *expectativas otimistas de rendas e lucros;
- *desaparece a capacidade produtiva;
- *aumenta o investimento no setor produtor de bens de capital;

Trabalhavam à sua vista o ferreiro, o construtor de carroças da aldeia; também o alfaiate e o sapateiro, que ainda ao tempo de minha juventude peregrinavam pelas casa dos camponeses renanos, onde transformavam os materiais produzidos pelos próprios camponeses em roupas e calçados. O camponês e as pessoas de quem compravam eram todos trabalhadores, e os artigos trocados eram os produtos próprios de cada um. Que despenderam para produzir esses artigos? Trabalho, apenas trabalho: para repor os instrumentos de trabalho, para obter a matéria-prima, para transformá-la gastaram unicamente a força de trabalho própria. Como poderiam então trocar os respectivos produtos pelos de outros produtores diretos, a não ser na proporção do trabalho aplicado? O tempo de trabalho era o único elemento apropriado para medir as magnitudes a trocar, e além dele, não era possível achar outro. (ENGELS *apud* MARX, 2008, p. 1175, L.3, V.6)

Assim que o comércio aprofunda sua esfera sócio-espacial, estimulando a produção de mercadorias, aparecerá pela primeira vez o lucro e a taxa de lucro, e é isto o *letmotiv* do comerciante.

O lucro, bem como a taxa de lucro, estão assentados nos moldes da produção em terras comunais ou coletivas do sistema feudal, onde, para além da produção individual do servo/camponês em sua jeira, este compartilhava com outros servos/camponeses do feudo, a produção resultante do cultivo dessas terras.

Segundo Engels (2008), da mesma forma, o comerciante era na sua essência gremialista, e isso ocorria por toda parte, em Gênova e Veneza, na Espanha, Holanda, e na Alemanha, na Noruega e Inglaterra, especialmente nos séculos XIV e XV. Todos os comerciantes de uma corporação compravam e vendiam as mercadorias iguais ou similares aos mesmos preços, sendo a taxa de lucro igual para todos. A organização corporativa deveria assegurar as mesmas condições e privilégios a todos os associados. Eram em geral fechadas a competidores e clientes, e davam garantias aos produtos comercializados através de selos de qualidade, bem como inspeção pública.

O comércio se generaliza ainda mais, e com ele as duas formas mais antigas de capital: o capital comercial e o capital usurário.

Note-se que, nesse momento, é o comércio o responsável pelo dinamismo da produção de mercadorias, as quais ainda se encontram nas mãos dos servos, camponeses e artesãos, proprietários privados dos meios de produção e do produto de seu trabalho, parte do qual, enquanto produto excedente, converte-se em mercadoria por ser valor-de-uso para outrem.

A tarefa do comerciante consiste em comprar e vender, comprar em determinado local e vender o mais distante possível para auferir maior lucro, pois os servos/camponeses e artesãos, por estarem habituados com o domínio de todo o processo de trabalho, sabem calcular perfeitamente, de acordo com Engels (2008), o tempo de trabalho necessário para a produção de uma mercadoria, isso porque eles mesmos produzem praticamente todos os meios de subsistência necessários para si e sua família.

Portanto, mesmo quando o servo/camponês ou artesão de regiões muito próximas trocam mercadorias, é muito comum saberem o tempo de trabalho necessário para a produção das mercadorias trocadas, pois mesmo que não as produzam mais, sabem o tempo de trabalho necessário para a produção, até mesmo porque o desenvolvimento das forças produtivas ocorre muito lentamente.

Desse modo,

O pouco que essas famílias tinham de obter mediante permuta ou comprando constituía-se predominantemente, mesmo até inícios do século XIX, na Alemanha, de objetos de artesanato, de coisas portanto que o camponês sabia como fabricar e que só não produzia diretamente porque a matéria prima não lhe era acessível ou porque o artigo comprado era bem melhor ou bem mais barato. Assim, o camponês da Idade Média conhecia de maneira bastante exata a quantidade de trabalho necessária para produzir os objetos que obtinha por troca.

- *ocorre aumento dos preços do capital constante;
- *leve aumento dos preços do capital fixo;
- *leve aumento da rotação do capital;
- *leve aumento da composição orgânica;
- *aumentam as necessidades de crédito e sua coordenação geral sobre a produção e o comércio de mercadorias (dado que desaparecem as reservas em dinheiro dos capitalistas industriais);
- *aumento do poder dos bancos e financistas. Elevam-se as taxas de juros no Sistema Financeiro;
- *as taxas de juros igualam-se como resultado do aumento do crédito;
- *aumenta o capital fictício, resultado da disparidade entre a base monetária real e o Sistema Financeiro;

4) Febre especulativa

- *expansão geral do crédito;
- *aumento da brecha entre o Sistema Financeiro e a base monetária real, resultando no aumento dos preços;
- *baixas taxas de desemprego nessa época;
- *salários altos;
- *a demanda é forte no departamento produtor de bens de consumo;
- *altas taxas de juros, o que, juntamente como os salários elevados, comprometem o lucro e a acumulação;
- *as empresas buscam novos espaços para lucros; há um aumento do capital fictício;
- *aparecem vários desequilíbrios entre o setor produtor de bens de capital e o produtor de bens de consumo duráveis, acompanhados dos desequilíbrios entre a base monetária real e o Sistema Financeiro;

5) Bancarrota

- *desaparecimento do capital fictício;
- *volta o equilíbrio entre o Sistema Financeiro e a base monetária real;
- *há escassez de capital-dinheiro para pagamentos. Como aumenta a demanda por capital a juros, observa-se um forte aumento das taxas de juros;
- *tem-se uma massa de capital-mercadoria invendível;
- *pletora de capital industrial;
- *aumento do desemprego;
- *queda dos salários;
- *queda dos preços;
- *queda da demanda no Departamento produtor de bens de capital, assim

como, no Departamento produtor de consumo duráveis;

Faz-se relevante para Harvey (1990), demonstrar as diversas interações entre as variáveis acima, com a dinâmica da acumulação do capital e seu desenlace final: a desvalorização de capital e trabalho. Para tanto, deve ser analisado o papel do Estado e as políticas monetárias e fiscais.

Assim sendo, o Estado encarrega-se de regular a moeda, papel moeda e títulos, a desvalorização e um certo controle da taxa de juros, através do BC. E isto, faz-se necessário para o bom funcionamento do capitalismo, pois é importante a atuação do BC emitindo papel moeda, títulos e outros quase-dinheiros em quantidade acima da base real monetária, buscando uma política de manejo das taxas de juros, e, amenizando o curso inerentemente instável do capitalismo. O Estado poderá praticar uma política fiscal expansionista para garantir a demanda das mercadorias, e, por outro lado, praticar uma política monetária expansionista (crédito) ou restritiva de acordo com os estados de equilíbrio requeridos pela taxa de juros.

Todavia, segundo Harvey (1990), a atuação estatal apenas abafará e agravará ainda mais a crise. O resultado será a conversão da desvalorização das mercadorias em desvalorização do dinheiro: eis a inflação.

Essa inflação resultará para o autor em:

- 1) socialização dos prejuízos das corporações, ou seja, os custos são repassados para a sociedade através dos preços;
- 2) inflação permanente, a qual permite – em especial aos oligopólios – um aumento permanente dos preços;
- 3) possibilidade de uma desvalorização do salário real, dado que os trabalhadores prestam mais atenção no salário nominal;
- 4) queda dos salários reais, e quando tem-se o despertar dos trabalhadores para o reestabelecimento do nível salarial, as mobilizações, voltam-se também, contra o Estado;
- 5) aparência de irresponsabilidade do Estado frente às políticas monetária e fiscal, maquiando o problema inerente de crise no capitalismo, bem como, a importância do ente político para amenizá-la;
- 6) incapacidade de eliminar o excesso de acumulação de capital, resultando em crises mais fortes, no futuro;
- 7) necessidade de desvalorizar a moeda nacional frente a estrangeira;
- 8) estruturas de preços instáveis;

CAPÍTULO 4 - DA GÊNESE DO MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO AO CAPITAL INDUSTRIAL

Como se demonstrou anteriormente, o capital financeiro é em geral adotado como sendo resultado da fusão do capital bancário com o capital industrial, este último entendido na maioria das vezes, como capital produtivo. Pretende-se, a partir deste capítulo, buscar entender a dinâmica do modo capitalista de produção, como surgiu, e como se assentam as bases para a gênese do capital industrial, ou seja, como o capital, para se reproduzir, tem de percorrer seu ciclo, bem como suas formas funcionais.

4.1 O papel do capital comercial, do capital usurário e da acumulação primitiva como parteiros do novo modo de produção

A partir da baixa idade média, aparecem os primeiros centros, verdadeiramente comerciais no norte da Itália, especialmente em Gênova e Veneza. O capital comercial, assim como o capital usurário, vão se tornando cada vez mais, fontes de acumulação de capital nas mãos de comerciantes e usurários, em especial quando se espraiam para novas regiões da Europa ocidental.

Pari passu, os Senhores Feudais, Nobres e Reis, acostumados a se apropriarem diretamente de parte do produto excedente do servo – mediante o contato com comerciantes e mercadorias cada vez mais diversas – passam a exigir o pagamento em moeda pela proteção no feudo, pela jurisprudência, pelas suas funções nobres e divinas.

Assim, se anteriormente apenas os senhores feudais, nobres e reis mantinham contato com os comerciantes, de forma mais estreita, e, por consequência, comercializavam as mais diversas mercadorias, isso torna-se gradativamente uma exigência para o próprio servo/camponês e artesão, pois o pagamento de suas obrigações junto à instituição feudal, passa cada vez mais, a ser efetuado em dinheiro.

Porém, o combate da inflação passa por:

- 1) política fiscal e monetária, restritivas;
- 2) controles salariais por parte do Estado;
- 3) incentivo do Estado para o desenvolvimento das forças produtivas, o que possibilitará baixar os custos em geral, inclusive da força de trabalho;

3.4.3 O capital financeiro como “classe” dos financeiros e dos capitalistas dinheirários

Aparentemente, o Sistema Financeiro (através do poder organizado das finanças) é todo poderoso, controla as decisões políticas principais, o Estado, os grandes bancos e os grandes monopólios industriais. Isto, consoante com Harvey (1990), é mística. À ciência cabe revelar essa fragilidade escondida atrás do aparente poder.

Assim, os possuidores do capital-dinheiro, segundo Harvey (1990), parecem ter muito poder, ocupar uma posição estratégica na sociedade. O capital-dinheiro deveria estar centralizado nas mãos de poucos indivíduos para, ao ser transformado em capital portador de juros de fato apresentasse uma definição operante de capital financeiro. No entanto, o próprio sistema financeiro apresenta fragmentação em relação ao poder através do controle e manipulação do capital-dinheiro portador/produtor de juros.

É, segundo o autor, o caso dos EUA, onde poucas famílias detêm uma grande quantidade do capital-dinheiro disponível nos bancos, ao mesmo tempo o sistema financeiro bancário é descentralizado.

3.4.3.1 O capital financeiro como unidade do capital bancário e industrial

O conceito definido por Hilferding e muitas vezes designado por Lênin como capital monopolista, faz sentido, segundo Harvey (1990), quando conseguem demonstrar como os grandes bancos de fato se associam às grandes corporações e desejam controlá-las. Porém, se é verdadeira a existência de um entrelaçamento entre os bancos com a grande

indústria, isto não é suficiente para dar ao conceito de capital financeiro, definido por Hilferding e aceito por Lênin, o *status* de uma unidade funcional capaz de explicar o processo de acumulação do capital no capitalismo contemporâneo. Assim, para Harvey (1990), o conceito de capital financeiro apresentado por Hilferding e Lênin apresenta-se simplista e unilateral, pois não consegue explicar as contradições do sistema capitalista, uma vez detectada troca perpétua de poder entre a indústria e os bancos.

Assim,

la unidad entre el capital bancario y el industrial, si es que existe, ciertamente está llena de tensiones. Es obvio, naturalmente, que las grandes corporaciones no pueden dirigir sus asuntos sin usar extensamente los servicios bancarios, y que los bancos ansían desesperadamente dirigir los grandes flujos de dinero que generan las grandes corporaciones. En este sentido los capitales bancario y corporativo en gran escala se necesitan entre sí, existe una relación simbiótica. Si esto fuera todo lo que quiera decir la unidad del capital bancario e industrial, entonces no habría problema, pero tanto Hilferding como Lênin quisieron decir algo más: afirmaron que la unidad funcional, que domina el proceso de acumulación y divide el mundo en regiones de subordinación al poder colectivo de unos pocos bancos y corporaciones de gran tamaño... Además, como el proceso de acumulación invariablemente produce fases en que hay muchas mercancías y poco dinero y viceversa, tenemos que prever cambios perpetuos en la relación de poder entre el capital bancario y el industrial. Desde este punto de vista, el hecho de poner a los jefes de las corporaciones en los consejos de administración de bancos importantes y de nombrar a los presidentes de los bancos como directores de las corporaciones parece un intento fútil de establecer una unidad de organización frente a un proceso plagado de contradicciones (1990, p. 322-323)

Assim como se pode interpretar a afirmação do neoliberalismo como o resultado de uma luta de classes de amplitude histórica e mundial, a mutação do neoliberalismo, até mesmo a sua superação, porá em jogo forças sociais de natureza e envergadura similares. (idem, 2005, p. 106).

Portanto, muitos Estados periféricos vêm percebendo a força histórica do imperialismo e a sorte histórica de seus povos, e gradativamente começam a adotar caminhos distintos aos propagados pela coalizão imperial, podendo inclusive conduzir a busca de soluções extremistas.

Pode-se assim, de acordo com Dumenil (2005 (c)), destacar a posição central da América Latina na mundialização neoliberal, em especial à sua experiência histórica de lutas sociais, anti-imperialistas e anti-capitalistas, lutas estas que a tornam vanguarda no *front* das resistências.

Isto implicará num *trade off* do FED: pelo mecanismo de política monetária, deverá optar entre o investimento das empresas ou o financiamento dos *déficits* orçamentários, garantindo o fluxo de rendas ao exterior.

Assim, o ajuste das cotações na Bolsa contribuirá de maneira decisiva para o fracasso do compromisso neoliberal com as classes dominantes – a finança - e com a classe média detentora de ações e títulos em geral.

Neste momento histórico de crise no centro do capitalismo mundial, é possível um retorno “ao compromisso keynesiano”⁴⁴ ou mesmo de um aumento do autoritarismo político e econômico, acompanhado de uma ampliação do militarismo. Essas serão possibilidades a irradiar do centro do capitalismo; no entanto, a luta de classes de amplitude mundial cada vez mais forte, ratificará, ou não, o esforço da finança do centro do capitalismo para:

(1) continuar a drenagem de rendas em seu favor, tanto no plano nacional quanto no internacional, e (2) perpetuar a proeminência internacional de seu país. A acentuação da pressão sobre o resto do mundo é previsível. Os mais desamparados, os produtores de matérias-primas, os assalariados das transnacionais nos países mais pobres, os países endividados etc. ver-se-ão submetidos a maiores pressões... Mas, em tal conjuntura histórica, não é possível saber se esses ajustes serão o motor do restabelecimento de um compromisso social mais amplo, lembrando o compromisso keynesiano, ou do desvio antidemocrático, autoritário, repressivo e militarista que o tumulto crescente deste início de século anuncia... É, pois, o político que decidirá sobre essas evoluções, quer dizer, a luta de classes.

⁴⁴ Note-se que esse retorno ao compromisso keynesiano é, como demonstrado anteriormente, a internalização dos lucros para um possível aumento do investimento. Isso, no entanto, deveria vir acompanhado de uma provável queda na relação do dólar com as moedas estrangeiras com o objetivo de diminuir o déficit no Balanço de Pagamentos; uma queda na taxa de juros com vistas a estimular o investimento; e uma possível limitação da mobilidade de capitais se eles se retirassem perigosamente; uma forte atuação estatal na compra cada vez maior dos títulos hipotecários de risco. (DUMENIL & LEVY, 2005 (b))

Todavia, se essas modificações na reprodução do capital já eram percebidas na época de Hilferding e Lênin, faz-se necessário, para o autor, na contemporaneidade, trabalhar com uma nova definição de capital financeiro, qual seja, a unificação dos interesses do Estado, dos capitalistas detentores do capital-dinheiro de empréstimo, dos bancos e da grande indústria. Contudo, tomando-se o capital a juros como foco das atenções, percebe-se que o Estado, através do banco Central, tem de coordenar os excessos cometidos tanto pelos bancos quanto pelos industriais, amenizando, com isto as crises.

Portanto, conforme o autor, o capital financeiro como corrente de capital a juros cheio de contradições, ajuda a esclarecer e a decifrar as contradições do capitalismo. Isso não será possível com um conceito constante como o de Hilferding, ao considerá-lo como um bloco de poder dentro da burguesia.

Assim, se a própria atuação do Estado, está voltada para o controle da classe trabalhadora – tendo em vista o enquadramento desta de acordo com as necessidades da acumulação do capital –, volta-se igualmente para a administração dos conflitos dentro da própria burguesia. A exemplo, na tentativa de evitar a inflação, o Estado maneja os instrumentos de política econômica, com isso reduz a oferta de moeda e aumenta a taxa de juros. Bom para os detentores da dívida pública, em geral os bancos; péssimo para o setor produtivo/industrial e comercial, acostumado a calcular a taxa de retorno do investimento de seus capitais levando em conta sempre a taxa de juros. Ruim para os trabalhadores, pois perdem parte do poder aquisitivo ou mesmo dos salários reais.

Nesse sentido, Harvey (1990) mostra a ingenuidade de Hilferding em acreditar na hipótese da classe trabalhadora assumir o poder do Estado, controlar o centro estratégico do capital financeiro e dar um grande passo ao socialismo; fato, como já se viu, não eliminaria as contradições essenciais do sistema capitalista.

Dessa forma, o manejo de políticas fiscais e monetárias, por parte do Estado, é cada vez mais necessário para conter as crises que abarcam a estrutura legal, institucional e política; o Estado passa a assumir, com isso, posturas cada vez mais autoritárias e de controle, em especial, sobre a classe trabalhadora. Nesse sentido, resgata-se a ideologia de Estado Nacional, e quando os problemas nacionais acentuam-se, são exportados. Se a produção de mercadorias e a circulação dos capitais são excessivos, a saída é o mercado mundial, e quando o desemprego aumenta, a primeira alternativa é diminuir os custos da força de trabalho e aumentar a competitividade nacional.

Quando os recursos naturais, necessários para a acumulação do capital, vão se tornando escassos, muitas vezes a saída é a guerra. O poder financeiro, econômico, político e militar de cada Estado passa a ser decisivo.

Deste modo, o conceito de capital financeiro apresentado por Hilferding e Lênin apresenta-se limitado, pois não exprime a totalidade das contradições do sistema capitalista. Então, para Harvey (1990), trabalhar com a definição de capital financeiro é útil quando se tem em conta que este representa a complexidade e as múltiplas contradições do sistema capitalista, que estão para muito além da simples aliança entre o capital bancário e o industrial.

Constata:

la calidad enigmática de la relación entre el capital financiero y el Estado se convierte aquí en algo muy fácil de entender. Mientras que el aparato estatal forma el núcleo estratégico de control para la circulación del capital a interés, este último es libre simultáneamente para circular en tal forma que discipline a su propósito a las naciones-Estado. El Estado controla e a la vez es controlado en su relación con la circulación de capital. Depende de las circunstancias cuál de las fuerzas domina, pero allí, como em otras partes, los desequilibrios tienen que ser concebidos como oscilaciones perpetuas alrededor de un punto de equilibrio en movimiento entre fuerzas que hacen contrapeso...Lo que quiero demostrar es que la relación entre el capital financiero (en cualquier forma que se le conciba) y el Estado está fundada en una contradicción dentro de una unidad. Cualquier análisis del Estado y de las relaciones de poder entre los estados debe entender la naturaleza y el origen de las contradicciones, y hacer de este entendimiento el centro mismo de su discusión (1990, p. 327).

Como foi acima descrito, apesar de Harvey (1990) manifestar a ideia do capital financeiro ter de expressar as complexidades e múltiplas

lhas especulativas e do endividamento das famílias, ultrapassando os 100% da renda pessoal disponível estadunidense.⁴³

Desse modo, com respeito à esfera empresarial, Dumenil e Lévy (2005) entendem estar o principal fator relacionado à solvência dessas, em especial aos valores duvidosos, compreendidos os ativos financeiros, chamados “good will”.

Já, com relação ao sistema bancário, este somente escapou da crise por ter vendido o risco de 43% dos seus títulos para instituições públicas.

Com relação aos desequilíbrios no Balanço de Pagamentos evidenciados desde o início dos anos de 1980, convém destacar: em 2003, os haveres do Resto do Mundo nos EUA correspondiam à 34% da produção total deste país.

O fenômeno só não foi mais forte porque “em primeiro lugar, a taxa de redesconto do FED foi reduzida a níveis muito baixos; em segundo lugar, o valor do dólar cedeu fortemente em relação ao euro e ao iene; em terceiro, tolerou-se um elevado déficit orçamentário. Essas medidas estimulam a demanda sem ocasionar investimento produtivo” (2005, p. 100).

Finalmente, com base nos autores, tudo indica que nos EUA, em especial, haverá um engajamento institucional para sustentar o crédito das famílias; taxas de juros baixas; déficit estatal elevado; uma política cambial agressiva; medidas protecionistas; mas, acompanhado de um fraco estímulo ao investimento devido, o estouro das bolhas na Bolsa. Isto posto, percebe-se desde já, uma tendência ao desaquecimento do crescimento estadunidense.

Também o endividamento das famílias e o risco de insolvência terá de ser absorvido pelo Estado, e a demanda provavelmente será afetada, podendo implicar na necessidade de se promover uma nova fase de retenção dos lucros.

Com base em Dumenil e Lévy (2005), o aumento da dívida externa, acarreta aos EUA a remessa de parcela importante e crescente de rendas de haveres do Resto do Mundo. Se diminui as entradas de capitais do Resto do Mundo para os Estados Unidos, a taxa de juros deverá elevar-se.

⁴³ Sobre esse ponto, Dumenil & Lévy (2007) exploram a crise do mercado imobiliário estadunidense no texto “Algumas verdades sobre a crise financeira”, disponível em <<http://www.resistir.info>>. Acesso em Set. 2007. Além do mais, muito informativo é o filme “Trabalho Interno” (2010), de Charles Ferguson.

em capital fixo – não foi restaurada em função das altas taxas de juros. Para Dumenil e Lévy (2005) isso demonstra as razões do desemprego nos EUA e Europa, o forte endividamento estatal e o aumento das bolhas especulativas até 2000.

Observe-se, portanto, como de 1982 à 1995 os déficits orçamentários dos Estados Unidos, bem como o consumo das famílias mais ricas, foram elevadíssimos nesse período, sustentados, graças aos fluxos de rendas provenientes do exterior.

Então,

Chega-se a um quadro muito edificante: (1) o neoliberalismo criou formidáveis fluxos de rendas em benefício das camadas mais ricas; (2) estabeleceu-se um poderoso sistema de drenagem de rendas no plano mundial, alimentando as rendas dessas camadas, que (3) se engajaram num consumo maluco e (4) o investimento reduzido no neoliberalismo, manteve nível superior ao ditado pela poupança nacional graças ao aporte da poupança internacional que financiou a despesa nos Estados Unidos. Longe de um imperialismo poupador e posto numa situação difícil pelas rendas que concentra, observam-se classes privilegiadas de um centro imperial mundial jamais saciadas em seu desejo de consumir: um imperialismo glutão. (2005, p. 99)

Nessa direção, os autores questionam quais as perspectivas para o futuro, dado o longo *boom* da segunda metade dos anos 90 ter sido interrompido por uma recessão?

Após 1993, as taxas de investimento – mesmo com as taxas de juros em torno de 5% em média no período 80 - 2000 – voltaram a crescer, em especial porque até 1997 se utilizou o lucro retido para a acumulação de capital fixo.

Posteriormente à 1997, ocorreu, segundo Dumenil e Lévy (2005), o financiamento do investimento com um aumento excepcional do fluxo de investimentos diretos provenientes do exterior, acompanhado do forte endividamento estatal, e isso se deu até 2000, momento da instauração da crise nos Estados Unidos, como consequência das altas taxas de juros e do aumento do custo salarial, acrescentado do esvaziamento das bo-

contradições do modo de produção capitalista, destaca no seu centro existir o capital a juros.

Este capital a juros, por sua vez, obriga o Banco Central a ter uma postura ativa na economia com relação ao Sistema Financeiro, o qual é o seu espaço por excelência.

Conforme demonstrou-se anteriormente, o processo de reprodução do capital passará sempre por ciclos sucessivos de acumulação, e farão parte desses ciclos de acumulação as fases de estacamento, recuperação, expansão baseada no crédito, febre especulativa e bancarrota.

Portanto, se a atuação estatal faz-se sempre necessária no processo de reprodução do capital, isso ocorrerá, em especial, nas fases de expansão baseada no crédito, febre especulativa e bancarrota. Nessas fases, a intervenção do Banco Central no controle do capital a juros é imprescindível, pois aumenta, significativamente, o poder dos bancos e financistas em geral, ocasionando uma lacuna entre a base monetária que expressa a produção real e a quantidade ofertada de moeda pelo Sistema Financeiro.

E essa atuação do Banco Central é tão mais forte quanto mais forte for a febre especulativa e a bancarrota. Ao ente político sempre resta a função de reestruturar a produção e a circulação do capital, a fim de promover um novo equilíbrio entre as forças produtivas e as relações sociais de produção, ou seja, administrar os conflitos entre os próprios capitalistas e entre estes e a classe trabalhadora.

Quando a administração desses conflitos é dificultada nos países centrais, a alternativa apresentada é, para além de exportar capitais e mercadorias, exportar a inflação e a desvalorização do câmbio, pois há uma hierarquia mundial tanto no concernente à produção e comercialização, como em relação à esfera financeira.

Finalmente, cabe destacar, ao que tudo indica - para Harvey (2004) - se impõe na atualidade dois tipos de acumulação, ou seja, uma parte integrante da própria dinâmica capitalista e outra vinculada à espoliação, à fraude, à especulação, que remonta aos primórdios do capitalismo. Há uma relação dialética entre ambas, sob o domínio da última. Isso é o que caracterizaria o novo imperialismo.

3.5 O capital financeiro: um conceito teoricamente vazio

Carcanholo e Nakatani (1999), observam, na atualidade, a existência de muitos autores marxistas abordando o avanço da globalização, os quais destacam a enorme influência da financeirização nos mais diversos setores da economia. Para designar esse movimento, que traz no seu seio um alto grau de ganhos especulativos, esses diversos estudiosos estariam se utilizando do conceito de capital financeiro com o propósito de definir mais precisamente esse movimento.

Neste sentido, para Carcanholo e Nakatani (1999, p. 299), “Hilferding e Lênin utilizavam a expressão como um conceito mais concreto e institucional, no sentido de descrever o fato histórico da unificação do capital produtivo com o capital bancário, sob a hegemonia deste último”.

Todavia, para esses mesmos autores:

Existe consenso sobre o fato de que um dos aspectos mais significativos da globalização está constituído pela expansão e domínio do "capital financeiro". Com isso querem referir-se àquele capital cuja remuneração está basicamente constituída pelos ganhos especulativos obtidos em operações financeiras dos mais diversos tipos, além da que deriva dos juros... Nós o consideramos um "conceito" teoricamente vazio, pois refere-se a um conjunto de formas indefinidas de capital cujas articulações com as formas funcionais do capital industrial ficam indeterminadas. (CARCANHOLO; NAKATANI, 1999, p. 298)

Dado isso, pretendem demonstrar ser o conceito de capital financeiro teoricamente vazio e, além do mais, quando utilizado, não traz precisão teórica, muito menos considera adequadamente os movimentos do capital global em suas formas funcionais.

Porém, o que explica a nova fase do capitalismo? Para Carcanholo e Nakatani (1999), os ganhos especulativos obtidos em operações financeiras, os juros de maneira geral, com exceção daqueles referentes à cessão do capital-dinheiro de empréstimo, os quais sempre represen-

Dai decorre a identidade: *Investimento estrangeiro líquido = saldo do balanço em conta corrente*. Em 2000, essa variação elevou-se para US\$ 410 bilhões, em benefício dos estrangeiros (um crescimento dos seus haveres líquidos):

Saldo do balanço em conta corrente [-410] = (exportações [1.064] + fluxo de rendas provenientes do exterior [353]) – (importações [1.443] + fluxo de rendas enviados ao exterior [331] + transferências unilaterais [53])...

$PNB = consumo + investimento + exportações - importações + rendas provenientes do resto do mundo - rendas pagas ao resto do mundo$

A poupança é a diferença renda - consumo:

$Poupança = PNB - consumo = investimento + exportações - importações + rendas provenientes do resto do mundo - rendas pagas ao resto do mundo$

Que se pode reescrever (desconsiderando-se as transferências unilaterais):

$Poupança = investimento + saldo do balanço em conta corrente$

Em 2000, o saldo do balanço em conta corrente (igual ao investimento estrangeiro líquido, como vimos acima) foi negativo: os estrangeiros investiram muito mais (financeiramente) nos Estados Unidos do que os agentes desse país no exterior; assim, pode-se afirmar que os estrangeiros financiaram uma parte do investimento real nos Estados Unidos (2005, 96,97)

Desta maneira, estaria ocorrendo, em especial após o ano de 2000, o avesso das teses de Lênin e Rosa Luxemburgo, pois os EUA não só exportam mercadorias e capitais, como a partir daquele ano a tendência se inverteria e, tanto a importação de mercadorias, quanto de capitais, passaram a financiar as despesas do país.

É elucidativo perceber como após 1980, a introdução do neoliberalismo com uma política fiscal expansionista e monetária restritiva, contribuiu decisivamente para a queda das taxas de investimento bem como da poupança interna estadunidense.

Então, apesar do crescimento da taxa de lucro a partir de meados dos anos de 1980, a taxa de acumulação de capital – investimento bruto

entrada de cérebros do mundo todo para os países da coalizão imperialista, em especial para os Estados Unidos.

Considerando-se a existência nos EUA de 116 milhões de trabalhadores ativos nas empresas privadas, estes geram um PIB de US\$ 7,2 bilhões, igual a renda. Dumenil e Levy (2005) afirmam vir dessa atividade os lucros de US\$ 380 bilhões, ou seja, os lucros internos.

Mas, como observam os autores, os agentes econômicos dos EUA (famílias, sociedades, Fundos de Pensão e Fundos Mútuos...) possuíam US\$ 3,488 bilhões em aplicações no resto do mundo. Estes haveres renderam US\$ 381 bilhões, o equivalente a 100% dos lucros internos: eis a internacionalização do capital e suas vantagens.⁴²

Mas, analisar os efeitos da internacionalização do capital, significa comparar os haveres dos EUA no resto do mundo com os haveres do resto do mundo nos EUA.

De acordo com Dumenil e Levy,

Haveres dos Estados Unidos no resto do mundo:

3,488

Haveres do resto do mundo nos Estados Unidos:

6,446

Saldo: excedente de haveres nos Estados Unidos (=posição líquida dos Estados Unidos em relação ao resto do mundo): -2,958

A variação anual desse saldo é chamada de investimento financeiro líquido no exterior (ou simplesmente *investimentos estrangeiros líquidos*)... Somente dois tipos de operações podem modificar a *posição líquida dos Estados Unidos*: as exportações e as importações e o pagamento de rendas (juros, dividendos...) de um país a outro (ao qual se devem acrescentar as transferências unilaterais de fundos, por exemplo, pelos trabalhadores imigrantes ou a ajuda a outros países). São as únicas operações que originam fluxos monetários e financeiros líquidos, afetando o saldo dos haveres (sejam as operações à vista ou a crédito).

⁴² Para Dumenil & Lévy os haveres representam: liquidez, créditos e ações. As ações podem representar investimentos diretos ou em carteira.

tam um ônus para o capital industrial, ou seja, constituem a remuneração do capital fictício.

Portanto, de acordo com Carcanholo e Nakatani (1999), identificar corretamente os movimentos da nova etapa de desenvolvimento capitalista – a globalização – implica levar em consideração em primeiro lugar: Marx ao se referir ao capital global, fê-lo como sendo o capital industrial; em segundo, os movimentos dialéticos desse capital – que nada mais é do que relação social – se darão no ciclo de reprodução do capital, composto pelas formas funcionais – com a divisão social do trabalho entre os próprios capitalistas – assumidas pelo capital ao longo do seu movimento de produção e reprodução, quais sejam: capital produtivo, capital-mercadoria e capital dinheiro; terceiro, dado um excedente do capital-dinheiro transmutado em capital produtor de juros para além das necessidades da reprodução do capital industrial, sua destinação na aquisição de títulos da dívida pública, debêntures ou ações, converte-se em capital fictício, em capital sem existência fática, valorizado a partir de movimentos especulativos, contaminando, em última instância, o próprio movimento do capital industrial, em especial, o capital produtivo.

Desse modo, Carcanholo e Nakatani (1999) colocam:

Nossa tese é que a globalização, com todas as suas características, distingue-se de outras épocas da história do capitalismo, pelo domínio do *capital especulativo parasitário* (forma particular mais concreta do capital portador de juros) sobre o capital produtivo. Nessa fase, o *capital industrial* converte-se em *capital especulativo* e sua lógica fica totalmente *subordinada* à especulação e dominação pelo *parasitismo*. Dessa maneira, é a lógica especulativa do capital sobre sua circulação e reprodução no espaço internacional que define esta nova etapa. Sem dúvida, esse fenômeno está associado à quebra do padrão monetário internacional a partir dos anos 70. (CARCANHOLO; NAKATANI, 1999, p. 285-286)

Nesse momento, ocorre a conversão do capital industrial em capital especulativo, tendo sua lógica subordinada à especulação e ao parasitismo.

Contudo, como é obtida essa conversão do capital industrial em capital especulativo? Verifica-se em Carcanholo e Nakatani (1999),

inicialmente pela existência de uma pletora de capital-dinheiro que como capital produtor de juros se converte em títulos, debêntures e ações, sem possuir qualquer vinculação com o capital real, efetivamente operante no ciclo de reprodução do capital; em segundo, de acordo com o autor, apesar deste capital fictício não ter qualquer existência na reprodução do capital, do ponto de vista individual ele é real, mas do ponto de vista global é totalmente fictício.

Note-se que, para esses autores, a remuneração do capital fictício é composta pelos juros auferidos e pelos ganhos de capital obtidos no mercado especulativo, e quando o capital fictício não é capital produtor de juros, o qual exerce uma função útil e indispensável ao capital industrial, é total e absolutamente parasitário, e a partir daí passa a representar apenas ônus para a reprodução do capital industrial.

Nas palavras dos próprios autores,

A remuneração do *capital fictício* está constituída pelos juros auferidos e pelos chamados ganhos de capital obtidos nos mercados especulativos. O *capital fictício* obtém tais remunerações através de transferência de excedente-valor produzido por outros capitais ou por não-capitais. Isso significa que o *capital fictício* é um capital não produtivo, da mesma maneira que o *capital a juros*. No entanto, enquanto este cumpre uma função útil e indispensável à circulação do *capital industrial* e nessa medida, embora improdutivo, não pode ser considerado parasitário, o *capital fictício* (quando não é *capital a juros*) é total e absolutamente parasitário. Não cumpre nenhuma função necessária dentro da lógica do *capital industrial*, sendo sua remuneração puro ônus para este.

O *capital fictício*, como vimos, tem um movimento independente do *capital industrial* e seu crescimento se explica por diferentes circunstâncias. Dentro de certos limites, o volume do *capital fictício* não compromete substancialmente a lógica da acumulação do *capital industrial* e a sua trajetória. Ultrapassados esses limites surge a possibilidade de descontrole: (CARCANHOLO; NAKATANI, 1999, p. 299)

Entretanto, na atualidade, a nova etapa de desenvolvimento capitalista, comumente chamada de globalização, caracteriza-se pelo rom-

3.6.1 O imperialismo estadunidense

O imperialismo estadunidense, para Dumenil e Lévy (2005), está associado aos fluxos de rendas provenientes do exterior.

É importante observar que, para os autores, o imperialismo não é constituído por um país, mas por um conjunto de países em que o Estado desses países representa os interesses de suas classes dominantes, os interesses da finança de cada país.

Assim sendo,

parece-nos mais justo fazer do imperialismo uma característica geral e permanente do capitalismo.. Desde as suas origens mais recuadas e ainda embrionárias (pode-se pensar na liga hanseática), o capitalismo procura os lucros fora das suas metrópoles, com a avidéz que lhe é própria...abertura de fronteiras...colonialismo puro e simples, e todos os procedimentos de pressão e extorsão. Os seus meios são a guerra e a subordinação, a aculturação, e sobretudo no passado, a evangelização; a escravatura...mas as condições impostas nos nossos dias, às populações das *maquiladoras* ou doutros lados não são muito desejáveis. É o conjunto destas relações que constitui o sistema do imperialismo, definido pela procura de lucros no exterior das metrópoles capitalistas por métodos de sujeição... Se o imperialismo não é uma fase do capitalismo, passe ele próprio por várias fases, que respondem às transformações dos próprios países imperialistas... A relação de dominação estabelece-se então a um duplo nível: entre o país dominante e os outros membros do grupo, e entre esses países imperialistas e os outros países dominados (2005 (b), p. 4)

Os benefícios desse imperialismo apresentam-se na mais-valia apropriada do exterior, no baixo preço das matérias primas e também na

fenômeno se verifica no início do século XX, vai se aprofundar em sua segunda hegemonia.

Passado as duas Grandes Guerras, já sob a hegemonia estadunidense, estabeleceu-se o compromisso Keynesiano. Neste período, o objetivo dos administradores é privilegiar o investimento, o pleno emprego, os salários e a estabilidade, e com isso, a retenção de boa parte dos lucros passa a significar uma repressão da hegemonia da finança.

Nos anos de 1970, com a crise do modelo keynesiano, as taxas de inflação sobem, aumentam os níveis de desemprego e uma forte desaceleração no crescimento.

Para Dumenil e Lévy (2005), observa-se nesse interstício a ocorrência de uma queda na produtividade do capital⁴¹ e uma diminuição dos lucros, dado a taxa de crescimento da produtividade do trabalho ser inferior ao custo salarial. Dumenil e Lévy (2003) apontam a taxa de lucro, a qual fora nos anos 1960, de 20%, haver diminuído para 12%, em 1983.

Com a nova hegemonia da finança, o neoliberalismo, essa tendência se inverte. Para os autores acima, a nova forma de gestão - sistematizada pela OCDE – imposta pelo poder da finança, conduziu a uma incrementação de novas tecnologias nos processos produtivos, em especial após 1985, elevando com isso a produtividade do capital e aumentando a produtividade do trabalho. Isto se refletiu num aumento das taxas de lucro nos EUA e na Europa, e os gestores foram instruídos pela finança a diminuir o percentual do lucro retido e a aumentar os dividendos distribuídos aos acionistas – os quais ao final dos anos 90 passaram para 80% dos lucros.

Não se deve esquecer, como as novas configurações do modo de produção capitalista ao longo do século XX, tendo a oposição entre a propriedade e gestão, desempenharam um papel central. Para Dumenil e Lévy “na expressão “separação da propriedade e gestão”, a propriedade assume um sentido estreito (jurídico), e a gestão compreende as funções capitalistas delegadas” (2003, p. 33).

Os proprietários desincumbiram-se da gestão e progressivamente de agentes da mobilidade do capital. Ficaram apenas com a possibilidade de impor regras de funcionamento do capitalismo, como por exemplo, a transformação dos lucros das empresas em dividendos para os acionistas.

⁴¹ Relação entre a produção e o estoque de capital fixo.

pimento dos limites por parte do capital fictício, influenciando, decisivamente, a acumulação do capital industrial através da busca desenfreada pela mais-valia, sem, no entanto, contribuir com o processo de produção desta. Para Carcanholo e Nakatani (1999), é nesse momento que o capital fictício transmuta-se em capital especulativo parasitário. A parte do capital, a qual opera, especulativa e parasitariamente, contamina todo o capital industrial e suas formas funcionais, e o subsume, transformando-o em capital especulativo.

Assim,

O que antes era *capital industrial*, síntese das formas autonomizadas de *capital produtivo*, *capital comercial* e *capital a juros* e hegemônico pelo primeiro (o capital produtivo), converte-se em *capital especulativo*, síntese de várias formas de capital, uma das quais, a hegemônica, o *capital especulativo parasitário*, já descrito. O *capital industrial*, cuja lógica era a apropriação baseada na produção de mais-valia, converte-se, não em capital parasitário, mas em *capital especulativo*. Na verdade, enquanto este é síntese, o *capital especulativo parasitário*, dentro dele, é a dimensão da-quele que se remunera parasitariamente; é, portanto, seu aspecto parasitário e domina toda a sua lógica (a lógica do *capital especulativo*, como síntese). (CARCANHOLO; NAKATANI, 1999, p. 301-302)

Por último, o capital especulativo parasitário, para Carcanholo e Nakatani (1999), do ponto de vista individual é real, mas do ponto de vista global (na essência) apresenta-se como fictício e real. Todavia, para esses mesmos autores (1999, p. 302), quando o capital especulativo parasitário, que representa riqueza fictícia, assume proporções incontrolláveis, surgem as crises, e “[...] freiam o crescimento desse capital, destruindo parte dele, mas aceleram o da miséria. O capitalismo especulativo e parasitário é a tragédia do nosso tempo”.

3.6 A hegemonia da finança como expressão da separação entre a propriedade e a gestão do capital: o neoliberalismo como a expressão máxima dessa separação e as contradições daí decorrentes

Para Dumenil e Lévy (2005), o capitalismo contemporâneo é denominado de neoliberalismo, e para compreender-se as transformações das últimas três décadas faz-se necessário entender as características específicas dessa nova fase, bem como, a vinculação histórica destas especificidades com a própria dinâmica do modo de produção vigente.

Assim, a partir de 1979, é que se teve o início dessa nova fase do capitalismo, momento no qual se mostrava evidente o esgotamento do chamado compromisso Keynesiano.

Desta maneira, o pacote neoliberal – oriundo dos Estados Unidos com apoio de muitos países europeus – teve como primeiro ponto a decisão do Banco Central estadunidense, o FED, de elevar, significativamente, as taxas de juros, representando para Dumenil e Lévy (2005) um golpe duro, em especial para os países que haviam tomado empréstimos dos bancos estadunidenses.

O governo daquele país passa a ministrar uma política monetária restritiva – com reflexos sobre os investimentos e o emprego - e uma política fiscal expansionista, aumentando, gradualmente, a partir desse momento, o endividamento público.

Em termos gerais o resultado foi um controle dos salários no centro do sistema; fim dos sistemas de proteção social; crescimento lento; endividamento dos países periféricos e um aumento do militarismo.

É relevante perceber como essa nova fase do capitalismo, para Dumenil e Lévy (2005), é entendida como de hegemonia financeira dos EUA no seio da coalizão dos países imperialistas, acompanhada de uma forte presença estatal.

Contudo, faz-se relevante observar como esta hegemonia da finança é exercida pela classe dominante, detentora dos meios de produção, e, porque não dizer, dos meios de subsistência. Para os autores, a propriedade dos meios de produção evoluiu de propriedade individual no final do século XIX/início do século XX, para propriedade financeira das sociedades anônimas no final do século XX.

Nesse sentido, Dumenil e Lévy (2005) destacam que a finança é denominada como a fração superior das classes capitalistas, bem como

suas instituições financeiras, nas quais se concentra a capacidade de ação.

Essas instituições financeiras, concentradoras da capacidade de ação das classes capitalistas são: bancos em geral, os Bancos Centrais e os Fundos de Pensão.

Assim sendo, juntamente com as mudanças na forma de propriedade privada, a propriedade financeira das sociedades anônimas, traz consigo, a separação entre a propriedade e a gestão dos espaços de reprodução do capital.

Dumenil e Lévy, destacam que há o aparecimento de uma nova classe de administradores, podendo ser compreendidos como os executivos e os empregados administrativos das empresas privadas e do setor público. Esta “complexidade da estrutura da classe no capitalismo contemporâneo decorre da existência dessas (novas e antigas) classes médias” (2005, p. 87).

Ma essa configuração de poder, da hegemonia da finança, se dá através de compromissos estabelecidos entre esta e a fração superior dos executivos, bem como, com as classes médias, podendo ser assalariadas ou donas de pequenas empresas, possuidoras de haveres financeiros, direta ou indiretamente por meio de Fundos de Pensão ou aplicação financeira.

Contudo, para compreensão do papel dos administradores, faz-se relevante destacar o seu surgimento somente após a primeira crise estrutural do capitalismo; para Dumenil e Lévy (2003) dar-se-á entre 1860 e 1900. Assim, eis a primeira hegemonia da finança: para Dumenil e Lévy (2005), foi do final do século XIX até 1929; posteriormente, de 1945 até 1970, tem-se a fase do chamado compromisso keynesiano; de 1960 até 1980 a segunda crise estrutural; seguida nos anos 1980 da segunda hegemonia da finança.

Como se sabe, o primeiro período da finança foi marcado pela forte exportação de capitais e mercadorias dos países centrais para o resto do mundo⁴⁰, e esta, fora a orientação das grandes empresas para seus executivos. É ainda, um momento cuja potência hegemônica é exercida pela Inglaterra.

Mas, é extremamente relevante perceber que a finança, já em sua primeira hegemonia, tornou-se “a encarnação do capital enquanto propriedade, frente ao capital enquanto função” (idem, 2003, p.31). Se esse

⁴⁰ A esse respeito, ver os estudos sobre Bukharin, Lênin e Hilferding abordados nesta tese.